



o desenho da utopia

Betinho Duarte

2004



Ficha Catalográfica

Coordenação e revisão: Regina Bessa
Organização: Carla Peixoto de Melo
Colaboração: Genival de Oliveira, Lívia Bessa, Funcionários da Coordenadoria de Cerimonial, Seção de Registro Legislativo, Seção de Apoio Parlamentar da Câmara Municipal de Belo Horizonte
Capa: Gabriela Duarte
Editoração: Denise Beirão
Mapas: Carlos Alberto Costa - Prodabel

D812r	Duarte, Betinho
2.ed.	Rua viva: o desenho da utopia / Betinho Duarte. 2ed. - Belo Horizonte: Rona, 2004.
	668 p. ilustr.
	1. Biografia 2. Minas Gerais (Br) 3. Ruas 4. Belo Horizonte 5. História Política I. Duarte, Betinho II. Título
	CDU:92:321 (091) (815.1)

Sumário



<i>Prefácio</i>	9
<i>O desenho da utopia</i> , prefácio da segunda edição	11
<i>Carta de esperança</i> , prefácio da primeira edição	14
<i>Apresentação</i>	17
<i>Valeu a pena!</i> , Fernando da Mata Pimentel	16
<i>Reverência</i> , José Dirceu de Oliveira e Silva	18
<i>As Ruas Vivas</i>	25
Adherbal Teixeira Rocha	27
Adriano Fonseca Filho	29
Afonso Maria da Cruz	34
Agnaldo Galvão Leal - Padre Agnaldo	38
Alcides Salles Filho	40
Aldo de Sá Brito de Souza Neto	44
Amílcar Vianna Martins	47
Anélio Marques Guimarães	51
Ângelo Pezzuti da Silva	55
Anthero de Carvalho Drumond	61
Antônio Carlos Bicalho Lana	64
Antônio Holandino de Araújo	68
Antônio Joaquim de Souza Machado	77
Antônio Luiz Paixão	82
Antônio dos Três Reis Oliveira	90



Arildo Valadão	95
Ariosvaldo Campos Pires	98
Aristides Lisboa	103
Arlindo José Ramos	107
Armando Ziller	114
Arnaldo Cardoso Rocha	118
Áurea Eliza Pereira Valadão	121
Azarias Duarte Soares Souza Lima	126
Benedito Gonçalves	129
Carlos Alberto Soares de Freitas	131
Carlos Schirmer	139
Cecílio Emíldio Saturnino	143
Celso Aquino Ribeiro	147
Ciro Flávio Salazar e Oliveira	151
Custódio Rezende Evangelista de Paula	154
Daniel José de Carvalho	159
David Rodrigues Diniz	162
Décio Geraldo de Oliveira Sales	171
Devanir José de Carvalho	175
Dimas da Anunciação Perrin	178
Domingos Ribeiro Viotti	183
Edgar de Godói da Mata Machado	187
Edina Maria da Paixão	194
Eduardo Antônio da Fonseca	198
Eduardo Colen Leite - Bacuri	201
Eduardo Demétrio Ferreira	205
Eloy Ferreira da Silva	210
Elson Costa	215
Francisco de Assis Magalhães Gomes	219
Francisco Lage Pessoa - Padre Lage	223
Francisco Mário de Souza - Chico Mário	229
Frederico Ozanam Pereira	238
Geraldino Heleodoro de Carvalho	244
Geraldo Magela de Almeida	248

Gerosina Silva Pereira	251
Getúlio D´Oliveira Cabral	254
Gildo Macedo Lacerda	257
Guido Leão Santos	267
Helber José Gomes Goulart	269
Hélcio Pereira Fortes	274
Hélio Pellegrino	277
Hélio Salvador de Azevêdo	282
Henrique de Souza Filho - Henfil	285
Herbert Eustáquio de Carvalho	290
Herbet José de Souza - Betinho	298
Herculano Mourão Salazar	304
Idalísio Soares Aranha Filho	308
Isis de Araújo D´Ávila Magalhães	311
Itair José Veloso	314
Ivan Mota Dias	318
Izaurino Alves de Souza	322
Jaime Petit da Silva	326
Jair Ferreira de Sá	329
James Alen Luz	340
Jayme Goifman	345
Jeová de Assis Gomes	348
João Batista Franco Drummond	351
João Bosco Burnier - Padre Burnier	356
João de Carvalho Barros	359
João Firmino Luzia	361
João Lucas Alves	364
João Pio de Souza	367
Joaquim José de Oliveira	370
Joel José de Carvalho	375
Jorge Batista Filho	378
José de Assis	381
José Bartolomeu Greco	384
José Carlos Novaes da Mata Machado	387





José do Carmo Rocha	396
José Flávio Rodrigues Pereira	400
José Júlio de Araújo	404
José Matheus Pinto Filho	413
José Pereira Martins Filho - Zequinha	417
José Prímola Ferreira	421
José Renato Campos do Amaral	425
José Roberto Gonçalves Rezende	428
José Rocha Filho - Frei Matheus	432
José Toledo de Oliveira	437
Juarez Guimarães de Brito	441
Judith Vieira Lisboa	445
Lenine Moreira da Silva	448
Lucimar Brandão Guimarães	451
Lúcio Petit da Silva	454
Luiz Pompeu de Campos	457
Magda Magalhães Alves	461
Márcio José de Araújo	464
Marcos Magalhães Rubinger	470
Maria Auxiliadora Lara Barcellos	474
Maria das Graças Teixeira	479
Maria Floripes Nascimento Alves	481
Maria Lúcia Petit da Silva	486
Mário Alves de Souza Vieira	490
Mário Bento da Silva	494
Maurício de Rezende Pires Alcântara	499
Milton Freitas de Carvalho	503
Milton Soares de Castro	506
Murilo Pinto da Silva	509
Nelson José de Almeida	518
Nestor Veras	522
Ney Jansen Ferreira Júnior	524
Ondina Pedrosa Nahas	528
Oracílio Martins Gonçalves	531

Orestes Timbaúva Rodrigues	533
Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior	536
Osório da Rocha Diniz	541
Oswaldo Orlando da Costa	543
Oswaldo França Júnior	546
Otaviano de Carvalho	549
Paschoal Souza Lima	553
Paulo Costa Ribeiro Bastos	555
Paulo Roberto Pereira Marques	557
Pedro Alcântara Moreira	560
Pedro Alexandrino de Oliveira Filho	562
Raimundo Carlos	567
Raimundo Eduardo da Silva	570
Raimundo Gil da Silva	575
Raimundo Gonçalves Figueiredo	578
Raul Amaro Nin Ferreira	580
Roberto Décio de Las Casas	583
Rodolfo de Carvalho Troiano	587
Rodolpho Fritsch Filho	590
Ronaldo Mouth Queiroz	593
Sami Sirihal	597
Sinval de Oliveira Bambirra	600
Sônia Maria de Moraes Angel Jones	610
Stuart Edgar Angel Jones	613
Sylvio de Vasconcellos	617
Therezinha Viana de Assis	621
Tito de Alencar Lima - Frei Tito	625
Vinícius José Nogueira Caldeira Brant	629
Virgílio Faustino Salomão	632
Waldemar das Dores - Mamário	636
Walkíria Afonso Costa	639
Walter de Souza Ribeiro	647
Zilah Souza Spósito	651
Zuleika Angel Jones - Zuzu Angel	653





<i>Apêndice</i>	657
<i>Uma palavra</i>	659
<i>Memória Essencial</i> , Helena Greco	661
<i>Não Chegou para Todos</i> , Nilmário Miranda	663
<i>Há Esperança!</i> , Patrus Ananias	666
<i>Contra a Espoliação das Lembranças</i> , Ângela Maria Cyrino de Andrade et al.	668
Livros que apoiei ou escrevi	671

Prefácio

O *desenho da utopia*

Prefácio da segunda edição

Há um ano, em 28 de agosto de 2003, dei início em Belo Horizonte a movimento que idealizei, junto com a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a Prefeitura de Belo Horizonte, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas Gerais e a Rede Minas de Televisão, para assinalar a passagem dos 40 anos do Golpe Militar de 1964, para convidar a nova leitura sobre os anos de chumbo impostos ao Brasil em passado recente e para revisitar, em comovida lembrança, a memória dos mortos e desaparecidos políticos nascidos em Minas ou ligados a este Estado por laços de afeto ou de atenção.

Naquele dia, no passeio em frente ao prédio da av. Afonso Pena onde funcionou em Belo Horizonte o antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), foi reproduzida uma cena comum naqueles tempos em que tantos militantes políticos conheceram a humilhação e o sofrimento: numa cópia do instrumento denominado pau-de-arara, um ator, amarrado pelos pés e pelas mãos, recebeu golpes simulados, enquanto manchas de sangue artificial se abriam sobre seu corpo. A seu lado, um simulacro da cadeira-do-dragão e da coroa-de-cristo, dois outros instrumentos utilizados por agentes brutais contra jovens indefesos ao abrigo daquelas mudas e insólitas paredes.

A reprodução da cena era a primeira ação do movimento **Ditadura Nunca Mais!**, a ela tendo vindo se somar, no curso do ano, toda uma série de outras.

No dia 31 de março do corrente ano, na exata data em que se completaram 40 anos do Golpe Militar, uma outra dessas ações, uma das mais vigorosas delas, realizou-se em Belo Hori-

zonte. O espaço era o da Câmara Municipal e a forma era a sessão solene de homenagem durante a qual foi entregue à família de cada um dos mortos e desaparecidos políticos mineiros uma unidade personalizada da *Medalha Tributo à Utopia*.

O nome dessa Medalha não fora escolha aleatória. Resultado de densa ponderação, ele revelava a um tempo o cumprimento de um dever de honra e o reconhecimento de que somente os fortes ideais ajudam a descortinar mais largos e mais fundos horizontes.

No encerramento da série de ações, um ano depois da data de realização da primeira delas, faz-se hoje o lançamento da segunda edição do livro *Rua Viva*, que é o que lhe chega às mãos. E sobre esta última, que coincide com o 25º aniversário da Lei da Anistia e que fecha o movimento **Ditadura Nunca Mais!**, valem ainda alguns comentários.

O livro *Rua Viva*, quando lançada sua primeira edição em 1994, vinha como coroamento de um projeto de ampla envergadura que visava dar a uma rua, avenida, praça ou prédio público o nome de cada um dos mortos e desaparecidos políticos mineiros. O objetivo era o de trazer para as artérias (não é esse o outro nome de rua, avenida ou praça?) da cidade a memória daqueles que doaram a vida pela utopia de uma pátria livre, justa e igual. Assim, a memória deixaria o remanso de seu porto para voltar a pulsar, viva, nas veias que transportam, no traçado da cidade, o sangue com que os homens continuam a construir seu cotidiano. Rua viva: marca de história, acervo de vivência, linha de ensinamento, lição de esperança, tributo à utopia. No seu conjunto, vivas as ruas, os trajetos no chão são rotas na história e permitem aferir o desenho da utopia, esse sonho que move os homens em direção de objetivos maiores.

De 1994 até a presente data outros nomes foram agregados ao conjunto original. Referem-se estes a pessoas que, tendo se envolvido fortemente com o contexto dos anos de chumbo, sobreviveram a eles e vieram a falecer mais tarde, não da tortura, mas da brevidade implacável da vida humana.

Esta segunda edição inclui, na sua seqüência, todos estes últimos nomes, que se alinharam aos primeiros. E todos os nomes, os últimos e os antigos, tiveram o texto de suas histórias conferido pelos familiares que, mais uma vez, trouxeram de álbuns amarelecidos ou de caixa de guardados uma última foto, um trecho de carta manuscrita, um poema, uma citação... Trouxeram, principalmente, do fundo do peito, do fundo do lado esquerdo do peito, as suas notas de saudade e o carinho isento que só os ausentes, só os grandes ausentes, de fato merecem.

A todos esses familiares, a todos os funcionários da Câmara Municipal de Belo Horizonte envolvidos com este trabalho e a quantos colaboraram para que esta segunda edição viesse à luz o meu muito obrigado. A eles também a minha certeza de que a força de todos, convergente para um mesmo fim, é que possibilitou que aqui se reunissem lições preciosas do passado que bem podem nos situar no presente e nos guiar com segurança para o futuro.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2004.

Betinho Duarte
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Carta de esperança

Prefácio da primeira edição

Caros amigos,

Há 30 anos, os nossos sonhos de construção de um País melhor foram destruídos. Nossas vidas foram marcadas, definitivamente, pelo impacto direto do Golpe Militar. Nossos planos foram mudados, a partir do momento que nos defrontamos com a censura, o afastamento das universidades, a repressão violenta, a clandestinidade, a tortura e passamos a conviver, no dia-a-dia, com perdas e mortes.

Quantos de nós passaram a resistir, heroicamente, de formas e níveis diferentes, da luta armada à solidariedade dos que se propunham a ajudar os companheiros.

Continuamos defendendo a idéia que predominou e nos uniu durante vinte anos: a LIBERDADE.

Predominavam entre todos - milhares de jovens deste País - a generosidade e a abnegação dos que abriam mão de tudo: da família, dos amigos, da profissão, do lazer, de um futuro seguro e tranqüilo.

Hoje, passados 30 anos, lutei para resgatar a lembrança de companheiros que, para mim e para toda a minha geração, foram personalidades marcantes, corajosas, dignas, movidas por um profundo sentimento de amor ao nosso País. Por esse Brasil, muitos deles lutaram, sofreram, foram perseguidos, presos, exilados, banidos, torturados e mortos.

Dei nomes a logradouros públicos de Belo Horizonte, em homenagem póstuma a todos os nossos Companheiros mineiros que acreditaram e lutaram por um Brasil mais justo, mais livre, mais democrático. Busquei perpetuar a memória deles em nos-

sas ruas, praças e avenidas para que possam continuar encantados, como já dizia o nosso grande Guimarães Rosa.

Desta forma, tenho certeza, procurei remir parte da memória histórica brasileira da qual esses companheiros não foram meros espectadores, mas elementos ativos e participantes.

Tiveram valor, coragem e patriotismo, tornando-se merecedores de nossas lembranças e respeito, pela luta pelos oprimidos, em busca de um Brasil melhor.

O Golpe de 64, que atingiu a todos nós, atingiu, também, um Brasil que acreditava em seu presente e que luta por alvos que não podem continuar inatingíveis: a liberdade, a participação democrática, a justiça social, a ética na política, a afirmação da cidadania e a solidariedade reafirmando, sempre, a dignidade da pessoa humana.

Passados 30 anos, voltamos a dizer: 64 NUNCA MAIS!

Belo Horizonte, agosto de 1994.

Betinho Duarte
Vereador pelo PT, Secretário-Geral da Câmara Municipal de
Belo Horizonte

A *apresentação*

Valeu a pena!

Eu iniciei minha militância política muito jovem: com 16 anos de idade, na resistência ao golpe de 64. Esse golpe que fez 40 anos de repúdio nesse ano e agora parece tão distante. Quem é da minha geração encontrou, anos depois, aquilo que a gente sempre sonhou, que era a confluência da esquerda no Brasil, da esquerda que vinha de uma derrota muito grande, mas que construiu a retomada da democracia.

Nós perdemos muitos companheiros, nós sofremos um impacto muito grande naqueles anos de luta, da década de 70, mas enfim continuamos a nossa militância com o mesmo objetivo, a confluência da esquerda revolucionária, com o movimento sindical, o movimento popular e os movimentos organizados. Isso tudo confluiu e aí cresceu a nossa esperança de, pela via democrática, começar a transformar esse País. E nós conseguimos isso. Não conseguimos isso sozinhos. Conseguimos em uma caminhada junto com vários aliados, outros companheiros que estão em outros partidos, mas compartilham essa mesma esperança. Enfim, é a caminhada do povo brasileiro.

Quando eu olho para trás e vejo essa trajetória, eu vejo o tempo heróico e aventureiro. Quando eu olho para trás vejo que todos nós daquela geração podemos ter orgulho, olhar para trás e dizer assim: valeu a pena. Valeu a pena o nosso esforço, o nosso sacrifício, a nossa luta, as nossas perdas, os nossos sofrimentos e as nossas alegrias. As alegrias que ficaram nessa caminhada. Quando olho para trás vejo como o Brasil melhorou, como o Brasil mudou e mudou para melhor. Nós tivemos que conquistar nossa participação política com muito sacrifício, com muito empenho. Nos orgulhamos disso, mas nós não queremos que isso se repita e eu não quero que nenhuma outra geração

depois da nossa tenha que enfrentar o dilema que nós enfrentamos: ser omissos ou arriscar a vida.

Participar da política era quase um ato de heroísmo. Era correr risco de vida, correr risco na carreira profissional. Foi um momento que nós tivemos que atravessar mas eu não desejei isso para ninguém. Eu quero que as gerações do futuro vivam a plenitude da democracia e usufruam disso e possam construir um país cada vez melhor.

Eu tenho dois filhos de sete anos. E criança nessa idade começa a se interessar pelas coisas e a se perguntar. Eles querem saber o passado da gente, querem saber o futuro deles. Meu filho me perguntou assim: *mas, pai, essa guerra que você lutou...* porque ele tem na cabeça dele que eu lutei em uma guerra, fui preso e tal... *quem é que ganhou?* É uma pergunta difícil de responder porque esta guerra não acabou. Nós ganhamos umas batalhas, perdemos outras, mas a guerra está aí. Quem é que ganhou? Valeu a pena? A batalha de quem tombou nas mãos da ditadura valeu a pena? Estamos chegando à vitória? Ou não? Ou nós estamos desperdiçando tempo, esforço, sacrifício? A luta de nós todos tem valido a pena? Eu quero registrar aqui que valeu a pena, vale a pena, e vai continuar valendo. É por isso que a caminhada prossegue. Para lá na frente poderemos olhar para trás e dizer como diz o Paulinho da Viola. Quando alguém nos perguntar: o que foi essa guerra? O que foi essa militância? Nós poderemos responder: *"Foi um rio que passou em minha vida e o meu coração se deixou levar."*

Esse é o sentimento que quero deixar nesta apresentação de um livro que é o registro de uma parte fundamental de nossas vidas e da história brasileira.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2004

Fernando Damata Pimentel
Prefeito de Belo Horizonte

R everência

Quando assumi na Casa Civil, em janeiro de 2003, a missão delegada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fiz questão de manifestar publicamente a gratidão que sinto por pertencer à geração de 1968, à geração que ousou enfrentar um dos momentos mais dramáticos da nossa história. Sem rancor nem ressentimentos, aproveitei para prestar uma homenagem aos que compartilharam da minha luta naquele período, mas que infelizmente não puderam continuar conosco até hoje.

Também lembrei que a minha vida política fez com que me ausentasse por dez anos da minha terra natal, Passa Quatro, e com que permanecesse distante da minha família, do meu pai, da minha mãe, dos meus irmãos.

Este livro, *Rua Viva*, do companheiro Betinho Duarte, causa emoção por retratar uma justa homenagem de Belo Horizonte, do meu Estado de Minas Gerais, a alguns dos seus mais nobres filhos e filhas e às suas famílias. Eles merecem a nossa reverência pelo empenho com que, no passado recente, buscaram um futuro melhor para o Brasil e, assim, tiveram participação determinante para que alcançássemos este presente, a democracia que vivemos hoje. A minha geração aprendeu o valor da democracia a duras penas, mas aprendemos também que a democracia dá a oportunidade única para que o povo escolha o seu destino de forma soberana, como ocorreu na eleição do presidente Lula em 2002.

Assim como tenho um compromisso com meus companheiros e companheiras de 1968 — não os esqueço, trago em meu coração, em minha memória, a imagem de cada um e os ideais de todos —, temos o compromisso de aperfeiçoar, desenvolver e radicalizar a democracia brasileira. A democracia cada

vez mais ampliada cria as condições para a participação política, que, por sua vez, permite que o País avance na justiça e na igualdade social. Este é o nosso objetivo, esta é a nossa luta, e seguir neste caminho é manter viva a esperança daqueles que contribuíram para que chegássemos até aqui.

Brasília, 28 de agosto de 2004

José Dirceu de Oliveira e Silva
Ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República

A s Ruas Vivas

A dherbal Teixeira Rocha

Adherbal Teixeira Rocha nasceu na cidade de Raul Soares, Minas Gerais, no dia 10 de janeiro de 1929.

Filho de Edmundo Teixeira Rocha, advogado, e da professora Sebastiana Teixeira Rocha, Adherbal trouxe para seu casamento com Maria Magdala Guimarães Teixeira Rocha os valores éticos aprendidos com os pais. Para os filhos, Maria Elizabeth e Adherbal Teixeira Rocha Júnior, foi um pai zeloso, amoroso e dedicado, a eles transmitindo também os ideais democráticos que ele cultivara quando cursou a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e que, desde aquela época, inspiraram a sua vida.

Ingressou na militância política na época estudantil, participando dos movimentos da classe e integrando os diretórios acadêmicos universitários. Posteriormente, como advogado, atuou defendendo partidos e presos políticos que respondiam a inquéritos militares, sendo ele próprio vítima de perseguições e de prisões, pelos agentes do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG).

Pertenceu ao *Grupo dos Onze* em Minas Gerais, foi filiado e advogado do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, posteriormente, foi um dos fundadores do Partido Democrático Trabalhista (PDT) em Minas, ao lado do ex-governador Leonel Brizola. Foi ainda, presidente do Clube dos Advogados de Minas



Gerais, onde defendeu com veemência o restabelecimento da democracia no País.

Sempre sonhando com um Brasil democrático, socialmente justo, sem miséria e sem desigualdades, participou da *Passeata dos 100 Mil*, no Rio de Janeiro. A essa participação somou-se sua presença na campanha presidencial do deputado Ulisses Guimarães. Mais tarde, participou do movimento das *Diretas Já* e da campanha de Tancredo Neves à presidência da República, ocasião em que já se encontrava na condição de advogado do MDB.

Vítima de câncer, morreu no dia 2 de outubro de 1993, em Belo Horizonte. De sua vida, toda ela um poema de amor à família, aos amigos, aos brasileiros e ao Brasil, ficaram muitas lembranças. E de sua alma sensível ficaram palavras cristalizadas sob a forma de poemas, verdadeiros hinos aos sonhos de liberdade, como, por exemplo, o que neste breve relato se transcreve:

*B*alada para Dolores Ibaruri

Silêncio.

La Pasionária está morrendo.

Silêncio em Plaza de Torros,

Silêncio em El Alcázar,

Silêncio em La Hispanidad.

Silêncio.

Que já é morta Dolores Ibaruri

As violetas de Madri se vestem de luto.

E de crepe se cobrem também as buganvílias de Valência.

Por isso Dolores viverá.

Nas pedras das barricadas,

No peito opresso dos pobres e,

Para a insônia dos tiranos,

Sua voz é posta a escuta: los fascistas no pasarán...

Entre gendarmes inermes,

Em meio aos pátrias de Espanha,

Ciganos e vagabundos, pelas calles madrilenhas

Dolores caminhará.

Seu grito há de ecoar,

Nos penedos de Toledo,

No vento da Catalunha,

Nas noites de Andaluzia,

No férreo bardo dos bascos:

No pasarán, no pasarán...

E quando romper a aurora,

A aurora dos deserdados,

Dolores vai se encontrar.

Na alma rubra da Ibéria

No firmamento a exclamar

Sueña e fulgura,

Suenã e fulgura,

Como uma estrela em la altura.



Adriano Fonseca Filho

Adriano Fonseca Filho nasceu em Ponte Nova, Minas Gerais, no dia 18 de dezembro de 1945, filho de Adriano Fonseca e de Zely Eustáquio Fonseca, pais zelosos, de crença presbiteriana. Era o segundo dos cinco filhos: na linha familiar vinha depois de Ana Maria e era seguido por Mônica, Luís Eduardo e Ricardo.

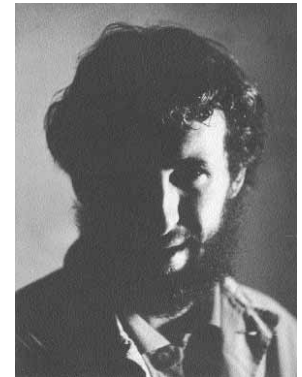
Ao chegar à idade do antigo curso ginasial, os pais o mandaram para o Colégio Batista, em Belo Horizonte, onde ele estudou na condição de aluno interno. Posteriormente, mudou-se para Lavras, onde fez o curso científico, no Instituto Gammon, também em regime de internato. Aos 17 anos, terminou o curso científico em Lavras, transferindo-se, então, para o Rio de Janeiro

Aluno brilhante desde o início de seus anos escolares, Adriano tirava sempre os primeiros lugares nas escolas por onde passou. Muito ligado à música, estudava e tocava piano desde os 5 anos.



No decorrer do tempo em que estudou fora, Adriano só passava em casa o período de férias. Depois que se mudou para o Rio, suas idas ficaram ainda mais escassas. Os telefonemas naquele tempo eram difíceis. E cartas eram raras, geralmente para a mãe.

Com o distanciamento, os irmãos acreditavam que Adriano desenvolvesse



alguma ação política pois, apesar de serem mais novos, tinham conhecimento da luta de oposição ao regime.

E Adriano gostava de idéias, gostava de ler e estudava Filosofia. Era uma festa aguardar aquele irmão silencioso, atraente, fino, elegante, que sempre usava produtos de qualidade. Muito alto, medindo 1.96 metros, ele jogava basquete em Ponte Nova. E, na cidade, estreitava sua amizade com o compositor e cantor João Bosco. Adriano era também muito ligado às artes plásticas, gostava de pintar e, principalmente, de fazer gravuras. E os irmãos ganhavam livros e incentivo para se dedicarem aos trabalhos de escola!

Pouco depois da morte de Edson Luís de Lima Souto, no Calabouço, em 1968, Adriano foi para Ponte Nova e lá ficou durante seis meses com a família, sem que ninguém soubesse o porquê.

No final dos anos 60, quando foi para o Rio de Janeiro, Adriano morou num apartamento em Ipanema, a *república* de intelectuais, escritores e artistas. Na época, trabalhou no Superior Tribunal Eleitoral e se dedicou ao teatro, encenando e escrevendo peças teatrais. Um das peças de que participou como ator foi encenada no Teatro Tereza Rachel, na Praça Cardeal Arcoverde, naquela cidade.

No Rio de Janeiro, Adriano fez o cursinho pré-vestibular no Centro Acadêmico Edson Luís (CAEL), em 1968 e, nesse período, iniciou sua participação no Movimento Estudantil (ME), na luta por aumento de vagas nas universidades. É importante destacar que o CAEL foi fundado em 1968 e criado por alunos ligados ao ME por ocasião do desmembramento da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) e da criação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). Na primeira gestão do CAEL, o presidente eleito foi Ronaldo de Oliveira Rocha, aluno do curso de Ciências Sociais. O CAEL influenciou muito no IFCS, cujas



aulas eram ministradas por alunos e professores do próprio Instituto, tendo por diretora a aluna Myriam Ribeiro Costa.

No final do ano, Adriano foi aprovado no vestibular e, em 1969, iniciou o curso de Filosofia.

Ainda no primeiro semestre de 1969, começou sua militância política. Participando ativamente do ME, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), intensificada a repressão, Adriano foi obrigado a entrar para a clandestinidade. Nesse período, foi morar num sótão em um prédio antigo, no Leblon, que dividiu com Ronald de Oliveira Rocha, seu companheiro de organização. Lá ele viveu durante um ano e meio. O amigo Ronald, e também a Myriam, muito ligados a Adriano, informariam depois que ele era uma pessoa muito meiga, educada e amiga. Uma pessoa combativa, que se atirava por inteiro no que acreditava. Um idealista, um profundo humanista. Segundo os amigos, a dedicação de Adriano ao partido vinha de um vínculo profundo com a luta popular e os ideais revolucionários. E era um prazer conviver com aquele amigo que gostava muito de música popular brasileira, jazz, música erudita e, principalmente, dos Beatles, aquele amigo que jogava xadrez, lia muito, gostando mais de literatura e teatro do que de livros teóricos - mesmo os de filosofia - que eram de sua área. Aquele amigo que, como bom mineiro, adorava uma goiabada!

No final de 1970, início de 1971, Adriano participou da Comissão Organizadora da Juventude Patriótica, movimento de frente única de jovens, criado sob a iniciativa do PC do B. Foi nessa época que ele abandonou o emprego por questões de segurança e por já estar vivendo como clandestino. E, na sequência, colocou-se então à disposição do Comitê Central do PC do B, para fazer um trabalho especial no campo.

Adriano foi então destacado para ir para o Araguaia, onde viveu na região do Gameleira, incorporando-se ao Destacamento B, cujo comandante era Osvaldo Orlando da Costa - O Osvaldão.

Usou os codinomes *Chico, Queixada, Alberto, Felipe e Lola*. Tinha, nessa época, 23 anos de idade.

Ao se despedir de Ronald e Myriam, não só companheiros de clandestinidade, mas amigos por quem tinha muito afeto, Adriano separou algumas roupas de que mais gostava, buscando presenteá-los carinhosamente: uma jaqueta Lee, de cor areia, um pijama importado, uma camisa e lenços de seda.

Adriano Fonseca Filho foi morto no dia 28 ou 29 de novembro de 1973 por um franco atirador que, suspeita-se, tenha sido recrutado entre os índios Suruís.



Afonso Maria da Cruz



Afonso Maria da Cruz nasceu em 28 de fevereiro de 1942, em Santa Rosa, município de Coromandel, Minas Gerais, filho de Teodoro João da Cruz e de Maria da Conceição da Cruz. Tinha dez irmãos: José Maria, Ildeu, Teodoro, Tomaz, Maria das Graças, Maria José, Dora, Marta, Geraldo e Manoel. Era casado com Olímpia Franco Marra da Cruz, com quem teve sua única filha, Jussara.

Discreto, simples, admirador da música sertaneja, defensor incansável do direito e da justiça, Afonso gostava muito de escrever, refletindo em seus belos trechos suas avaliações e sentimentos sobre a realidade que o cercava:

Dura lex, sed lex

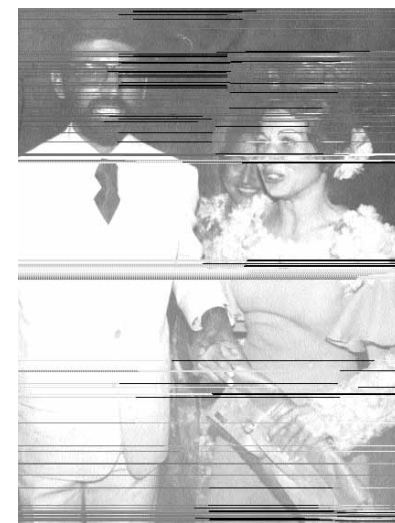
*Justiça, clama o povo massacrado
Por ti, que és irmã gêmea da Razão
E do Direito!...Tens em tuas mãos
Espada Nua e pratos equilibrados.*

*Sabes tu onde estás? Creio que não;
Tu não vês, os teus olhos vendados
Te proibem os possíveis olhados
E não te permitem enxergar a Razão.*

*Tu estás aos caprichos submissa
De autoridades alheias de preguiça
Tornando-se, hoje, uma força morta!*

*Bem conheces o campo que exploras?
Parece que não. És cega, tu ignoras
teu caminho e trilhas linhas tortas!*

Advogado formado em 1969 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi petroleiro e membro da 1ª diretoria do SINDIPETRO/MG, eleita em 1963. Com o Golpe Militar de 1964, a diretoria foi cassada. Reeleito em 1967, foi também impedido de assumir o cargo, devido à intervenção do Ministério do Trabalho. Através do Ato Institucional nº 5 (AI-5), Afonso e outros companheiros foram demitidos da Petrobrás. Somente com a anistia em 1979 e depois de muita luta, é que Afonso, com seus companheiros, foram reintegrados aos quadros da empresa em fins de 1985.



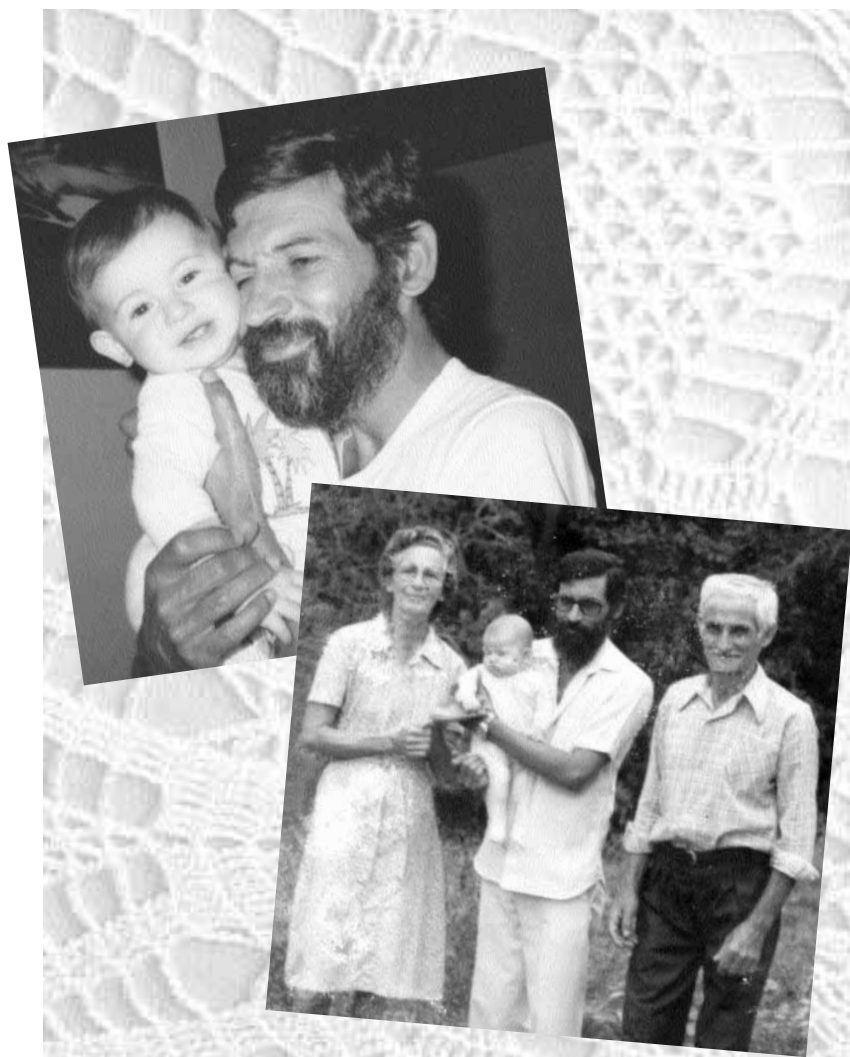
No período do regime militar, durante a década de 60 e início de 70, Afonso, exercendo a advocacia, ocupou-se da defesa de inúmeros presos políticos em auditorias militares, em vários pontos do País. Certa vez, quando acabava de fazer uma defesa, chegou a ser preso em plena Auditoria Militar em Juiz de Fora, ocasião em que foi levado para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Também atuando nas áreas sindical e trabalhista, assessorou vários sindicatos em Minas, como o SINDIPETRO, o dos Metalúrgicos de Betim, o dos Jornalistas, dos Radialistas, o SENALBA, o MEBATABASE de Congonhas e o Sindicato dos Médicos. Ajudou também a fundar vários sindicatos pelo interior do Estado. Trabalhou, intensamente, nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte, Betim, Contagem e Ouro Preto, como também acompanhou inúmeras sustentações no Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

Além disso, sempre procurou encaminhar profissionalmente os jovens advogados, com os quais dividia seu conhecimento, sua prática, o espaço físico do seu escritório e, especial-

mente, suas preocupações com o aspecto social, seu compromisso com os trabalhadores desprotegidos de direitos e garantias.

Faleceu no dia 28 de novembro de 1990, em acidente automobilístico, quando ia de Belo Horizonte para Contagem, onde residia.

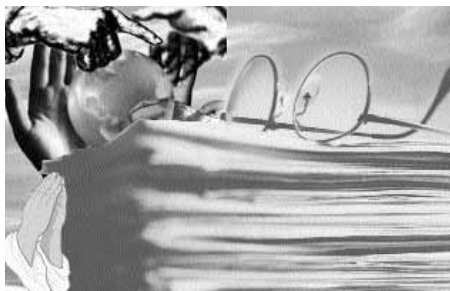


Agnaldo Galvão Leal - Padre Agnaldo

Agnaldo Galvão Leal, o Padre Agnaldo, nasceu no dia 27 de abril de 1903, na cidade de Itaporanga D' Ajuda, Sergipe. Foi ordenado Sacerdote no dia 1º de maio de 1927 e, mesmo estando ligado à Arquidiocese de Aracaju, veio logo a seguir para Belo Horizonte. Nessa Arquidiocese, trabalhou em vários setores, sempre procurando valorizar a pessoa humana, promover vida melhor para os pobres, profissionalizar os jovens que precisassem e desajassem e ajudá-los a conseguir emprego.

Entre suas realizações incluem-se: a criação da Escola de Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas); a implementação da casa das domésticas; a grande obra para os menores que traz o seu nome e está, hoje, sob os cuidados da Congregação Pavoniana; a ajuda ao mosteiro Nossa Senhora das Graças, inclusive a determinação do terreno; o trabalho desenvolvido na Ação Católica; o trabalho desenvolvido na Paróquia de Santo Antônio, onde ficou por 25 anos; o impulso inicial para a Paróquia do Menino Jesus, no Santo Antônio; o trabalho desenvolvido como capelão dos colégios Santa Maria, das Irmãs Dominicanas, e Santa Dorotéia, no bairro Sion, onde passou os últimos anos de sua vida.

Em 1933, prevendo o início do tempo frio em Belo Horizonte, foi para Aracaju, como costumava fazer: veio a falecer no dia 17 de maio de 1993, sendo sepultado em sua cidade natal, Itaporanga D' Ajuda.



A Alcides Salles Filho

Alcides Salles Filho nasceu em Vitória, Espírito Santo, no dia 2 de maio de 1945, filho de Alcides Salles e de Miriam Magalhães Salles. Sua naturalidade capixaba ocorreu por acaso, pois sua família morava em Aimorés, Vale do Rio Doce, onde seu pai era comerciante e fazendeiro. Por problemas de saúde de sua mãe, portadora de um sopro no coração, os médicos recomendaram que o parto fosse realizado numa cidade grande, com maiores recursos, e a mais próxima era Vitória. Na verdade, Alcides era mineiro da gema, sua mãe nascera em Muriaé, zona da Mata, e seu pai era de Bonfim. Alcides tinha três irmãos: Francisco, Magdala e Eduardo.

Iniciou os estudos em Aimorés, transferindo-se, posteriormente, para Colatina, no Espírito Santo, onde foi cursar, junto com seu irmão Francisco, a terceira série do Ensino Fundamental no colégio interno.

Algum tempo depois, a mãe, D. Miriam, mudou-se com parte da família para Vitória e reuniu os filhos em uma casa na praia do Canto. O pai continuava morando em Aimorés, mas os filhos, já fora do internato, puderam dar continuidade a seus estudos na companhia da mãe e no recesso do ambiente familiar. A razão da mudança de D. Miriam fora exatamente a de facilitar o acesso de seus filhos à escola, e também porque as saudades eram grandes, principalmente dos que estavam no internato. Na praia do Canto, eles ficaram durante quatro anos.

Em 1960, toda a família mudou-se novamente, agora para Belo Horizonte, onde o pai assumiu a gerência de vendas de uma agência autorizada de automóveis Ford, da qual participava, também, como acionista.

Já morando em Belo Horizonte, Alcides terminou o Ensino Fundamental e o Médio no Colégio Estadual Central, hoje Escola Estadual Governador Milton Campos. Pouco depois, prestou o vestibular para o curso de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Aprovado, cursou até o terceiro ano, quando paralisou os estudos por estar envolvido no movimento estudantil. Estudou também Ciências Sociais, mas acabou abandonando os cursos universitários para se dedicar inteiramente à luta política nos anos 60.

Segundo seu pai, Alcides era um aluno aplicado, muito estudioso e inteligente.

Nessa ocasião, 1964, já estava militando na Ação Popular (AP), foi vice-presidente do Diretório Acadêmico (DA) da Escola de Engenharia da UFMG, assumindo a presidência, por causa do afastamento do presidente, em decorrência de razões políticas.

Alcides Salles Filho trabalhou como operário da Companhia Siderúrgica Mannesman, na Cidade Industrial, em Belo Horizonte, onde foi preso, em 1968, dentro de um ônibus da própria Companhia, fazendo panfletagem e divulgando um movimento grevista. Ficou preso no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), mas foi libertado em seguida. Mais tarde, condenado à revelia, foi para São Paulo, onde viveu na clandestinidade. Nessa ocasião, vinculou-se à Ação Popular Marxista Leninista (APML) e militou no movimento de oposição sindical dos metalúrgicos, juntamente com Waldemar Rossi e Vito Giannotti. Foi preso pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury em 1972. Condenado pela Justiça Militar de São Paulo, cumpriu pena de um ano no Presídio do Hipódromo.

Depois de cumprir pena, Alcides tornou-se representante da Dourex, fábrica de lustres e luminárias de São Paulo.

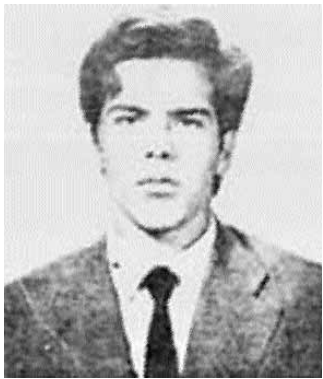
Alcides havia se casado, em 1967, com Elizabeth Ribeiro de Oliveira, sua companheira de militância e de vida, com quem teve três filhos: Helena, Ênio e Paula. O casal morou na Cidade Industrial, no Vale do Jatobá e no bairro Cachoeirinha. De seu segundo casamento teve mais dois filhos: Francisco e Tiago.

Os que tiveram a alegria de conviver com Alcides dizem que ele era amável, afetuoso, paciente e de bom humor. Gostava de jazz e de música popular brasileira.

Alcides Salles Filho foi atropelado no centro de Belo Horizonte, no dia 6 de fevereiro de 1979, vindo a falecer no Hospital do Pronto-Socorro, de traumatismo craniano. Está enterrado no Cemitério Parque da Colina, em Belo Horizonte.



Aldo de Sá Brito de Souza Neto



Aldo de Sá Brito de Souza Neto nasceu em 20 de janeiro de 1951, no Rio de Janeiro, filho de Aldo Leão de Souza e Therezinha Barros Câmara de Souza. Concluiu o Ensino Fundamental no Colégio Santo Inácio e fez o Ensino Médio no Colégio Mallet Soares, também no Rio.

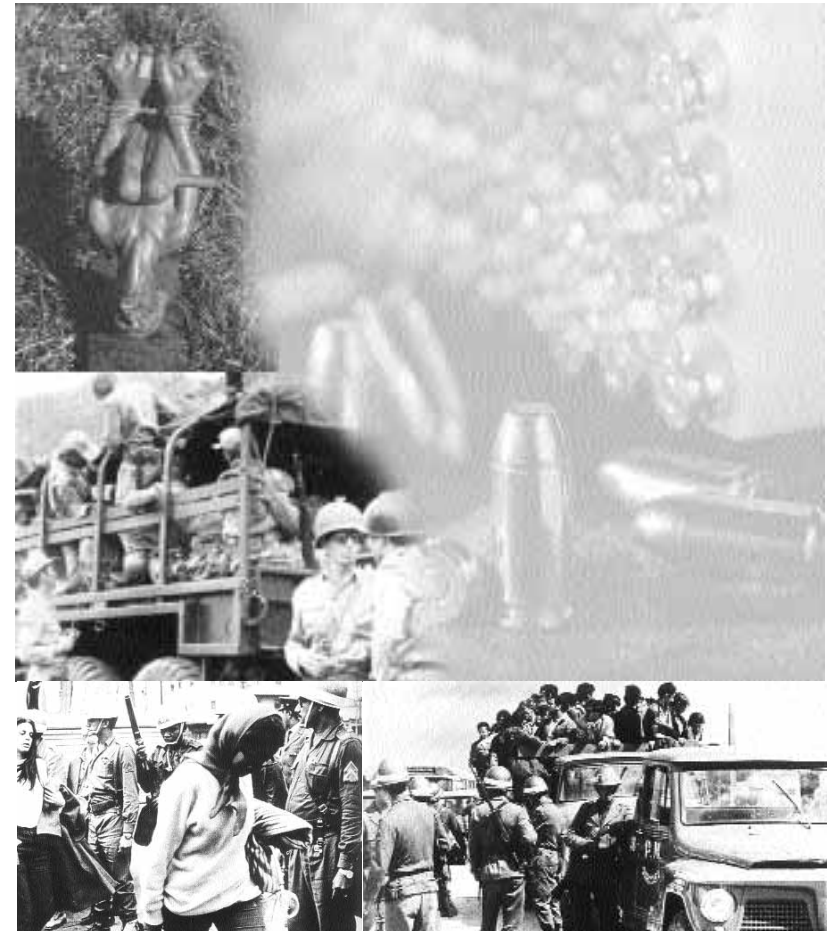
Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), participou do Comando Regional da organização no Rio. Atendia pelos seguintes nomes falsos: *Fernando*

Antônio de Araújo Barcelos, Wagner Luiz Santaro Pereira, Lourival Bozzo, Antônio Santana de Freitas e Luiz Carlos Ribeiro Mendes.

Posteriormente, veio para Belo Horizonte, Minas Gerais, onde foi preso pelo Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) em Minas Gerais, no dia 2 de janeiro de 1971. Era acusado de uma frustrada ação armada. Mas a verdade é que, como acabara de chegar do Rio de Janeiro, fora *escolhido* como suspeito de ter participado do seqüestro do embaixador da Suíça no Brasil, motivo pelo qual foi submetido a torturas bárbaras.

Aldo, já muito torturado, passou a ser *castigado* com a *coroa-de-cristo*, uma fita de aço que vai sendo gradativamente apertada e esmaga, aos poucos, o crânio do torturado.

No dia 6 de fevereiro daquele ano, não resistindo às torturas, Aldo morreu, apresentando 2 centímetros de afundamento no crânio. A polícia negou a autoria do assassinato e noticiou



que ele morreria em decorrência de uma queda que sofrera ao tentar fugir, saltando do terceiro andar de um prédio.

A Certidão de Óbito atesta sua morte em 7 de janeiro de 1971. Foi firmada pelo Dr. Djezza Gonçalves Leite, médico que não participara da necropsia.

Sua avó relata que viu o neto pela última vez em outubro de 1970: ele estava magro e dizia que ia viajar. Mas nunca disse para onde.



A *mílcar Vianna Martins*



Nascido em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 8 de setembro de 1907, desde cedo Amílcar Vianna Martins demonstrou grande interesse pela Medicina e pelas Ciências Biológicas, área que viria a escolher para o desenvolvimento de uma extensa e fértil vida profissional.

A primeira opção nesse sentido viria em 1924, quando o jovem Amílcar ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E o primeiro sinal de que aquele não era um estudante comum veio nesse mesmo ano, o primeiro de sua vida universitária, quando ele, procurando desde cedo aliar a prática à teoria, começou a trabalhar no Instituto Ezequiel Dias do Instituto Oswaldo Cruz. Formando-se em 1929, o jovem quis logo aperfeiçoar-se e, com esse objetivo, foi estagiar nos Estados Unidos, para onde embarcou em 1937 a fim de pesquisar sobre a febre maculosa. Publicou, em 1940, um trabalho sobre a doença de Chagas descrevendo 25 casos da doença no oeste de Minas Gerais, um número maior do que o total de casos conhecidos até então. Essa pesquisa foi determinante para a criação do Centro de Estudos de Doença de Chagas em Bambuí, Minas Gerais.

Em 1943, com o objetivo de trabalhar no Hospital Militar, mudou-se para Belém do Pará. Logo depois, com a intenção de combater o nazifascismo na Europa, alistou-se voluntariamente na Força Expedicionária Brasileira (FEB). No ano seguinte, dirigiu-se para a Itália. Voltando ao Brasil em 1945, retornou também



às suas atividades na UFMG e no Instituto Ezequiel Dias. Durante o mandato de Juscelino Kubitschek, exerceu três cargos importantes sucessivamente: foi diretor do Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERU), diretor do Instituto Oswaldo Cruz e diretor-geral do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Crescendo ininterruptamente em sua carreira, Amílcar Vianna Martins realizava importantes estudos sobre parasitologia em geral e, especificamente, sobre febre maculosa, esquistossomose, doença de Chagas, escorpionismo, filariose, etc. Sua atuação foi fundamental para a criação, em Belo Horizonte, do Centro de Pesquisa René Rachou. E por estar presente

nesse Centro e na UFMG ao mesmo tempo, coube-lhe importante papel na criação do Curso de Pós-Graduação em Parasitologia daquela universidade, que já produziu extenso número de teses de mestrado e doutorado e contribuiu significativamente para o progresso do conhecimento dessa área da Medicina em Minas.

A brilhante carreira do médico e do professor sofreria grande abalo no período da ditadura militar, quando, com o advento do Ato Institucional nº. 5 (AI-5), Amílcar Vianna Martins foi aposentado compulsoriamente de seu cargo de professor-catedrático da UFMG. A medida causou-lhe grande amargura, mas não lhe tirou a energia. Nos anos seguintes, o professor Amílcar, impossibilitado de trabalhar no Brasil, atuou como consultor da Organização Mundial de Saúde em Genebra e participou de pesquisas no Peru e na Venezuela.

Sua mais duradoura e última pesquisa foi sobre o flebótomo, o vetor da leishmaniose, vulgarmente conhecido como mosquito-palha. São de sua lavra 64 trabalhos, com a descrição de 52 espécies de flebótomos. Editado pela Academia Brasileira de Ciências, o trabalho sobre *American Sand Flies* é considerado um clássico na área.

Faleceu em 13 de abril de 1990, após ter terminado de orientar uma tese de doutorado. Deixava naquela data a esposa Beatriz Borges Martins, companheira de longos anos de uma união feliz, e a dos nove filhos do casal, que viram partir, aos 82 anos, o homem ereto que contraíra a doença de Chagas em 1957, durante uma pesquisa de campo.





A nélio Marques Guimarães

Anélio Marques Guimarães nasceu em Santa Bárbara, Minas Gerais, no dia 30 de abril de 1913, filho de Cândido Marques Guimarães e Maria Marques Guimarães. A infância, na tranqüila cidade, foi partilhada com os quatro irmãos Doreto, Marieta, Alcídia e Alfredo Marques Guimarães.

O bom relacionamento vivido na casa paterna prolongou-se quando constituiu sua própria família. Anélio casou-se com Maria José Guimarães e viu chegarem para o casal os seguintes sete filhos: Agildo, Adilson, Adilma, Adjalma, Adma, Anita e Anete. Junto da mulher, dos filhos, dos netos e dos bisnetos desfrutou permanentemente de um convívio feliz.

Na profissão, Anélio foi um homem das minas, desde cedo preocupado com as condições difíceis da vida desses trabalhadores, que enfrentam a guerra contra a silicose, doença do trabalho adquirida em ambientes poluídos como as minas, onde se aspiram poeiras vindas da extração da sílica.

Somando a visão solidária à visão política, Anélio, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde os 20 anos de idade, denunciou, juntamente com outros companheiros, essas precárias condições de trabalho, às quais ele próprio se submetera na Mina de Morro Velho, onde trabalhou de 1931 a 1949.

A partir de 1933, participou de vários atos políticos. Considerado elemento nocivo, o Estado de Minas Gerais moveu contra ele um processo com base no Decreto-Lei nº 9.070, que acabou por concluir que ele e companheiros eram sabotadores da produção. Em conseqüência, o conjunto dos trabalhadores foi demitido e Anélio, especialmente, foi preso pelo Destacamento de Operações Internas do Centro de Operações de Defesa



Interna (DOI/CODI) em Minas Gerais, em 1965, na cidade de Juiz de Fora, quando se entregou. Seus direitos políticos foram cassados.

Segundo Anélio, a demissão em massa ocorrida em 1949 deveu-se a articulações meramente políticas, pois todos os demitidos eram membros atuantes no sindicato da classe. Como fundador e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores de Mineradoras e Metais Preciosos reivindicava médicos e peritos para realizarem estudos sobre insalubridade na mina e que reconsiderassem a silicose como doença do trabalho adquirida em ambientes poluídos.

Até se aposentar, Anélio trabalhou também como chefe de Secretaria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais. Mais tarde, foi eleito vereador em Nova Lima.

Vítima de infarto, faleceu em Belo Horizonte, em 30 de novembro de 2000, aos 87 anos.



Comidas antigas de trabalhadores na Mina de Morro Velho





Ângelo Pezzuti da Silva

Ângelo Pezzuti da Silva nasceu em Araxá, Minas Gerais, no dia 27 de abril de 1946, filho de Carmela Pezzuti e Theofredo Pinto da Silva.

Cursou as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental no Grupo Escolar Del-fim Moreira e as restantes no Colégio Dom Bosco, ainda em sua cidade natal. O Ensino Médio foi feito já em Belo Horizonte, no Colégio Padre Machado. Ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1964, onde permaneceu até 1968, optando por se especializar em Psiquiatria.



Ângelo tinha um temperamento alegre e extrovertido. Gostava de fazer amizades e cultivá-las. Desde criança desenvolveu o gosto pela leitura, pelos estudos e pela música, especialmente pelo piano, instrumento que aprendeu a tocar durante dois anos. Ainda menino, jogando bola de gude nas ruas de Araxá, Ângelo já demonstrava espírito de líder. Comandava a garotada com inteligência, parecendo ter nascido para dirigir e orientar grupos. O pai de Ângelo, fazendeiro em Araxá, era pessoa muito bem relacionada. O avô, Pedro Pezzuti, foi, durante 40 anos, um dos médicos mais procurados em Araxá e nas cidades vizinhas, pelo seu modo humano de tratar os doentes. A maior pretensão de Ângelo era se formar em Medicina e voltar para sua terra natal, onde naturalmente, ocuparia o lugar do avô.

O gosto pela música clássica, pela poesia, pelo teatro e pela leitura, principalmente pelos autores regionais brasileiros

mais intelectualizados e clássicos, acompanhou-o sempre. Possuía grande fluência verbal, o que facilitava a exposição de suas idéias. Vivia intensamente, como se o momento presente fosse o mais importante. Era senhor de uma ternura especial, mesclada de um certo ar irônico.

Quando estudante no Colégio Padre Machado, onde participou do curso de alfabetização de adultos, interessou-se e ingressou na militância política. No mesmo Colégio sofreu os primeiros *cortes*: eleito presidente da Associação de Alunos e diretor do curso de Alfabetização, teve seu nome vetado pelo diretor do Colégio, em razão de suas posições políticas de esquerda e de seus muitos questionamentos religiosos.

Na Faculdade de Medicina, de imediato o jovem Ângelo integrou-se ao movimento dos estudantes pela ampliação do número de vagas na UFMG e pela absorção dos chamados *excedentes*. Sua participação prosseguiu no Centro de Estudos de Medicina (CEM), no Diretório Acadêmico, e no *Show Medicina*. Em todas as frentes, lá estava o Ângelo participando.

Em busca de outras alternativas políticas, ingressou na organização revolucionária marxista Política Operária (POLOP)



e, em 1967, juntamente com outros companheiros, entre eles Apolo Heringer e Carlos Alberto Soares de Freitas, constituiu a primeira direção do Comando de Libertação Nacional (COLINA), que tinha como objetivo a luta armada como instrumento de transformação social. Sempre esteve à frente dos grandes projetos do COLINA. Era reconhecidamente uma liderança intelectual e participou das primeiras ações armadas desde 1968.

Em 13 de janeiro de 1969, foi preso pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em Belo Horizonte. Inaugurou-se, então, um tempo de passagem em que ele percorreu várias prisões em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro e, depois, retornando a Minas, em Linhares, em Juiz de Fora. Sofreu, nesta trajetória, vários tipos de tortura física e psicológica. Entretanto, o ponto alto das torturas foi marcado pela obrigação de assistir, na Vila Militar do Rio de Janeiro, a uma aula de tortura ministrada pelo Exército a cerca de cem oficiais: nessa aula, alguns presos serviam de cobaia e, entre os presos-cobaias, estava seu próprio irmão, Murilo.

Juntamente com outros companheiros de Linhares, elaborou o *Documento de Linhares* denunciando as torturas e suas conseqüências dentro das prisões. Esse foi o primeiro documento do gênero elaborado no Brasil e encaminhado às autoridades brasileiras, que, no entanto, ignoraram o seu conteúdo. Na ausência de manifestações das autoridades, o documento foi amplamente divulgado no exterior.

Em 1970, Ângelo foi banido do País, trocado juntamente com outros 39 companheiros, inclusive seu irmão Murilo, por um embaixador alemão. Ficaram exilados na Argélia.

No ano de 1971 foi para o Chile, onde se encontrou com sua mãe, Carmela, também banida do Brasil por suas atuações políticas. Naquele País, casou-se com Maria do Carmo Brito, com quem teve seu único filho, Juarez.

Por seus contatos com grupos chilenos que lutavam pelo socialismo, no ano de 1972, foi preso e torturado por policiais brasileiros que lá se encontravam, sendo libertado logo em

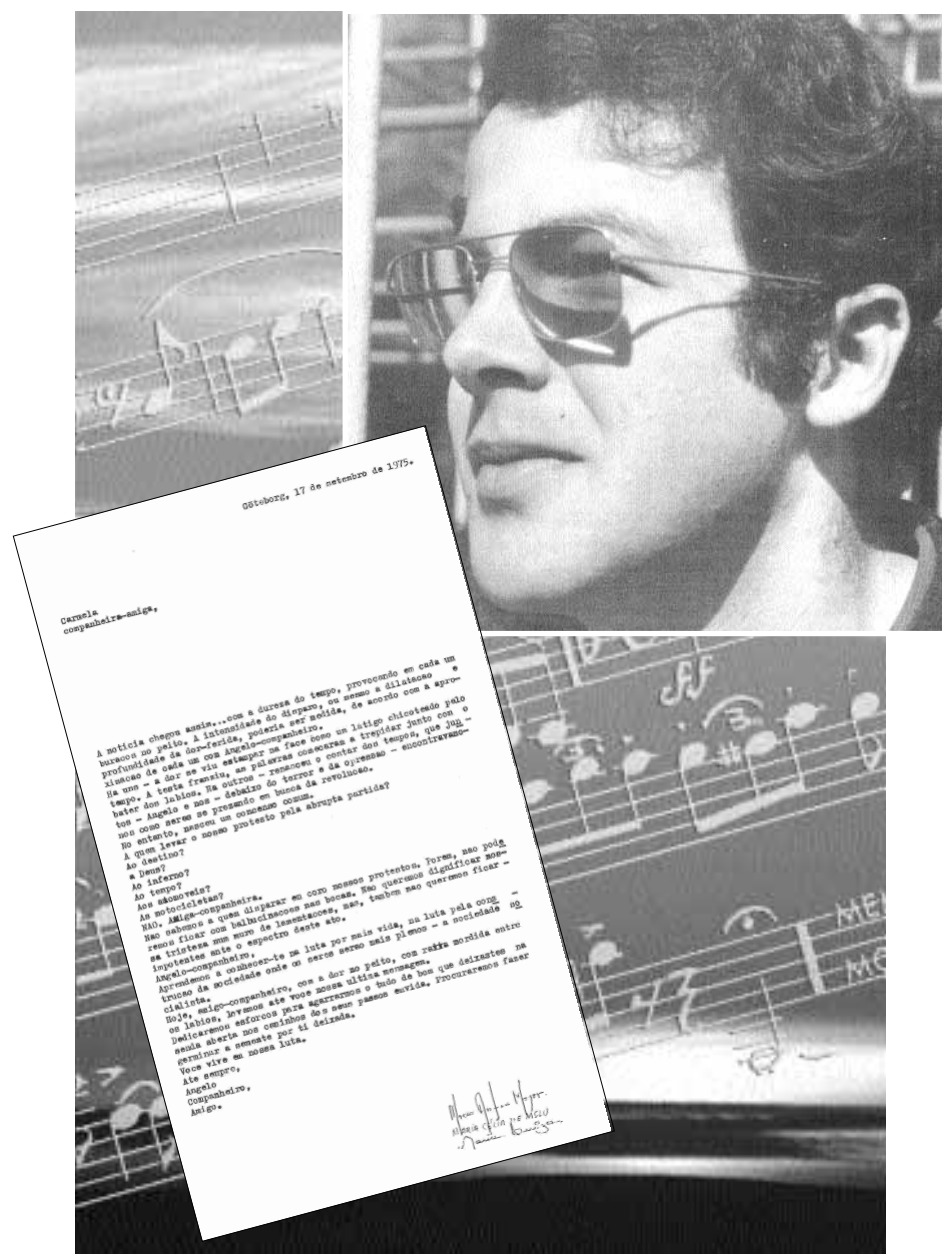
seguida. Ainda no Chile, foi um dos que mais batalhou para provar a infiltração do Cabo Anselmo nos meios revolucionários brasileiros, tentando convencer os companheiros de que Anselmo era um traidor e que era dele a responsabilidade por várias quedas e mortes. Em seguida, veio o golpe chileno, o que o levou a pedir asilo na embaixada do Panamá.

Sua permanência no Panamá foi curta. Sua companheira, Maria Luíza Gaet, seguiu com ele para a França, onde ele logo se integrou ao comitê cujo objetivo era obter asilo na Europa para os companheiros brasileiros, chilenos, uruguaios e outros que estavam em situação irregular na América Latina. Com esse objetivo, viajou pela Europa, fazendo contatos com entidades da área de direitos humanos. Em Paris, participou de um grupo de estudos que analisava o movimento histórico da América Latina e de grupos de apoio aos presos no Brasil.

Por duas vezes, a primeira no Chile e a segunda na França, Ângelo retornou aos seus estudos de Medicina, conseguindo formar-se em Paris, em meados de 1975, como psiquiatra.

No dia 11 de setembro de 1975, Ângelo morreu em um acidente de motocicleta em Paris. Seu corpo foi cremado no Cemitério Père Lachese, onde estão sepultados os maiores heróis franceses. Em 1976, suas cinzas, trazidas para o Brasil, foram colocadas no Cemitério das Paineiras, em Araxá, sua terra natal.

Sobre sua morte, seu amigo Herbert Daniel escreveu: (...) *não saberemos se foi seu gosto pela ironia que determinou a escolha da data, aniversário do golpe do Chile. Ângelo escapou da cadeia no Brasil, escapou do golpe no Chile; mas não escapou da sua ânsia de viver demais. Não viveu para ver nenhum resultado. Este é o resumo brutal de todas as mortes provisórias (...)*





A nthero de Carvalho Drumond

Anthero de Carvalho Drumond nasceu em Nova Era, Minas Gerais, em 25 de abril de 1918. Filho de Octávio de Carvalho Drumond, fazendeiro, e de Olímpia Guerra Martins Drumond, dona-de-casa, tinha quatro irmãs: Maria Aparecida (Mariinha), Olímpia (Pimpinha), Magali Joanita e Irene. Sendo o único filho homem, ajudava o pai na direção da fazenda. Apreciava muito a leitura e escrevia romances, crônicas, contos e poesia. Fiel aos bons princípios, valorizava a reunião das refeições, principalmente em datas comemorativas, religiosas e de aniversários.

Casou-se com Maria do Rosário de Andrade Drumond, com quem teve seis filhos: Otávio José, Leonel, Maria Olímpia (falecida aos nove meses), Ascânio, Antônio e Ângelo de Andrade Drumond. Com os filhos ainda crianças, Anthero contava-lhes histórias e não saía do quarto sem antes abençoá-los com o sinal da cruz e um beijo na testa de cada um. Já quando adultos, mantinha-os sempre unidos entre si e a ele, cativando-os com seu jeito amigo de orientar, participar, aconselhar e abençoar.

Cursou as séries iniciais do Ensino Fundamental em Santa Maria de Itabira e fez o antigo curso de *madureza* no Colégio Nair Santana, em Belo Horizonte. Trabalhava como rábula, prestando serviços na defesa do direito de seus clientes, em pequenas causas. Como despachante, fazia declarações de renda, cadastro de gado, imóveis e outros ativos, além de intermediar negociações.

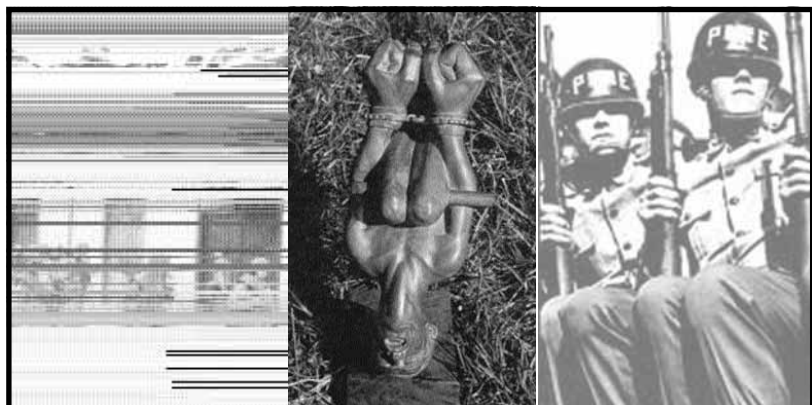
Anthero era um rapaz muito informado sobre assuntos gerais, nunca aceitava as *coisas prontas*, do jeito que ordenavam, preocupava-se na conscientização da população sobre a

necessidade de um governo democrático e de governantes comprometidos com o seu povo, que ouvissem a sociedade e estivessem dispostos a acabar com as injustiças sociais. Nunca pertenceu a nenhum tipo de organização política, mas foi acusado pela polícia de pertencer ao *Grupo dos Onze*, de Leonel Brizola.

No dia 11 de abril de 1964, foi preso por ter fortes ligações com integrantes de grupos de militantes políticos de Nova Era, sendo acusado de participar de movimentos subversivos e de comunistas. Foi preso em sua casa quando colocava suas crianças para dormir. Prisioneiro, foi levado para João Monlevade, onde sofreu torturas físicas e psicológicas. Levado, junto com seus companheiros, de João Monlevade até Governador Valadares, Anthero viajou de ônibus e, passando por todas as cidades e lugarejos do trajeto, era mostrado às populações locais como *subversivo* e *comunista*, de modo que todos vissem o que aconteceria a quem fosse contra a *ordem*. Posteriormente, foi julgado e libertado, recuperando o direito de voltar para sua casa.

Mesmo em liberdade, Anthero carregou para sempre em sua vida seqüelas graves, tanto psicológicas como sociais, por ter passado, juntamente com sua família, sofrimentos e humilhações imerecidos.

Faleceu em 25 de outubro de 1991, aos 73 anos, acometido de doença pulmonar e complicações cardíacas.



A ntônio Carlos Bicalho Lana



Antônio Carlos Bicalho Lana nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, no dia 2 de março de 1948, filho de Adolfo Bicalho Lana e Adalgisa Gomes de Lana numa família de muitos irmãos: Elídio, Eliana, Adolfo, Ângelo, Ana Maria, Luiz Cláudio, Júlio César, Mariângela e Helena Maria.

Fez as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental no Grupo Escolar D. Pedro II, passando depois para a Escola Municipal Marília de Dirceu, onde cursou até as primeiras séries do Ensino Médio, que deixou inconcluso.

Ingressou no movimento estudantil na década de 60, participando em Ouro Preto de um grupo de militantes formado por estudantes secundaristas, universitários e operários. Filiado à Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE), transferiu-se para Belo Horizonte, onde morou de 1969 a 1970. Mais tarde, passou a militar na Ação Libertadora Nacional (ALN), da qual foi um dos dirigentes, sempre lutando contra a ditadura militar e por uma sociedade mais justa no Brasil.

Também conhecido como *Cristiano*, *Cal* e *Mateus*, a opção de Antônio Carlos foi pela luta armada, método político que julgava necessário e válido naquela época, devido às condições de repressão política e ao cerceamento das liberdades democráticas impostos ao País pelo regime militar vigente.

No início de 1969, diante das prisões, torturas e assassinatos de seus companheiros, Antônio Carlos percebeu a dureza

do combate em que se engajara. Firme em suas convicções, deslocou-se para o Rio de Janeiro e São Paulo, através da ALN, cumprindo na clandestinidade várias tarefas importantes dentro da organização e em vários pontos do País.

Segundo depoimento de antigos companheiros, a sua coragem e destemor diante da morte, aliados à generosidade e afetividade, faziam com que ele encorajasse os companheiros diante dos perigos e, mesmo nos momentos mais difíceis, partilhasse com eles o sonho de uma sociedade socialista. Acompanhava-o, nesses tempos de riscos e perigos, a esposa Moema San Tiago, com quem viveu clandestinamente.

Ameaçado de morte pelos órgãos da repressão, recusava a idéia de exilar-se do Brasil, convicto da importância política de manter a resistência armada contra a ditadura.

No dia 30 de novembro de 1973, foi preso pelo Destacamento de Operações Internas do Centro de Defesa Interna (DOI/CODI) em São Paulo, quando viajava de Santos para São Paulo, com sua companheira e também militante da ALN, Sônia Maria Moraes Angel. Conforme depoimento de Marival Dias Chaves do Canto, ex-Sargento do Exército, à revista *Veja*, edição de 18/11/92, Antônio Carlos e Sônia foram levados a um centro clandestino de tortura, localizado num sítio na zona sul de São Paulo, onde foram torturados barbaramente e assassinados com tiros no tórax, cabeça e ouvido. Depois, seus corpos foram colocados no porta-malas de um carro e levados até o bairro de Santo Amaro, em São Paulo, onde foi encenada a farsa de um tiroteio para simular a morte deles.

De fato, segundo nota oficial do 2º Exército, a morte do militante ocorreu devido a um tiroteio em confronto com as forças de segurança na av. de Pinedo, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo. Enterrado clandestinamente pela repressão, Antônio Carlos foi considerado desaparecido até que, em 1991, foram descobertas várias ossadas no Cemitério Dom Bosco, de Perus, em São Paulo. Entre as ossadas, analisadas cientificamente por técnicos da Universidade Estadual de Campinas

(UNICAMP) foram identificadas as de vários opositores ao regime militar implantado no Brasil a partir de 1964, dados até então, como *desaparecidos*.

Os restos mortais de Antônio Carlos Bicalho Lana, mineiro de Ouro Preto que sonhou, como os Inconfidentes de 1789, com um Brasil livre do jugo de seus opressores, independente e democrático, foram enterrados, finalmente, por seus familiares, em sua cidade natal, no dia 12 de agosto de 1991.



A ntônio Holandino de Araújo



Primeiro de abril de 1964. Quando o dia amanheceu naquela longínqua e fria quarta-feira, a polícia política cercou o quarteirão e invadiu a casa de Antônio Holandino de Araújo. Os tiras, armados de fuzis e metralhadoras, prenderam-no, algemaram-no e arrastaram-no para um jeep que saiu a toda velocidade para algum lugar desconhecido, levando-o e à família para um futuro de incertezas e sofrimento.

Eram os fatos confirmando a tese do filósofo alemão Hegel, que dizia que a História se repete pelo menos duas vezes, sendo a primeira vez como tragédia, a segundo como farsa. No caso, a tragédia era a da ditadura Vargas; a farsa, a do Golpe Militar de 1964.

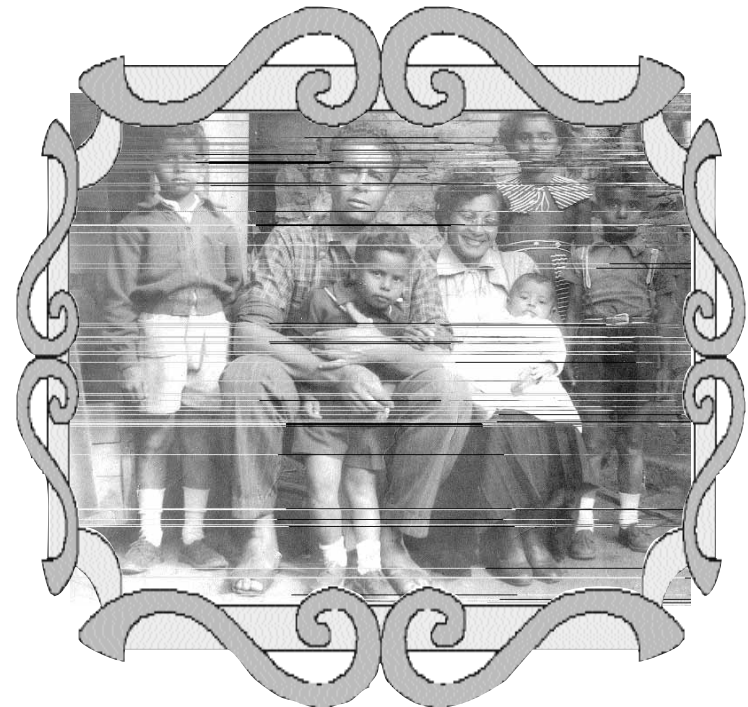
Antônio Holandino nascera na cidade de Serro, incrustada no alto da serra do Espinhaço, próxima da nascente do rio Jequitinhonha, no dia 11 de agosto de 1919. Filho de Joaquim José de Araújo (o cabo Joaquim) e Laudelina Seixas de Araújo, teve uma infância feliz, brincando e correndo pelas ruas empoeiradas da cidade, apesar da educação rigorosa que seu pai lhe dava, a ele e a seus cinco irmãos José, Florestano, Maria, Sebastiana e Lili, que morreria ainda criança.

Aos 11 anos, sua infância começou a murchar com a morte de seu genitor. A vida tornou-se áspera e, aos 17 anos, interrompeu a adolescência, partindo para Belo Horizonte em busca de trabalho, para sustentar-se e ajudar sua pobre mãe viúva. Para um garoto que estudara até a quarta série do Ensino

Fundamental, recém-chegado do interior, não era fácil conseguir emprego. Por isso assentou praça na Polícia Militar e, durante algum tempo, o soldado Holandino percorreu várias cidades mineiras.

Seu destino e suas aspirações, todavia, não eram a vida de caserna. Deixou o quartel e partiu para novas, emocionantes e sofridas aventuras. O vigor de sua juventude e a força de seus músculos levaram-no por este imenso Brasil. Operário em São Paulo, lenhador no Paraná, caminhando pelas estradas solitárias do sul, sentindo muitas vezes o vazio do estômago, mas sem nunca deixar de mandar algum dinheiro para sua querida mãezinha.

Finalmente voltou a Belo Horizonte. Foi pedreiro, condutor de bonde e carroceiro. Apaixonando-se pela prima Conceição Batista de Almeida, morena bonita e faceira, professora educada em colégio de freiras em Curvelo, com ela casou-se em fevereiro



de 1945, a contragosto de sua sogra e tia, Maria Augusta Reis de Almeida.

Pouco depois, demitiu-se do antigo Departamento de Bondes e Ônibus e, com muito sacrifício, comprou um caminhão. Em dez dias, tirou sua carteira de motorista. Em 1946, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), por influência de seu irmão caçula, Sebastião de Araújo, que era militante. Passou a estudar marxismo, aprendendo nos livros de Marx, Engels e Lênin que *"os homens fazem sua própria história, mas não fazem como querem"*. Nesse ambiente, nasceram suas primeiras filhas, Nelma Helena e Norma Edna.

Em 1949, quando sua mulher esperava o terceiro filho, que viria a se chamar Florestano Herbert, em homenagem ao irmão Florestano Araújo e ao cunhado Djalma Herbert de Almeida, vendeu o caminhão, sua ferramenta de trabalho, e entregou todo o dinheiro para o partido, na ânsia de ver triunfar a Revolução Socialista. E foi trabalhar como gerente do *Jornal do Povo*, órgão do PCB.

Os anos foram passando e, na década de 50, nasceram mais dois filhos: Luís Carlos, assim nominado em homenagem a Prestes, o Cavaleiro da Esperança, e William Márcio, em homenagem a William Dias Gomes, operário da Mina de Morro Velho, que fora assassinado pela polícia em Nova Lima.

Aos domingos, vendia o *Jornal do Povo* nas portas das fábricas da Cidade Industrial, do Barreiro e de Sabará. Levava consigo seus três filhos varões, sanduíches para a merenda e uma garrafa de café. Quando vinha a fome, sentavam-se os quatro nos trilhos da ferrovia e comiam, ele talvez sonhando com um futuro melhor e os filhos, quem sabe, com o ajantarado de domingo.

Os anos continuavam passando, inexoravelmente, transformando o presente em passado saudoso e Antônio Holandino de Araújo seguia participando ativamente de todas as campanhas populares realizadas no País em defesa da classe trabalhadora e da nacionalização da economia brasileira. Participou

das campanhas *O Petróleo é Nosso* e *Apelo de Estocolmo pela Paz Mundial*, batalhou pela criação da Eletrobrás, lutou pelo 13º salário, pelas férias de 30 dias, por uma jornada de trabalho de oito horas e por muitas, muitas outras causas proletárias. Nessa época, década de 50, enquanto nascia seu sexto filho, Vladimir Marco, em homenagem a Vladimir Ilich Lênin, foi preso nove vezes, por sua militância política.

A vida tornava-se cada vez mais difícil e, em 1957, Antônio Holandino deixou o *Jornal do Povo*, indo trabalhar como ajudante de caminhão. Com muito esforço e trabalho árduo, conseguiu comprar outro caminhão, um velho Chevrolet 1946.

Assim, ele e sua companheira Conceição iam educando os filhos e, apesar da vida ser difícil, encontravam os dois os momentos de paz e ternura para cantar as músicas de Augusto Calheiros e Vicente Celestino, ouvir tangos e ensinar os filhos a declamar poesia:

*Mulher escuta. Escuta!
Ouves um rumor longínquo?
São os paraguaios que se aproximam.
Fujamos mulher, fujamos
para defender a nossa filha.
Estamos no abrigo da nossa pátria
e a nada temos que temer.*

Aos domingos, ia ao Mercado Central para comprar flores e as levava para a mulher enfeitar a casa.

Nasceram nesse clima seus dois últimos filhos: Adelina Augusta, em homenagem às avós, Laudelina e Maria Augusta, e Frederico Antônio, em homenagem a Frederico Engels.

Com honra e dignidade, trabalhava muito para sustentar a numerosa família. E continuava militando no PCB até que veio o remoto e fatídico 1º de abril de 1964, apoiado pela burguesia nacional, pelas mediócras e fervorosas damas da classe média

com sua *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, pelos reacionários da *Tradição, Família e Prosperidade* (TFP), por membros retrógrados e atrasados do clero e por políticos entreguistas. Assim, o Brasil mergulhou nas penumbras de um despotismo que se prolongaria por mais de três décadas.

Preso e incomunicável, sua família desconhecia seu paradeiro, até que um amigo, o Walter tintureiro, descobriu que ele se encontrava no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Contudo, não era possível visitá-lo. Nos porões daquela casa de tortura, os presos políticos estavam sendo espancados.

Antônio Holandino era um deles. Segundo relata o Dr. Antônio Ribeiro Romanelli em seu livro *1964 - Minhas Histórias do Cárcere e do Exílio*, constava na ficha política de Holandino no DOPS que ele era guarda-costas de Luís Carlos Prestes. Como Prestes estava sendo procurado pelas polícias de todo o País, resolveram interrogar Holandino, na suposição de que ele teria preciosas informações para levá-los até o líder. O detetive Lana, conhecido como *O Gordo*, foi encarregado de dirigir o interrogatório. Como não conseguissem extrair dele nenhuma informação, levaram-no aos empurrões e pontapés, com as mãos algemadas nas costas, para a cela de espancamento.

- *Acaba com este comunista filho da puta*, gritou um deles.

- *Filhos da puta são vocês, canalhas*, respondeu Antônio Holandino com sua voz possante.

E meteram-lhe o coro. Mas o Holandino era um homem modelado com fibras de aço. Quanto mais apanhava, mais xingava e gritava. E, segundo ele disse mais tarde, queria chamar a atenção da vizinhança, para que soubessem que estavam espancando os presos políticos.

- *Rebenta logo esse filho da puta, Frederico*, ordenou Lana.

- *Vai pro caralho!* gritou o Holandino, que estava meio caído, ofegante de dor e com a vista ofuscada pelas pancadas.

De repente, Antônio Holandino percebeu um vulto enorme vindo em cima dele. Afastou a cabeça para o lado e o animal deu um murro tão forte na parede que quebrou dois dedos e o braço

em três partes, caindo desmaiado aos pés de seu torturado. Disse o Dr. Romanelli em seu livro: *"ouvimos um animalesco uivo de dor, pois o Frederico havia fraturado o braço. Após o acidente de trabalho - como diziam os policiais - conduziram o Frederico para o hospital. No dia seguinte, os jornais anunciavam que ele fraturara o braço em motim de presos e, com isso, tornou-se um herói da revolução, exibindo, durante bastante tempo, seu glorioso braço quebrado..."*. Holandino pensara que naquela hora seria assassinado. Não o fizeram, mas durante a madrugada deram-lhe um banho de água gelada, molhando sua roupa e encharcando sua cela para que ele não pudesse se deitar.

No domingo, dia 5 de abril, pela manhã, foi transferido para a colônia penal próxima de Neves, antes que sua família pudesse visitá-lo, exceto seu filho Florestano, de 14 anos, que, por um desses caprichos da fatalidade, conseguiu vê-lo no sábado. Ele havia saído da escola e dirigira-se ao DOPS para tentar ver seu pai. Seus cadernos estavam encapados com capas da revista *Union Sovietica* e foram dele tomados quando lá chegou. Mandaram-no sentar-se em um banco do corredor e, depois do que lhe pareceram horas, o delegado Thacyr Menezes Sia o chamou e gritou com ele:

- *Seu pai já está complicado e você aparece aqui com estas capas de revista comunista?*

E falando para outro policial:

- *Bota esse moleque lá embaixo junto com o pai dele.*

Mandaram-no sentar-se novamente e, de vez em quando, vinha um policial fazer perguntas: *"conhece aquele homem ali? É aquele outro ali? Aquele ali é seu professor no Colégio Anchieta? Ele também é comunista?"*. Passou-se mais algum tempo e parece que se esqueceram do fato. Mandaram buscar seu pai, que apareceu barbado e com a roupa suja de sangue. E foi entre dois guardas e um tira que puderam conversar alguns minutos.

Antônio Holandino ficou preso oito meses na Colônia Penal Magalhães Pinto, em Neves, e foi libertado por força de um *habeas corpus* no dia 23 de dezembro de 1964.

Voltou imediatamente para o volante de seu caminhão, enquanto aguardava seu julgamento. Era sua idéia pedir asilo em algum País socialista. Entretanto, como deixar uma família tão numerosa e que precisava muito dele?

Nessas circunstâncias, passou-se o ano de 1965. No dia 2 de fevereiro de 1966, Antônio Holandino foi novamente preso e levado para Juiz de Fora. Seu julgamento foi iniciado às 8 horas do dia 7 de fevereiro de 1966, pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da IV Região Militar. Incurso na Lei de Segurança Nacional, acusado de práticas subversivas, foi condenado a 11 anos de prisão.

Em carta enviada à esposa, em 3 de maio de 1966, Holandino retratava a forma como eram tratados os presos políticos em Juiz de Fora: (...) *"Nós tivemos notícia de que íamos ser mandados embora nesta semana, mas as coisas aqui se arrastam, quando é a nosso favor, porém quando é contra, é rápido. Ontem não tivemos banho de sol; isto para nós é uma grande coisa, mas estamos à mercê de alguém que é nosso inimigo. Mesmo o que temos direito não nos proporcionam com regularidade. Ficamos dependendo da boa vontade do oficial do dia para nos dar uma mísera meia hora de sol. Mas nos vingamos mostrando alegria, pois o prazer deles é nos ver tristes. Este prazer não lhes damos. Estamos sempre alegres e confiantes, temos certeza no amanhã, mais cedo ou mais tarde seremos vingados"* (...).

No dia 20 de maio de 1966, o Superior Tribunal Militar decidiu reduzir a pena de Holandino para dois anos



e quatro meses, tendo um dos ministros do Tribunal declarado à época que a pena que lhe havia sido imposta era monstruosa.

Beneficiado com o indulto de Natal, Antônio Holandino foi liberado no dia 10 de fevereiro de 1967, depois de dois anos e quatro meses de cativeiro.

Novamente retornou para sua vida de caminhoneiro e trabalhou arduamente para recuperar tanto tempo perdido. Na clandestinidade, foi representante do jornal *Voz Operária* e, na cabine de seu caminhão, trazia do Rio de Janeiro o jornal *Voz da Unidade* para ser distribuído em Belo Horizonte.

Aposentou-se em 1983, aos 64 anos, e continuou sua trajetória de luta por um futuro mais digno e mais justo, rumo ao objetivo que julgava o mais belo e nobre para a sociedade humana: o socialismo. Nessa caminhada, candidatou-se a deputado estadual pelo PCB, seu eterno e amado partido.

No dia 16 de julho de 1989, ele partiu, vítima de um infarto, deixando um imenso vazio e uma saudade enormes no coração de sua esposa, de seus filhos, de seus netos, dos amigos e dos companheiros.



O caixão de Antônio Holandino de Araújo, o comunista histórico do PCB, foi coberto com a bandeira vermelha, símbolo de sua luta cotidiana e de sua honrosa, fraterna e solidária vida de HERÓI ANÔNIMO DA HISTÓRIA.

(Texto de Florestano H. Araújo)



Antônio Joaquim de Souza Machado

Antônio Joaquim de Souza Machado nasceu na Fazenda São José da Vereda, em Papagaios, oeste de Minas Gerais, no dia 13 de setembro de 1939. Era o oitavo dos 13 filhos dos fazendeiros Joaquim Maria de Souza Machado e Maria de Oliveira Campos.

Antônio Joaquim, o *Quincas*, mais tarde o *Bigode*, saiu da fazenda ainda criança, para estudar em regime de internato no Ginásio São Francisco, em Pará de Minas, Minas Gerais, só voltando em casa no período das férias escolares. Ao chegar à oitava série do Ensino Fundamental, transferiu-se para o Colégio Dom Silvério, em Sete Lagoas, Minas Gerais, onde fez também o Ensino Médio. Em 1960, entrou para a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde se formaria em 1964. Porém, em função da ditadura militar, acabou interrompendo seus estudos e indo para o Rio de Janeiro, de onde só retornou em 1965, quando concluiu sua graduação.

Foi militante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC) e, apesar de não ter ocupado nenhum cargo no Diretório Acadêmico, tornou-se um dos principais líderes e articuladores do movimento universitário. Com o Golpe Militar de 1964, Antônio Joaquim foi intensamente procurado pela polícia política e, durante um ano, teve que viver



escondido no Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores da organização Ação Popular (AP), pouco depois de sua admissão na universidade. Militou na AP por aproximadamente seis anos.

Começou a advogar em Belo Horizonte em 1966, inscrito na OAB/MG sob o nº 12.229, embora não tivesse abandonado, totalmente, sua militância política. Nessa ocasião, engajou-se na campanha eleitoral do Prof. Edgar de Godói da Mata Machado, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e desenvolveu enorme esforço contra a pregação do voto nulo nas eleições parlamentares daquele ano. Ainda em 1966, foi para Teófilo Otoni, Minas Gerais, onde deu continuidade a suas atividades profissionais.

Em 1969, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou num escritório de advocacia e passou a integrar a organização Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares).

Nessa época, Antônio Joaquim morou com Maria Clara Abrantes Pêgo, amiga que conhecia desde menino. Maria Clara, mais tarde, seria presa na Polícia do Exército (PE), seria seqüestrada e seviciada e seria importante testemunha dos desaparecimentos de Antônio Joaquim, Carlos Alberto Freitas e Sérgio Emanuel Campos, o único que foi encontrado com vida.

Em dezembro de 1970, Antônio Joaquim, entendendo que não havia mais condições de permanecer no Brasil, preparou-se para viajar para a França. Vários amigos de Belo Horizonte foram para o Rio despedir-se do companheiro. Surpreendentemente, Antônio Joaquim voltou atrás em sua decisão e resolveu não mais viajar, alegando que tinha cirurgias a fazer e que não queria interromper sua terapia.

Em 15 de fevereiro de 1971, hospedado na mesma pensão que Carlos Alberto Soares de Freitas, na rua Farne de Amoedo, 135, Ipanema, Rio de Janeiro, marcou um encontro com dois companheiros da VAR-Palmares por volta de 20 ou 21 horas, em frente ao *Bar Chaplin*, em Ipanema. Mas não compareceu. O fato se explicaria pouco depois. Segundo o *Jornal do Brasil* de 23/01/78, o advogado Antônio Joaquim fora preso no decorrer

daquele dia 15 de fevereiro, em Copacabana, por um comando da Marinha, sendo mais tarde entregue às autoridades do Exército.

Foi impetrado o *habeas corpus* nº 30.405, no Superior Tribunal Militar (STM), no dia 27 de maio de 1971, sendo relator do processo o ministro Nelson Sampaio, buscando informações sobre os presos Antônio Joaquim, Carlos Alberto e Emanuel. O delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do antigo Estado da Guanabara, Gastão Fernandes Barbosa, dizia que Antônio Joaquim e Carlos Alberto jamais estiveram presos ou detidos naquele departamento.

A última notícia que os pais de Antônio Joaquim tiveram dele foi dada pelo General Elcino Lopes Bragança, em setembro de 1972. Segundo o General, Antônio Joaquim estava preso nas dependências do Exército, no Rio de Janeiro. Estava indiciado no inquérito nº 20/71 e incurso na Lei de Segurança Nacional por usar, através de fraude, meios para aquisição de passaporte brasileiro.

O deputado emedebista Tancredo Neves foi intermediário junto ao governo para verificar a participação de Antônio Joaquim no caso dos passaportes e constatou, em 1975, que ele não tinha qualquer envolvimento no problema.

Quando de sua prisão, Antônio Joaquim tinha 32 anos, era solteiro e um sujeito tranqüilo e divertido. Gostava muito de música popular brasileira, apesar de não cantar absolutamente nada. Era carinhoso, fiel às suas amizades, gostava de praia e mantinha amigos que nada tinham a ver com sua militância. Bebia pouco, ficava até de madrugada com os amigos e adorava brincar com crianças.

Segundo depoimento de vários companheiros, Antônio Joaquim foi torturado na *Casa da Morte*, local secreto do Des-



tacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) no Rio de Janeiro, para onde eram levados os detentos por cuja prisão os órgãos de segurança não pretendiam assumir a responsabilidade. A passagem de Antônio Joaquim de Souza Machado pelo centro clandestino de tortura foi confirmada pela presa política Inês Etienne Romeu, sobrevivente da *Casa da Morte*.



Antônio Luiz Paixão

Antônio Luiz Paixão, o Professor Paixão, nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 6 de maio de 1947, filho de Oswaldo Paixão e Wanda de Freitas Paixão. Deixou um único filho, Luiz Andrés Ribeiro Paixão, de seu casamento com Marília Andrés Ribeiro. Eram suas irmãs Maria Lúcia e Helena Heloísa Paixão e sua única sobrinha Sílvia Helena Paixão Alencar.

Fez os estudos iniciais no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, completando-os no Colégio Estadual Central, responsável pela formação de várias gerações de intelectuais.

Graduou-se em 1969 em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e fez o Mestrado em Ciências Políticas, também pela UFMG, em 1971. Logo em seguida foi para a Universidade de Stony Brook, em Nova Iorque onde fez pós-graduação em Sociologia, entre 1973 e 1975.

Em 1976, prestou concurso para Professor do Departamento de Sociologia da UFMG. Na universidade, destacou-se como professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais. Foi orientador de inúmeras dissertações de Mestrado nessa área. Desenvolveu pesquisas sobre os temas da violência e da criminalidade. Publicou numerosos artigos em diversas revistas de Ciências Sociais, além de vários livros, entre eles *Vigiar e Punir*, pela Editora Cortez. Foi professor visitante do IUPERJ, no Rio de Janeiro, e da Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos.

O Professor Paixão gostava muito de ler jornais, revistas, livros ligados a Sociologia, política, literatura, biografia e romances policiais. Adorava conversar sobre os mais variados assuntos com professores, estudantes e gente que não fazia parte do círculo acadêmico. Gostava de música popular e erudita e ia

freqüentemente a shows de música popular brasileira. Gostava, também, de cinema, artes plásticas e futebol.

O Professor Paixão faleceu no dia 23 de agosto de 1996, em Belo Horizonte, de infarto agudo, deixando uma enorme saudade não só entre seus familiares, mas entre seus inúmeros alunos, amigos, companheiros da UFMG e todos os que puderam com ele conviver.



A amizade e dedicação dos colegas de Paixão foram expressas por sua colega Alba Zaluar, durante o Congresso da ANPOCS realizado em Caxambu em 1996, logo depois do seu falecimento. Foram as seguintes as suas palavras:

Antônio Luiz Paixão, intelectual e amigo

Hoje não vou falar de violência. Vou falar de reciprocidade, da amizade, da interlocução que se deve mais ao prazer de instigar o pensamento do que ao duelo de floretes das vaidades acadêmicas. Vou falar do Paixão, interlocutor e amigo de tantos anos.

Mas como dizer o que foi parte do nosso cotidiano de tantos anos, que nem sabíamos direito como era? Como falar do que se fazia, se praticava sem se dar conta da sua importância, do seu sentido, dos seus resultados? Não que esse exercício de dizer o que não precisava do dito seja o da violência simbólica, conceito que Paixão e eu estamos longe de aceitar nos seus pressupostos e consequências teóricas, mas ele conduz a um estranhamento do que já nos parecia com que um dado inabalável de nossas trocas intelectuais, uma conquista de nossas parcerias, um ponto de encontro certo nos nossos circuitos de braceletes-idéias e colares-argumentos. A súbita falta desse ponto, desse dado, desse fato, dessa conquista que era a pessoa do Paixão nos obriga a pensar sobre os significados e os sutis e singelos mecanismos da ação contínua de sua amizade sobre nós.

A sutileza, irmã da inteligência, mas não tão arrogante quanto ela, era aquele jeito inimitável de dizer coisas inesperadas, inovadoras, surpreendentes, juntando pedaços de evidências, contornando ou minando (nunca destruindo) meias, velhas, surradas verdades como quem conta um caso muitas vezes engraçado, tecendo as mais elaboradas teorias sociológicas sobre o tema em questão como quem borda um simples pano, cuja utilidade só se enxerga muito depois. A singeleza vinha dessa capacidade de reunir as mais recentes teorias dos mais diversos cientistas sociais num esquema aparentemente simples, porque compreensível por todos, que fazia de Paixão o interlocutor privilegiado de todos aqueles que

abordaram os mesmos temas e perguntas que o deixavam a devorar livros e varar dias e noites com seus solitários acompanhantes: o cigarro e o copo.

Não que ele fosse um neurótico do trabalho, a humilhar-nos com sua incansável capacidade de trabalhar duro. Muito pelo contrário. Participante convicto da cultura da boemia, uma das mais notáveis e criativas surgidas entre nós, Paixão era imbatível nos papos de botequim, tão desprezados pelos sérios adeptos do pensamento burocratizado, confundido com o moderno e o produtivo. Suas risadas e suas tiradas ainda ecoam aqui, neste lugar, e dentro de nós. Certamente o clube da esbórnia, uma das mais fascinantes organizações da ANPOCS, não será mais o mesmo. Está faltando um.

Seus amigos sabem que ninguém estava livre de suas piadas. Se ela era boa, não havia amizade nem reverência intelectual que privasse o Paixão e seu público de uma grande risada às custas do alheio. Ninguém ficava tampouco ao largo de suas agudas críticas intelectuais. Só que não dava para ficar ofendido ou raivoso. Tudo era dito com tanto delicadeza e precisão ou com tanta graça que a crítica virava proveito. Amigos, amigos; resenhas, pareceres, avaliações e piadas à parte. Estranho que uma pessoa que valoriza tanto a amizade e a troca, fosse tão pouco corporativo e clientelista, segundo os velhos padrões brasileiros. Será que com suas atitudes Paixão não estava apontando, na sua forma sutil, a necessidade de rever as velhas, viciadas e surradas idéias sobre a amizade no Brasil?

Brasileiro, mineiro, alemão, torcedor do Atlético, não necessariamente nessa ordem, dependendo muito das circunstâncias e situação, Paixão era daqueles descendentes dos europeus no Norte que se identificava com os estigmatizados pela preguiça, pela mistura de raça, pelo perene compromisso com a alegria e a diversão. Isso com seriedade, a dedicação e a generosidade que

sempre marcaram tudo que ele fez. E como fez. Dizem as más línguas que se metia a estudar qualquer coisa. Dizem as boas línguas que era capaz de estudar os mais variados assuntos, descobrindo interesses inusitados na criação de gado, na produção leiteira, na história da Inquisição de Minas, nos processos judiciais, nos B.ºs, nas estatísticas policiais, no cotidiano de uma delegacia, nos menores de rua, nos programas da nossa malfadada e sem rumo política social. Não é para qualquer um.

Difícil selecionar o que se destaca mais entre tudo que escreveu. Aliás, para o grande e generoso conversador que era, sempre disposto a discutir pontos difíceis, pesquisas enroladas, teorias polêmicas com colegas e professores, alunos seus e alunos dos outros, Paixão muito escreveu. São notas de aulas, inúmeros artigos que, reunidos, comporiam mais de um livro, e a tese finalmente terminada, que ficaram a reclamar um paciente trabalho de edição dos seus mais próximos colaboradores na UFMG. Aguardaremos todos ansiosos, um modo de fazer com que ele não nos deixe assim tão de repente, sem nem avisar que estava indo, deixando aquela conversa pelo meio, aquela idéia trocada truncada, a pergunta no ar, a rede esgarçada, o circuito interrompido, o projeto desfeito. Tão generoso, nem deixou o hiato entre o que dava e o que recebia diminuir mais um pouco. Não deu tempo de retribuir. Fica para a próxima, para esse trabalho de um exigir esforço de vários em tornar público o que foi largando em escritos esparsos.

Eu destacaria, naquilo que mais me marcou, três abordagens e uma postura política sobre a violência e a criminalidade no Brasil, temas dos quais surgiram nossa amizade e parceria intelectual.

A primeira foi sua pesquisa baseada numa série histórica de estatísticas sobre a violência em Minas, um dos primeiros textos sociológicos sérios sobre um assunto considerado então como menor. Paixão foi, sem dúvida, o

pioneiro não só do tema, como da abordagem, ainda na década de 70. Nela, pela primeira vez ouvi as dúvidas acerca da associação entre pobreza e criminalidade violenta, associação essa inteligentemente interpretada por ele como mais uma profecia autocumprida. Por causa desse texto, fui obrigada a relativizar a minha postura de antropóloga adepta do método qualitativo e me esforçar em trabalhar com os números.

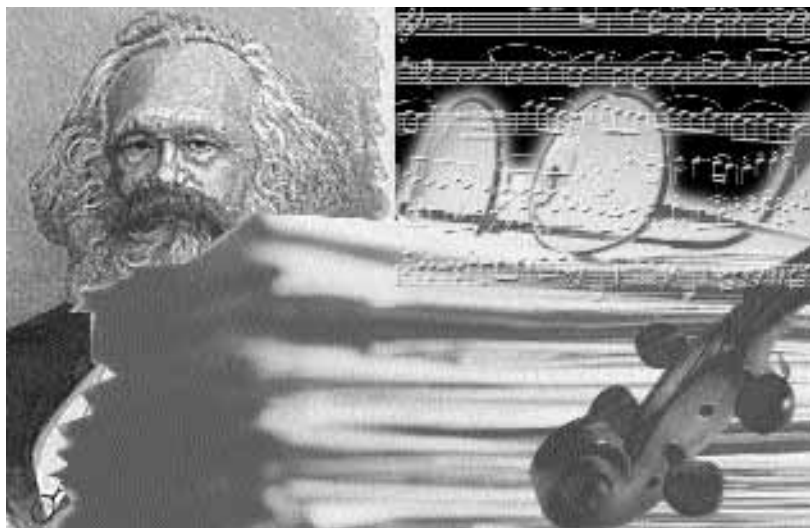
A segunda foi o seu estudo do cotidiano de uma delegacia de polícia que resultou num dos textos mais instigantes sobre essa instituição no Brasil: o profundo hiato entre as disposições escritas - a lei e as normas burocráticas - e a lógica em uso de seus agentes. Esse texto, muito usado e pouco citado, espalhou as técnicas da etnografia entre os sociólogos brasileiros que estudavam quase tudo através de números. E é uma das etnografias mais interessantes produzidas entre nós porque não apela para a análise do discurso de algumas entrevistas, o que se tornou uma verdadeira praga ou vício entre antropólogos brasileiros fascinados pela teoria da representação. Paixão, embora não fosse admirador de Bourdieu, consegui nesse texto articular a teoria dos significados com a teoria da ação, um dos maiores desafios da Sociologia na virada do século XXI.

A terceira foi sua inventada abordagem do fluxo nos processos judiciais que iniciou pelos B.Os e R.Os, ou seja, os boletins de concorrência da Polícia Militar e os registros de ocorrência da Polícia Civil. Hoje usada em quase todos os estudos sobre o sistema de Justiça no Brasil, essa abordagem deve muito à contribuição de Paixão ao incorporar no fluxo os seus momentos iniciais, anteriores à fase do inquérito policial e do processo judicial, cujos ritualismo e lógica ficaram ainda mais claros.

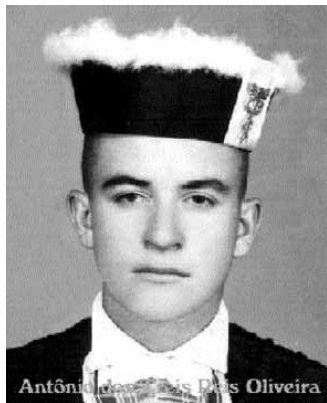
Por fim, Paixão sempre procurou nos persuadir, com a sua convincente argumentação que reunia dados e teorias recém-saídas do forno, da importância, do caráter

imprescível da Polícia numa sociedade democrática, com todos os paradoxos e desafios que essa presença traz. Membro do conselho político do PT de Belo Horizonte, fato desconhecido de muitos colegas porque ele nunca apregoou sua afiliação nem exibiu sua carteirinha de esquerda, ele não fazia concessões à demagogia ou aos ícones do esquerdismo de plantão. Não fazia retórica indignada, mas dava aulas para os policiais mineiros, enquanto nos convencia de que tínhamos que vencer nossos medos, vergonhas e preconceitos e fazer o mesmo em nossos respectivos Estados. Talvez pelo seu trabalho junto à Fundação João Pinheiro, o Estado de Minas Gerais possa exibir hoje, sem ser o mais rico da região, as mais baixas taxas de crimes violentos, especialmente de homicídios, no Sudeste do Brasil.

Bem, mais não digo. Já me expus demasiadamente ao risco de ouvir a sua risada inconfundível no lugar virtual ou na realidade imaginária onde se encontra, risada provocada pelo que acabei de dizer. Mas, Alba, um obituário na ANPOCS! É, Paixão merecia mais uma ode à vida.



A ntônio dos Três Reis Oliveira



Antônio dos Três Reis Oliveira nasceu em Tiros, Minas Gerais, no dia 19 de novembro de 1946, filho de Ageu de Oliveira e Gláucia Maria de Abadia de Oliveira.

Com curso ginásial concluído no Colégio Nilo Cairo, Antônio Reis foi estudante de Economia na Faculdade de Apucarana, no Paraná, época em que fazia parte, como membro ativo, da União Paranaense de Estudantes (UPE).

Como membro da UPE, Antônio abraçou, junto com outros colegas de Faculdade, a bandeira das lutas estudantis voltadas para questões específicas do ensino e a da defesa da democracia, em solidariedade às lutas operárias, em favor dos direitos humanos. As duas bandeiras exigiam constantes manifestações e estas extrapolavam o ambiente estudantil, chegando às ruas por meio de panfletagens, comícios, passeatas e até programas de rádio, a exemplo de um que o próprio Antônio, junto com o José Idésio Brianesi, também assassinado pela ditadura, colocavam no ar na rádio local. O movimento estudantil funcionava, assim, como o principal porta-voz dos descontentamentos da sociedade frente ao regime militar.

Antônio foi indiciado no Processo 15/68 por sua participação no XXX Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE), em Ibiúna. Também foi indiciado no Inquérito Policial nº 9/72, do qual foi excluído quando se constatou que ele já não vivia: o estudante desapareceu misteriosamente, aos 26 anos de idade, em 10 de maio de 1970, em São Paulo.

Segundo denúncia de presos políticos, em documento datado de março de 1976, Antônio foi metralhado, juntamente com outros companheiros, no dia 10 de maio de 1970, em sua residência, no Tatuapé, São Paulo, por agentes da Operação Bandeirantes (OBAN), chefiada pelo Capitão Maurício Lopes de Lima. De acordo com o laudo necroscópico oficial, assinado pelos médicos legistas João Pagenoto e Abeylard Queiroz Orsini, Antônio morreu com um único tiro no olho direito. Os laudos necroscópicos, em sua maioria, coincidiam exatamente com a versão oficial, pois os médicos, que frequentemente forneciam laudos falsos acobertando os sinais evidentes de torturas, também ocultavam a real *causa mortis* daqueles que haviam sido barbaramente assassinados, como no caso de Antônio e seus companheiros. Um segundo relatório oficial, o do Ministério da Aeronáutica, dava conta do falecimento de Antônio no dia 17 de maio de 1970, em Taubaté, São Paulo, ocorrido durante operação de uma equipe de segurança que procurava averiguar a existência de um provável aparelho: também esse relatório insistia em desinformar à sociedade e aos familiares sobre as reais condições em que morreu.

O enterro de Antônio como indigente no Cemitério de Vila Formosa, São Paulo, no dia 21 de maio de 1970, deu início à viacrúcis que passou a viver a família Oliveira. No dia 10 de dezembro de 1991, com a presença de seus familiares, a equipe de técnicos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos tentaram a exumação de restos mortais que se presumia serem os de Antônio. No entanto, a quadra onde ele e pelo menos outros dois presos políticos da época (Alceri Maria Gomes da Silva, assassinada em São Paulo na mesma ocasião, e Antônio Raymundo Lucena, assassinado em Atibaia no dia 20 de fevereiro de 1970) deveriam estar enterrados sofrera profundas alterações. Segun-



do coveiros do cemitério, em 1976 algumas exumações haviam sido feitas para a reestruturação daquela quadra, ocasião em que *"as ossadas foram jogadas em algum canto do cemitério"*.

Em 1991, conforme noticiado no jornal *Folha de Londrina*, em edição do dia 21 de julho, a família de Três Reis, depois de exaustivas buscas, conseguiu nova chance de localizar a sua ossada. Foi quando se tornou possível a abertura do arquivo do Departamento de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR), chance para os familiares de desaparecidos políticos encontrarem os restos mortais dos mesmos. No intervalo, a irmã de Antônio, a jornalista Maria do Socorro, que trabalhava no *Diário do Paraná*, recebeu da agência de notícias United Press uma lista com nomes de pessoas mortas pela ditadura, segundo denúncias da Igreja Católica, e descobriu que seu irmão estava morto desde 1973. Com a abertura dos arquivos do DOPS/PR e com o apoio do governo do Estado, encontraram-se finalmente dados reais sobre a morte de Antônio e sobre o local onde ele foi enterrado.

Assim, muitos anos depois de sua morte, providenciou-se o enterro de Antônio dos Três Reis Oliveira em sua cidade natal.



Homenagens

Em editorial, o jornal *Tribuna da Cidade*, em Santos, São Paulo, afirmou: *"Solidariedade humana. A cidade de Apucarana assistiu, na missa em homenagem a Antônio dos Três Reis Oliveira, a uma das mais puras demonstrações de solidariedade humana, raramente vista. Muitas pessoas compareceram à cerimônia para compartilhar com os parentes de Antônio a dor de sua morte". A matéria afirmava que (...) "independentemente de padrões ideológicos, as pessoas devem se preocupar com a solidariedade"*.

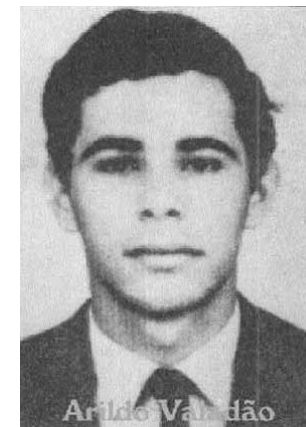
Ainda no mesmo jornal noticiou-se que *"emedebistas esquecem-se da campanha para meditar"*. A cerimônia em homenagem a Antônio contou com a presença de muitos políticos e candidatos, que elogiaram o sermão do celebrante e reconfortaram os familiares. A presidente do Movimento Feminino da Anistia do Paraná disse, na ocasião, que a missa em homenagem a Antônio fora importante para a conscientização da massa sobre a violência praticada pela ditadura, servindo assim para disseminar o movimento pela anistia, que na época estava no seu nascedouro, não só entre as mulheres, mas também entre todas as áreas organizadas da sociedade brasileira. *"É preciso unir esforços para que a idéia da anistia se fortaleça na sociedade"*, lembrou na época a presidente.



A rildo Valadão

Arildo Valadão, filho de Altino Andrada Valadão e de Helena Andrada Valadão, nasceu no dia 28 de dezembro de 1948, em Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo.

Participou ativamente do movimento estudantil no período de 1967 a 1970, no Rio de Janeiro, onde cursava Física na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O destaque que mereceu entre os estudantes tornou-o presidente do Diretório Acadêmico do Instituto de Física da mesma universidade no ano de 1968. O mesmo destaque tornou-o também alvo dos órgãos de repressão, que invadiram o apartamento onde morava e fizeram com que passasse a viver na clandestinidade.



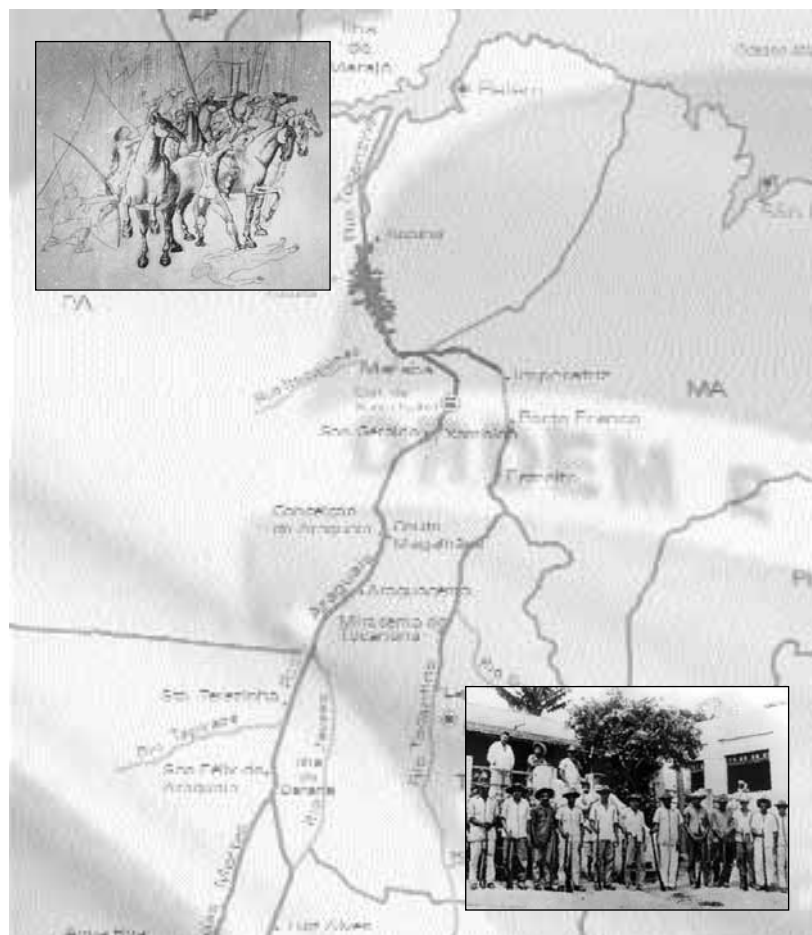
Casou-se com Áurea Eliza Pereira, mineira de Areado, em um cartório do Rio de Janeiro, no dia 6 de fevereiro de 1970. O casamento religioso foi realizado no dia seguinte, na Basílica de Aparecida do Norte.

Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), partiu para o Araguaia no segundo semestre de 1970, com a mulher, Áurea Eliza, e Antônio de Pádua Costa, o Piauí - todos do Instituto de Física. Viveu com sua esposa na região de Caianos e, mais tarde, ingressou no Destacamento C das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Na região de Xambioá era conhecido por Ari.

Segundo informações do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), Arildo foi assassinado pelas Forças Armadas, no dia 23 de novembro de 1973. Seu corpo, sem cabeça, foi visto no dia se-

guinte pelos companheiros. Segundo o depoimento deles, o corpo mostrava um ferimento à bala, que não parecia suficiente para matar: daí se supôs que Arildo foi decapitado ainda com vida.

No relatório do Ministério da Marinha sobre sua morte, lê-se que Arildo foi "morto em 24 de novembro 1974". Nota-se que, no relatório, o dia e o mês estão corretos; o ano, não: Arildo obtivera um ano antes seu passe para a liberdade, uma liberdade que lhe fora negada em vida.



Ariosvaldo de Campos Pires



Ariosvaldo de Campos Pires nasceu em 17 de maio de 1934, na cidade de Abaeté, Minas Gerais. Era o segundo filho do médico oftalmologista Ari Álvares Pires e de Celma de Melo Campos Pires, completando sua família com os irmãos Arilma, Arilze e Arilson. Casou-se com Acila Mara Veloso Pires, empresária, natural de São João Del Rei, Minas Gerais, com quem teve os três filhos Ari, Carlos Frederico e Maria Fernanda, que lhe dariam, mais tarde, os netos Priscila, Ariosvaldo Neto, Maria Laura, Maria Helena e João Vítor.

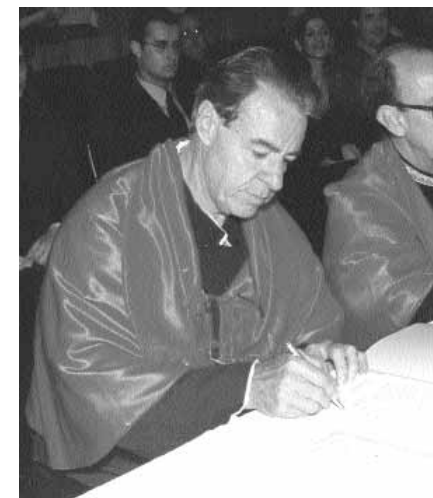
Estudou no Colégio Santo Antônio, em Belo Horizonte, e fez o Curso de Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), formando-se em 1959. Atuou, durante toda a sua carreira, na área de Direito Penal. Além de exercer a sua profissão de advogado, foi livre docente, professor titular e diretor na Faculdade de Direito da UFMG, sendo também dirigente de várias entidades, entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais (OAB/MG).

Extremamente sensível à liberdade garantida pelos princípios constitucionais, empenhou-se, quando presidente da OAB/MG, em constantes buscas de desaparecidos. Sobre essa frente de seu trabalho, assim se manifestou o também advogado e professor Sidney S. Safe Silveira, na edição nº 2 de *Quorum - Informativo da Livraria e Editora Del Rey*, em junho de 2004: (...) "*Durante os anos 70, sendo presidente da OAB/MG, envolveu-se em*

constantes buscas por pessoas, estudantes, jornalistas, advogados e populares que eram arrastados às prisões por aparentes atentados à segurança do Estado, eufemisticamente então denominada Segurança Nacional. Fui seu enviado em inúmeras missões desta natureza. Muitas vezes deixei aulas na UFMG para correr, por ordem do presidente, à procura de desconhecidos perseguidos pelo poder e não localizados por seus familiares. A Anistia Internacional se correspondia semanalmente com Ariosvaldo cobrando, por meio da OAB/MG, aquelas medidas, altamente impopulares na visão do sistema, mas por ele sempre atendidas".

Continua ainda o mesmo autor realçando que, diante de observações horrorizadas de jurista internacional sobre os péssimos aspectos de nosso sistema prisional e da segurança nacional, apontada como vulnerada, "*Ariosvaldo, ferrenho defensor das liberdades e do Estado, quedava-se silente. Silente por seu amor à brasilidade e por nossa impotência mecânica diante do sistema. Mas não se calou em juízo e, em notável defesa oral, produzida em pedido de habeas corpus subscrito por vários intelectuais e por nós advogados*" obteve a liberação do grupo teatral Living Theater, suposto comprometedor da ordem, que havia sido preso em Ouro Preto. E conclui: "*Nós, Ariosvaldo à frente, acompanhamos o cortejo de viaturas policiais que, do DOPS ao aeroporto, conduziu aquele grupo de 'terríveis' criminosos políticos*". Defendidos estavam, pois, com seu ereto conduzir, tanto a liberdade individual quanto a do Estado, os dois paradigmas de que Ariosvaldo jamais se afastou.

O trabalho intelectual na cátedra, na banca de advocacia e na presidência da OAB/MG levaram o profícuo profissional do Direito à publicação de significativos títulos, entre





eles *A Coação Irresistível no Direito Penal Brasileiro* (1965), *Compêndio de Direito Penal* (1992), *Idéias e Vultos do Direito* (1993), *Prerrogativas do Advogado e sua Garantia* (1980), *Crimes de Trânsito na Lei n.º 9.503/9*, esse em parceria com a professora Sheila Jorge Selim de Sales (1998).

Paralelamente a toda essa atividade, Ariosvaldo foi presidente e conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), procurador-geral do Município de Belo Horizonte nos governos de Hélio Garcia e Ruy Lage, presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, do Ministério da Justiça, e diretor da Faculdade de Direito da UFMG. Foi membro da Academia de Letras de São João Del Rei, da Academia Mineira de Direito, da Academia Mineira de Letras, presidente do Minas Tênis Clube. Recebeu homenagens e honrarias, como o título de *Cidadão Honorário de Belo Horizonte*, a *Medalha Benjamim Colluci* e a *Medalha da Inconfidência* do Governo do Estado de Minas Gerais.

Na solenidade de sua posse na Academia Mineira de Letras, onde ocuparia, por votação unânime, a cadeira de núme-

ro 20, o acadêmico Murilo Badaró saudou-o com palavras vibrantes: *"Vossa vida é um suceder de triunfos, desde que, por vocação, resolveu ingressar na advocacia ... O sucesso alcançado, a justa fama adquirida, poderiam vos levar à comodidade dos escolhidos pelos Deuses que administram a glória humana"*.





Aristides Lisboa

Aristides Lisboa, um dos filhos mais moços do casal Avelino Lisboa e Luíza Forret Lisboa, a mãe descendente de franceses, nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, no dia 15 de agosto de 1906.

A forte personalidade de Avelino Lisboa marcou toda a sua família. Inspetor do Banco do Brasil, educou os filhos com grande austeridade e intransigência quanto aos princípios de justiça. Com exceção de um, que exerceu a profissão de dentista, todos os outros filhos de Avelino tornaram-se bancários.

Contemporâneo de Olavo Bilac, Avelino escrevia para os jornais locais artigos de oposição aos coronéis da República Velha. Passou, então, a ser perseguido, mudando-se para o Rio de Janeiro, quando o menino Aristides tinha apenas 1 ano.

Aristides cresceu na rua do Bispo, no bairro do Rio Comprido, zona norte do Rio de Janeiro, em companhia dos pais e de seus irmãos: Derval, Cordélia, Ademar, Sílvio, Vítor, Fernando.

Estudou no Colégio Batista e depois formou-se em Contabilidade. Durante toda a sua vida foi bancário e desde jovem participou das lutas de sua categoria, liderando greves antes mesmo da legalização dos sindicatos. Indignava-se com a exploração desenfreada dos empregados, sem direito a férias, aposentadoria, licença-maternidade. Criado o Sindicato Nacional dos Bancários, ele se tornou secretário executivo em 1932, conduzindo a vitoriosa campanha pela jornada de seis horas e, mais tarde, como presidente, organizando a primeira greve nacional de bancários, que paralisou as praças do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e outras.

Casou-se em São Paulo, em 27 de outubro de 1940, com a professora Judith Vieira Lisboa, uma moça de Alfenas que se tornaria sua companheira por toda a vida.

O casamento e o nascimento das filhas, Célia e Marijane, não afastaram Aristides das lutas trabalhistas. Sempre perseguido e importunado pelos conservadores, fichado como comunista, o que não correspondia à verdade, Aristides era freqüentemente demitido dos bancos em que trabalhava, mas sempre conseguia um novo emprego por causa de sua reputação de austeridade e competência. Homem corajoso, Aristides não se intimidava.

Dizia ter se dedicado às lutas trabalhistas *"porque doía quando chegava ao Banco e dava por falta de um colega velho. Bilhete azul, sem nenhum direito"*. O que mais o incomodava era a injustiça. Sua vida foi uma luta permanente. Juntamente com sua esposa, Judith, Aristides incorporou-se ao movimento pela anistia aos presos políticos, no qual atuou incansavelmente. Nesse período, lutou para proteger não só sua filha, que foi presa em setembro de 1969 e passou um ano e meio na prisão, mas também os companheiros de prisão e os exilados, buscando-lhes advogados, contatando suas famílias e prestando a elas ajuda moral e material. Foi um dos fundadores da Liga dos Direitos Humanos, que reunia familiares e advogados que atuaram pela anistia e pelo fim da ditadura no País. Após a anistia e com a volta dos exilados, Aristides voltou-se para a corrente trabalhista.

Ele foi um marido sério, um pai amoroso, um grande companheiro e amigo. Sua casa vivia sempre cheia, porque tratava muito bem os seus amigos e os amigos de sua família. Dedicava às filhas e aos netos muito amor, carinho e alegria. Teve quatro netos: Adriana e Thiago, de Célia; Bárbara e Carlos, de Marijane.

A luta de Aristides teve continuidade no trabalho político de sua filha Marijane. Vítima da ditadura, foi presa e exilou-se no Chile e depois na Alemanha, só retornando ao Brasil após a Lei da Anistia, em 1979. Casou-se com Luís Travassos, e, mais tarde, viria a dirigir a seção da organização não-governamental deno-

minada *Greenpeace* em São Paulo. Aristides sentia o maior orgulho do engajamento da filha nas lutas de sua geração. Sua viúva, Judith Vieira Lisboa, foi presidente do Comitê Feminino pela Anistia, no Rio de Janeiro.

Aristides faleceu em 8 de junho de 1988, aos 82 anos.





Arlindo José Ramos

Arlindo José Ramos nasceu em Itajubá, Minas Gerais, no dia 26 de novembro de 1929, o quarto e último filho de Miguel Ramos da Silva e Maria da Costa e Silva (D. Cocota). Teve infância simples e humilde, mas tranqüila e alegre, com a casa cheia de primos e parentes que gostavam das atenções, quitutes e guloseimas de D. Cocota.



Seus estudos foram custeados pelo tio Joãozinho, irmão de sua mãe. Aos 15 anos, incentivado pelo primo Iro Machado, ingressou no Banco de Itajubá, onde aprendeu o trabalho de praticamente todos os setores. Depois de prestar serviço militar, conseguiu por concurso, aos 19 anos, colocação profissional no BANESPA, mudando-se para São Paulo.

Morou num pensionato onde também viviam outros itajubenses à procura de estudo e de colocação profissional. A quase totalidade de seus rendimentos era destinada à família, em Itajubá, pois a constante enfermidade de seu pai deixava a família sem o que contar para as despesas da casa. Para concluir seus estudos - colegial com formação em técnicas comerciais - trabalhava, ainda, em uma fábrica de estopas, próxima ao pensionato onde morava. Em 1952, também por concurso, entrou para o Branco do Brasil, obtendo, em pouco tempo, transferência para Itajubá, onde pôde assistir de perto a família.

Casou-se com Augusta Pereira Cintra, com quem teve sete filhos: Mário Augusto, Maria Regina, Ana Leticia, Eugênio Miguel, Paulo Ludgero, José Arlindo e Márcia Helena.

A par do interesse pela família e pelo trabalho, Arlindo desde cedo demonstrou interessar-se também pelos assuntos

sociais. Desde os 15 anos participava das reuniões da Congregação Mariana. Quando da fundação do Sindicato dos Bancários de Itajubá, foi convidado a secretariar as reuniões e participou da redação dos estatutos da entidade. Em 1961, percebendo o esvaziamento dos movimentos sociais no âmbito da Igreja, colaborou ativamente para a fundação da Associação dos Amigos de Itajubá, entidade civil apartidária que atuava junto às comunidades e bairros daquela cidade, fomentando o surgimento e fortalecimento das associações comunitárias. Em 1962, nove dos 15 vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Itajubá eram oriundos dessas associações e concorreram por diferentes partidos políticos.

A partir de então, foram viabilizados projetos de interesse das comunidades representadas em detrimento de projetos centralizadores, enviados por prefeitos que vinham se revezando no comando da prefeitura. Escolas, postos de saúde, pavimentação, rede de esgoto, iluminação foram sendo, aos poucos, disponibilizados nas regiões mais carentes da cidade.

Em 1965, Arlindo assumiu a Secretaria do Sindicato dos Bancários de Itajubá e, em 1966, foi eleito presidente do Sindicato, em meio ao aterrorizante processo de delações e denúncias fabricadas pela ditadura que se implantava. Chamado a depor diversas vezes, sempre era defendido por vozes dos mais diferentes matizes políticos e religiosos da cidade.

Mas o processo aterrorizante da ditadura gerou um esvaziamento dos quadros de militância nas entidades ligadas aos movimentos sociais. Arlindo, um dos resistentes, foi convidado a lançar chapa para a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários (FEEB) de Minas Gerais, Goiás e Brasília, entidade que ainda hoje mantém sede em Belo Horizonte. A princípio resistiu à idéia, pois sua mãe, muito idosa, só tinha a ele. Mas, após seu falecimento e julgando poder oferecer melhores perspectivas à família já numerosa - os dois filhos de sua irmã falecida também eram criados por ele e a esposa Augusta -

Arlindo mudou-se em 1970 para Belo Horizonte com a família, os dois sobrinhos e um afillhado.

Embora ausente de Itajubá, dava constante suporte ao Sindicato dos Bancários da cidade e iniciou naquela primeira gestão cursos de formação para lideranças sindicais, nas áreas de atuação da FEEB - MG/GO/DF. Foi a alternativa encontrada para minimizar os efeitos da degradação de quadros promovida pela ditadura. O objetivo era fortalecer estruturalmente os sindicatos para que fossem adquirindo poder de atuação, de aglutinação e de mobilização não só da classe bancária, mas também de lideranças de outras classes profissionais. Neste contexto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), com sua diretoria quase toda composta de pessoas da *confiança* da ditadura, quis promover *alterações de percurso* e convocou um encontro nacional, onde prevaleceu a tese da FEEB-MG/GO/DF, que passou a ser divulgada em todo o País. O argumento utilizado para a difusão das idéias era o de que os militares tinham assumido o compromisso com a redemocratização do País com base na ordem e que as instituições deveriam buscar seu fortalecimento e estar preparadas para quando esse momento chegasse.

O procedimento propiciou que viessem os contatos com lideranças sindicais bancárias de todo o País e também de outras categorias profissionais, que foram se aglutinando em torno da idéia de se construir uma *corrente intersindical* para que as entidades pudessem se apoiar mutuamente. Categorias profissionais de sindicatos menos estruturados utilizavam sede e equipamentos de outras classes mais bem estruturadas, para darem andamento a suas campanhas salariais. A troca de experiência e o convívio trouxeram o entendimento da necessidade de se pensar em organizar aquela corrente de forma que não pudesse ser quebrada, desmontada.

Com o recrudescimento da ditadura, Arlindo aceitou o convite para concorrer ao cargo de presidente do Sindicato dos Bancários da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que dirigiu por


dois mandatos (1975/78 e 1978/83). Considerado um dos maiores líderes sindicais brasileiros, "seu Arlindo", como era carinhosamente chamado no Sindicato, destacou-se como membro integrante do grupo de resistência à ditadura militar e foi um dos precursores do movimento que se chamou *novo sindicalismo* surgido na final dos anos 70 e início dos anos 80, tendo sido um dos interlocutores do então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, Luiz Inácio da Silva, o Lula. Foi também um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). Com uma atuação firme e uma forte capacidade de negociação, teve trânsito livre entre todas as correntes dos movimentos sociais.

"Arlindo fazia parte de um grupo intersindical e pode-se dizer, sem medo de errar, que foi um dos mais importantes líderes sindicais que o Brasil já teve. Sua atuação e trajetória políticas foram importantíssimas na condução da história sindical brasileira", afirma o jornalista e ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, Dídimo de Paiva. "Destacou-se pela coragem com que defendeu os direitos dos trabalhadores, numa época em que a ditadura militar espalhava o medo e o terror, matando e torturando muitos brasileiros", acentua Fernando Neiva, presidente do Sindicato dos Bancários da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Com a aposentadoria, Arlindo retornou a Itajubá em 1983, mas, no início de 1984, voltou a Belo Horizonte, cidade que oferecia ao velho guerreiro, a esta altura já infartado, maiores recursos médicos. A vida profissional e sindical, muito sedentária, também lhe acarretara problemas na coluna. Nada impedia, contudo, que Arlindo se ocupasse em manter aglutinada a família e a dedicar-se aos trabalhos de organização e fortalecimento institucional da Associação dos Bancários Aposentados da Grande BH, juntamente com seus companheiros de caminhada, ainda militantes nos movimentos sociais de defesa dos interesses dos trabalhadores.

Aos 74 anos, Arlindo morreu em sua casa, durante a madrugada, vítima de um ataque cardíaco. Foi sepultado na presença de dezenas de amigos e familiares no Cemitério Parque da Colina, em Belo Horizonte.

*"Quem coisa melhor que dar
aquele abraço no pai,
de volta à casa dele?"*
sua mãe Arlindo



Arlindo José Ramos
☆ 26.11.1929
† 25.03.2004

*É agradável quem trabalha em
colônia. É reconfortante nos a anos que
encontramos o infinito.*

As vezes, em momentos assim, sinto-me aqui e agora,
segundo uma lei do amor, quero amar hoje todos os irmãos,
a natureza, o universo, a humanidade inteira,
tua presença traz-me aqui e agora.

Que tu não perca hoje uma única oportunidade de fazer o
bem, para ajudar a fazer obras justas e de construção da
tua família
durante esta época de amor chamado vida.

Ainda, em memória acordar um dia, sorrindo, na tua
presença,
Para te amar e adorar eternamente,
Na caminhada VIVA. Ainda.

Arlindo
1917-2004

A esposa, Augusta e os filhos Mário, Regina, Leticia,
Tatiana, Tônia, Márcio, Cláudio e Ângela, e todos os netos
agradecem, confortados, a solidariedade recebida dos amigos
e parentes.

Tela Horizonte, 27 de março de 2004



ARLINDO RAMOS (detalhe), 74 anos, foi velado por familiares e amigos no Parque da Colina

Morre precursor do sindicalismo atuante nos 'anos de chumbo'

CARLOS CALAES
REPORTER

O ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Minas Gerais Arlindo José Ramos foi sepultado na tarde de ontem no Cemitério do Parque da Colina. Ele tinha 74 anos e morreu em casa, durante a madrugada, de ataque cardíaco, cinco dias antes de o Golpe Militar de 64 completar 40 anos. Arlindo foi um dos membros do grupo de resistência à ditadura, no meio sindical. Era considerado um dos maiores líderes sindicais brasileiros e precursor do sindicalismo atuante, inclusive na fundação da Central Única dos Trabalhadores e do PT em Minas.

Dezenas de amigos foram ao Cemitério Parque da Colina. Entre eles, o ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais Dídimo de Paiva, e companheiros de militância sindical na década de 70, durante a repressão militar, como Cláudio Mercadante, José Costa e Silva, Aluizio Marques, Hallan Araújo, João Alves Vieira e João Silveira. Esses amigos disseram que Arlindo sempre foi considerado uma espécie de "mentor". Seu forte era a conciliação, a capacidade de convivência com diversas correntes políticas.

Arlindo começou sua carreira sindical em 1968, em Itajubá, no Sul de Minas, dirigindo o Sindicato dos Bancários da cidade. Depois, já em Belo Horizonte, assumiu em 1976 a presidência do Sindicato dos Bancários de Minas Gerais, quando começou a imprimir a sua marca na instituição. Dídimo Paiva, que defende a tese de que o movimento sindicalista brasileiro nasceu em Minas, destacou o papel de Arlindo, durante o velório. Ele foi também um dos fundadores do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Um dos interlocutores frequentes do líder sindical mineiro era o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, Luiz Inácio Lula da Silva.

"Arlindo fazia parte de um grupo intersindical, e pode-se dizer, sem medo de errar, que foi um dos mais importantes líderes sindicais que o Brasil já teve. Sua atuação e trajetória políticas foram importantíssimas na condução da história sindical brasileira", afirmou Dídimo Paiva.

Segundo ela, quando Arlindo presidia o sindicato, o atual titular da Secretaria Especial de Direitos Humanos, ministro Nilmário Miranda, era o assessor de imprensa. O deputado federal Virgílio Guimarães, do PT, que dirigia o DIEESE em Minas, compareceu ao velório. O deputado esteve pela manhã com Lula em Itinga, no Vale do Jequitinhonha, durante a inauguração de uma ponte. "Só fiquei sabendo da morte do Arlindo quando cheguei em Belo Horizonte. Se o Lula soubesse, pode ser que ele tivesse vindo até aqui", avaliou Guimarães. Arlindo deixa a viúva Augusta, além dos filhos Maria, Regina, Márcia, Eugénia, Paulo, Ângela e Cláudio. *Betecim*



ARLINDO JOSE RAMOS

RUA Q

CENTRO DE SAÚDE VILA PINHO

EM DA VILA PINHO

Codigo_do_Logradouro : 078415
 Tipo_do_Logradouro : RUA
 Nome_do_Logradouro : Q
 Nome_do_Bairro : JATOBÁ
 Tipo_da_Legislacao : EM TRAMITAÇÃO
 Data_da_Aprovacao :

Armando Ziller



Armando Ziller nasceu em 3 de setembro de 1906, na cidade do Rio de Janeiro, filho mais velho de João Trentino Ziller e Luíza Ziller, que tiveram ainda os seguintes filhos: Armanda, Abgail e Angelina. O pai, que contrairia novas núpcias com Rosa Leonello Ziller, daria a Armando os seguintes novos irmãos: Adalgisa, Adelchi, Amílcar, Anfrido, Albiluz, Albina e Albileo.

Armando fez seus primeiros estudos no famoso educandário Grambery, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Desde os 15 anos de idade, lecionou em escolas do interior de Minas e de São Paulo, junto com seu pai, que era professor.

Em 1930, na cidade de Itararé, interior de São Paulo, conheceu Filomena Melillo Ziller, com quem se casou e teve três filhos: Hélia, Armando e Arnaldo.

Bancário, participou das lutas e reivindicações da categoria, ajudando a fundar o Sindicato dos Bancários do Paraná em 1933 e, em 1935, o Sindicato dos Bancários de Santos, São Paulo. Despontou como uma das mais expressivas lideranças da classe.

Em 1947, já membro e dirigente nacional do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi eleito deputado estadual Constituinte em Minas Gerais. Seu trabalho, registrado nos anais da Assembléia, ficou marcado por sua combatividade, seu saber e

sua tolerância. Cassado por força da declaração de ilegalidade do PCB antes que tivesse completado seu primeiro ano de mandato, Armando Ziller continuou sua luta no Sindicato dos Bancários de Minas Gerais e, posteriormente, na Federação dos Sindicatos de Minas, Espírito Santo e Goiás.

Na data do Golpe Militar de 1964, Armando Ziller estava na Europa, mais exatamente em Paris, França, onde organizava o Congresso Mundial dos Trabalhadores. Viu-se impedido de retornar ao Brasil e exilou-se na Tchecoslováquia, lá permanecendo durante 17 anos. No País estrangeiro, desenvolveu atividades intelectuais (lecionando e dirigindo periódico trabalhista) e atividades sindicais, trabalhando na Organização Internacional do Trabalho (OIT), organismo filiado à UNESCO.

Com a Lei da Anistia promulgada em 1979, retornou ao Brasil em 1980, continuando sua luta pela legalização do PCB, o que conseguiu juntamente com seus companheiros, em março de 1992, pouco antes de falecer. Fiel ao seu ideal marxista-leninista, morreu aos 84 anos de lutas, no dia 17 de maio de 1992, em Belo Horizonte.

(Adaptado de texto de autoria de Arnaldo Ziller)





Arnaldo Cardoso Rocha



Arnaldo Cardoso Rocha, filho de Annette Cardoso Rocha e João de Deus Rocha, nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 28 de março de 1949. Seu pai, também conhecido como o Rocha, era antigo militante comunista e sua mãe, Annete, dona-de-casa, responsável pelos 10 filhos. Apesar das dificuldades de uma família numerosa, sempre reinavam o respeito, o carinho e, sobretudo, a alegria na casa cheia, com os almoços domingueiros regados a discussão política e cerveja, reunindo

amigos e todos os irmãos: Maria Luíza, Maria de Lourdes, Maria do Carmo, Maria Leticia, João Luiz, Eduardo Luiz, Joaquim e José Marcos.

Arnaldo era um garoto alegre, carinhoso com os pais e os irmãos. Foi um menino como os demais, cursando os quatro primeiros anos do Ensino Fundamental no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e os seguintes no Colégio Padre Machado. Não concluiu o Ensino Médio em razão dos rumos que o movimento estudantil tomou, por conta da repressão da ditadura militar.

Ex-soldado do Exército, trabalhou no Colégio Militar, na Pampulha, em Belo Horizonte. Lá, de forma muito reservada e discreta, segundo sua mãe, iniciou sua militância política no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ao deixar o PCB criou, juntamente com outros jovens, o movimento denominado Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE), também passan-

do a integrar a Ação Libertadora Nacional (ALN), sob o comando de Carlos Marighella.

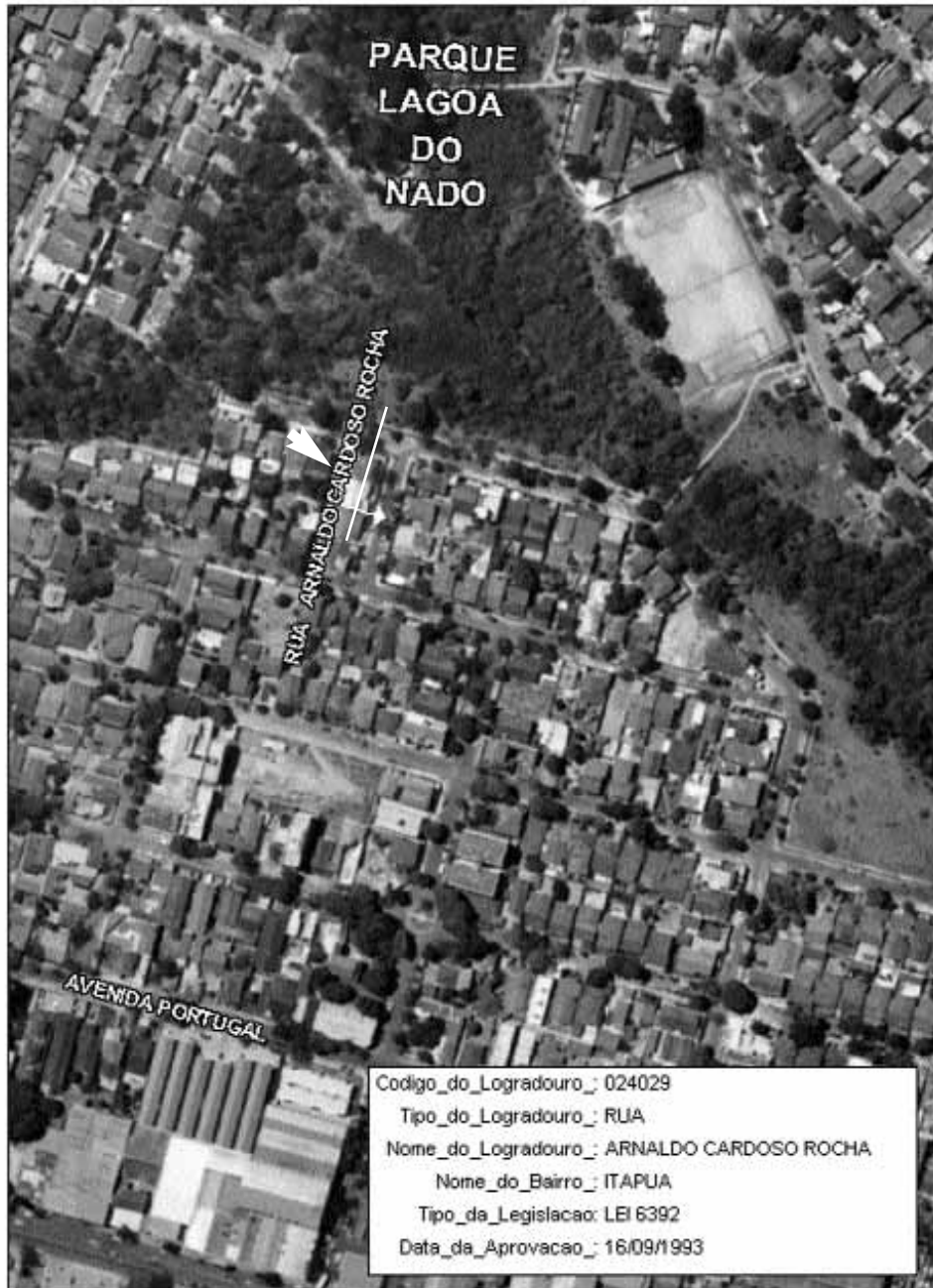
A partir daí, caiu na clandestinidade e começaram as fugas, os paradeiros incertos. Apesar dos momentos difíceis da luta, Arnaldo, já casado com Lara Xavier Pereira, não perdeu o jeito doce de viver o cotidiano: participou e dividiu com a esposa as tarefas e afazeres de casa, cultivou os hábitos familiares e conservou o seu jeito mineiro de ser.

Procurado e marcado para morrer, andava pelas ruas armado como um bom guerrilheiro, mas com a consciência de quem entrega a vida por um ideal. Além das armas, usava a defesa de alguns nomes falsos (*José Carlos Líbano, Pedro Luís Witaker Vidigal e José Carmo Spinelli*) e apelidos (*Giba, Jibóia, Flávio e Roberto*). Em 1972, foi para o exterior, onde permaneceu pouco tempo, recusando-se a ficar longe do Brasil e da luta.

Arnaldo foi brutalmente assassinado em São Paulo, no dia 15 de março de 1973, na rua Caguito, no bairro da Penha, juntamente com Francisco Emanuel Penteado e Francisco Seiko Okano, numa emboscada montada pelos agentes do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) do Rio de Janeiro.

Sua família soube da notícia pela televisão e viajou para São Paulo com a finalidade de exigir o seu corpo para que fosse enterrado em Belo Horizonte, no Cemitério Parque da Colina.

Arnaldo tinha um sonho: ter filhos, muitos filhos. Teve tempo de ter apenas um, Arnaldo Xavier Cardoso Rocha, nascido em 5 de setembro de 1973, de sua união com Lara. Segundo depoimento de sua mãe à época de sua morte, Arnaldo escrevia um livro. Mas ela não sabia o que fora feito dele. Possivelmente tenha se perdido, assim como se perdera a vida dos muitos filhos do Brasil nas suas caminhadas pelo ideal de uma vida justa para todos. E foi esse ideal, exatamente, o que não se perdeu, passando à posteridade.



Áurea Eliza Pereira Valadão

Áurea Eliza Pereira Valadão, filha de José Pereira e Odila Mendes Pereira, nasceu em Areado, sul de Minas, no dia 6 de abril de 1950. Criada numa família cristã, recebeu sólida formação religiosa, compartilhada com os irmãos Maria Auxiliadora, Iara e José Francisco. Afetiva e risonha, manteve sempre um bom relacionamento com a família durante toda a sua infância e adolescência.

A família morava na Fazenda da Lagoa, município de Monte Belo, Minas Gerais, onde o pai era administrador. Por residir longe de escolas, Áurea Eliza teve que ir, muito cedo, para o internato. Aluna aplicada, estudou, dos 6 aos 14 anos, no Colégio Nossa Senhora das Graças, em Areado, onde concluiu o Ensino Fundamental.

Segundo depoimento de uma colega daquele tempo, Áurea Eliza exercia grande liderança no colégio, mantendo ótimas relações com as companheiras, participando ativamente das atividades escolares e brilhando nos resultados, principalmente em Matemática, disciplina de sua predileção. Sua liderança era tão grande que ela conseguiu levar todas as alunas do colégio para um passeio na fazenda onde moravam seus pais.

Em 1964, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde cursou o Ensino Médio no Colégio Brasi-



leiro, bairro de São Cristóvão. Na cidade, morou com sua irmã lara, com quem tinha laços de afeto muito estreitos. Em 1967, aos 17 anos, prestou vestibular para o Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde pretendia estudar Física Nuclear. Por não ter ainda 18 anos, precisou de uma autorização especial de seu pai.

Na universidade no período de 1967 a 1970, participou intensamente do movimento estudantil, tendo sido membro atuante do Diretório Acadêmico de sua escola, juntamente com Antônio de Pádua Costa (Piauí) e Arildo Valadão (Ari). Foi com este último que Áurea Eliza viria a casar-se, tendo sido o ato civil realizado no dia 6 de fevereiro de 1970, num cartório do Rio de Janeiro, e o religioso no dia 7 de fevereiro de 1970, na Basílica de Aparecida do Norte, em São Paulo.

Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), viajou junto com Arildo e Piauí para o Araguaia, no segundo semestre de 1970, indo viver na região de Caianos, onde passou a trabalhar como professora. Posteriormente, ingressou no Destacamento C das Forças Guerrilheiras do Araguaia, sob o comando de Paulo Mendes Rodrigues. No Araguaia era conhecida também por *Eliza*.

O *Cordel da Guerrilha do Araguaia*, de autoria de D. Nonato da Rocha, assim se referiu a Áurea Eliza:

Áurea era professora
E decidiu improvisar
Duma tapera, uma escola
Pra criançada estudar
Ela nada cobrava
Ensinava e brincava

Com as crianças do lugar.



No período em que viveu no Rio de Janeiro, Áurea Eliza correspondia-se regularmente com seus pais. Mas, depois, quando o medo e as perseguições tornaram-se constantes, seus familiares deixaram de receber notícias.

Consta que Áurea Eliza Pereira Valadão teria sido presa em Marabá, em 1973, estando desaparecida desde 1974. Seus pais faleceram sem que nenhuma notícia lhes fosse dada sobre seu paradeiro.

O *Jornal de Brasília*, edição de 16/4/92, publicou depoimentos de Criméia Schmidt de Almeida e Vitória Grabois em que ambas declaram que legistas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) estavam desenvolvendo trabalhos de reconhecimento da ossada de uma jovem mulher encontrada enterrada, cujo corpo estava enrolado num pano sintético de pára-quedas, com a numeração rasgada. Vitória Grabois julgava tratar-se dos restos mortais de Áurea Eliza Valadão ou Maria Lúcia Petit, ambas militantes e consideradas desaparecidas durante a Guerrilha do Araguaia, no início da década de 70. O livro *Xambioá*, do Coronel da reserva Pedro Corrêa Cabral, sobre a Guerrilha do Araguaia, novela baseada em fatos reais, faz

referências a dois prisioneiros às páginas 129,130,131,132,135, 136,137 e 150, chamando-os Áurea ou Maria Lúcia Silva e José Lírio Prata, codinome *Vitor Élcio*, que teriam *viajado** para Brasília ou São Paulo, ou teriam sido mortos na própria selva, depois de torturados física e psicologicamente por agentes que atuavam na área. Em entrevista à revista *Veja*, edição de 13/10/93, ele ainda afirma que *"muitos corpos foram queimados, depois de desenterrados, muitos transportados por ele próprio que os viu arder, sentindo o cheiro cru de carne humana queimada"*.

Mas foi no livro de sua autoria que Cabral, afirmando que todos aqueles personagens pertenciam ao Destacamento B, tem palavras de ternura para descrever a moça: ela era *"uma mulher franzina, cabelos escorridos, muito pálida, delicada e meiga"*. Ele só se esqueceu de registrar que à fragilidade física correspondiam uma imensurável fortaleza moral e uma inabalável esperança em dias de solidariedade e igualdade para o povo do Brasil.



*Viajar - termo utilizado para designar execução sumária.



Azarias Duarte Soares Souza

Lima

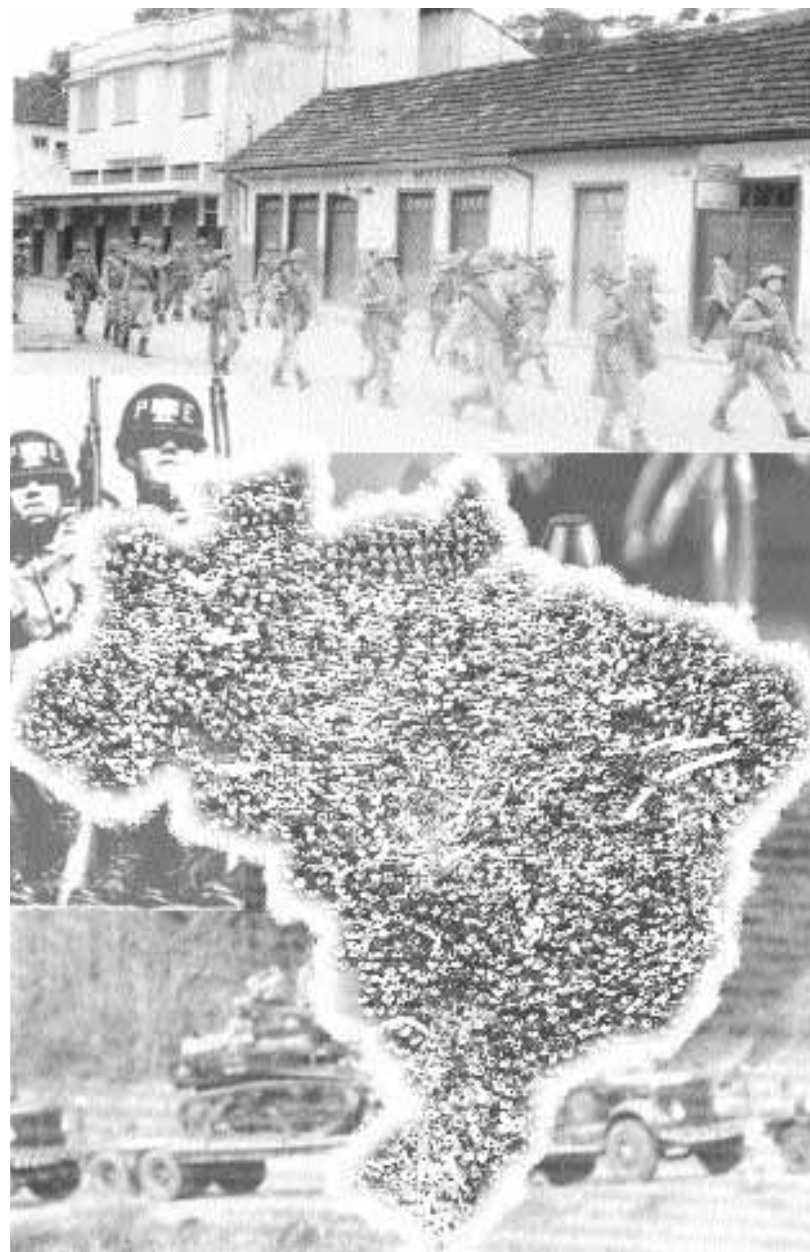
Azarias Duarte Soares Souza Lima nasceu na cidade de Ubá, Minas Gerais, no dia 29 de novembro de 1917, filho de José Soares Souza Lima Sobrinho e de Maria Assunção Duarte Soares. Teve dois irmãos: Josias e Ari Duarte Soares Souza Lima. Casado com Maria Perpétua Martins Costa Soares, Azarias teve três filhos: Eudócio Magela, Magda Mara e Clóvis Soares.

Fez o Ensino Fundamental em Ubá e foi viajante-vendedor de laboratório, bancário e hoteleiro.

Militou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), uma organização partidária de esquerda, que tivera seu funcionamento proibido pela legislação vigente já antes de abril de 1964 e que viria a ser duramente perseguida após a instalação do regime militar. Ligado diretamente ao *Grupo dos Onze*, liderado pelo então governador Leonel Brizola, Azarias foi um militante ativo, participou de manifestações de rua e seminários, trabalhou intensamente.

Como era usual na época, acabou sendo colhido como mais uma das vítimas das atrocidades que, em completo desrespeito aos direitos e garantias fundamentais do cidadão previstos na Constituição, foram praticadas durante o regime militar. Perseguições, seqüestros, detenções, torturas físicas e psicológicas compunham o cotidiano daqueles dias. Atingido duramente, Azarias conservou várias seqüelas, as quais, segundo seus familiares, fizeram dele um homem radical e explosivo, destemperado, que acabou abandonando a família.

Vítima de um infarto agudo, faleceu em 13 de março de 1983.





Código do Logradouro : 022281
 Tipo do Logradouro : RUA
 Nome do Logradouro : AZARIAS DUARTE
 Nome do Bairro : DIAMANTE
 Tipo da Legislação : LEI 8916
 Data da Apreciação : 22/07/2004

Benedito Gonçalves

Benedito Gonçalves era operário metalúrgico.

Foi morto pela Polícia Militar em agosto de 1979, quando fazia um piquete de greve em frente à Companhia Siderúrgica Pains, em Divinópolis, Minas Gerais, onde trabalhou durante 11 anos.

A causa da morte foi um golpe de cassetete com que um policial militar atingiu-o na cabeça. Tendo sofrido traumatismo craniano, foi hospitalizado, mas, não resistindo, faleceu dias depois.

A família ajuizou na 2ª Vara da Fazenda e Feitos Públicos uma ação ordinária de indenização contra o Estado. A ação, proposta pelo advogado José Helvécio Ferreira da Silva, procurava provar a responsabilidade do crime. Requeria pagamento de pensão mensal à família, pelo período de expectativa de vida do operário, que viera a falecer aos 48 anos. Segundo a viúva, Maria da Conceição Gonçalves, após a morte de seu marido, a família enfrentou grandes dificuldades.





Carlos Alberto Soares de Freitas

Carlos Alberto Soares de Freitas, o Beto, nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 12 de agosto de 1939, filho de Jayme Martins de Freitas e Alice Soares de Freitas. Caçula de oito irmãos, Beto era um homem reservado e discreto, solteiro, de uma insuspeitada timidez, o que lhe conferia um certo charme, sempre despertando paixões. Corpo atlético, perfeito, extremamente terno, cavalheiro, educado, arisco, jogador de basquete, prêmios de natação. Filho amoroso, nunca deixou de se corresponder com os pais, mesmo durante a clandestinidade.



As quatro primeiras séries do Ensino Fundamental foram feitas no Colégio São Francisco e no Grupo Escolar Manoel Esteves, em Teófilo Otoni, Minas Gerais. As quatro séries finais e todo o Ensino Médio foram feitos nos Colégios Anchieta e Tristão de Ataíde, em Belo Horizonte. Em 1961, ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG) para cursar Sociologia e Política.

Nesse mesmo ano, iniciou sua trajetória de militância política, tendo sido recrutado pela organização Política Operária (POLOP). Inscreveu-se no Partido Socialista Brasileiro (PSB), tendo se dedicado, desde o início, inteiramente à política.

Em janeiro de 1962, viajou para Cuba, onde seria comemorada a Revolução Cubana. Escolhido pelos seus companheiros

da POLOP, buscava obter maiores informações sobre a revolução socialista.

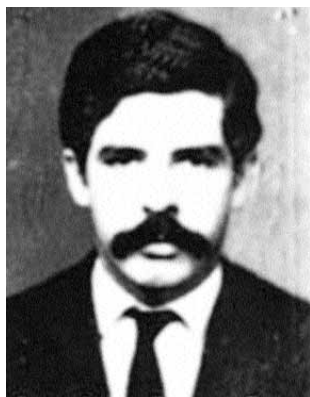
No período de 1961 a 1965, militou no movimento estudantil, participando também do trabalho de implantação das Ligas Camponesas em Minas Gerais, dentro da perspectiva política da aliança dos movimentos operário-camponês-estudantil.

Logo após o Golpe Militar de 1964, recebeu determinações da direção nacional da POLOP para transferir-se para o Rio de Janeiro. No entanto, dois meses depois estava de volta, dando inteira continuidade em Belo Horizonte a sua militância política. Foi preso em flagrante em Belo Horizonte, no dia 26 de julho de 1964, quando pichava muros e gritava palavras de ordem contra o isolamento cubano imposto pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e contra a ditadura militar. Levado para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), foi posteriormente transferido para a Penitenciária Agrícola de Neves. Foi solto em novembro do mesmo ano.

No ano seguinte, 1965, Beto participou da reorganização da seção regional do PSB, tornando-se um dos membros do Comitê Executivo do partido, além de dirigente nacional da POLOP, em Minas Gerais. No período de 1965 a 1968, além de outras tarefas, escreveu semanalmente artigos para o jornal operário *Piquete*.

Beto foi fundamental na constituição do Comando de Libertação Nacional (COLINA), organização de Minas Gerais surgida do *racha* na POLOP, durante congresso nacional em São Paulo. Junto com ele estavam os companheiros Ângelo Pezzuti da Silva e Apolo Heringer Lisboa. Mais tarde, Beto, codinome *Breno*, foi eleito para a direção nacional da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares).

Em 1968, foi eleito para a direção nacional do COLINA e elaborou, junto com outros companheiros, documentos de aná-



lise política para discussões internas na organização, usando o pseudônimo de *Fernando Ferreira*. Nesse período, foi um dos diretores da revista *América Latina*.

Mas, para infortúnio do jovem socialista, paralelamente à história da militância, corria a história da perseguição. Em 1967, Beto foi julgado à revelia e condenado a dois anos de prisão pela Auditoria do Exército da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Teve de entrar para a clandestinidade, mudando-se para o Rio de Janeiro, no mês de janeiro de 1969. No entanto, nova prisão viria a encontrá-lo no novo endereço: em 15 de fevereiro de 1971, junto com Antônio Joaquim de Souza Machado e Sérgio Emanuel Dias, Beto foi preso na pensão onde moravam, na rua Farne de Amoedo, nº 135, em Ipanema. Acusados de serem militantes da VAR-Palmares, foram levados para o quartel da Polícia do Exército (PE), na rua Barão de Mesquita, onde ficavam as dependências do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) no Rio de Janeiro.

Segundo Eduardo, seu irmão, quatro dias após sua prisão, a família recebeu uma carta escrita pelo próprio Carlos Alberto, na qual ele comunicava que, quando o documento chegasse ao seu destino, era sinal de que teria sido detido pelos órgãos de repressão e que, em decorrência disso, todas as medidas necessárias à sua localização deveriam ser tomadas pela família. Informava que não havia ido para Cuba, participando de seqüestro de avião.

Foram acionados vários advogados buscando a sua localização: Sobral Pinto, Oswaldo Mendonça e Antônio Modesto da Silveira. O *habeas corpus*, impetrado junto ao Supremo Tribunal Militar (STM), tomou o número 30.405, com entrada no dia 12 de março de 1971 (menos de um mês após a prisão), atuando como relator o ministro Nelson Sampaio.

Inúmeros apelos em caráter dramático foram enviados pelos pais e familiares de Beto às mais altas autoridades do País, os generais Médici, Geisel e Figueiredo e o ministro do STM, Rodrigo Otávio Jordão Ramos. Várias buscas foram feitas na Base Aérea do Galeão, conhecido centro de tortura no ano de 1971, na Ilha das Flores, na Vila Militar, na 4ª Região Militar em Juiz de Fora e em Salvador. Foi muito procurado por pessoas conhecidas em outros Estados.

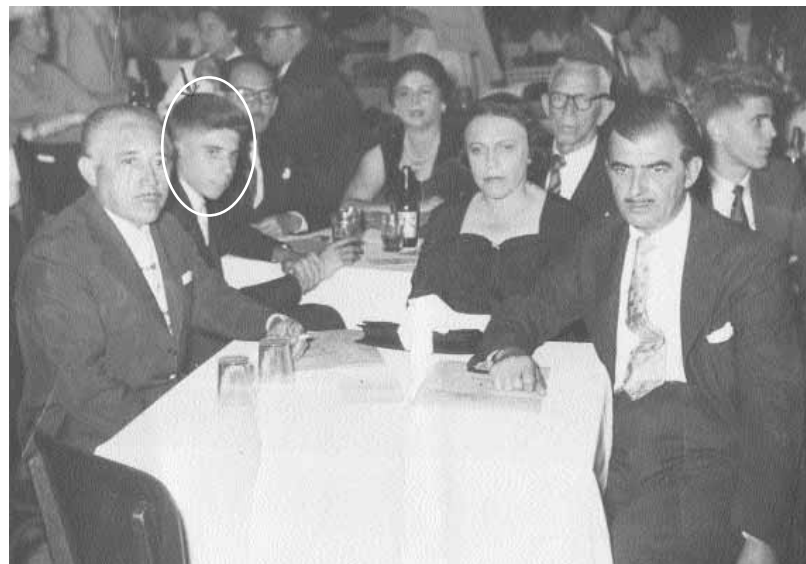
Ocorreu então que, na delegacia de Itaguaí, em junho de 1971, Eduardo Soares de Freitas viu um cartaz de terroristas procurados exibindo a foto de Beto: a foto havia sido riscada com um xis e indicava que o militante já não era mais procurado. Na verdade, ele havia sido preso em São Paulo e conduzido, posteriormente, a um centro clandestino de tortura da repressão, situado no interior do Estado do Rio, onde permaneceu por um período de cem dias. Eduardo ouviu dos seus torturadores que Beto fora preso, torturado e assassinado a tiros de revólver naquela casa, identificada depois como a *Casa da Morte*, em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

Vários outros presos políticos denunciaram a prisão, tortura e morte de Carlos Alberto Soares de Freitas, entre eles Inês Etienne Romeu. Inês, a única que escapou com vida da *Casa da Morte*, teve as suas declarações registradas pela Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB), pela imprensa e pelas instituições que cuidam dos direitos humanos. Mais tarde, o *Boletim dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos*, nº 2, edição de novembro de 1993, confirmou a morte de Carlos Alberto Soares de Freitas, dando-a como ocorrida no ano de 1971, conforme documentação do DOPS.

O psicanalista Amílcar Lobo, integrante dos grupos de tortura que admitiu os crimes cometidos em dependências militares, reconheceu, através de fotos exibidas pela revista *Isto É*, dez pessoas que haviam sido torturadas no quartel da PE, durante o período em que lá serviu (1970 a 1974). Entre elas estavam Carlos Alberto Soares de Freitas e Stuart Edgar Angel Jones, ambos considerados desaparecidos.

Evidente a morte, o corpo de Carlos Alberto Soares de Freitas nunca foi encontrado. Transcrevem-se a seguir trechos de duas cartas de Norma Disney Soares de Freitas, datadas a primeira de 30 de março de 2004 e a segunda de maio do mesmo ano, a respeito da falta daquele que foi um irmão querido e que desapareceu na noite densa da ditadura.



Queridos amigos,

A história de nossa vida nem sempre é escrita em pergaminhos requintados com penas de ouro... Às vezes ela é rabiscada num machê com gotas de sangue, com início sim, mas com um meio confuso e ambíguo e um final surpreendentemente trágico. Mas não importa. O autor da história continua sendo Deus e ele, como sempre, escreve certo por linhas certas, ainda que nossa miopia nos impeça de enxergá-la dessa forma. A exemplo de Cristo, diante de um momento de paixão, muitos precisaram e ainda precisam ser mártires. Temo estar vivendo dias em que ideais de justiça e verdade não mais comovam e movam os cidadãos a darem suas vidas por algo realmente nobre. Apesar do tempo passado e da dor da perda, do desconhecido, da história sem fim, meu coração ainda grita: Onde está você, meu irmão? Quantas saudades!... Saudades que adoecem a alma, que maculam os sonhos... saudades que matam! Ah, se não fosse Deus em minha vida! O que fizeram com você? O que fizeram por você? Reconheceram o erro. Pediram perdão. Indenizaram. Escreveram até um livro, mas não o trouxeram de volta. Se bem que sua vida, meu irmão, não lhe pertencia mesmo, mas à sua causa...(..)

Querida amiga,

(..)

Quando estive em São Paulo, em meados de 1989, no Instituto de Medicina Legal, onde pesquisei alguns documentos, pela abertura dada às famílias dos presos políticos desaparecidos, deparei-me com dois processos, um em nome de Carlos Alberto Freitas, que não era meu irmão, pois quando houve uma ameaça de um seqüestro de avião em 70, Beto dissera-me que deixaria que as pessoas pensassem que fosse ele. No arquivo, a descrição era a de um homem moreno, alto, magro e olhos escuros. Não era o Beto!

Continuando a pesquisa, descobri um outro preso político desaparecido, de nome Carlos Alberto Soares, de estatura pequena e sem dentes. Do nosso Carlos Alberto Soares de Freitas nada encontrei.

Depois, fui entrevistada na Câmara de Vereadores de São Paulo e disse as mesmas coisas que estou lhe relatando aqui. Requeri, naquela ocasião, a ossada de nosso irmão para ser enterrada no jazido da família em BH. O jornal Estado de São Paulo publicou na primeira página: "Evangélica pede ossada de irmão".

Aqueles dias de investigar e remontar o passado foram muito difíceis para mim! Beto era um irmão muito amado e, quando não nos visitava pessoalmente em Brasília, passava telegramas truncados e em códigos, dando-nos notícias de sua sobrevivência.

Lembro-me de que ele usava pelo menos duas carteiras de identidade: Breno e Fernando Ferreira. Talvez isso possa ajudar em algo.



Carlos Schirmer

Carlos Schirmer, filho de Leopoldo Schirmer e de Maria Benedita da Costa Schirmer, nasceu em Além Paraíba, Minas Gerais, no dia 30 de março de 1896. O pai era austríaco, nascido em Viena, e veio para o Brasil a convite do Imperador D. Pedro II, como engenheiro de estradas de ferro, para trabalhar na construção da primeira estrada de ferro brasileira - a Estrada de Ferro Baturité.

Parte de sua infância e adolescência, Carlos Schirmer viveu no interior de São Paulo, onde o seu pai possuía uma fazenda de café. Terminado o Ciclo do Café, a família perdeu todos os bens que possuía e se transferiu para o Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, Leopoldo Schirmer faleceu na cidade mineira de Paracatu, trabalhando na construção de outra estrada de ferro.

A perda do pai fez com que Carlos Schirmer, em 1912, com 16 anos de idade, fosse obrigado a trabalhar para ajudar na manutenção da família: era o único homem, tinha mais três irmãs e uma família para ajudar a criar.

Nessa época, já morando no Rio de Janeiro, trabalhou na Casa Mayrinck Veiga: de dia, era eletricitista e, à noite, ascensorista. Foi, então, que se iniciou na carreira de técnico em eletricidade, tornando-se, mais tarde, grande autoridade em montagem de usinas hidrelétricas. Algumas delas funcionam até hoje, como a Usina de Cajuru do Camarão, em Itapeverica, e a que existe em Teófilo Otoni, ambas em Minas Gerais. A maioria dessas usinas foi encampada pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

Quando tinha 18 ou 19 anos, por volta de 1920, ainda solteiro, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), per-

manecendo fiel ao partido e à sua ideologia até à morte. Mudou-se, em 1921, para Divinópolis, Minas Gerais, onde viveu até 1º de maio de 1964, quando foi assassinado pelas forças da repressão. Carlos Schirmer casou-se em 1928 com Maria de Lourdes Guimarães, com quem teve um filho, Luiz Carlos, em homenagem a Luís Carlos Prestes. Viúvo, pois sua esposa falecera em 1932, casou-se, novamente, em 1933, com Mariana de Carvalho Schirmer, com quem teve uma filha, Sílvia Schirmer. Sílvia cresceu convivendo com o pai, absorvendo seus ideais e freqüentando comícios e reuniões do partido.

Mariana foi sempre a companheira de militância no PCB, participando de seu trabalho político, servindo de pombo-correio muitas vezes e acolhendo, com carinho, todos os militantes e companheiros do partido, mesmo durante o período em que este esteve na ilegalidade. Muitos líderes - comunistas importantes - encontraram refúgio e segurança na casa de Carlos e Mariana Schirmer, quando passavam por Divinópolis: Armando Ziller, Maria José de Las Casas e outros. A casa deles esteve sempre aberta para receber pessoas, não só do PCB, mas progressistas de um modo geral.

Homem correto, íntegro, fino, educado e de gênio forte, amava, sobretudo, a família, as crianças e os animais. Muito sensível, apreciava, pela própria descendência austríaca, músicas clássicas, valsas vienenses, música brasileira. Gostava muito de cantar, o que deixou de herança para Sílvia.

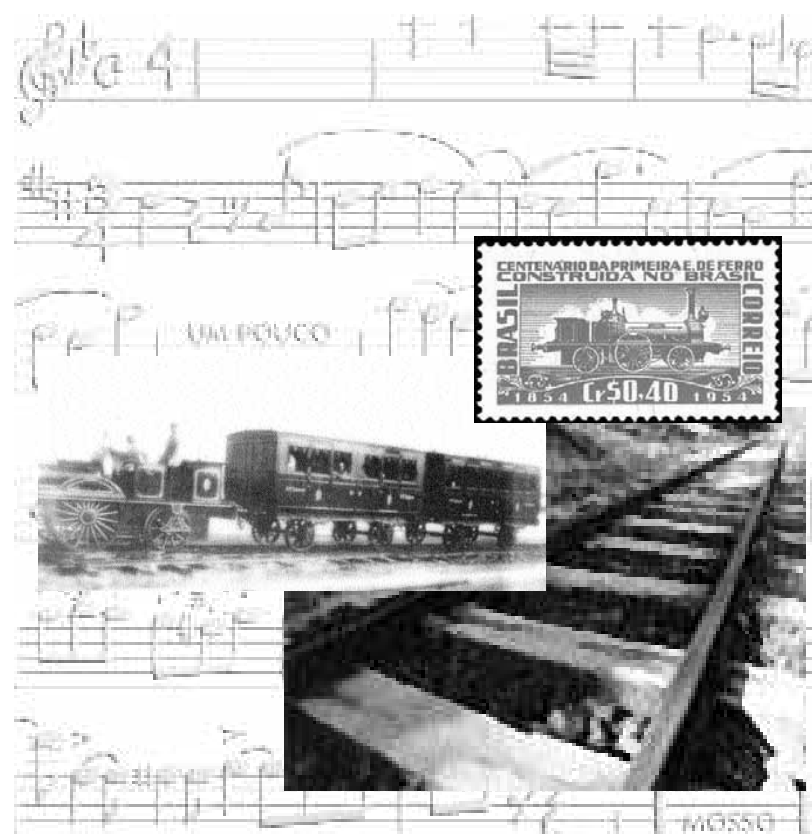
Por sua militância, Carlos Schirmer foi preso em sua casa na rua Serra do Cristal, nº 388, em Divinópolis, no dia 1º de maio de 1964 - Dia do Trabalho -, data reconhecida internacionalmente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

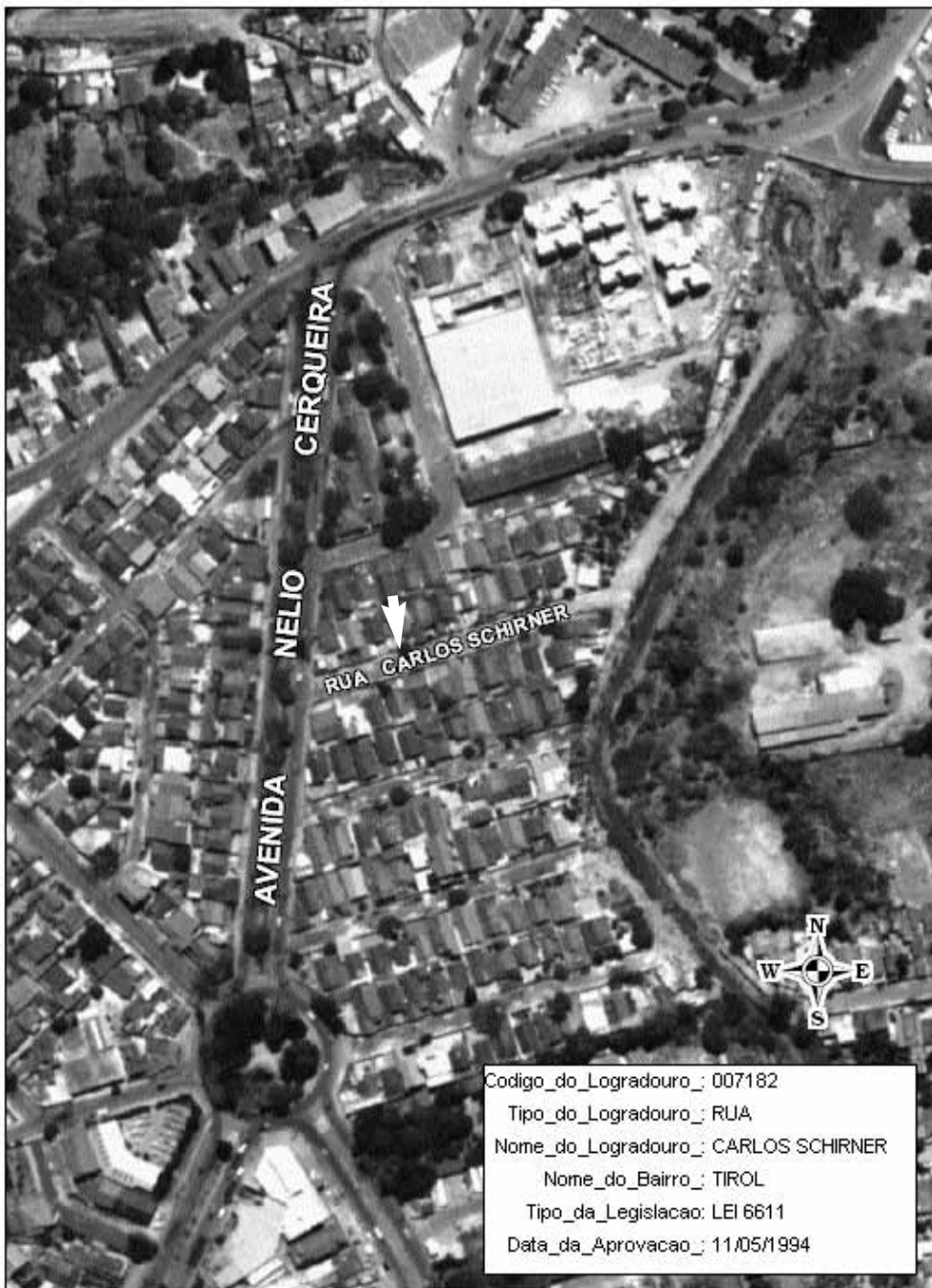
Quando foram prendê-lo, ele resistiu e buscaram reforços - um destacamento inteiro. Refugiou-se dentro da própria casa, que era muito grande. Descoberto, atirou em um policial e cortou a orelha de um detetive, através de uma janelinha. Foi ferido, preso e trazido para o Hospital Felício Rocho, onde faleceu no mesmo dia - 1º de maio de 1964 - às 21 horas.

Enquanto isso, sua casa foi devassada e vistoriada pelos policiais que tinham ido prendê-lo. Alegaram que havia um arsenal guardado na casa, mas só foram encontrados uma espingarda Flaubert e um facão usado para trabalhar no quintal.

Em 5 de maio de 1964, a versão oficial indicou que Carlos Schirmer cometera suicídio em Belo Horizonte, para onde fora transportado após resistir à prisão e ferir dois policiais.

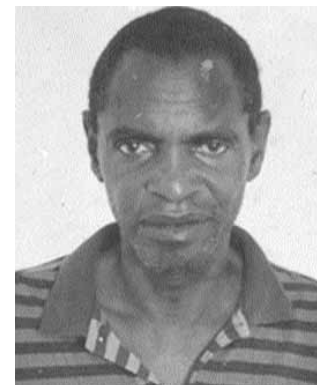
Partindo aos 68 anos, Carlos Schirmer deixou, além dos filhos, os netos Carlos, Hideraldo e Leonardo. Aos brasileiros deixou imperecíveis lições de coragem e de esperança.





Cecílio Emigdio Saturnino

Cecílio Emigdio Saturnino nasceu em Ribeirão Vermelho, Minas Gerais, em 12 de agosto de 1940, filho de Emigdio Saturnino e de Ercília Maria da Conceição. Ao falecer, deixou os irmãos Elza Sueli, Célia, Dejanira, Izaías e Zélia. Deixou, também, um filho, o Marcos, que todos chamavam *Neguinho*.



Cecílio, companheiro na luta contra a ditadura, no Comitê Brasileiro de Anistia (CBA), na fé, na Anistia. Cecílio, que nunca foi anistiado. Ele passou pela Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, tempo de prisão, de tortura, quase à morte. Era um combatente que acreditava num Brasil melhor, no sonho de construção, tijolo por tijolo, de uma sociedade mais fraterna, mais solidária, mais justa.

Cecílio, que era um militante, que soube tomar partido, não conseguiu ser indiferente, fez a sua história, cumpriu a tarefa que a vida lhe impôs e na qual acreditava. Sempre.

Entrou para a Polícia Militar de Minas Gerais, foi cabo, foi excluído da corporação por indisciplina e não por suas atividades políticas, foi um dos únicos, senão o único combatente, que não foi anistiado. A Lei da Anistia nunca chegou para o Cecílio, como chegou para os outros.

Cecílio não conseguiu mais trabalhar, ficou perdido, olhar distante num Brasil que se dizia democrático! Carregava consigo o estigma do brasileiro da discriminação, era negro e pobre. Buscava sempre a discrição, era breve, tinha olhar desconfiado,

sorriso tímido sem incomodar. Ele chegava lentamente, falava manso, medindo as palavras. Chegava porta adentro na Câmara Municipal de Belo Horizonte, tentando prosseguir no combate contra a opressão, o eterno combate por uma pátria libertária.

Sua maior convivência com parentes e amigos foi quando permaneceu em Volta Redonda. Ao sair da prisão passou a dedicar-se à política com mais efervescência. Porém as marcas e lembranças da prisão fizeram com que aquele grande homem perdesse suas forças, se debilitasse e não encontrasse resistência para enfrentar os males que afligiam sua saúde. Entre idas e vindas a hospitais, seu estado ficava cada vez mais crítico. Em determinados momentos, não tinha forças sequer para ir ao banheiro. Num momento de luz, decidiu voltar para Belo Horizonte, onde já sem forças, partiu.

Cecílio, que foi embora de repente, sem avisar que ia, sem deixar recado, nem endereço. Partiu sozinho, no dia 29 de dezembro de 1996, aos 56 anos, de insuficiência cardíaca e respiratória. O coração não agüentou mais a dor. Viver se tornara pesado. Cecílio não tinha mais força para continuar lutando! Nem vivendo!

Ficou a lembrança em todos os parentes e amigos de Volta Redonda. Ficou, em alto relevo, a imagem daquele ser calmo, de hábitos simples, de reconhecida inteligência, pois, se atualizava nas questões do País, sabendo responder a qualquer questionamento que se fazia sobre qualquer assunto. Mas, percebia-se que, apesar de toda consciência e experiência de vida adquirida, ficava sempre com o olhar para o horizonte, como se procurasse alguma resposta que nunca lhe foi dita.

Cecílio, o símbolo da injustiça e do sofrimento em nosso País, da busca pela liberdade. Cecílio, símbolo da crença na construção de um Brasil novo, sem discriminação, sem miséria, ético, solidário, democrático, justo e cidadão.

Cecílio quase um poema; faltou a canção.





Celso Aquino Ribeiro

Celso Aquino Ribeiro, filho de Narciso Ribeiro e Guiomar Aquino Ribeiro, nasceu no dia 23 de dezembro de 1938, na cidade de Santo Tomás de Aquino, Minas Gerais. Casou-se em 1982 com Eloísa Helena Santos, com teve os quatro seguintes filhos: Olga Inah-Inarê, Wladimir Caamano, Patrícia Valentina e Carlos Tiago Cunha Ribeiro. A descendência prolongou-se com nove netos e uma bisneta.

Em 1959, Celso mudou-se para Divinópolis. Vinha transferido de Belo Horizonte, onde assumira o cargo de Fiscal de Renda da Secretaria de Estado da Fazenda, o qual exerceu até 1973, quando abandonou o serviço público.

No decorrer de toda a sua vida, Celso mostrou-se um homem imprescindível ao seu povo e à sua época. O seu compromisso primeiro era o de construir uma sociedade mais justa e mais igualitária, para o que ele compreendia ser necessário participar, estar engajado permanentemente: afinal, ele avaliava, criar um novo mundo demanda tempo e impõe restrições e desafios.

Sua militância política teve início na década de 60, quando filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entre 1960 e 1965, em Divinópolis, organizou o *Grupo dos Onze* e teve participação ativa na greve dos canavieiros de Lagoa da Prata, ajudando ainda na construção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade. Poucos dias após o Golpe Militar de 1964, Celso sofreu a sua primeira prisão política, por defender o governo João Goulart contra os ataques de elementos favoráveis ao Golpe.

No ano de 1969, desligando-se do PCB, aderiu à luta armada contra a ditadura. Tornou-se membro da facção denominada CORRENTE, ligada à Ação Libertadora Nacional (ALN), dirigida

por Carlos Marighella. Entre 1969 e 1971, devido à sua militância política, foi indiciado, preso e condenado. Ficou preso por aproximadamente três anos no presídio de Linhares, em Juiz de Fora. Ao ser libertado, em 1972, não abandonou suas convicções e militou junto aos ferroviários de Divinópolis, participando do Conselho Diretor do Ferroviário Atlético Clube.

Em 1974, ativo na política, ingressou na Faculdade de Direito do Oeste de Minas. Apoiou os candidatos de esquerda filiados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), contribuindo para a vitória da oposição ao regime militar nas eleições daquele ano.

Entre 1975 e 1979, continuou a sua militância, organizando os trabalhadores em seus sindicatos e os estudantes em seus movimentos. Participou, ainda, do movimento pela *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita* juntamente com destacados companheiros, como Helena Greco, Nilmário Miranda, Betinho Duarte, entre outros.

Em 1979, enquanto participando ativamente da greve dos trabalhadores metalúrgicos de Divinópolis, uma das maiores paralisações do País após 1968, Celso foi preso pela terceira vez. A greve, que alcançara repercussão nacional, aproximou o militan-



te de outro importante líder sindical na época, Luiz Inácio Lula da Silva. Em 14 de julho de 1979, a convite de Celso, Lula veio a Divinópolis para debater com os sindicalistas a formação do Partido dos Trabalhadores (PT). E em 10 de fevereiro de 1980, junto com outros companheiros, lá estava Celso participando do Encontro Nacional que criou o PT e que aprovou seus estatutos e programas.

De 1980 a 1986, o sindicalista trabalhou intensamente na divulgação do partido em toda a região. Ajudou a criar os diretórios municipais de Divinópolis, de Carmo do Cajuru, de Lagoa da Prata, Arcos, Carmo da Mata, Itapeçerica, Pium-í. Nas eleições de 1982, foi candidato a deputado estadual, garantindo assim a estruturação definitiva do PT no Estado. Em 1984, participou ativamente das *Diretas Já*. Em 1986, foi candidato a deputado federal, levando questões do mais fundamental interesse da sociedade para a elaboração da Constituição de 1988.

Ainda em 1988, Celso participou ativamente da eleição da chapa cutista para o Sindicato dos Metalúrgicos de Divinópolis. Nesse mesmo ano, foi eleito vereador pelo PT com expressiva votação. Como vereador, contribuiu decisivamente na elaboração da Lei Orgânica do Município de Divinópolis. Entre março de 1995 e dezembro de 1996, voltou a exercer mandato de vereador.

Com a bandeira da luta permanente nas mãos, Celso faleceu em 31 de maio de 2002.





Ciro Flávio Salazar e Oliveira

Ciro Flávio Salazar e Oliveira nasceu em Araguari, Triângulo Mineiro, no dia 26 de dezembro de 1943, filho de Aredio Oliveira e Maria de Lourdes Salazar Oliveira e irmão de Caio Márcio. Pessoa alegre, cordial, dotada de profundo humanismo e grande senso de justiça, Giro tinha grande talento para a pintura, tendo deixado um belíssimo acervo para sua família.



Da cidade natal, Araguari, a família, sendo Giro ainda uma criança, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde o pai abriu uma farmácia na zona norte. Giro Flávio cursou o Ensino Fundamental no Colégio Santo Antônio Maria Zacharias e o Ensino Médio no Colégio Franco-Brasileiro. No final dos anos 60, entrou para a Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Ilha do Governador.

Participou ativamente do movimento estudantil e das lutas contra o regime militar por ocasião da morte de Edson Luís de Lima Souto, no Calabouço, em 1968. Foi fotografado incendiando uma viatura policial e sua foto, publicada na revista *Manchete*, valeu-lhe intensa perseguição policial.

Ciro Flávio Salazar e Oliveira, de codinomes *Flávio* e *Carlos*, foi preso pelo Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ) quando distribuía panfletos no dia da *Passeata dos Cem Mil*. A partir de então, começou a ser seguido e vigiado, o que o obrigou a entrar para a clandestinidade. Clandestino, veio para Belo Horizonte.

A esta altura já militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), encontrou-se com seus familiares pela última vez no final de 1969, depois de julgado e condenado à revelia. Em 1970, foi para o Araguaia, indo viver na região do rio Gameleira. Mais tarde, fez parte do Destacamento B das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Considerava-se, essencialmente, um revolucionário.

Morou em Palestina, município de São João do Araguaia, sul do Pará, onde, junto com Paulo Roberto Marques, instalou uma farmácia para a distribuição de medicamentos, buscando atender a população local.

Ciro Flávio Salazar e Oliveira morreu metralhado no dia 30 de setembro de 1972, aos 30 anos, juntamente com João Carlos Haas Sobrinho e outros companheiros. Segundo o relatório da Anistia Internacional, o slide de um cadáver deformado, que diziam ser de Giro Flávio, foi apresentado a Criméia Alice Schmidt de Almeida, em abril de 1973, pelo Major Oto, em Brasília, junto com um álbum de guerrilheiros do Araguaia.

Ciro acreditava sinceramente na luta revolucionária e, apesar das grandes dificuldades que enfrentou, dizia que *"se tivesse que começar tudo de novo, sem hesitar, começaria com gosto, alegria e vontade inabaláveis"*. Em carta de 31/01/72, do Araguaia para sua família no Rio de Janeiro, entregue a seu pai por um senhor de idade conhecido como O *Velho*, afirmava que *"aquí não se morre em vida: vive-se a vida plenamente e em todos os minutos"*.

D. Lourdes, sua mãe, escreveu para Giro Flávio o seguinte texto:

"O que se pode dizer, como externar a imensidão do sentimento diante de tamanha perda num massacre que até hoje não assumem nem se responsabilizam? Consegui, no entanto, separar dois grandes sentimentos: a saudade imorredoura de um convívio insubstituível, cuja coragem suplantou separações, distâncias, na luta por uma Pátria mais justa e honrada em favor dos irmãos oprimidos. Obrigada, meu filho, por sua vida!"



Custódio Rezende Evangelista de Paula

Custódio Rezende Evangelista de Paula, filho de Ovídio Evangelista de Paula e Maria da Glória Rezende de Paula, nasceu no dia 30 de abril de 1926, em Juiz de Fora, na zona da Mata, em Minas Gerais.

Viveu boa parte de sua vida na terra natal, onde se formou técnico em Contabilidade. Mudou-se para Belo Horizonte com sua esposa Celme Monferrari de Paula, com quem teve sete filhos: Maria das Graças, Fernando Augusto, Ricardo, Carlos Henrique, Ana Lúcia, Pedro Luís e Maria Cecília.

Trabalhou no antigo Banco da Lavoura, no Banco Mineiro da Produção, hoje ex-Banco do Estado de Minas Gerais, onde era chefe da Tesouraria. Funcionário dedicado, austero e com grande espírito de liderança, participou ativamente das lutas de sua categoria, a dos bancários.

Foi diretor social de eventos do Sindicato dos Bancários e, com seu temperamento forte, detalhista e intransigente, nunca se calou, nem se curvou diante das injustiças.

O Golpe Militar de 1964 obrigou-o a fugir de Belo Horizonte. Como outros tantos militantes, Custódio foi envolvido pelo labirinto do sistema repressivo montado pelo regime militar brasileiro, o qual tinha como ponta do novelo-de-lã o modo pelo qual eram presos os suspeitos de atividades políticas contrárias ao governo. Num completo desrespeito a todas as garantias individuais dos cidadãos, previstas na Constituição que os generais alegavam respeitar, ocorreu uma prática sistemática de detenção na forma de seqüestro, invasão de residências sem qualquer mandato judicial, nem observância de qualquer lei.

A filha mais velha de Custódio Rezende, Maria das Graças Monferrari de Paula Mateus, conta como sua casa foi invadida, deixando todos traumatizados, inclusive sua mãe, que estava grávida:

"Na época em que estourei a ditadura militar (1964), eu estava com 14 anos de idade. Sou a filha mais velha e me lembro como se fosse hoje.

Meu pai, Custódio Rezende, se encontrava no Rio de Janeiro com alguns companheiros do Sindicato dos Bancários, com o objetivo de trazer um método novo de ensino, a fim de aplicá-lo no Colégio do Sindicato, que funcionava no bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte, cuja inauguração se daria naquele ano.

Nós morávamos na rua Alvinópolis, no último quarteirão. Só não me lembro da data certa. Minha mãe estava grávida do meu irmão mais novo, que nasceu em 12 de junho de 1964. O clima foi de terror. Chegaram três camburões da polícia em frente a nossa casa e vários policiais invadiram a nossa casa, inclusive subindo em cima do telhado.

Todos de metralhadora em punho, perguntaram pelo meu pai, como se ele fosse um criminoso. Minha mãe, que estava no banho, levou um grande susto. Eles não respeitaram o estado em que ela se encontrava.

Invadiram toda a casa, esperando encontrá-lo: debaixo das camas, dentro dos guarda-roupas. Eles revistaram tudo. Meus irmãos pequenos ficaram bem assustados. Nós éramos cinco. Não sabíamos o que estava acontecendo. A minha mãe disse que o meu pai estava viajando a serviço.

Quando eles foram embora, continuamos apavorados e bastante traumatizados. Meu pai, quando ficou sabendo do ocorrido, manteve-se afastado, praticamente escondido, pois, naquela altura, não podia aparecer.

Tivemos que mudar para os fundos da casa de uns tios para nos livrarmos do aluguel. Passamos por dificuldades financeiras, faltaram até alimentos. Quando meu pai apareceu, ele

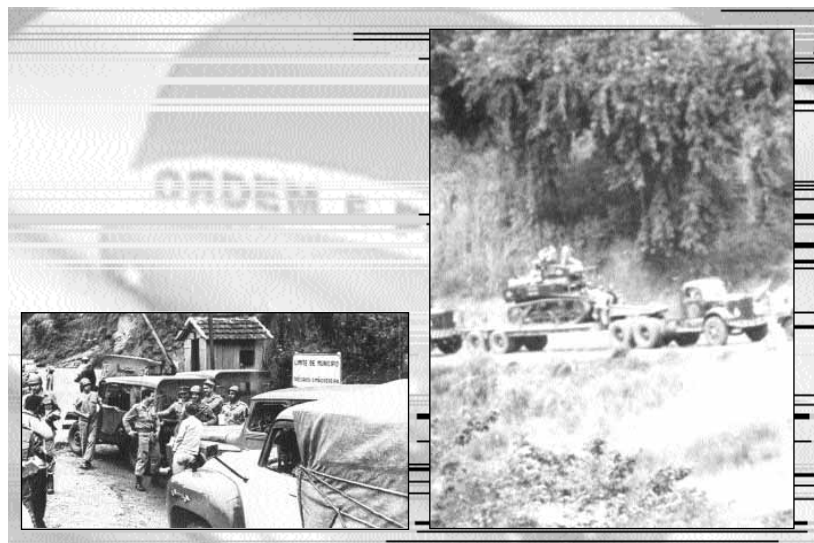
próprio se apresentou e foi preso. Inclusive quando o meu irmão nasceu, ele já se encontrava preso.

Desse tempo para cá, nunca mais a minha família foi a mesma. Meus irmãos foram crescendo e tiveram sérios problemas psicológicos. A minha mãe ficou doente e teve o mal de Parkinson. Meu pai também ficou muito doente até falecer".

Custódio Rezende Evangelista de Paula acabou sendo preso ao se apresentar à polícia, ainda em 1964, em Juiz de Fora, depois de haver-se escondido no Rio de Janeiro. Esteve preso em Neves e, mais tarde, em Juiz de Fora.

Em razão das perseguições políticas e por sua declarada oposição ao regime militar, acabou sendo demitido do Banco. Mas nem isso o fez desistir: morando no bairro Santa Inês, em Belo Horizonte, participou ativamente da associação de moradores do referido bairro, sempre defendendo os interesses coletivos. Mostrou-se a todo o tempo um sindicalista convicto e um grande lutador.

Custódio Rezende Evangelista de Paula faleceu em Belo Horizonte no dia 27 de fevereiro de 1994, aos 68 anos.





Daniel José de Carvalho



Daniel José de Carvalho, filho de Ely José de Carvalho e de Esther Campos de Carvalho, nasceu em Muriaé, Minas Gerais, no dia 13 de outubro de 1945. Era motorista e torneiro mecânico.

Foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e depois da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), sob o codinome de *Josué*. Preso pela

Operação Bandeirante (OBAN) no dia 5 de outubro de 1970, foi barbaramente torturado.

Banido do Brasil em 13 de janeiro de 1971, por ocasião do seqüestro do embaixador Giovanni Enrico Bucher, da Suíça, partiu para o Chile, junto com outros 69 presos políticos. Permaneceu no Chile até o golpe de Estado que derrubou o presidente Salvador Allende, em setembro de 1973, ocasião em que fugiu para a Argentina, desaparecendo em dezembro de 1973, quando tentava entrar clandestinamente no Brasil.

Segundo denúncias do ex-Sargento Marival Chaves publicadas no *Jornal do Brasil*, edição de 20/11/92, Daniel José de Carvalho teria sido atraído para uma viagem até Medianeira, no Paraná, caindo numa armadilha que o levou à morte.

De acordo com o *Correio Braziliense*, edição de 20/11/92, a viagem ocorreu no dia 11 de julho de 1974. Da empreitada, além de Daniel, participavam seu irmão Joel José de Carvalho, Onofre Pinto, José Lavecchia e Vítor Carlos da Silva.



David Rodrigues Diniz

David Rodrigues Diniz nasceu em Itapeçerica, Minas Gerais, no dia 30 de maio de 1908, filho do lavrador José Venâncio Rodrigues e de Belizária Diniz. Sete irmãos compartilharam-lhe a infância. Adulto, casou-se com Maria Geralda Gomes Diniz, com quem teve os seis seguintes filhos: Adler, Madson, Carlos, Farley, Deivison e Mary Leda.

Tendo concluído apenas o curso primário, trabalhava como dentista prático. A par do trabalho e da dedicação à família, alimentava em seu coração um grande sonho desde jovem: o de transformar o Brasil num País livre e socialmente justo. Foi por isso que, desde a juventude, David militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB). E foi por isso que, durante quase toda a sua vida adulta, ele foi vítima de perseguição política.

De acordo com certidão da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), David foi detido por dois dias em 1955, durante a campanha do ex-presidente Juscelino Kubitschek, por terem sido apreendidos em sua residência exemplares do *Jornal do Povo* e da *Imprensa Popular*. Com o estabelecimento do regime militar em 1964, ele foi preso e acusado de ser comunista, respondendo a inquérito no Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG).

Começou aí a sucessão de prejuízos a David e sua família. Ao ser libertado, após seis meses de prisão e ainda sob vigilância, ele teve que sair de Montes Claros, onde residia. Sua esposa, professora da Escola Municipal de Montes Claros, foi sumariamente demitida.

Em 21 de abril de 1969, David, voltando a Montes Claros, foi preso novamente e permaneceu 80 dias na Colônia Penal



Magalhães Pinto, onde sofreu bárbaras torturas. As seqüelas, aliadas à idade avançada, acabaram por impedir-lhe a volta ao trabalho na profissão que exercia há tantos anos.

A via-crúcis de David foi longa e penosa. Em 27 de maio de 1969, foi citado em Inquérito Policial Militar (IPM) que apurava as atividades de um grupo subversivo denominado Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE). Em setembro de 1969, foi indiciado em IPM que apurava as atividades do Partido Operário Comunista (POC). Incurso na Lei de Segurança Nacional, teve sua prisão preventiva decretada novamente. Em 1971, integrou a relação de indiciados que respondiam a processos na Auditoria da 4ª Região Militar e que tinham prisão preventiva decretada e se encontravam foragidos, em lugar incerto e não sabido.

Assim, David Rodrigues Diniz passou o resto de seus dias na condição de perseguido político, processado e torturado. A viúva Maria Geralda Gomes Diniz descreveu em um poema os momentos difíceis por que passaram. É o poema que se transcreve a seguir, ao qual não faltam o sentimento forte de um coração ferido e a compreensão de que toda a sua vida fora um libelo à liberdade.

"Em uma data"

*Em uma data / Não muito remota / Alguém bateu,
empurrou / Invadiu e foi entrando pela porta! / Era uma
madrugada fria e chuvosa! / Surpresa! / Deante
daquele quadro desolador, / Não sabendo a causa da
fúria / E dos rancores / Que já eram / Os retrocessos /
Que a vida / Iria com ameaças / Nos oferecer, / No
cálice / Das amarguras*

*Nos leitos, / Estavam os inocentes / Acordaram / Uns
choravam / Outros, / Ficaram calados / Assistindo /
Aquele horrível drama / Malfadado, / No comando das
vozes / Exaltadas / Amordaçaram / Fisicamente / Às
mãos / Foram algemadas / Sem o direito / De
pronunciar / Uma só palavra.*

*Agiram / Como leões famintos / Agarraram a presa /
Para ser devorada / Por aqueles / E outros que / Os
esperavam / Levaram / Como assassino / Um ladrão /
Um bandido / Um corrupto / E agressor / O pai daquela
família honrado / Trabalhador / Era sim, / Um
assassino / Das mentiras / Do ódio / E corrupções /
Que não queria ver / Uma criança / Abandonada /
Cruelmente estuprada / Um povo / Analfabeto / Sem
abrigo, sem teto / Sem o pão / Atirados ao relento /
Sem saúde / E proteção. / Queria sim / Corromper / A
fome / A miséria / A exploração / De quem trabalha /
Os abusos / E covardias / Contra os pobres, / As
violências provocadas / Pelo uso de bebidas / E drogas,
/ E queria / Ainda mais / Com a corrupção / Zelar pela
honra / E sabedoria da nação.*

*Lutava / Pela cidadania / Que nunca foi / Um direito da
maioria / Por serem ralés / E trabalhadores / Não são
reconhecidos / Como cidadãos / Ele também não era /
E ate foi julgado / Entroso / E não um filho / Desta
terra.*

*Para a ditadura / E seus comparsas / Da traição /
Exploradores / E inimigos da verdade / Não era ladrão
Porque / incomodava / A hipócrita sociedade / Foi preso
/ Incomunicável / Dormindo / Nas celas frias / Como
um irracional / Dentro / Das estrebarias / Nos lugares
podres / E insalubres / Para calar a verdade /
Satisfazendo / As elites gananciosas / Pelo luxo e
ostentação / Sendo ameaçado / E interrogação / Com
terrores, ameaças / Atrocidades / E hipocondria / Nas
horas caladas / Das noites / E as sombras / Da agonia,
Porque, / O terrorismo age / Na escuridão / Das noites
/ Com ela / Estão vinculadas / Sua ações / A
transparência / Do dia / Que a tocha / Da justiça /
Provoca cegueira / Nas suas visões / porque são/como
animais /da selva / com a escuridão / melhor enxergam
/seus atos / e compreensões / incomodavam / os
desonestos / negociadores e agentes / das perdições /
aqueles / que burlam as leis / com ameaças /
prostituídas / para aplicar / as injustiças / agredindo /
os direitos e razões / e defezas das vidas.*

*Com ele / Tantos outros / Que sonhavam / Com a
honra / E a dignidade / Da pátria / Que esta falida / E
sofreram / Nas garras / Dos seus algozes / Da vil
tirania / Foram também / Chutados / Amordaçados /
Mortos e sacrificados / Antes de perderem / As vidas, /
E os que conseguiram / Viver / São torturados / Nas
lembranças / Que não se / Apagaram / São pungilos /
Das nossas almas / Lamentos e padeceres.*

*Mataram sim / E são esquecidos / Por eles; / Mas /
Para nós, / São imagens / Projetantes / Que não se
apagam / Jamais / Estão presentes / Nas nossas /
Consciências e retinas / Fertilizando / Nossos ideais.*

*Cada um daqueles / Que foram tombados / E
desapareceram / Sofreram torturas / Diferentes /
Faziam escavar / A própria sepultura / Dizendo: / "É
aqui que vamos / te enterrar".*

*Cada um daqueles que foram / Tombados e
desapareceram / Sofreram torturas / Diferentes /
Faziam escavar a própria sepultura dizendo / "É aqui
que vamos enterrar" / que horror meu Deus! / quanta
crueldade / quanto egoísmo / impera a humanidade!
Será / que não pensavam no futuro das nossas famílias
e até deles e que outros poderão fazer / com eles e os
filhos? / As mesmas covardias? / Não; / O dinheiro fez
esquecer / Às vezes ele mesmo / Não poderá os socorrer
Meu filho perdeu a vida inocente / No desabrochar sua
adolescência / No colégio onde estudava prepararam /
As colegas contra ele / Dizendo ser satanás filho de
Barros / O atacavam e humilhavam dentro e fora da
sala de aulas / Na hora do recreio o derrubavam
machucando a espinha dorsal / Que imediatamente
causou infecção subiu e localizou-se / Na meninge meu
filho morreu vitimado da violência / Preparado nas
rebeldes consciências foi dormir o sono da eternidade /
Dentro de um caixão com ele foi metade da minha
existência / Dele, ficou o amor e compreensão que
devemos lutar / Empenhando as próprias vidas mostras
aos jovens / O que pratica a ditadura / Fermentam o
ódio nos cárceres espancam e matam com crueldades /
E o gosto das amarguras.*

*Não podemos frementar o ódio / Mesmo que sejamos
assistidos pela razão aqueles que lutam pela justiça /
São alvos de perseguições / Eu e meus filhos / Ficamos
à margem da vida / Na beira dos caminhos torpedeados
Com os insultos; as feridas ficaram incuráveis / São
elas que fortalecem nossas convicções na defesa / Das
futuras gerações não deixando para eles / A herança
funesta que é sustentada / Com nosso mais valia no
ostracismo das covardias; do Imperialismo orgulhoso / E
as monarquias nos restos do ventre do Feudalismo
latifundiários e o coronelismo / Que transformaram o ser
humano em outros robôs que, para sobreviver são
aqueles / que com bandeiras desfraldadas agitadas
tingindo os horizontes de vermelho que / simboliza
sangue não para derramar e sim como defesa das suas
e nossas vidas / gritando com vontade de trabalhar / E
nessa luta fratricida perdem esposa, filhos e as próprias
vidas, pelas mãos e na / frente daqueles vestidos de
fardas que também agridem suas próprias razões da
vida / aqueles que fizeram tombar não mais irão plantar
para trazer fortunas para as mesas / os alimentos levar
Para os reis os presidentes, senadores e deputados e o
valente soldado aqueles que / obedecem as emendas
prostituídas dos comandos das injustiças e que também
agridem as belezas naturais que protegem nossas vidas.
Os direitos humanos no relatório internacional revelam
para o mundo os maus tratos / e assassinatos
executados pelos agentes da polícia esquadrões da
morete vinculados / Com as forças de seguranças do
Brasil e Minas Gerais registros que foram para os
jornais da época. / E que estão no livro "torturas nunca
mais" mostrando os sinais das manchas / profundas
que não podem apagar as dores das recordações
funestas com ressonância dos gritos / De quem ainda está*

no sufoco daqueles que fizeram calor que estão no cemitério de / Perus plantados os restos mortais em uma vala comum dentro dos sacos azuis de lixo mil e quatrocentos e oito ossos. / Dos jovens inteligentes e outros competentes que tombaram com a fortaleza do ideal ligado ao amor e justiça social meu esposo ficou doente em consequência / dos maus tratos que foi vitimado quando fui recebê-lo no DOPS a roupa que antes vestia não segurou no corpo de tão magro e abatido muito descorado não pronunciava uma palavra sua voz havia desaparecido era quase um cadáver porque estava frio e gelado, estava trêmulo e angustiado a noite não dormia tinha que me levantar para socorrê-lo a tosse que não parava sempre o levando para os médicos e o uso constante dos remédios. Ele morreu na consequência desses martírios enfadonhos que passou a viver!

Mas, está vivo porque deixou a semente que plantou ele morreu com ressonô do hino da liberdade que escreveu no pensamento não a liberdade das guerras, corrupções fomes, tormentos e misérias plantou entre as rochas do seu coração a árvore da justiça social que está com as raízes cravadas para resistir às fúrias dos vendavais dos caudilhos.

Os frutos desse amor serão fortes e sadios irão para serem distribuídos para sustentar até aqueles que a ingratidão praticaram. / Quem os entregarão são as mão dos netos e dos filhos daqueles que tombaram por amor no labirinto da dor...

Autora: Maria Geralda Gomes Diniz viúva de David Rodrigues Diniz





Décio Geraldo de Oliveira Sales

Décio Geraldo de Oliveira Sales foi o primeiro estudante a ser julgado e condenado na Auditoria da 4ª Circunscrição da Justiça Militar em Juiz de Fora. O julgamento aconteceu em 19 de agosto de 1969 e Décio Geraldo, continuando recluso, cumpriu sua pena até 16 de janeiro de 1971.

Sua prisão ocorreu durante uma passeata estudantil no dia 24 de junho de 1968, numa época conturbada da vida política brasileira. Desta data em diante, o estudante Décio Geraldo sofreu humilhações, torturas e injustiças, uma delas a de ter sido enquadrado no artigo 477 do Ato Institucional nº 5 (AI-5) que, em razão de sua condenação em Juiz de Fora, desligou-o automaticamente, sem processo e sem defesa, do curso universitário que ele fazia na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG).

Logo que ele foi condenado em Juiz de Fora, seu padrasto, Celestino Gil Torres, obteve da Maçonaria a ajuda para trazê-lo para Belo Horizonte, supondo que nessa cidade ele viesse a sofrer menos torturas. Em Belo Horizonte, ele foi alojado em cela no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Mas a esperança do padrasto logo se mostrou vã. Numa madrugada trágica de janeiro de 1970, Décio foi acordado com espancamentos e não teve como impedir que lhe tirassem as roupas. Pescoções, queimaduras, gritos. Duas figuras conhecidas, o Tenente Marcelo, do Exército, e o delegado Thacyr de Menezes Sia, à frente dos trabalhos, gritavam-lhe:

- Confesse, traidor!

Décio não poderia imaginar o que confessar, pois sequer sabia de que é que estava sendo acusado. Sob intensa pressão e

sob o peso das torturas, cada vez mais intensas, ele, segundo relataria mais tarde a seus familiares, ficou anestesiado e já não sentia mais nada. Depois, enrolaram-no num lençol e colocaram-no numa viatura. Tempos mais tarde, relembrando aquela noite negra, Décio avaliaria:

- *Tinha a certeza de que eles estavam me levando para sumir comigo e eu não sabia por quê.*

Levado para a Penitenciária de Neves, a ele foi destinada uma solitária, onde ele permaneceu incomunicável por 51 dias, tomando água do vaso e sofrendo tudo que é característico de uma cela desse tipo. Numa determinada noite, tão altos eram, ouviu os gritos de outro preso que estava sendo torturado:

- *Confesse que ele é o autor!*

Como isso não acontecia, sobrevinham mais torturas. E todo o negrume daquele terror foi se enovelando, com torturas e mortes, até que o Décio foi compreendendo a história: uma organização chamada Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares, a VAR-Palmares, tinha sido descoberta, tendo sido descoberto também que um de seus planos era explodir o DOPS. E no bolso de um dos líderes da organização, tinha sido encontrado um pequeno papel e dele constavam um mapa, o nome do Décio e o telefone do DOPS.

Na verdade, o líder preso era um estudante afiliado ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) que estava estudando a possibilidade de providenciar alimentos e remédios para o Décio. Mas o mapa, o nome e o telefone levaram os agentes a concluir que Décio era o chefe do grupo, sendo que ele nem sabia de nada, até porque já estava preso há muitos dias.

Todos os sofrimentos físicos e psicológicos sofridos pelo Décio deixaram nele marcas profundas, como as de um neurótico de guerra. Com ele não foi diferente. Depois de cumprir pena, tentou reconstruir sua vida pessoal, constituindo uma família, mas os problemas naturais com os filhos deixaram-no ainda mais abalado. Tentou reconstruir sua vida profissional, retomando seu emprego na MinasCaixa: no entanto, ao denunciar cor-

rupções na instituição, foi aposentado aos 40 anos por uma invalidez psiquiátrica que, inexistente, tinha justificativa aparente em sua situação de fragilidade emocional.

Faleceu prematuramente, aos 50 anos, em 28 de janeiro de 1993.

(Adaptado de texto de autoria de Maria das Graças Gomes Cunha)





Devanir José de Carvalho

Devanir José de Carvalho, filho de Ely José de Carvalho e de Esther Campos de Carvalho, nasceu em Muriaé, Minas Gerais, no dia 15 de julho de 1943.

Foi operário metalúrgico, fundador e dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Usava os codinomes *Henrique*, *Rui*, *Antônio* e *Justino*.

Devanir José de Carvalho foi preso por volta de 11 horas da manhã, no dia 5 de abril de 1971, quando chegava à casa da rua Cruzeiro, nº 1111, no bairro do Tremembé, em São Paulo. Foi recebido por uma rajada de metralhadora, ficando gravemente ferido. Levado para o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), passou a ser violentamente torturado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury e sua equipe. Por volta das 18 horas do dia 7 de abril de 1971, não resistindo à crueldade e à violência das torturas, Devanir morreu.

A versão oficial dos órgãos da segurança publicada na época foi desmentida pelos depoimentos de presos políticos que se encontravam detidos no mesmo período. O delegado Sérgio Fleury, por várias vezes, mandara avisar Devanir de que fazia questão de prendê-lo vivo e torturá-lo até a morte. Nesses avisos, que eram enviados através dos irmãos de Devanir, Daniel e Joel, que também se encontravam presos, Fleury lhes dizia: *"Avisem ao Henrique (nome de guerra de Devanir) que encomendei, nos Estados Unidos, um bastão tranqüilizante para poder pegá-lo vivo e, que serei eu, pessoalmente, que o matarei no pau"*.



No processo em que os companheiros de Devanir estavam arrolados e em que ele também estaria, se vivo fosse, consta uma fotografia de seu corpo. Nessa foto, Devanir José de Carvalho apresenta uma marca de perfuração de bala na altura do coração e muitas marcas de ferimentos em várias partes do corpo, principalmente na cabeça: eram os sinais das torturas sofridas.

Fato significativo que desmente igualmente, e por completo, a versão da nota oficial e que confirma o assassinato sob tortura é a afirmação de vários carcereiros do DOPS a presos políticos: *"Devanir durante dois dias levou um pau danado. Só falava seu nome e o da organização, e xingava muito o Fleury. Todo mundo ouvia de longe. Devanir cuspiu muito sangue na cara do Fleury"*.

O laudo de necropsia, assinado pelos legistas João Page-motto e A. de Queiroz Orsini, não responde à pergunta sobre a submissão do preso a práticas de tortura. Nesse item, encontra-se apenas a palavra *prejudicado*.

Devanir José de Carvalho foi enterrado no Cemitério da Vila Formosa, em São Paulo.



Dimas da Anunciação Perrin

Dimas da Anunciação Perrin nasceu em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 1924, filho do ferroviário Domingos de Deus Perrin e de Luíza de Deus Perrin. Dividiu a casa paterna com quatro irmãs: Aracy, Maria, Terezinha e Efigênia.

Do lar amoroso trouxe os fundamentos que lhe permitiram constituir família de igual valor: dela ele foi chefe exemplar e, mesmo dedicando muito de seu tempo às causas populares, nunca faltou com os seus deveres em relação a seus filhos Dimas Jr, Luíza Regina, Lídice e Lecy e, especialmente, à esposa Zizinha, a quem ele muito amou.

Dimas foi operário, gráfico, jornalista e advogado, tendo concluído seu curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Exerceu também os cargos de superintendente da Universidade do Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG), superintendente de Ação Social da Secretaria do Trabalho de Minas Gerais, conselheiro da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) e assessor de várias associações comunitárias e sindicatos de Belo Horizonte.

Coerente com os ideais que sempre defendeu desde a juventude, participou de todos os movimentos sociais e políticos a partir de 1940, o que lhe rendeu inúmeras prisões com torturas e injustiças.

Publicou vários livros, entre eles *Inconfidência Mineira - Causas e Conseqüências*, enfocando as lutas de nosso povo pela



liberdade e a democracia, o progresso e a justiça; *Depoimento de um Torturado*, enfocando as crueldades e humilhações sofridas nas prisões por aqueles que defenderam esses mesmos ideais; *Pensamento e Ação a Serviço do Povo*, enfocando os projetos que fez como deputado federal e a sua luta para transformar seus ideais em realidade.

Foi homenageado pelo povo de Belo Horizonte, quando recebeu o título de *Cidadão Honorário* da cidade; foi agraciado pelo presidente Tancredo Neves com a *Medalha da Inconfidência Mineira* e, no dia 31 de março de 2004, na passagem dos 40 anos do Golpe Militar, foi homenageado com a *Medalha Tributo à Utopia*.

Faleceu no dia 10 de julho de 2002, deixando lições admiráveis como cidadão e ser humano. Foi um patriota digno. Defendeu permanentemente a justiça social e os direitos humanos e respeitou profundamente a cultura e os anseios do povo brasileiro. Seus sentimentos extravasaram-se muitas vezes sob a forma de poemas, como o que a seguir se transcreve, por ele dedicado a todas as mães do Brasil.

Minha Mãe

*Mãe, não sei por que a gente
Só dá valor às pessoas amigas e a muitas coisas
Importantes somente depois que as perdemos.
Você me criou com tanto sacrifício, trabalhando dia a
dia para uns e outros
Em troca de migalhas.*

*Você cuidou de mim quando criança.
Me aqueceu nas noites frias.
E protegeu-me das maldades deste mundo.*

*E quando comecei a defender a liberdade e o pão de
cada dia para os pobres,
Você sofreu ainda mais, mas nunca me disse não.
Quando me via em dificuldades, havia lágrimas em
seus olhos e dor em seu coração.*

*Depois, você foi embora desta vida
Com a mesma simplicidade
E a mesma resignação com que viveu dizendo
confiante "amanhã é um novo dia".*

*Mãe, somente agora que sou pai e avô é que sei
quanto você me amava
E era importante para mim.
Você merecia tantas coisas boas, mas se contentava
apenas em saber que eu estava bem.*

*Você não me ensinou a cantar porque sua vida era
pobre e triste.
Mas, com sua garra e seu exemplo, me ensinou a
resistir e a lutar.*

*E é pensando em tudo de bom e puro que você me
contava e ensinava,
Que reverencio hoje as Mães de meu País.
As Mães que passam noites indormidas à beira do
leito de seus filhos, desejando sofrer por eles as
febres e dores que os afligem.
As Mães trabalhadoras que tentam alimentar os filhos
com o mísero salário que recebem.*

*As Mães solteiras e desempregadas que às vezes se
humilham e se entregam pelo pão ou o remédio para
os filhos.*

*As Mães que sofrem com os filhos na prisão porque,
mesmo não apoiando o que fizeram, não querem que
os matem ou torturem.*

*As Mães que ainda procuram seus companheiros
queridos ou seus filhos desaparecidos dentro da longa
e terrível noite de que estamos saindo finalmente.*

*As Mães, esposas e avós dos desaparecidos são
fortes e a sua persistência é maior do que a maldade
dos que mataram seus entes queridos e heróis de
nosso povo, a sangue frio, cruelmente.*

*Mãe, minha Mãe querida, onde quer que você esteja,
saiba que não me esqueço de você e que, embora
tardamente, digo-lhe
Agora, o que por certo você queria ouvir, quando se
encontrava perto de mim:*

*Mãe, você sempre teve o meu amor e mereceu a minha
gratidão. É que eu também não sabia que o amor de
Mãe não tem limites.*

*É imenso, profundo, maior do que a Terra e o Mar,
infinito como o Céu.*



Domingos Ribeiro Viotti

Domingos Ribeiro Viotti nasceu no dia 1º de setembro de 1909, na cidade de Limeira, São Paulo, filho de Antônio Viotti e Alcide Andrade Viotti. Os irmãos Aradi, Antônio, Maria e Isabel fizeram-lhe companhia na infância, fazendo-lhe também companhia os inúmeros hóspedes da pensão de propriedade de sua mãe, D. Alcide, a quem ela tratava com dedicação, humanidade, discernimento e consideração. Foi nesse ambiente amigo e fraterno que Domingos cresceu.



Em 1932, casou-se em São Paulo com Nicolina Victória Vitale e com ela teve dois filhos: Therezinha Viotti Bastos e Cyrano Vitale Viotti.

Domingos fez o curso primário em São Paulo e, aos 13 anos, ingressou no Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Em 1929, com 20 anos de idade e seis de atividade dentro da instituição, ele foi indicado para o cargo de Perito Contador, sendo inscrito na Superintendência do Ensino Comercial. No Banco, ele aprendera por conta própria a matéria comercial que lhe deu sustentação na nova função e o tornou famoso entre os colegas como um exímio conhecedor da contabilidade bancária.

Como bancário, participou de lutas e reivindicações da categoria, despontando como uma das lideranças do Sindicato dos Bancários de São Paulo, entidade da qual foi presidente em 1939. À época, ele já havia sido preso várias vezes, acusado de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde 1929. Era intransigente nas suas convicções, acreditava na doutrina mar-

xista-leninista recebida por intermédio do PCB. O ponto comum era a busca de uma sociedade socialista, com a conquista do poder pelos trabalhadores.

Foi fundador do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB), sendo seu dirigente de 1940 a 1942 e posteriormente seu primeiro delegado, época em que construiu casas próprias para os bancários. Foram cerca de 240 unidades levantadas próximo do Parque Ibirapuera. Em 1947, o PCB foi declarado ilegal, o que provocou uma diáspora entre lideranças sindicais. De São Paulo, Domingos Viotti rumou para Belo Horizonte em 1948, onde trabalhou como funcionário do IAPB. Presidente da União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP) de 1957 a 1977, atuou de maneira marcante numa das entidades de classe mais conceituadas na época. Viria a renunciar ao cargo mais tarde, na iminência do fechamento da entidade.



Sindicalistas comemoram o 10º aniversário do IAPB

Com o Golpe Militar de 1964, foi preso cinco vezes. Levado para o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) em São Paulo, sofreu torturas na chamada *cadeira-do-dragão*. Essa cadeira, extremamente pesada, tem assento de zinco e, na parte posterior, uma proeminência onde se introduz um dos terminais da máquina de choque chamado magneto; além disso, ela conta com uma travessa de madeira que empurra as pernas do torturado para trás, de modo que, a cada descarga, as pernas batem na travessa, provocando ferimentos profundos. Foi nesse equipamento que Domingos sofreu suas piores torturas físicas.

Por injunção de seu filho Cyrano, Domingos foi salvo de ser jogado em alto mar. Alertado de que seu pai fora seqüestrado, o filho telefonou para o Estado Maior do Exército em Brasília e falou diretamente com um coronel, membro próximo da família. A

resposta retornou imediatamente: *"Receba-o de volta em Belo Horizonte, na Polícia Federal, e tome conta dele, pois, nem sempre me encontrarás para salvá-lo"*.

Em 1980, depois de ter sido absolvido em 11 processos e de providenciar o retorno de dezenas de exilados políticos, Domingos ainda lutou pela legalização do PCB, o que conseguiu em 1992.

Faleceu de septicemia provocada por pneumonia bacteriana, em 31 de dezembro de 1997, aos 88 anos.





Edgar de Godói da Mata Machado

Edgar de Godói da Mata Machado, filho de Augusto Aires da Matta Machado e Mariana Flora de Godoy da Matta Machado, nasceu na cidade de Diamantina, Minas Gerais, no dia 14 de maio de 1913. Casou-se com Yedda Novaes da Mata Machado e com ela teve sete filhos: Maria do Carmo, Marília, José Carlos, Mônica, Virgínia, Edith e Bernardo.



Foi um menino inquieto. No curso primário, desorientado por estar demorando a aprender a ler, foi ter com a diretora da escola, sua tia Eponina. Chamando a professora, a tia resolveu o problema:

- "O Edgar não tem jeito. Eu piso no pé dele e ele não aprende a ler", queixou-se a professora.

- "Ele não aprende a ler porque você pisa no pé dele. Então você pára com essa história de pisar no pé dele que ele aprende".

O fato é que ele acabou terminando o curso primário com a prima e professora Mariana da Mata Machado. Depois foi para o Colégio Arnaldo fazer o curso médio, assim chamado naquela época. Mas lá só permaneceu um ano: decidira tornar-se padre e foi então para o seminário de Diamantina.

As férias do meio do ano eram passadas em Conselheiro Mata. O seminarista se entusiasmava com as férias porque, segundo ele próprio conta em seu livro *Fé, Cultura e Liberdade*, em Diamantina, "não havia abacaxi. E lá, ao contrário, em Conselheiro Mata, tinha muito. Era muito agradável para a gente passar as férias".

A permanência no seminário foi interrompida a conselho do padre Avelar, que, em carta ao pai de Edgar, afirmou que não via no menino vocação para a batina. O fato decepcionaria muito o pai, que queria um filho padre, mas Edgar, apesar de ter abandonado o seminário, mostrava-se bastante grato pelos três anos em que cursara Filosofia na instituição.

Ao sair do seminário, onde o curso que fizera não era reconhecido, Edgar teve de fazer o supletivo, que repartiu entre Pouso Alegre (1933), Itanhandu (1934) e Belo Horizonte (1935). E o embasamento cultural que trazia, somado à sua privilegiada inteligência e vocação para o estudo, abriu caminho para uma vitoriosa carreira profissional, que se manifestou na imprensa, na cátedra e na política.

A projeção que ele alcançaria no curso de sua vida não ofuscou, entretanto, nem sua inata modéstia, nem a franciscana visão cristã que inspirou todo o seu comportamento.

Entrou na Faculdade com distinção e, em conseqüência, estudou gratuitamente: *"Até me lembro que eu tomei a maior vaia, porque quando foi anunciado o resultado, a gente no pátio, esperando, a primeira coisa que aconteceu foi a notícia de que fulano de tal fez o concurso e teve distinção em todas as matérias e por isso estaria incluído na Faculdade gratuitamente. Não precisava pagar. Então, o pessoal começou a me dar vaia. Foi a maior homenagem que eu já tinha recebido, a maior vaia dos outros, que não tiveram as notas. Eu entrei com uma grande vaia. Foi bom: eu me habituei"*.

Abriu um escritório com o Bolivar de Freitas, que já conhecia do seminário de Diamantina. O escritório, com o nome de Escritório Sórora Mariana de Alcaforado, era dedicado à escrita de cartas de amor. Eles faziam cartas para as empregadas, as empregadas levavam para os soldados. Depois, os soldados liam e pediam para fazer as respostas. O escritório tinha grande movimento. Com o dinheiro os dois iam ao cinema.

Diplomou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais em 1939. Já então, exercia o jornalismo, tendo participado, em

1934, da fundação do órgão de inspiração católica *O Diário*, do qual ele foi redator, secretário e redator-chefe. No jornal integrou-se a um grupo brilhante de jornalistas formado por Cid Rebelo Horta, João Etienne Filho, José Mendonça, João Camilo de Oliveira Torres, Nilton Amado, Mozarth Meniconi, Geraldo Diniz Resende, Geraldo Magela de Andrade, Fernando Dias Corrêa, Geraldo Mendes Barros, Hélio Pellegrino e Otto Lara Resende.

Logo após sua formatura, atuou como advogado de acusação de um cidadão que matara o pai de um linotipista de *O Diário*. O processo corria na comarca de Bonfim, Minas Gerais, sendo o juiz o pernambucano Oscar Mendes. Fez uma denúncia muito articulada. O rapaz foi condenado. Esse caso seria inesquecível ao recém-formado porque o Dr. Oscar Mendes, quando veio o resultado condenando o rapaz, advertiu-o: *"Olha, há uma grande irritação na família do rapaz, de modo que o melhor é você voltar para Belo Horizonte"*.

Suas convicções católicas e a lucidez de sua inteligência estruturaram as raízes de seu pensamento otimista, que seguia a linha do francês Jacques Maritain e do brasileiro Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athaide). Essa linha de esclarecida ideologia cristã, voltada para o equacionamento dos angustiantes problemas sociais do mundo contemporâneo, levaram-no a uma inabalável crença nos princípios democráticos, exatamente numa hora em que as forças totalitárias atingiam o apogeu de dominação mundial.

A imprensa foi, naquele momento, a sua trincheira. Em 1943, único jornalista escolhido em Minas Gerais, fez uma viagem aos Estados Unidos a convite do Departamento de Estudos. Durante a viagem, conheceu o presidente Roosevelt, que ele lembraria como *"uma pessoa impressionante"*. Também conheceu o ator Orson Welles, em Hollywood, artista que já havia estado em Belo Horizonte e que queria fazer um filme exclusivamente sobre o Brasil, embora confessasse estar encontrando uma resistência muito grande por parte da ditadura.

E a ditadura, para o próprio jornalista, era um grande peso, a ponto de ele nunca ter mencionado, nas reportagens que mandava, o governo do Brasil.

Em 1944, Edgar transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi redator do *Diário de Notícias* e de *O Globo*, integrando ainda o grupo de redação da Editora Agir. Como representante de *O Globo*, voltou aos Estados Unidos, recolhendo subsídios e observações que foram transmitidos em seu primeiro livro publicado, *Imagem da América*.

Em 1946, ficou com a chefia da seção política de *O Globo*. Dr. Edgar fazia comentários políticos e entrevistas, muitas delas



com o ministro da Guerra Góes Monteiro, entrevistas sempre curiosíssimas. O ministro chegava, cumprimentava e então começava ditando a entrevista. Dr. Edgar batia à máquina: *"Esta manhã tive mais um contato com o General Góes Monteiro, que foi encontrado tratando dos seus pássaros..."* Depois, ele faria outro texto para a publicação no jornal.

Em março de 1947, a convite de Milton Campos, Edgar assumiu a chefia do gabinete do então Governador, cargo que ocupou até candidatar-se à Assembléia Legislativa. Eleito deputado estadual (1951-1955), foi líder da oposição e membro das Comissões de Redação e de Educação e Cultura.

Simultaneamente, sua já consolidada cultura jurídica e humanística convocou-o para o magistério superior. Foi professor de Introdução à Ciência do Direito na Universidade Católica, de História da Filosofia, Lógica e Metafísica na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, e de Introdução à Filosofia e Lógica na Faculdade de Filosofia da UFMG. Em 1954, aprovado em concurso, ocupou a cadeira de Introdução à Ciência do Direito na Faculdade de Direito da UFMG, cadeira da qual, também por concurso, seria titular em 1956. No magistério, revelou todo o seu saber jurídico e sedimentada cultura, tornando-se mestre conceituado e líder respeitado de sucessivas gerações.

No governo Magalhães Pinto exerceu as funções de titular da recém-criada Secretaria do Trabalho e Cultura Popular, à frente da qual pôs em execução um admirável programa voltado para as classes menos favorecidas. Afastando-se do cargo em consequência do Golpe Militar de 1964, foi eleito deputado federal em 1966, tendo seus direitos políticos cassados em 1969, pelo Ato Institucional nº 5. Logo a seguir, foi afastado das cátedras que conquistara, sendo reintegrado dez anos depois, graças à anistia de 1980.

Na época atribulada da vida nacional constituída pela ditadura, os desenganos da injustiça humana foram acrescidos do sacrifício do filho José Carlos, trucidado barbaramente pelas forças da repressão militar, em 1973. A inabalável crença católi-

ca foi o que lhe fortaleceu o ânimo, fazendo com que Edgar vencesse os tormentos e se mantivesse firme em suas convicções políticas e religiosas. A mesma crença permitiu-lhe resistir ao inquérito militar a que foi submetido e a demonstrar, durante todo o processo, a altivez e a bravura de um autêntico democrata, além de surpreendente ascendência intelectual sobre seus inquisidores.

Com a volta da democracia, Edgar foi convidado por Tancredo Neves para ser embaixador na Santa Sé. Na época trabalhava com Afonso Arinos, que dirigia uma comissão de estudos constitucionais preparadores da Constituinte de 1988.

Em 1985, o então presidente José Sarney convidou um seleto número de personalidades para escrever um artigo sobre a importância da Constituinte para o País. Na época, o coordenador editorial do projeto, Villas-Boas Corrêa, afirmou que *"só foi convidado a participar desta série de depoimentos quem realmente tem o que dizer. Quem pode oferecer a contribuição insubstituível da experiência ou quem não fala apenas por si, mas em nome de faixas da comunidade"*. Dentre os convidados figuravam Antônio Ermírio de Moraes, Aureliano Chaves, Barbosa Lima Sobrinho, Fernanda Montenegro, Fernando Henrique Cardoso, Dom Hélder Câmara, Luiz Inácio da Silva, Miguel Arraes, Otto Lara Resende, Roberto Magalhães e Edgar de Godói da Mata Machado.

Redemocratizado o País, foi eleito suplente de senador em 1986, exercendo o mandato no período de 1990 a 1991, quando o titular Itamar Franco assumiu a vice-presidência da República.

Membro da Academia Mineira de Letras, Edgar deixou o seu nome inscrito na história de Minas, graças aos seus inulgares atributos morais e intelectuais. Poucos conterrâneos seus, na segunda metade do século XX, igualaram-no em cultura e inteligência; nenhum o sobrepujou na probidade e na modéstia e, especialmente, na imensurável dimensão humana.



Edina Maria da Paixão



Edina Maria da Paixão nasceu em Taiumirim, distrito de Caratinga, Minas Gerais, em 1936. Em 1951, casou-se com Francisco Raymundo da Paixão, com quem teve os seguintes cinco filhos: Edi-Lamar, Elizimar, Elizabel, Edinézia e Luiz Carlos, este último batizado com o mesmo nome do grande líder brasileiro Luís Carlos Prestes. Francisco, o pai, combinara com Edina que a criança que ela esperava, se fosse do sexo feminino, ela escolheria o nome, mas, se fosse menino, ele queria prestar esta grande homenagem a um personagem que admirava.

A vida de Edina foi uma luta constante. Ela cuidava dos filhos, da casa e ainda militava junto com o marido, que era líder dos camponeses. A casa onde viviam era dividida ao meio: de um lado morava a família e do outro lado era a sede do sindicato. Contando com o apoio da mãe, que a ajudava nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos, Edina ficava liberada para cuidar da burocracia do sindicato, fazendo inscrições e cadastramentos dos camponeses, distribuindo alimentos. Enquanto isso, o marido viajava levantando recursos e lutando por benefícios para todos.

Pesquisas dão conta de que a segunda área social mais duramente atingida nos primeiros tempos do regime militar foi o meio sindical, principalmente as Ligas Camponesas. Com o casal formado por Edina e Francisco não foi diferente. No dia 31 de março de 1964, três dos filhos em casa com a avó, um carro

chegou a toda velocidade. Dele desceram muitos homens, todos armados. Uma das crianças correu em direção dos pais para avisá-los do ocorrido. Veio a ordem expressa do pai: todos deveriam se esconder no banheiro.

Enquanto Francisco e Edina fechavam a sede do sindicato, chegou outro carro oficial com muitos militares e foi iniciado um tiroteio. Francisco conseguiu fugir pela janela, mas Edina ficou na linha de tiro e foi baleada com três tiros: um de raspão, outro vazou pelo seu corpo e o terceiro ficou cravado em suas costas. As crianças permaneceram quietas no banheiro até que cessaram os tiros. Quando a avó, que as protegia, percebeu que Elizabel, então com 5 anos, estava com o rosto sangrando, procurou socorro e, então, mãe e filha foram encaminhadas para o hospital da cidade. Até hoje não se sabe se os tiros partiram dos capangas do coronelismo que imperavam na região ou dos militares.

Com o episódio, a alternativa para a família foi sair da cidade. As crianças foram para o Rio de Janeiro sem os pais e se refugiaram na casa de uma tia da mãe. Duas semanas depois, Francisco e Edina chegavam.

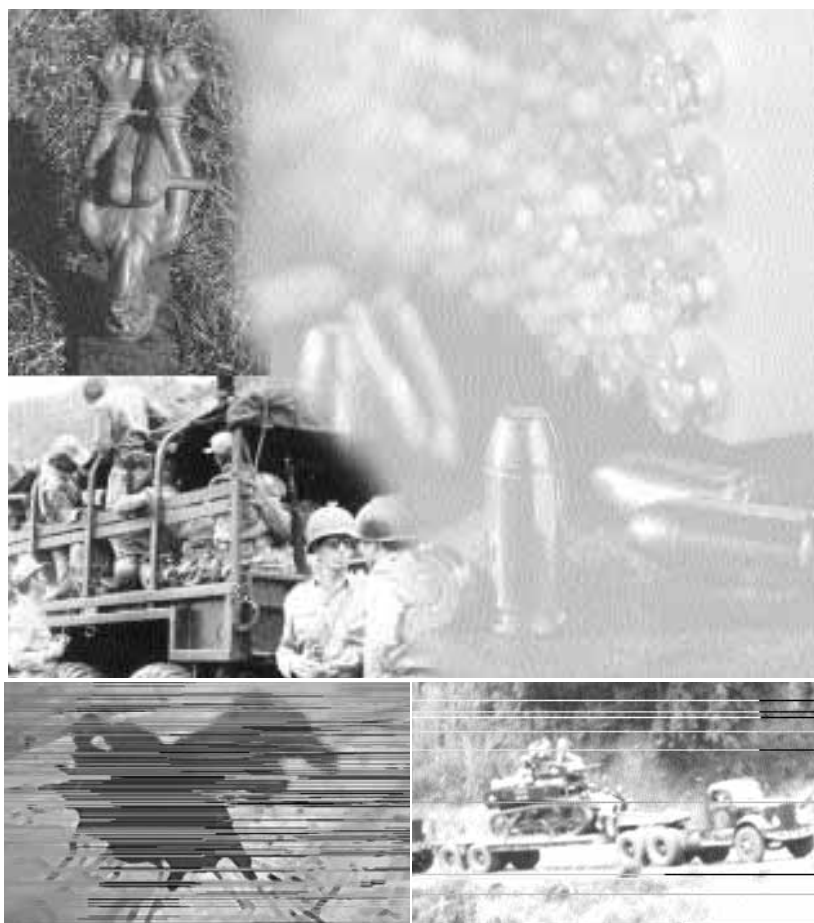
Escondida, a família ficou exilada no próprio País. Um ano e meio depois de estarem escondidos, Francisco, para proteger a família, teve de partir para a clandestinidade. Propôs à esposa deixar os filhos num orfanato, a fim de que pudessem seguir em frente com seus projetos políticos. Sem discordar, Edina Maria da Paixão retrucou com firmeza: *"você vai, eu estou grávida e não vou abandonar meus filhos"*.

Francisco Raymundo da Paixão voltou a juntar-se à família em 1979, quando saiu a anistia.

Durante o período de separação, a família peregrinou por caminhos tortuosos e difíceis. Sofreu muito. Foi abandonada pelos políticos que se diziam amigos do pai. Passou fome, frio, discriminação. As crianças não puderam ter um vida normal como outras pessoas, pois passaram a maior parte de suas vidas fugindo e tentando sobreviver. Edina, mesmo sem perder jamais

a esperança, passou a ter depressão, pânico, tornou-se obesa, diabética, cardíaca e, por causa do projétil nas costas, entre os rins e a coluna, veio a falecer em 1985, em Belo Horizonte, onde está sepultada.

Os filhos herdaram os sonhos e a esperança. Hoje, todos são casados, têm filhos, até mesmo netos. Sabem que seriam mais felizes se não tivessem as cicatrizes do passado, mas sabem que têm um patrimônio de exemplos difícil de ser encontrado mesmo entre as mais nobres pessoas.



Eduardo Antônio da Fonseca

Eduardo Antônio da Fonseca nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 23 de fevereiro de 1947, filho de Joaquim Fonseca Júnior e de Lucinda Miquelina Braga.

Iniciou-se no movimento estudantil muito jovem. Era secundarista em 1968, quando se ligou ao Partido Socialista Revolucionário Brasileiro (PSRB), participando de seu núcleo de formação, ao lado do dirigente Aurélio Bastos, que já havia sido vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

O PSRB foi criado a partir das idéias de Rui Mauro Marini, um grande intelectual que se encontrava exilado no Chile. Alguns militantes do PSRB, entre eles o advogado Aurélio Bastos, já haviam participado da organização revolucionária marxista Política Operária (POLOP).

Em 1969, o grupo se desfez: alguns militantes foram para o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e outros para a Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE). Eduardo Antônio da Fonseca filiou-se à CORRENTE.

No final de 1969, com a queda da organização, Eduardo Fonseca foi clandestinamente para São Paulo, onde militou na Ação Libertadora Nacional (ALN).

Foi fuzilado numa emboscada montada pelo Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) de São Paulo, no dia 23 de setembro de 1971, na rua João Moura, altura do nº 2.358, bairro do Sumarezinho, em São Paulo. Juntamente com Eduardo Antônio da Fonseca, foram mortos seus companheiros José Marvel Mendes de Abreu e Antônio Sérgio de Matos.

Ana Maria Nacinovic Corrêa, que viria a ser assassinada em 14 de junho de 1972, conseguiu escapar da emboscada na

rua João Moura. Relatou que seus companheiros não tinham tido a chance de resistir, o que mostra, com clareza, que o objetivo dos policiais era o assassinato e não a prisão.

É curioso notar que, na mesma data da morte de Eduardo, 23/09/71, foi fotografado um cadáver como vítima *desconhecida* (foto nº 323/71 - laudo nº 3 - 4796171) e foi feita para ele uma requisição de exame de corpo de delito. O cadáver era de um jovem de nome Eduardo Antônio da Fonseca e dele se ocupava o delegado Alcides Cintra Bueno. O exame necroscópico, assinado pelos médicos Isaac Abramovite e Antônio Valentini, concluiu que o examinado falecera por anemia aguda traumática. O resultado desse exame foi registrado no Instituto Médico da Universidade de São Paulo (IMUSP), sob o nº 39.537, no dia 12 de outubro de 1971, tendo o óbito sido registrado no cartório do Jardim América.

Eduardo Antônio da Fonseca foi sepultado pela família no Cemitério São Pedro, às 15 horas do dia 30 de outubro de 1971.

Segundo o relatório do Ministério da Aeronáutica à Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, em dezembro de 1993, fornecido pelo Ministério da Justiça, Eduardo Antônio da Fonseca *"faleceu no dia 23 de setembro de 1971, no bairro de Pinheiros, em São Paulo, ao reagir, a tiros, à ordem de prisão dada por policiais"*. Já segundo o relatório do Ministério da Marinha à Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, em dezembro de 1993, fornecido pelo Ministério da Justiça, Eduardo *"foi morto por agentes dos órgãos de segurança, quando, juntamente com outros elementos fortemente armados de metralhadoras, atacaram uma viatura militar do II Exército que se encontrava estacionada à rua João Moura, no bairro do Sumarezinho, São Paulo"*.





Eduardo Colen Leite - Bacuri



Eduardo Colen Leite, o Bacuri, nasceu em Campo Belo, Minas Gerais, em 28 de agosto de 1945, filho de Alberto Colen Leite e Maria Aparecida Leite.

Eduardo foi militante da organização revolucionária marxista Política Operária (POLOP) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Depois, tornou-se dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Foi preso no dia 21 de agosto de 1970, no Rio de Janeiro, pelo delegado Sérgio Fleury e sua equipe, num hotel no Rio de Janeiro, traído por um colega.

Levado em seguida para uma residência particular, lá foi vítima das primeiras torturas. Os gritos de Eduardo e dos torturadores ressoavam pela vizinhança, que solicitou intervenção policial. A polícia, ao constatar que se tratava de episódio sob o controle da tropa do delegado Fleury, foi orientada pelas autoridades competentes a recomendar apenas que mudassem de local. As torturas continuaram na sede do Centro Nacional de Informações da Marinha (CENIMAR), também no Rio de Janeiro; em seguida, Eduardo foi transferido para o 41º Distrito Policial em Vila Rica, São Paulo, ainda sob o comando do delegado Fleury. Retornou ao Rio de Janeiro, para o CENIMAR, e continuou sofrendo torturas horríveis até meados de outubro, quando foi transferido novamente para São Paulo, para a sede do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações

de Defesa Interna (DOI/CODI). Ainda em outubro, foi removido para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista, onde foi encarcerado na cela 4 do fundão, onde as celas eram totalmente isoladas.

No dia 25 de outubro, ficou evidenciado que um plano diabólico fora montado para assassinar Eduardo: haviam sido divulgadas pelos jornais a morte de Joaquim Câmara Ferreira, comandante da ALN, e a fuga de Eduardo, bem como o desconhecimento do seu paradeiro. Só que a notícia era totalmente falsa, uma vez que, pelas torturas que vinha sofrendo, Eduardo não conseguia sequer manter-se de pé. Segundo o testemunho de 50 presos políticos recolhidos ao DOPS, Eduardo jamais saíra de sua cela, a não ser carregado para as sessões de tortura, que eram diárias.

Sua retirada do DOPS foi tramada de forma que os demais presos políticos não testemunhassem o fato. Vigilantes, os 50 companheiros não deixaram que isso acontecesse. Mas de nada adiantaram seus protestos desesperados, insuficientes para evitar a remoção do então debilitado militante.

Soube-se, mais tarde, que no dia 27 de outubro de 1970, Eduardo fora levado para o sítio particular do delegado Fleury, para onde eram levados os presos *especiais*, ou os que seriam torturados e assassinados sem testemunho de ninguém.

No dia 8 de dezembro de 1970, os jornais paulistas noticiaram a morte de Eduardo, que teria ocorrido durante um tiroteio nas imediações da cidade de São Sebastião, litoral paulista. Na verdade, a morte, ou seja, o assassinato de Eduardo Colen Leite foi, entre todos os creditados à polícia política, um dos mais bárbaros de que se tem notícia.

Seu corpo foi deixado no Cemitério Areia Branca, em Santos, São Paulo, onde foi enterrado como indigente. A polícia, tanto dentro como fora do cemitério, não permitiu que a imprensa entrasse e cobrisse o fato. Sua mulher, Denise Crispim, mãe da filha que ele não chegou a conhecer, armou um escândalo porque os policiais não queriam abrir o caixão. A cena foi terrível.

Denise constatou que as orelhas de Eduardo haviam sido decepadas, os olhos vazados, os dentes arrancados, além de haver escoriações, queimaduras e cortes profundos espalhados por todo o corpo.

Denise deu à luz a filha alguns meses depois e fugiu para o Chile, indo depois para Roma. Não pôde mais permanecer no Brasil após a morte do seu Bacuri que, em Tupi-Guarani, quer dizer *menino*.





Eduardo Demétrio Ferreira

Eduardo Demétrio Ferreira nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 6 de março de 1953, filho do vendedor José de Lourdes Ferreira e de Lea Demétrio Ferreira. Na família de classe média, humilde, ele era o terceiro filho, sendo que sete irmãos lhe faziam companhia.

Sempre estudioso e idealista, muito jovem já demonstrava tendência para a ação política. Aos 13 anos, ainda ingênuo e sem saber até onde poderiam chegar os limites do terror, expunha-se cotidianamente em comícios relâmpagos e passeatas, fazendo a segurança de dirigentes de oposição. Acreditava, juntamente com companheiros da época do final dos anos 60, que era hora de conjugar a vida escolar com a participação na história. Não sabia que durante os próximos anos viria a ser considerado inimigo de um regime brutal, que permitia, inclusive, a eliminação física daqueles que lhe opusessem qualquer forma de resistência.

Demétrio, como era chamado pelos colegas, foi mais um estudante engajado. Acreditou profundamente nas razões de sua luta e aos poucos tornou-se um combatente pela liberdade em tempo integral, julgando que servir a uma causa pode justificar uma vida. Soube-se que sofreu seqüestros relâmpagos em 1967/74, quando a tortura era rápida e precisa, não deixando registros oficiais. O que importava era obter a informação no menor prazo possível.

Estudante secundarista, ainda menor de 18 anos, foi expulso de várias escolas. Quando estudante da Escola Municipal IMACO, foi preso durante manifestação estudantil, logo após falar para a massa de estudantes e conclamar uma

manifestação dos jovens. Ele falava muito bem e tinha o dom de influenciar os estudantes. Na hora da saída, foi feito pela polícia um *corredor polonês* (duas fileiras de policiais no meio das quais os estudantes tinham de passar) encabeçado pelos delegados do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) Thacyr Menezes Sia e David Hazan: assim que os estudantes passavam, eram identificados e presos.

Preso durante a manifestação no IMACO, Demétrio esteve detido também dentro da Faculdade de Direito em 1968, quando ela foi ocupada pelos estudantes e as mães e outros parentes ficaram do lado de fora, tentando tirar seus filhos e impedindo a invasão do prédio pela polícia.

Por participar ativamente de todas as ações e manifestações políticas nos idos de 1968/69 e, ainda, por ser muitíssimo jovem (devia ter de 14 a 15 anos), Demétrio era muito conhecido pelos aparelhos da repressão e, no final dos anos 60, foi obrigado a cair na clandestinidade.

Antes desse desfecho, Eduardo Demétrio dirigiu entidades representativas dos secundaristas em nível regional e nacional. Nessa época foi preso por agentes da repressão política e ficou à disposição do então Coronel Medeiros, que dirigiu uma equipe de policiais e torturadores cuja ação se concentrava num Inquérito Policial Militar, visando reprimir o movimento estudantil e prender, torturar e intimidar seus líderes.

Militante junto à Ação Popular (AP), empenhado em viabilizar, juntamente com companheiros da época, o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) que ocorreria em Ibiúna, São Paulo, assim que chegou a Montes Claros foi preso pela polícia e encaminhado para o DOPS. Pouco depois, foi transferido para alguma unidade do Exército e torturado barbaramente. O comandante do Inquérito Policial na época era o Coronel Medeiros e um dos interrogadores era o Capitão Portela.

Ainda em 1969, foi preso por participar de reunião ilegal do Diretório Central dos Estudantes (DCE/MG). Foi citado em vários depoimentos e inquéritos policiais como elemento vincu-

lado a organizações clandestinas da AP. Integrou a relação de atingidos pelas sanções do Decreto-Lei nº 477/69, tendo sido desligado da Escola Técnica Federal de Minas Gerais onde estudava, ficando proibido de estudar.

Foi militante político também do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e posteriormente da organização chamada Partido Operário Comunista (POC), ocasião em que foi indiciado em inquérito instaurado pela Infantaria Divisionária (ID/4) da 4ª Região Militar para apurar atividades do partido, na área de Belo Horizonte, em 1969. Era tido como *perigoso* pelo Exército. Soldados do Exército ficavam na porta de sua casa, na rua Jacuí, 2133, em Belo Horizonte, com o objetivo de prendê-lo. Certa feita, sua mãe teve que se disfarçar usando perucas e se vestindo de homem para desviar a atenção dos soldados para que Demétrio pudesse sair em fuga, sem ser abordado e preso.

Perseguido e preso várias vezes por agentes federais, foi internado em clínicas psiquiátricas algumas vezes. Viveu escondido, banido em seu próprio País, teve uma vida provisória que não lhe permitia criar laços afetivos ou emocionais. Criou a partir daí uma síndrome de perseguição que o fazia tremer ao ouvir uma sirene policial, ao ver uma farda ou a desencontrar-se dos companheiros nos *pontos marcados*. A cada prisão de um amigo, entrava em crise, imaginando ser o próximo.

Em 1978, foi enviado para a França, onde permaneceu um ano. Ao voltar, tentou retomar a vida como cidadão comum. Frequentou o curso de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mas seus problemas psíquicos não lhe permitiram adaptar-se à rotina das aulas. Retomar os estudos para tentar um emprego público tornou-



Estudantes como Demétrio foram alvo de perseguições da ditadura militar

se impossível também devido aos encargos com sua família, inclusive com a nova que, ainda estudante de Direito, formou com a companheira Rosane Guedes da Silva, com quem teve duas filhas: Andressa e Ana Carolina Guedes Demétrio.

Seguindo, Eduardo trabalhou em campanhas políticas e com representação comercial. Pertenceu ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Em 1986/87 foi assessor parlamentar na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Em 1994, Demétrio estava trabalhando com representação de tecidos e, por viajar sempre, ausentava-se muito de casa. Foi mais uma fase difícil. Com todos os seus traumas, a esperança de adaptação profissional e familiar ia se enfraquecendo. De repente, teve que ser internado às pressas, por conta de seu organismo debilitado. E ele acabou encontrando na bebida um refúgio barato para o sofrimento e a falta de perspectiva na vida.

Foi internado em Varginha, Minas Gerais, onde veio a falecer em 14 de dezembro de 1995. Sepultado no Cemitério de Vila Alpina, em São Paulo, Capital, deixou o amparo de sua memória àqueles a quem a morte o impediu de proteger.



Eloy Ferreira da Silva

Eloy Ferreira da Silva, filho dos lavradores Arlindo Ferreira da Silva e Maria Gomes Ferreira, nasceu no dia 1º de dezembro de 1930. Com 8 anos de idade, veio de Goiás, onde ficava sua terra natal, para Serra das Araras, no município de São Francisco, onde foi criado. Mais tarde, casou-se e teve 10 filhos. Nunca se sentou em um banco de escola: aprendeu a ler em casa, o suficiente para assinar o nome e ler a Bíblia.



Como todo lavrador filho de lavrador, batalhou muitos anos antes de ter a esperança de ter para si e para sua família um pedaço de terra. Em 1973, com 43 anos de idade e 20 de casado, Eloy conseguiu dar entrada, em dinheiro, para a compra de uma posse de 42 alqueires, dentro da Fazenda Menino. Eloy não poderia adivinhar que a compra dessa terra iria transformar a sua vida, o seu trabalho, numa luta. Porque para ele, a coisa era simples: uma pessoa compra uma terra, paga e recebe a escritura. Só que não foi isso o que aconteceu.

Diante das constantes ameaças de grilagem recebidas pelos habitantes da comunidade, procurou organizá-los na defesa de seus direitos.

Em 4 de abril de 1978, com 48 anos, ingressou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco, no norte

de Minas, como associado, onde recebeu a matrícula de nº 1219. A liderança exercida na luta contra os grileiros levou seus companheiros a elegê-lo como delegado sindical de base.

Por essa época, a luta de Eloy já deixara de ser a luta de um homem só, injustiçado. A luta pelo direito à sua terra - que comprara e não conseguia um documento que comprovasse - não era mais uma luta individual. Eloy descobrira a importância de um instrumento que permitisse lutar pelo direito de todos os trabalhadores enganados, injustiçados, roubados: o sindicato.

Começou então a grande luta de Eloy pelo fortalecimento do movimento sindical. Ele saía pregando junto a todos os trabalhadores, um por um, sobre a necessidade de se unirem para que todos saíssem ganhando.

Em 7 de fevereiro de 1981, escolhido para fazer parte da chapa, foi eleito presidente do sindicato, tomando posse a 14 de abril de 1981. Em 4 de março de 1984, foi reeleito para novo mandato, com posse em 11 de abril do mesmo ano.

No dia 21 de abril de 1984, Eloy foi condecorado com a Medalha da Inconfidência, tendo sido o primeiro trabalhador rural a receber esta comenda. Na ocasião, afirmou que sua escolha era sinal de mudança no relacionamento do governo com os trabalhadores. Afirmou ainda que daquela data em diante as autoridades poderiam até lutar junto com os camponeses.

Dois dias antes de ser assassinado, Eloy havia denunciado à Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social de Minas Gerais uma série de ameaças que vinha recebendo por parte de Leonardo Pereira, que arrancava também as cercas de sua propriedade. Mas o fato é que ele, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco, foi covardemente assassinado no distrito de Serra das Araras, às 9 horas do dia 16 de dezembro de 1984.

Minutos após o sepultamento de Eloy, o delegado encarregado do caso, Márcio Lima Carence, indiciava como mata-

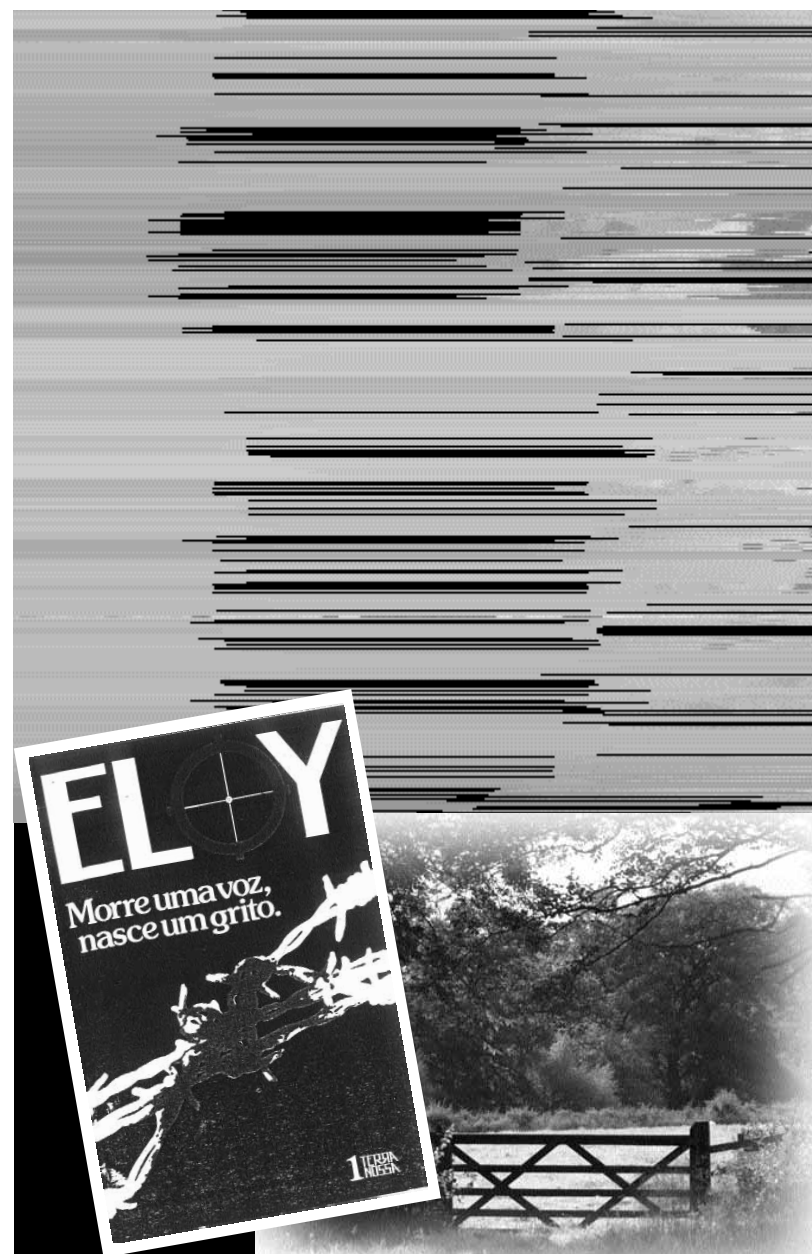
dores do sindicalista os grileiros Paulo Leonardo Pereira e José Mendes Amorim. Em 19 de setembro de 1991, segundo o jornal *Folha de Januária*, edição de 28 e 29 de setembro de 1991, o assassino de Eloy, Paulo Leonardo Pereira, foi condenado a sete anos de prisão, quando todos esperavam uma pena de mais de 16 anos. O assassino havia contratado um famoso advogado.

Um jornal sindical registrou na época que *"enquanto o corpo de Eloy descia à sepultura, latifundiários e comerciantes ricos de São Francisco soltavam rojões, devoravam suculentos churrascos e se embriagavam alegremente. Estavam comemorando, aliviados, o desaparecimento daquele que, com tanta firmeza, liderara a resistência dos trabalhadores do campo contra o latifúndio"*.

A história é essa. É a história das idéias de um altruísta e a da violência com que grileiros e latifundiários expulsavam de suas terras os posseiros e pequenos proprietários. A luta de Eloy foi a luta pela terra. Uma luta em que se opõem, de um lado, uma imensa multidão de trabalhadores pobres, oprimidos, desempregados, brigando pelo direito ao trabalho, pelo direito a um pedaço de terra e, de outro lado, uma pequeníssima minoria de poderosos, de ricos, que detêm em suas mãos a grande maioria das terras de cultura.



A luta de Eloy continua em curso. E não é só dele essa luta, e sim de milhões de brasileiros explorados. É a luta pela reforma agrária, a luta por uma sociedade mais justa, em que o trabalhador tenha direito à saúde, à educação, à moradia, à terra. Direito à vida.





Elson Costa



Elson Costa nasceu na cidade de Prata, Minas Gerais, no dia 26 de agosto de 1913, filho de João Soares da Costa e Maria Novais Costa. Na juventude, casou-se com Aglaé de Souza Costa. Dedicado aos ideais que abraçaria, residiu em várias cidades, mudando-se, com a família, para aquela em que sua presença se mostrava necessária: Uberlândia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Niterói, Campo Grande, Recife e, finalmente, São Paulo,

onde foi preso.

Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), era o responsável pelo setor de agitação e propaganda do partido, divulgando o jornal *Classe Operária*. Na década de 60, participou de um congresso internacional, visitando vários países, como a antiga União Soviética, a Polônia e a Bulgária, de onde voltou entusiasmado com o que viu. Sempre foi fiel ao PCB, lutando por uma mudança a ser operada por meios pacíficos. Mais tarde, por ser da direção do partido, seu nome constaria de anotações pessoais de Luís Carlos Prestes, o que daria margem a que fosse incluído no chamado *Processo das Cadernetas de Prestes*.

Quando Jânio Quadros renunciou à presidência de República, Elson estava na Assembléia Legislativa e foi levado por um delegado para o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), onde esteve alguns dias aguardando o desenrolar dos acontecimentos. Ele defendia a posse do vice-presidente João

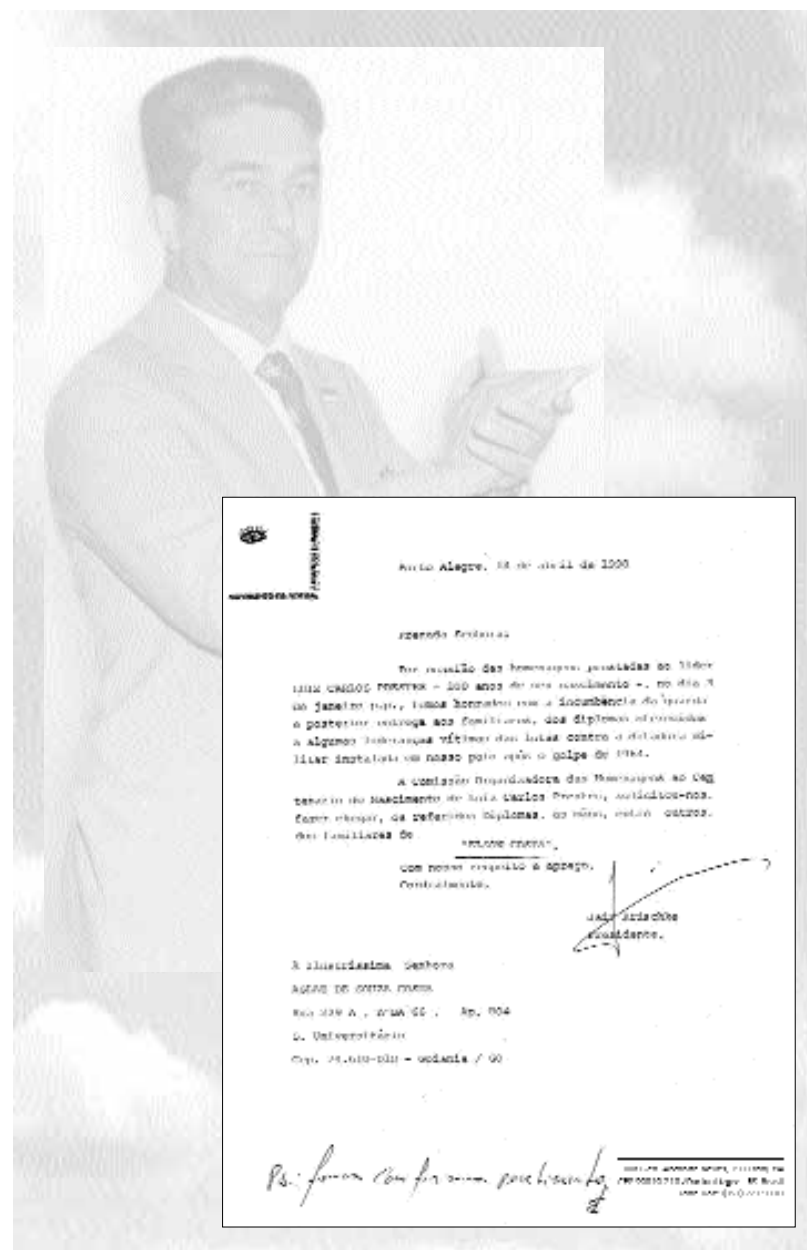
Goulart. O que sobreveio, no entanto, foi o Golpe Militar e este acabou por cassar-lhe os direitos políticos.

Na manhã do dia 15 de janeiro de 1975, Elson foi preso no bar, ao lado de sua casa, onde havia ido tomar café. Alguns vizinhos tentaram protestar contra a ordem de prisão dada por seis homens, pois, para eles, quem estava sendo preso era o aposentado Manoel de Souza Gomes, que vivia na Rua Timbiras, 199, bairro de Santo Amaro, em São Paulo.

Segundo depoimento do ex-Sargento do Exército Marival Dias Chaves do Canto, publicado na revista *Veja* de 18/11/92, Elson foi levado para a casa de Itapevi, centro clandestino de tortura e assassinato do Destacamento de Operações e Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) em São Paulo, onde ele foi submetido a todo tipo de tortura e barbuidade. Seu corpo foi banhado em álcool, queimado e afogado no rio Avaré.

Segundo ainda o depoimento desse ex-Sargento, o DOI/CODI/SP, em fins de 1973, para o fim de torturar e assassinar militantes políticos, usava uma casa no bairro Ipiranga, na zona sul de São Paulo, e outra na estrada de Itapevi, até que, em 1975, esta última, por medida de segurança, foi substituída por uma fazenda na Rodovia Castelo Branco, a 30 quilômetros da cidade de São Paulo.

Sem notícias de Elson desde seu desaparecimento em 1975, apesar das competentes buscas, sua família conseguiu, na justiça, anos depois, um atestado de morte presumida. Sua irmã Zailda, exprime assim sua dor, em uma entrevista à revista *Veja*, edição de 18/11/92: *"sempre tive um pouco de esperança de que ele poderia aparecer vivo, mas, depois de tantos anos, é triste parar de acreditar nisso"*.





Francisco de Assis Magalhães Gomes

Francisco de Assis Magalhães Gomes nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, em 16 de janeiro de 1906, filho de Francisco de Paula Magalhães Gomes e Amália Brandão de Magalhães Gomes. Seu pai, que era médico, botânico e químico, participou da fundação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e teve influência decisiva na sua formação humanística e no seu interesse pela ciência.

Francisco casou-se em 6 de agosto de 1935 com Maria Clara Morgan Birchal, com quem teve 13 filhos: Francisco de Paula, Maria Aparecida, Clara de Assis, Maria da Conceição, Frederico, Maria Amália, Alberto Augusto, Luís Marcos, Joana D'Arc, Maria Cecília, Maria Inês, Leonardo José e Maria Leticia. Quando faleceu, em julho de 1990, tinha quase 30 netos e duas bisnetas. Era amigo próximo de todos, reconhecido e querido, mesmo dos netos mais novos, por quem era chamado, carinhosamente, de Vovô Chiquinho.

Em 1928, formou-se engenheiro civil e de minas pela Escola de Minas de Ouro Preto e, até o seu falecimento, em 17 de julho de 1990, em Belo Horizonte, dedicou sua vida ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa científica e tecnológica em Minas Gerais e no Brasil, tendo participado de forma ativa de praticamente todos os movimentos que visavam dotar o País de uma base técnico-científica sólida.

A partir de 1930, foi professor de Física do Curso Anexo da Faculdade de Medicina e, em 1938, por concurso, assumiu, simultaneamente, as cátedras de Física Geral e Experimental da

Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Escola de Minas de Ouro Preto. Mais tarde, participou da fundação da Faculdade de Filosofia da UFMG, onde organizou a cadeira de Física Teórica e Superior. Lecionou, ainda, durante sua carreira acadêmica, as disciplinas de Siderurgia, Física Atômica e História da Ciência.

Um dos pioneiros dos estudos e pesquisas sobre energia nuclear no Brasil, liderou, em 1953, a fundação do Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR) da Escola de Engenharia da UFMG, que se tornou um dos principais centros de investigação científica nesta área. Foi o primeiro diretor do IPR e, nesta função, dirigiu a equipe que instalou o reator experimental Triga. Data desta época o apelido de *Chiquinho Bomba Atômica*, que recebeu de alguns de seus alunos.

Foi também um dos organizadores e o primeiro diretor do Instituto de Ciências Exatas da UFMG, implantado em 1967, como resultado do movimento pela reforma universitária e dos esforços feitos para adequar a UFMG aos moldes de uma universidade moderna e com os vários ramos do saber integrados. Na década de 70, ajudou a organizar e assumiu a direção do Observatório Astronômico da Serra da Piedade, município de Caeté, Minas Gerais.

Integrou o Conselho Nacional de Pesquisas e a Comissão Nacional de Energia Nuclear, da qual se desligou durante o governo Castello Branco, por discordar dos rumos então dados à política nuclear e da perseguição política praticada contra cientistas brasileiros. Fez parte, como fundador e membro titular, da Academia Brasileira de Ciências e, no final de sua vida, foi eleito para a Academia Mineira de Letras, em virtude de sua formação de humanista e de sua paixão pela literatura.

Publicou inúmeros artigos científicos e culturais em diversas revistas, entre elas *Kriterion*, da Faculdade de Filosofia da UFMG, e a revista da Escola de Minas de Ouro Preto. Em 1983, foi publicado seu livro *História da Siderurgia no Brasil*, editado pela Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo).

Nos últimos anos de sua vida dedicou-se intensamente a temas ligados à história da ciência, tendo deixado muitos trabalhos sobre o significado e a importância de Galileu.

Durante muitos anos, em Belo Horizonte, foi colaborador do jornal *O Diário*, onde escreveu sobre assuntos de interesse cultural e social. No princípio da década de 80, foi convidado pelo Vaticano a participar de um grupo constituído pelo Papa João Paulo II para aprofundar a questão que envolveu, no século XVII, a inquisição da Igreja Católica e o sábio italiano Galileu. A iniciativa surgiu por ocasião da comemoração dos cem anos de nascimento de Albert Einstein, em 10 de novembro de 1979, quando o Papa expressou seu desejo de que teólogos, intelectuais e historiadores, animados por um sincero espírito de colaboração, estudassem o caso de Galileu de maneira mais profunda. Seus trabalhos sobre Galileu estão evidentemente relacionados com sua participação na Comissão do Vaticano, mas transcendem o aspecto puramente religioso, já que ele sempre foi um ardoroso admirador de Galileu e de seu papel no desenvolvimento da ciência moderna.

Francisco de Assis Magalhães Gomes foi um dos importantes signatários do *Manifesto dos Mineiros* contra a ditadura Vargas, nos anos 40, como intelectual e democrata que era.





Francisco Lage Pessoa - Padre Lage

Francisco Lage Pessoa, o Padre Lage, nasceu na cidade de Ferros, Minas Gerais, no dia 18 de março de 1917, filho de José James Pessoa e Leopoldina Lage Pessoa. Era o terceiro entre os irmãos René, Renaud e James. O menino Francisco teve uma vida como a de qualquer outro do interior de Minas, nadando no rio que cortava a cidade, brincando nos folguedos do dia-a-dia, indo à missa aos domingos, criando seus próprios brinquedos.



O pai de Francisco, Sr. José, criou a Escola Normal de Ferros, com o propósito de que não faltassem professores primários em sua cidade e nas vizinhas. Ele fazia o curso de Direito em Niterói, Rio de Janeiro, aonde ia uma vez por ano fazer provas finais de um curso por correspondência. Já advogava na cidade e nada cobrava das pessoas mais pobres. Endividava-se pagando a casa que comprara para abrigar a família. No dia de sua formatura, em Niterói, foi comemorar com um amigo em um restaurante no cais do porto. Comeu um peixe que lhe provocou infecção intestinal. Viajou passando mal até Santa Bárbara e de lá seguiu a cavalo até Santa Maria do Itabira, onde veio a morrer aos 33 anos de idade.

Deixava D. Leopoldina com 30 anos, os filhos todos pequenos, Francisco com 5 anos, e muitas dívidas. Venderam tudo para pagá-las e foram morar com o avô, que influenciou as crianças, sobretudo por sua honradez. A mãe decidiu fazer o curso Normal, formar-se professora, e o fez graças a uma bolsa de

estudos doada pelo Dr. Júlio Mesquita, que substituiu o marido na direção da Escola Normal. Concluído o curso Normal, D. Leopoldina conseguiu um emprego em escola do município. Foram morar em Sentinela, onde D. Leopoldina lecionava e, nas horas vagas, debruçava-se sobre a máquina, fazendo camisas, para completar o orçamento familiar.

Naquele período, o menino Francisco, já com 12 anos, começou a trabalhar, vendendo quitandas e goiabada feitas pela quitandeira D. Mariquinha. Do que conseguisse vender, ganhava 10%, e isso já lhe rendia algum dinheiro para ajudar a mãe.

Em sua rotina, que incluía a assiduidade nos ofícios religiosos, o menino Francisco aproximou-se profundamente do pároco Padre Macedo. Também se aproximou do Padre Bonifácio, que, certo dia, perguntou-lhe à queima-roupa: "*Você quer ser padre?*". Francisco respondeu-lhe que sim, para tristeza da mãe, cujos dois filhos mais velhos já haviam partido para tentar a vida na cidade grande. E Francisco realmente foi estudar fora.

Em março de 1930, foi para Mariana onde iniciou seus estudos no seminário. Logo se destacou como o primeiro aluno. Foi escolhido para ser enfermeiro da divisão dos menores e rapidamente aprendeu o ofício que, pelas funções, dava-lhe certas regalias, como ter frutas e guloseimas à vontade. Tomou gosto pelo trabalho de enfermeiro e decidiu entrar para a congregação dos Lazaristas, que lhe permitiria dedicar-se mais ao próximo. Francisco Lage foi aceito na congregação e, no ano seguinte, foi para Petrópolis, onde ficava o Seminário Maior dos padres Lazaristas.

Terminado o noviciado, começou um período de estudos mais aprofundados de Filosofia. No meio das limitações da vida religiosa, teve a ousadia de criar uma revista, chamada *Ecoss da Província*, que publicava crônicas da vida estudantil e era dirigida a toda a Província Brasileira dos Padres da Missão, congregação posteriormente alinhada às forças de vanguarda da Igreja brasileira.

Assim transcorreu sua vida de religioso, dividida entre os trabalhos e os estudos. Ordenado sacerdote, Padre Lage voltou

para o estabelecimento onde estudara, em Mariana, como professor de Matemática, Português e Latim. De Mariana foi para a Bahia, atendendo a um remanejamento de praxe e, finalmente, estabeleceu-se em Belo Horizonte.

Padre Lage desempenhou sua atividade eclesial com elevado espírito crítico. A política estava presente em suas atitudes cotidianas. Iniciou sua atividade social na então chamada Vila dos Marmiteiros, na confluência dos bairros Dom Cabral, Coração Eucarístico e Padre Eustáquio. Foi fundada uma associação que se tornou responsável pela permanência das pessoas naquela favela e que caracterizava um sentido mais amplo e fundamental do direito de morar.

Seu trabalho social em Belo Horizonte foi extenso. Em razão da primeira experiência na Vila dos Marmiteiros, moradores de outras favelas chegavam a grandes conquistas, como o tratamento das endemias e epidemias, a instalação de postos policiais, telefone e energia, a plantação de hortas nos quintais e jardins nas casas. Havia em Belo Horizonte, naquela época, mais ou menos 30 favelas e todas elas tinham a sua Associação de Defesa Coletiva (ADC) e em cada uma foram implantados os mesmos benefícios.

Nesta mesma época, Dom Hélder Câmara iniciava no Rio de Janeiro uma campanha de assistência social nas favelas com um lema: tomar dos ricos para dar aos pobres. Influenciado por aquela campanha, a preocupação do trabalho de Padre Lage era lutar pela igualdade para conseguir melhores condições de vida. Este trabalho era desenvolvido com a participação da comunidade envolvida e com muita discussão orientada para o despertar da força que as comunidades possuíam.

Foi do Padre Lage e de um dos fundadores do sindicalismo rural a frase que se tornou palavra de ordem em toda a América Latina: *O povo unido jamais será vencido*. Muito antes, pois, do advento da Teologia da Libertação, o Padre Lage já havia se colocado ao lado dos pobres, juntamente com João Goulart, lutando para instalar no Brasil os sindicatos rurais e a reforma agrária.

Anos mais tarde, falando da Teologia da Libertação ao jornal *Edições do Brasil*, de 25/01/87, Padre Lage afirmou que, se não tivesse se afastado da Igreja, estaria com certeza no grupo que defendia aquela Teologia: (...) *"eu acredito que, se há alguma libertação a ser feita, a primeira, sem dúvida, é a de Cristo, das igrejas, ou seja, recuperar o Cristo que foi seqüestrado pelas igre-*



jas e também pela Igreja Católica... Em vez de estudarmos o Cristo da História, nós estudamos a história dele, um homem meio unissex, sem participação nenhuma na História do Homem, um estranho que está nos altares, muitas vezes tem coroa na cabeça e participa da majestade do poder, quando na realidade esse homem era um trabalhador, que viveu e morreu para a libertação do povo. Cristo precisa ser tomado da Igreja e ser entregue ao povo".

Mas, como os movimentos da história muitas vezes atropelam trabalhos em andamento, a luta de Padre Lage durou apenas até 1964, mais precisamente até 1º de abril de 1964, quando ocorreu no Brasil o Golpe Militar. Preso no dia 10 de abril de 1964, permaneceu um ano e um mês na prisão. Foi solto no dia 6 ou 7 de maio de 1965, graças à intervenção do arcebispo de Juiz de Fora.

Posteriormente, afastou-se da Igreja. Exilado no México, implantou naquele País o curso de Língua Portuguesa na Universidade do México. Casou-se com a mexicana Maria Elena Isaura Camacho Pessoa, com quem teve um filho, Sérgio Pessoa Camacho.

Padre Lage, como é conhecido até hoje, jamais abandonou a luta pelos direitos humanos. Foi suplente de deputado federal nas eleições de 7 de outubro de 1962. Foi eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 15/11/88, sendo um dos cinco vereadores mais votados naquele pleito em Belo Horizonte.

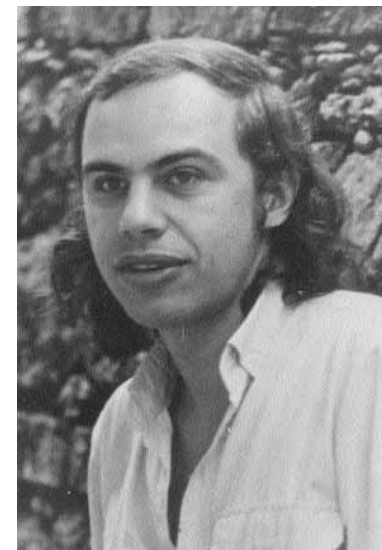
Faleceu no dia 7 de abril de 1989, de infarto do miocárdio, em pleno mandato.



F rancisco Mário de Souza - Chico Mário

Francisco Mário de Souza nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 22 de agosto de 1948, filho de Henrique José de Souza e Maria da Conceição Figueiredo de Souza, a D. Maria, que ficou conhecida através das cartas do Henfil no *Pasquim* e na *Isto É*. Tinha sete irmãos: Betinho, Henfil, Glorinha, Filó, Wanda, Tanda e Zilah.

Chico Mário, como era carinhosamente chamado, estudou violão e Economia; pós-graduou-se em Engenharia de Sistemas na COPPE; foi jornalista no *Estado de São Paulo* e crítico musical na revista *Realidade*.



Desde os 5 anos de idade, Chico demonstrava profunda vocação musical. Além do violão, que estudou, tocava bongô e atabaque, contando com o incentivo do seu irmão Betinho, que se reunia com sua turma e ouvia Bach, Tchaikovski, Chopin. Outra grande responsável por sua formação musical foi a hemofilia, doença que o obrigava a ficar de repouso, deitado: essas horas, longas, ele as passava tocando o violão. O tio Geraldo, vindo de Bocaiúva, no norte de Minas, para Belo Horizonte, foi quem primeiro ensinou o Chico Mário nos segredos do violão. Um dia apareceu o Bernard, violonista fantástico, que morreu no dia em que iria dar a primeira aula para o Chico: ficou um desafio no ar para o jovem violonista.

Em 1965, entrou em Belo Horizonte para os quadros da Juventude Estudantil Católica (JEC), tornando-se membro da direção regional. Nos encontros dos jovens da associação, o violão de Chiquinho fazia bonito nas horas de meditação e, muitas vezes, nas missas gregorianas dos freis Dominicanos.

No ano de 1966, já em São Paulo, Chico Mário entrou para o movimento estudantil secundarista através da União Brasileira dos Estudantes. Participou das pichações dos muros da rua Consolação, correu em ziguezague para fugir das balas da repressão até chegar à rua Maria Antônia, pulou muros para abrigar-se no *campus* da Universidade de São Paulo (USP), apoiou os operários grevistas do ABC. Mais tarde, ele contaria que, na luta para mudar o País, até se esquecia de que era hemofílico.

Em 1967, com 19 anos, já casado, ainda em São Paulo, dava aulas para sobreviver e, ao mesmo tempo, estudava Economia e Análise de Sistemas. Estudou violão com o professor Henrique Pinto e criou o método de música em cores para crianças, aplicando técnica dramática e músicas folclóricas brasileiras: o método foi, posteriormente, utilizado em várias escolas de São Paulo e em cursos para professores. Escreveu várias estórias para a revista *Recreio*, da editora Abril, entre elas *Tonho, o elefante, O gigante da lagoa preta, O leão fominha, A pulga do realejo*. Foi consultor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP) em trabalho realizado com o professor Oswaldo Sangiorgi. Fez curso de dinâmica de grupo com o professor Lauro de Oliveira Lima, adaptando-o para o seu curso de violão.

Em 1978, foi viver no Rio de Janeiro, onde as possibilidades para a carreira de músico eram bem melhores na época. Não demorou para entrosar-se no ambiente carioca, começando a tocar, chamando atenção para o seu talento. Nesse mesmo tempo estudou arranjos e teoria com o professor Roberto Gnattali, responsável pelos arranjos do seu primeiro show Ouro Preto, realizado no parque Laje e na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Dedicado, corajoso e idealista, em 1979 gravou seu primeiro disco, *Terra*, lançado também no México e elogiado por Carlos Drummond de Andrade. Com a capa de Noguchi, o disco contou com participações de Joyce, Quarteto em Cy, Antônio Adolfo, Airton Barbosa, Chiquinho do Acordeon, entre outros. Um disco bem mineiro, que falava das montanhas de Minas. Em maio do mesmo ano, como vice-presidente da Associação dos Produtores de Discos Independentes, em Curitiba, constatou que, embora fizesse parte da primeira fornada de produtores, esses eram ainda minoria, já que se produziam cinco vezes mais discos sertanejos que de música popular brasileira (MPB). A exposição dos discos de Antônio Adolfo, Danilo Caymmi, Luli e Lucinda, Francisco Mário, os pioneiros do disco independente, representava naquele encontro verdadeiras bandeiras para músicos, compositores e intérpretes que não conseguiam entrar no mercado. Em julho participou do *Festival de Inverno de Ouro Preto* na sua 12ª edição.

Em 1980, para gravar o disco *Revolta dos Palhaços*, Francisco Mário entrou no estúdio com a ajuda de 200 pessoas, que compraram o disco antes que ele ficasse pronto. Chico dizia: "*Com este disco denuncio a ilusão montada para ver a nossa realidade subdesenvolvida de País de terceiro mundo e que até poderia chocar as pessoas que estavam sonhando e não queriam acordar, preferindo acreditar na falsa realidade recriada a cada dia*". No encarte, uma grande lona de circo assinada pelo cartunista Nani, em que os coprodutores assinavam, compravam e apoiavam a idéia do disco independente. Contava com parcerias de poetas como Aldir Blanc, Paulo Emílio, Fernando Rios, do jornalista Tárík de Souza, do autor Guarnieri e com participações especiais de Ivan Lins, MPB4, Lucinha Lins, Boca Livre, Mauro Senise, Luiz Cláudio Ramos, Danilo Caymmi, Djalma Correia, entre outros. Com a capa do irmão Henfil, estava formado o maior espetáculo da terra, o disco *Revolta dos Palhaços*.

Em 1981, recebeu um convite para participar do 5º Festival de Oposicion no México. Pela primeira vez, Chico saiu do Brasil e foi mostrar sua música para o mundo, tendo como resultado o

lançamento do seu primeiro disco, *Terra*, no México pela gravadora Foton. No festival, que contou com a participação de músicos do mundo todo e um público de 15 mil pessoas, Francisco Mário, Djalma Correa e Henrique Drach foram aplaudidos de pé com palmas que não se interrompiam, tendo que voltar sete vezes ao palco para o bis. Neste mesmo ano, gravou um disco com Francisco Julião, que acabara de chegar do exílio, *Versos e Viola*, vetado pela censura na época. Impressionado com a receptividade mexicana a seus chorinhos e baiões, Chico, ao chegar ao Brasil, resolveu gravar o seu primeiro disco instrumental *Conversa de Cordas, Palhetas e Metais*, que foi eleito o melhor disco de música instrumental do ano de 1983, recebendo

o troféu *Chiquinha Gonzaga*. Junto com o disco, foi lançado também um livro de poemas, o *Painel Brasileiro*, com capa de Alifas Andreato, foto de Fernando Carvalho e participação de *feras* como Nivaldo Ornelas, Rafael Rabello, Antônio Adolfo, Afonso Machado e Zeca Assumpção.

Em novembro de 1986, Chico Mário fez seu último show, apresentando suas músicas novas do projeto *Suíte Brasil*, promovido pela Rioarte. No mês seguinte, acometido de uma pneumonia, ficou sabendo que contraíra o vírus da Aids numa transfusão de sangue contaminado. Depois que saiu do hospital, no início de 1987, foi para a Fazenda da Serra, em Itatiaia, com a família. Ali compôs suas três últimas obras: *Dança do Mar*, *Suíte Brasil e Tempo*. Em outubro de 1987, entrou no estúdio Sonoviso e transformou essas suas últimas obras em disco.



Em dezembro de 1987, foi realizado no Rio um dos mais bonitos shows de todos os tempos. Com a finalidade de ajudar no tratamento de Chico Mário, mais de 30 artistas subiram ao palco do Teatro João Caetano, entre eles Milton Nascimento, Chico Buarque, Gonzaguinha, Dona Ivone Lara, Paulinho da Viola, Emílio Santiago, Joyce, Cláudio Nucci, Fagner, Aldir Blanc, Elton Medeiros. Em fevereiro de 1988, foi a vez dos mineiros em show com a mesma finalidade no Cabaré Mineiro: Beto Guedes, Paulinho Pedra Azul, Gilvan de Oliveira, Tadeu Franco, Rubinho do Vale, entre outros.

Francisco Mário tinha material inédito para três discos quando faleceu, em 14 de março de 1988.

Depois de sua morte, sua esposa e produtora Nívia Souza, suas filhas Ana e Karina e seu filho mais velho, Marcos Souza, lançaram os álbuns póstumos respectivos em vinil. Em 1998, foi realizado o projeto *Francisco Mário - 50 Anos*, um evento que contou com uma exposição, vídeo, teatro, shows e leitura de poemas. Valorizaram-se os três livros (*Ressurreição*, *Como Fazer um Disco Independente e Painel Brasileiro*) que escreveu. E reconheceu-se que Chico Mário deixara, além da esposa e dos filhos, além da música, da literatura e do humor, as lições imperecíveis de muita luta e, sobretudo, de muita esperança.

Amigos de todos os quadrantes reconheceram essas lições, tal como a seguir se transcreve:

"Músico de primeira, que toca fácil ou difícil conforme a necessidade, ele vai remexendo o choro, revirando o baião, sacudindo o samba e outras bossas latinas e ladinas, com muito jogo de cintura e o talento que não se compra em hipermercado. Atenção para o bordado do violão e a palavra seca, despida de ornamentos e retórica, deste inconfiante musical que tira as tragédias de letra. E aposta no poder da poesia."
(Tárik de Souza, jornalista)

"Diz uma das lendas indígenas mexicanas que o pequeno deus doente se transformou no sol. O homem que a inspirou

certamente se parecia com Chico Mário. Acho que a angústia que sentimos, quando pensamos em nossos últimos momentos, seria bem menor se pudéssemos antever instantes finais que não fossem apenas dor e despedida irremediáveis. Quando penso em minha própria morte, digo baixinho: Me ajuda, Chico Mário - me ajuda a extrair de tanta sombra um pequeno sol primitivo que fique com aqueles a quem amo e que cresça sem parar, clareando com cintilações puríssimas a treva da saudade, e que torne a morte uma coisa inquieta e viva feito a Dança do Mar." (Aldir Blanc, compositor)

"Mano Chico, estamos aqui para te ouvir por toda a vida, a tua eternidade. Não pare de tocar, nem de compor, siga as ondas, as cordas, onde for." (Betinho, sociólogo)

"Chico Mário só pensava na música e no Brasil." (Affonso Romano de Sant'Anna, escritor)

"Francisco Mário é um artista absolutamente ligado em suas raízes e que sempre acrescentou em seu trabalho." (Nivaldo Ornelas, músico)

"A obra de Chico Mário tem um quase impressionista sabor de chão brasileiro." (Mauro Dias, crítico musical e jornalista)

"O Chico eu conheço desde o primeiro LP, Terra, quando ele me ligou chamando para cantar uma faixa. É um super mineiro, muito quieto, na dele, caladão e muito relax." (Joyce, cantora)

"Chico deixou para nós uma lição de lucidez e humor, de estratégia política no cultural, de irreverência e humildade, numa combinação única e original." (Luli e Lucinda, cantoras e compositoras)

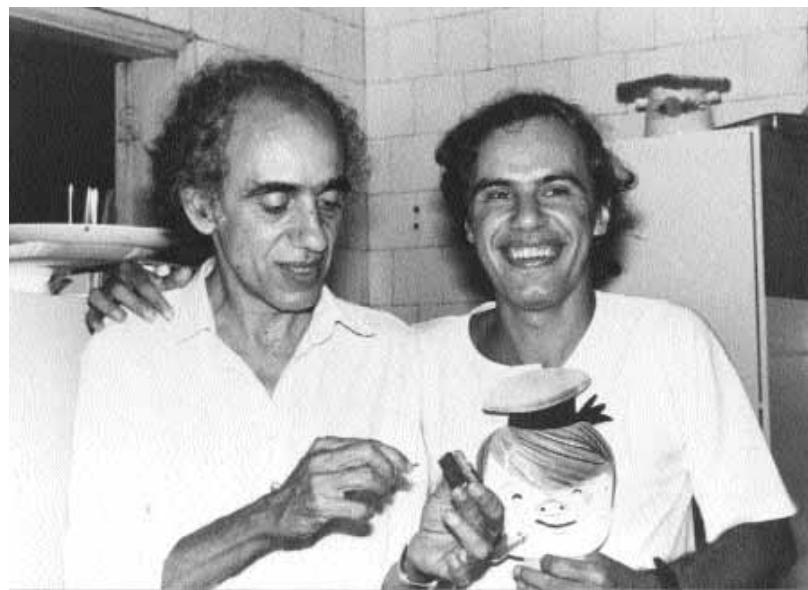
"Chama-se Francisco Mário o mais novo guerrilheiro da MPB. Compositor, cantor e tocador de violão e flauta. A música de

Francisco Mário é muito mineira e bonita, na forma e no conteúdo." (Sérgio Cabral, jornalista)

"Chorinhos, sambas, regionais, serestas, Chico Mário passeava por todos os estilos da MPB. Assim, era querido pelos mais diferentes artistas." (Lula Branco Martins, jornalista)

"Francisco Mário deixou uma obra importante na MPB instrumental. É a sua instigante instrumentação, que casa admiravelmente com a matéria sonora. Este disco, Retratos, retrata uma cultura musical viva e vibrante: a nossa." (Roberto Mugiatti, crítico musical)

"É impressionante como este rapaz, teimoso, mineiro, constrói sua carreira. Feita de composições brilhantes e execução gradativamente aprimorada. Com pertinácia e independência, no selo da vida, está chegando ao nível de nossos melhores violonistas." (Maria Helena Dutra, jornalista)



"Francisco Mário tem contribuído para a MPB com talento, seriedade e dignidade." (Roberto Moura, crítico musical)

"Além de irmão do Henfil e do Betinho, Francisco Mário era um ótimo violonista e fértil compositor." (Fábio Rodrigues, jornalista)

"Francisco Mário: Com atraso indesculpável (mesmo assim, peço que me desculpe), venho agradecer-lhe o belo presente de sua voz e de suas composições musicais no LP tão mineiro e tão cheio de sugestões e sensações para quem guarda Minas no coração." (Carlos Drummond de Andrade, poeta).

(Adaptado de texto de autoria de Nívia Souza, a que foram somados os depoimentos dos amigos)



Frederico Ozanam Pereira

Frederico Ozanam Pereira nasceu no dia 10 de dezembro de 1937, em Uberlândia, Minas Gerais, filho de Custódio Pereira Sobrinho e Dulce Alves Pereira. Pertenceu a uma família numerosa, da qual faziam parte os irmãos Marcelo, Sônia Maria, Ângela Maria, Lúcia Beatriz, Luiz Eugênio, Vicente de Paulo, Francisco de Assis, Custódio e Maria Auxiliadora Pereira.

Optando pela vida religiosa, entrou no seminário de Uberaba aos 12 anos de idade. Ordenou-se padre em 1963, tendo completado o curso superior de Teologia. Posteriormente, concluiu o curso de Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Católica de Minas Gerais, hoje PUC-Minas. Continuando os estudos, especializou-se em Gerência de Marketing pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e em Marketing Financeiro pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), também no Rio de Janeiro.

Em 1968, em nova opção em sua vida pessoal, pediu licença dos votos celibatários para se casar. Casou-se com a publicitária Maria Luíza de Souza Pereira, com quem teve os filhos Frederico Augusto, Marcus Felipe e Cybelle Luísa de Souza Pereira. A família foi ampliada com a chegada de noras e netos: Laura, filha de Cybelle e Ricardo, e André, filho de Frederico e Aline.



Desfrutou de um convívio familiar pleno com sua esposa, filhos e netos. Adorava receber os amigos e ficava extremamente feliz com a casa cheia.

Teve trajetória profissional brilhante. Foi professor em várias universidades: PUC-Minas, Faculdade de Ciências Médicas em Belo Horizonte e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No setor privado, de 1969 a 1977, foi superintendente de Marketing do Grupo Financeiro BMG, diretor-gerente da Brasif e vice-presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Aço (INDA). De 1977 a 1979, foi diretor da Norton Propaganda e diretor da L&F Publicidade. Em 1985, fundou a Facta Comunicação e Marketing.

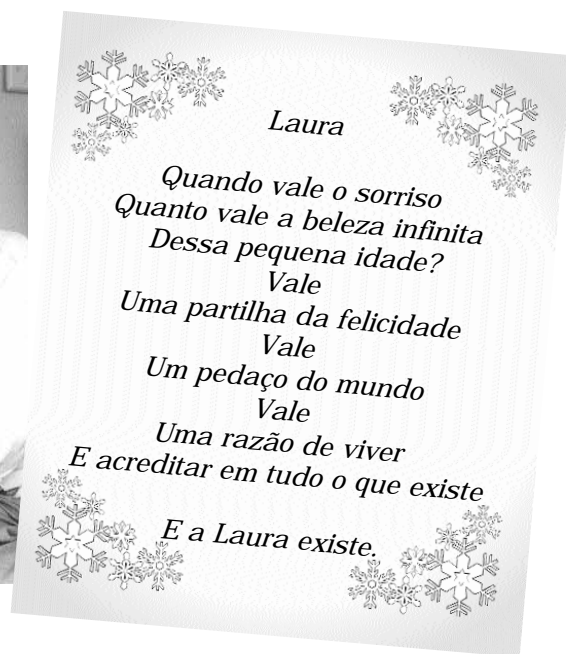
Paralelamente, dedicou-se à leitura, produziu numerosos escritos e foi autor de frases memoráveis:

"Mesmo com todas essas coisas acontecendo, cada um de nós ainda é capaz de procurar a estrela que brilha de mil em mil anos."

"Ser crítico é saber tirar a verdade do seu esconderijo, de sua camuflagem. É saber ir além das aparências e do que é falso. Ser crítico é assumir o ser humano, o ser consciente no meio social aparente, das interpretações manipuladas. Sem medo de ser incompreendido, de incomodar, de ser dissonante numa sociedade permissiva."



Fez incursões também na poesia. Para homenagear a primeira neta, ele escreveu:



Quando, nos anos 60, implantou-se no Brasil o regime militar, Frederico Ozanam, ou padre Ozanam, como era chamado, engajou-se nos movimentos políticos de oposição. Acompanhou o surgimento da Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC), organizações que lutavam contra as injustiças e, principalmente, contra as prisões e torturas. Padre Ozanam, por coincidência ou missão, sempre estava nos lugares de conflito, onde, sem pedir autorização, celebrava uma missa envolvente, com os violões e as canções que embalavam os momentos que marcaram a época.

Na vila operária, próxima ao bairro Coração Eucarístico, a missa rezada por padre Ozanam se tornou marco revolucionário naquele ano de 1967, quando o regime militar ganhava força e rompia as barreiras do respeito humano e das diferenças socio-políticas. Em passeatas, protestos, reuniões e congressos estu-

dantis, a sua presença era desejada e marcante. Chegou a encabeçar uma lista em que se manifestava o repúdio à ditadura militar.

Considerado mentor intelectual de documento que questionava não apenas a ditadura militar, mas também o celibato e que seria tomado como verdadeiro manifesto, padre Ozanam respondeu a processo por subversão. Perseguido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), foi obrigado a esconder-se durante os últimos meses de 1968. Em maio de 1969, sua casa no Rio de Janeiro foi invadida e vasculhada; sua esposa Malu, grávida do primeiro filho, foi impedida de se aproximar dele. Ozanam foi preso, arrastado e levado para Belo Horizonte, onde ficou detido por mais de duas semanas no 12º Regimento de Infantaria.

Os sofrimentos não lhe trouxeram desânimo. Acompanhou de perto os movimentos pela *Anistia e Diretas Já*. Voltaram os comícios e as passeatas. Muitos amigos retornaram do exílio. O ex-padre transformou antigas palavras de ordem em premiados slogans. *Outdoors* com as cores do Brasil moderno, que começava a ser desenhado, davam nova conotação às cores verde, amarela, azul e branca. Um imenso mar de bandeiras vermelhas se espalhava pelo País.

Ozanam sempre acreditou num País legitimado pelo povo e para o povo. Acreditou e trabalhou pela eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em todas as suas quatro tentativas.

Mas sobreveio uma noite clara, após o eclipse da lua que havia acontecido dois dias antes. Foram mais de duas horas olhando para o céu e torcendo para que as nuvens não atrapalhassem aquele momento mágico. Naquela noite clara, um forte abraço no neto. Emoção que invadiu a alma. Era o combustível que faltava para que ele retornasse ao lugar de onde veio. O jardim estava lindo, bem cuidado como sempre. Mas os olhos estavam voltados, mais um vez, para o infinito. A viagem foi rápida. Ele estava confortavelmente instalado numa cadeira na sala e, em silêncio absoluto, partiu.

E como não poderia deixar de ser, deixou um vazio enorme.



Geraldino Heleodoro de Carvalho



Geraldino Heleodoro de Carvalho nasceu em Diamantina, Minas Gerais, em 24 de setembro de 1908. Foi o primeiro filho de Dionísio Heleodoro de Carvalho e de Georgina Águida de Carvalho, partilhando sua infância com oito irmãos. A família numerosa em que nasceu se repetiria naquela que ele próprio constituiria mais tarde: casado com Juracy Palmeira de Carvalho, teve nove filhos, todos batizados com nomes indígenas, o que denunciava o nacionalismo do pai: Yara, Guaraciaba,

Ibayara, Ibiratan, Djaci, Irani, Ibirajara, Zagma, Diacuí, Iracema.

Embora tivesse apenas escolaridade de nível médio, Geraldino lia muito, principalmente revistas produzidas em países comunistas, como União Soviética, Tchecoslováquia, Polônia e Alemanha Oriental, que retratavam a qualidade de vida de seus povos, todos com as suas necessidades básicas muito bem atendidas. Dessa literatura moldou e fundamentou a sua formação socialista. Gostava também de revistas produzidas no Brasil, especialmente da revista *Em Guarda para a Defesa das Américas*, que tratava dos assuntos referentes à segunda guerra mundial, e de uma outra que abordava a causa indígena, a qual lhe deu inspiração para batizar os filhos.

Em Pirapora, Minas Gerais, onde passara a residir, liderou os movimentos denominados *O que é Comunismo Brasileiro*, *Luta pela Reforma Agrária* e *Luta Camponesa*. Formou lideranças para

o movimento *Boinas Vermelhas* no Triângulo Mineiro, participou do movimento pela nacionalização do petróleo, que ficou conhecido como *O Petróleo é Nosso*, e dos movimentos contra o envio de tropas brasileiras para a guerra da Coreia e Canal de Suez.

Geraldino realizava reuniões do Partido Comunista Brasileiro (PCB), já na clandestinidade antes de 1964, em sua residência em Pirapora, Minas Gerais. Dessas reuniões participavam figuras de destaque do partido, tais como João Amazonas, Porfírio Francisco de Souza (camarada Toledo) João Leal, Sinval Bambirra, José Pacheco da Silva e Roberto Drumond (camarada Lima), que acabou escrevendo uma crônica sobre Geraldino.

O horário escolhido eram sempre as madrugadas, para não despertar a atenção dos delatores. Mas, mesmo assim, eles acabaram se infiltrando no movimento e foram responsáveis pelas intimações e depoimentos que levavam o líder frequentemente à Capitania dos Portos da Marinha, na própria cidade de Pirapora. Essas delações constantes acabaram atribuindo a ele uma sensível notoriedade política, a qual lhe acarretou perseguições de toda ordem, que interferiram negativamente em sua vida profissional e familiar.

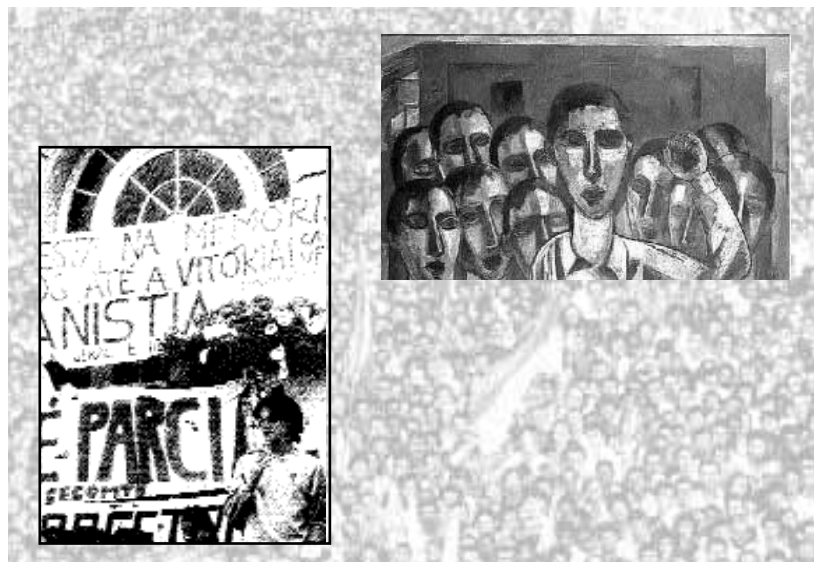
A partir de 1964, após o Golpe Militar, Geraldino passou a ser constantemente preso e torturado tanto nas dependências da Marinha, como no Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), Penitenciária de Linhares, de Juiz de Fora, e outros locais ignorados, onde chegava a ficar por período de até 45 dias e era torturado de diversas maneiras para que confessasse suas atividades políticas e delatasse os seus companheiros, o que jamais aconteceu.

Desnecessário mencionar que durante seus desaparecimentos sua esposa, filhos e familiares ficavam em completo desespero, sem saber se o veriam novamente com vida, pois tinham conhecimento dos métodos da ditadura para obter confissões e eliminar inimigos políticos.

Mas nada intimidava Geraldino, que, na verdade, praticamente abriu mão de sua vida familiar e se esqueceu do bem-

estar e do futuro de seus filhos em benefício de sua militância política. Tudo o que ele fez em vida, numa luta obstinada, foi para o bem do Brasil. E a família, ao final, acabou sendo uma grande vítima. O clima de contínuo sobressalto, o risco das perseguições, as freqüentes prisões e as notícias das torturas deixaram seqüelas emocionais profundas nas crianças, que perdurariam durante toda a sua vida adulta. As cenas de um pai honesto, sendo algemado, humilhado e incompreendido marcaram com sulcos irremovíveis cada um daqueles muitos filhos, testemunhas e personagens de uma trágica história.

Quando a ditadura militar chegou ao fim no Brasil, quando a abertura democrática se concretizou, quando a anistia descortinou novos horizontes e quando de novo se respirou liberdade no País, sementes como as plantadas por Geraldino frutificavam. Nada vinha de graça ou caíra do céu. Os novos tempos eram produtos de fortes sementes e essas haviam sido irrigadas com o suor, o sangue e a luta permanentes de homens como Geraldino, morto na pobreza em Pirapora, vivo para sempre em grandeza na história do Brasil.



Geraldo Magela de Almeida

Geraldo Magela de Almeida nasceu em Minas Novas, Minas Gerais, no dia 11 de setembro de 1939, filho de Manoel Matias de Almeida e Lígia Otoni de Almeida.

Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1967. À formação jurídica acrescentou a sensível consciência política que o tornou militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde muito jovem.

Jurista e militante, o Dr. Geraldo Magela, como era conhecido, foi intransigente defensor dos direitos fundamentais do cidadão, especialmente durante os anos de chumbo, quando a violência, a perseguição e o arbítrio se instalaram no País.

Nessa condição, destacou-se como advogado de diversos sindicatos de trabalhadores, como os dos hidrelétricos, eletricitas e tecelões, bem como da União Nacional dos Servidores Públicos.

Destacou-se também como advogado de um grande número de presos políticos. Sem considerar a corrente ideológica a que pertenciam, o Dr. Geraldo Magela defendeu militantes provenientes da Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE), Comando de Libertação Nacional (COLINA), Ação Popular (AP), Ação Libertadora Nacional (ALN), Ala Vermelha, Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e outros. Teve atuação destacada em 90% dos processos que tramitaram na Auditoria Militar de Juiz de Fora, no período de 1964 a 1979. Trabalhou para a defesa de inúmeros estudantes, jornalistas, sindicalistas e militantes da esquerda. Um dos maiores processos em que atuou foi o da CORRENTE, quando defendeu

mais de uma centena de acusados, num julgamento que durou uma semana. Outro processo importante foi o de defesa de um condenado à pena de morte, cuja revogação o Dr. Magela conseguiu no Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília.

Paralelamente, foi fundador do Centro Brasil Democrático (CEBRADE), do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) e advogado do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA).

Geraldo Magela de Almeida foi casado, em primeiras núpcias, com Regina Albino Andrade Almeida, com quem teve as filhas Maria Regina e Fernanda Alina. Depois, casou-se com Déa Maria da Fonseca, sua companheira até os últimos momentos, com quem teve um filho, Cláudio Daniel Fonseca de Almeida.

Ao falecer, no dia 15 de novembro de 1993, aos 54 anos, Geraldo Magela de Almeida era reconhecido símbolo de crença na liberdade, de perseverança na luta e de confiança no futuro, valor que inscreveu definitivamente sua memória nas páginas mais brilhantes da libertária história de Minas.





Gerosina Silva Pereira

Filha de Antônio Soares de Arruda e de Laura Soares Silva, Gerosina nasceu no dia 15 de julho de 1918 em São Pedro de Jequitinhonha, no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. De família pobre, Zizinha, nome carinhoso pelo qual se tornou conhecida, desde cedo começou a trabalhar como operária na indústria de confecção. Sempre trabalhando como operária, foi viver em São Paulo.

Em 1938, casou-se com Antônio Ubaldino Pereira, com quem teve três filhos.



Com o Golpe Militar de 1964, acabou se ligando à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e foi presa incomunicável em fins de 1970. Seu marido, que estava preso desde 1969, foi banido para o Chile em 13 de janeiro de 1971. Assim que foi solta, Zizinha partiu para aquele País. Ali viveu e trabalhou até o golpe de setembro de 1973, quando o casal novamente se viu separado pelas circunstâncias: enquanto Antônio Ubaldino viajou para a Argentina e daí para a Suécia, Zizinha asilou-se no Panamá. Mesmo sem documentos, prosseguiu sua viagem com o objetivo de se reunir ao amigo e companheiro de vida e de lutas.

Finalmente o casal se reuniu em Lund.

Em 1974, começou a trabalhar como restauradora de objetos no Museu Lund. Além disso, presidia o Comitê Brasileiro de Mulheres Democráticas, fundado na cidade de Lund.

Embora nunca tivesse deixado de desejar retornar ao Brasil e rever seus filhos, netos e amigos, tais desejos não se materializaram: em 9 de setembro de 1978, Zizinha morreu de câncer, no exílio.

Seu corpo foi cremado e as cinzas levadas para São Paulo, onde viviam seus familiares. Em Lund, a sala onde os exilados brasileiros se reuniam para lutar pelo retorno ao Brasil recebeu seu nome, justa e merecida homenagem àquela que tão bem encarnou a vida de milhares de mulheres brasileiras.



Getúlio D'Oliveira Cabral



Getúlio de Oliveira Cabral

Getúlio D'Oliveira Cabral nasceu em 4 de abril de 1942, em Espera Feliz, Minas Gerais, filho de Manoel D'Oliveira e Lindrosina Cabral de Souza.

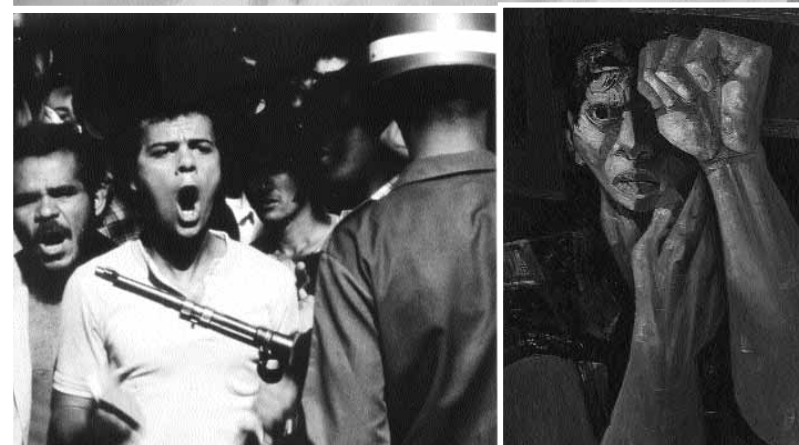
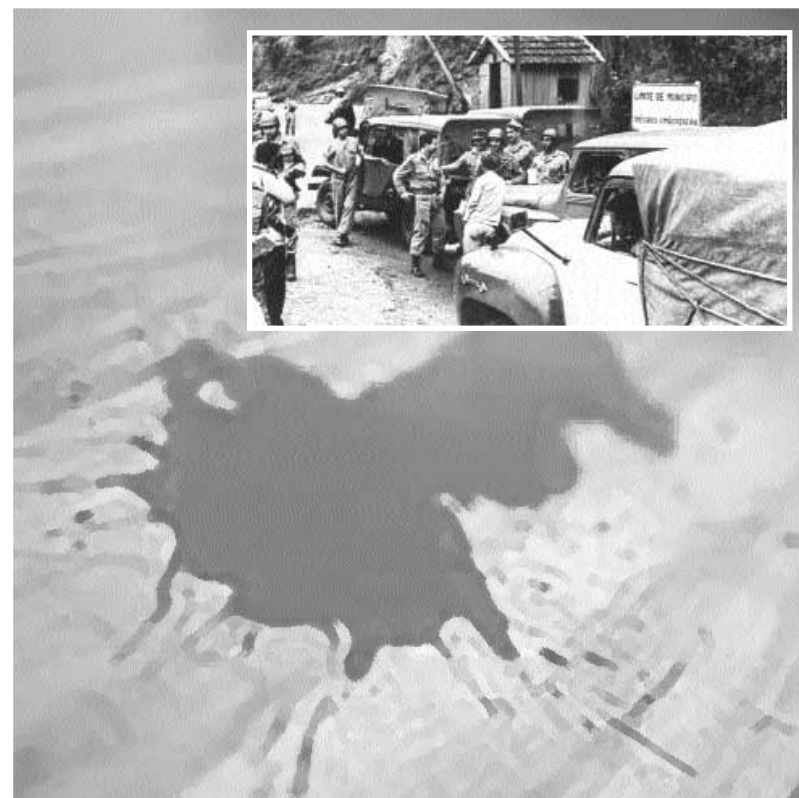
Cursou o Ensino Fundamental na Escola Darcy Vargas, em Caxias, Rio de Janeiro, onde sua família passara a residir. Casou-se com Maria de Lourdes, com quem teve dois filhos.

Trabalhando como escriturário na Fábrica Nacional de Motores, ainda muito jovem

iniciou sua militância na União da Juventude Comunista. Mais tarde incorporou-se ao Centro Pró-Melhoramento de Caxias. Filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos e participou das lutas de sua categoria profissional. Foi dirigente regional do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, posteriormente, dirigente nacional do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Morto sob tortura no dia 29 de dezembro de 1972, aos 31 anos, no Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do Rio de Janeiro (DOI/CODI/RJ), Getúlio foi uma das vítimas do massacre que também vitimou outros companheiros de luta.

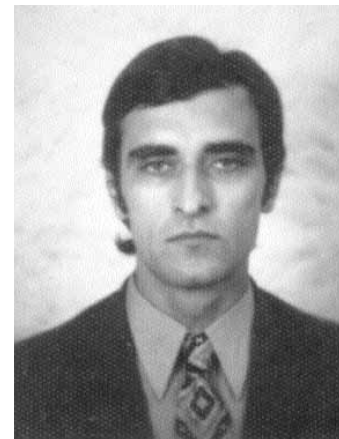
Os relatórios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica dizem que Getúlio *"faleceu dia 29 de dezembro de 1972, no Rio de Janeiro em tiroteio com agentes de segurança..."*. Já o relatório da Anistia Internacional diz que ele foi morto e colocado em um carro incendiado, sendo seu corpo parcialmente carbonizado, após ter sido torturado no DOI/CODI no Rio de Janeiro.





Gildo Macedo Lacerda

Gildo Macedo Lacerda nasceu em Ituiutaba, Minas Gerais, em 8 de julho de 1949, filho de Célia e Agostinho Nunes Lacerda, pequenos sítiantes nas proximidades de Uberaba, cidade onde o menino se faria moço, cumpriria os anos de seus estudos Fundamental e Médio, descobriria as atividades radiofônicas e de teatro amador, integraria a Mocidade Espírita e desenvolveria aquele espírito crítico e aquela capacidade de liderança que o levariam a opor-se ao regime militar e a lutar por uma sociedade de oportunidades iguais para todos, tudo culminando com sua morte no Recife, Pernambuco, no final de outubro de 1973 - provavelmente no dia 28 -, aos 24 anos de idade, assassinado pelas forças da repressão.



Destacando-se desde adolescente como liderança no meio estudantil, Gildo tornou-se, em 1967, militante da Ação Popular (AP), organização de esquerda de origem católica, que posteriormente transitou para uma posição claramente marxista-leninista, incorporada inclusive em sua sigla (APML).

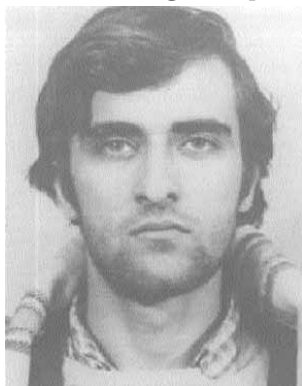
Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde iniciou em 1968 o curso de Economia, Gildo participou do Diretório Acadêmico (DA) de sua Faculdade, atuou no Diretório Central dos Estudantes (DCE) e foi um dos delegados mineiros no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, São Paulo, dissolvido pelas forças da repressão, com a

conseqüente prisão de todos os seus participantes. Gildo, um dos presos, foi conduzido para Belo Horizonte, onde permaneceu encarcerado por mais de 30 dias.

Depois de libertado, Gildo retomou a militância na AP, ajudou a reorganizar a União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais (UEE/MG) e participou da continuidade do 30º Congresso da UNE realizada clandestinamente. Em 1969, na gestão de Jean Marc Van Der Weid, Gildo iniciou sua participação na UNE como assessor especial. Sentindo intensificar-se a repressão em Minas entre junho e julho de 1969, mudou-se para o Rio de Janeiro, vindo a ser eleito vice-presidente da UNE na gestão seguinte. Em 1970, em razão de sua militância política, teve seu direito de estudar cassado pelo Decreto 477, editado em fevereiro de 1969 pelo Marechal Arthur da Costa e Silva.

Mas a perseguição não parou por aí. Gildo estava, a essa época, definitivamente inscrito no alvo da repressão política. Material encontrado no acervo do antigo Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) paulista dá conta de que o Centro Nacional de Informações da Marinha (CENIMAR), órgão que se especializara na investigação e repressão das atividades da AP, tinha documentadas tanto a *"trajetória histórica da organização, as siglas, as estruturas nacional e regional"* como a relação de seus quadros, *"com codinomes, nomes verdadeiros, estrutura passada e atual a que o militante ou dirigente pertence"*: entre esses quadros, com foto e nome completo, está Gildo Macedo Lacerda, identificado como um dos principais da AP e também como dirigente da UNE.

Acirrando-se a perseguição no governo do General Emílio Garrastazu Médici, com a prisão e a tortura cruel de centenas de ativistas da organização, Gildo foi obrigado a viver e a atuar na clandestinidade. Foi deslocado



então para São Paulo, onde continuou desempenhando papel destacado na UNE, tendo realizado reuniões da entidade na Capital paulista, em Curitiba, no Paraná, e em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Mas, em dezembro de 1970, novas prisões entre as fileiras da AP em São Paulo obrigaram Gildo a voltar para o Rio de Janeiro.

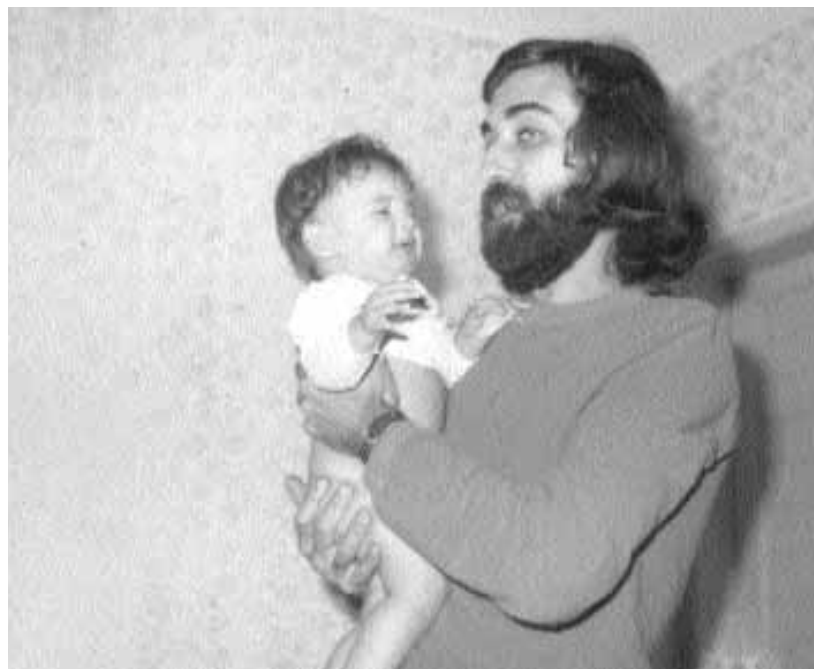
E o cerco da repressão prosseguia. Em 16 de agosto de 1972, o Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Federal de Brasília enviou aos órgãos de informações de todo o Brasil documento contendo um resumo histórico da APML e um verdadeiro roteiro de como interrogar e torturar militantes da organização, desde os de base até as direções locais, regionais e nacionais e com detalhes do que perguntar a cada militante. Um anexo ao documento fornecia a lista dos membros da AP: da lista constava o nome de Gildo Macedo Lacerda, nela identificado como um dos principais quadros da organização.

No início de 1972, quando a AP vivia um intenso debate interno sobre o caráter da sociedade brasileira e os rumos da luta contra a ditadura - uma que identificava a sociedade brasileira como predominantemente feudal e, por essa razão, defendia a guerra popular prolongada, à maneira chinesa, como o caminho para a derrota da ditadura e do imperialismo norte-americano no País, e outra que entendia que o Brasil era uma sociedade capitalista, ainda que periférica, e por isso defendia a implantação do socialismo no País, por meio de uma luta popular armada com participação massiva dos trabalhadores do campo, mas principalmente dos operários e do povo das cidades e que ao mesmo tempo derrubaria a ditadura -, Gildo, vinculado à segunda tendência, chamada a esquerda da AP, foi transferido para Salvador, Bahia, onde passou a integrar a direção regional da sigla no Estado, tarefa que incluía rearticular as bases dos movimentos estudantil e operário.

Em Salvador, conheceu, em junho de 1972, a jornalista Mariluce de Souza Moura, 21 anos, também militante da APML. Um mês depois começaram a namorar, três meses depois se

casaram. Em sua última carta para a família, datada de 17 de setembro de 1973, Gildo manifestou sua preocupação por não receber cartas dos pais e irmãos - acreditava em extravio de correspondência. Falava também de seu trabalho (ele vivia e trabalhava em Salvador clandestinamente, com o nome de *Cássio de Oliveira Alves*), de melhoria do salário e de uma próxima ida a Uberaba no fim do mês. Essa viagem foi efetivamente feita e, na passagem pelo Rio de Janeiro, soube, na companhia de Mariluce, das *quedas* que haviam ocorrido com militantes da AP.

No dia 22 de outubro de 1973, em Salvador, por volta do meio-dia, Gildo foi preso ao sair de sua casa na av. Luís Tarquínio, bairro da Boa Viagem. Na mesma hora, Mariluce, que estava grávida de um mês, foi presa em frente ao Elevador Lacerda, na praça Cairu, em pleno centro de Salvador. No mesmo dia foram presos uma estudante, um bancário e os jornalistas Oldack Miranda e Nadja Magalhães Miranda. Os seis



foram levados à noite para a Superintendência da Polícia Federal, onde escreveram depoimentos de próprio punho, sendo depois reunidos em uma sala, onde ficaram sob vigilância, sem poder se comunicar uns com os outros. No dia 23, Gildo e Oldack foram transferidos para o Quartel do Barbalho, onde foram torturados - Oldack presenciou Gildo sendo empurrado por militares por causa de uma ferida no pé. Mariluce foi levada para o Quartel do Forte de São Pedro, onde ficaria presa por 42 dias. Vendada, no dia 25 de outubro foi levada a um local ignorado e torturada, quando um dos agentes lhe disse que Gildo fora levado para uma longa viagem. Na verdade, Gildo fora transferido para o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) de Recife entre esse dia e 26 de outubro.

No dia 1º de novembro, Mariluce foi informada da morte de Gildo, que ocorrera provavelmente no dia 28 de outubro. Os órgãos de repressão fizeram publicar nos jornais do dia a versão de que, ao ser interrogado, Gildo teria fornecido a informação do local onde se encontraria com José Carlos da Mata Machado e com uma terceira pessoa, de nome *Antônio*. Levado ao local, a esquina da av. Caxangá com a rua General Polidoro, no centro de Recife, teria havido um tiroteio no qual Gildo teria sido baleado por *Antônio* e José Carlos também teria sido morto em decorrência do incidente. A farsa da versão oficial, o *Teatro da Caxangá* ou a prática do *Teatro dos Mortos*, além de encobrir os bárbaros assassinatos sob tortura de Gildo e José Carlos, tentou encobrir o assassinato de Paulo Stuart Wright, o *Antônio*, que teria conseguido fugir. Na verdade, Paulo Stuart Wright tinha sido preso pelo DOI/CODI de São Paulo, em setembro de 1973, quando foi assassinado, tendo sido dado como desaparecido desde então.

A prisão e o assassinato de Gildo Macedo Lacerda e José Carlos da Mata Machado não foram fatos isolados e, sim, fizeram parte da ofensiva da ditadura contra a AP em 1973, quando a violência do governo do General Médici, com o conhecimento

e consentimento do sucessor General Ernesto Geisel, veio com toda a fúria contra os militantes da organização em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Numa operação coordenada pelo Centro de Informações do Exército (CIE), dezenas e dezenas de militantes da AP foram presos e torturados e vários deles foram mortos sob tortura. Entre esses últimos contam-se, além de Gildo Macedo Lacerda e José Carlos da Mata Machado: o ex-deputado Paulo Stuart Wright, dirigente da AP, preso em São Paulo entre 4 e 5 de setembro de 1973 pelo DOI/CODI, assassinado a seguir e dado como *desaparecido*; Honestino Guimarães, presidente da UNE; Humberto Câmara, ex-diretor da UNE; vários militantes presos no Rio em outubro de 1973, assassinados a seguir e dados como *desaparecidos*; os estudantes Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz, militantes no Rio de Janeiro, assassinados e dados como *desaparecidos*.

Para desfechar sua ofensiva contra a AP, a ditadura contou com a colaboração de algumas pessoas ligadas à própria organização. Foi a partir delas que o CIE e demais órgãos de repressão promoveram o assalto sangrento à organização. Uma dessas pessoas foi Gilberto Prata Soares, um ex-militante na década de 70 e que se tornou informante dos órgãos de repressão: conforme ele mesmo revelou, anos depois, no início da década de 90, em entrevistas aos jornais e em depoimento ao ex-deputado Nilmário Miranda, ele teve participação direta nas prisões do seu cunhado José Carlos da Mata Machado, de Gildo Macedo Lacerda e de outros militantes em Salvador e em Recife.

A responsabilidade pelas prisões e mortes dos militantes da AP é da ditadura militar. No caso de Gildo Macedo Lacerda e José Carlos da Mata Machado, o próprio governo militar assumiu a responsabilidade, sendo que os dois haviam sido vistos ainda vivos e sendo torturados na prisão. Um documento encontrado no Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em papel timbrado do Ministério do Exército, com data de 5 de novembro de 1973, assinado pelo Coronel Oliveiros Lana de Paula, chefe do CODI 6 da Bahia, e

dirigido ao Coronel Luiz Arthur, superintendente da Polícia Federal naquele Estado, informa que *"como coroamento das investigações relacionadas com a desarticulação de organizações subversivas de cunho marxista-leninista e que vinham sendo processadas desde junho 73 nesta área, sob a responsabilidade e condução direta do CIE, aquele órgão delegou ao CODI 6 o prosseguimento da operação e prisões no dia 22 de outubro de 73 dos elementos abaixo citados(...)"*. Entre os nomes está o de Gildo Macedo Lacerda, *"preso em 22 de outubro de 73, nesta cidade"*. O documento informa também que Gildo *"foi entregue a uma equipe do CIE no dia 26 de outubro para prosseguimento dos interrogatórios"*. Dias depois, a ditadura militar anunciava a morte de Gildo Macedo Lacerda e José Carlos da Mata Machado.

Na verdade, Gildo estava marcado para morrer desde muito tempo. Era um dos militantes e dirigentes de organizações de esquerda cujo nome constava de uma lista da ditadura para a prisão e a morte. A lista dos dirigentes da AP que seriam mortos foi mostrada ao líder camponês Manoel Conceição em 1972 pelos policiais, quando ele estava preso e sendo torturado no CENIMAR e DOI/CODI do Rio de Janeiro. Segundo Manoel Conceição, figuravam na lista, entre outros nomes, os de Paulo Stuart Wright, Honestino Guimarães, Humberto Câmara, José Carlos da Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda, todos assassinados em 1973; também lá estavam os nomes de outros dirigentes nacionais da AP, entre eles o de Jair Ferreira de Sá e o de Doralina Rodrigues Carvalho, que teriam sido mortos se tivessem sido presos.

Por conta da pressão da opinião pública, o corpo de José Carlos foi entregue a seus familiares, em uma urna lacrada. Mas as famílias dos outros militantes da AP assassinados naquele período não puderam enterrar seus mortos.

Mariluce, depois de libertada no dia 3 de dezembro de 1973, tentou sistematicamente recuperar o corpo de Gildo: em seu depoimento e em seu julgamento na Auditoria Militar exigiu

a devolução do corpo à família, contratou um advogado, estabeleceu contatos com a Igreja. Em janeiro de 1974, quando conseguiu viajar a Uberaba, os pais de Gildo se juntaram a ela em sua luta. Mas as circunstâncias políticas tornavam inócuas toda a ação nesse sentido.

Em 1991, pesquisas do Grupo Tortura Nunca Mais nos arquivos do DOPS de Pernambuco descobriram que Gildo fora enterrado como indigente no Cemitério da Várzea, em Recife, tendo seu corpo sido necropsiado no Necrotério Público de Santo Amaro, para onde havia sido encaminhado pelo delegado Jorge Tasso de Souza. Os restos mortais de Gildo foram, em seguida, transferidos para a vala comum no *Buraco do Inferno* e, em 1966, para outra vala comum no Cemitério Parque das Flores, essa uma vala a céu aberto, o que tornava impossível a identificação da ossada. Mariluce, que tanto lutou pela recuperação do corpo de Gildo, travou também a batalha pelo reconhecimento da paternidade de sua filha, que nasceu em 18 de junho de 1974, quase oito meses depois da morte do pai.

A Comissão Especial formada pela Lei n.º 9.140/95 reconheceu por unanimidade, em 18 de janeiro de 1996, a responsabilidade do Estado pela morte de Gildo Macedo Lacerda. Postumamente, ele recebeu a *Medalha Major Eustáquio* (fundador de Uberaba), numa proposta do vereador Lauro Guimarães, em 1.º de maio de 1993; deu seu nome ao DCE da Universidade de Uberaba, denominado DCE Gildo Macedo Lacerda em 24 de outubro de 1980; recebeu a *Medalha Tributo à Utopia*, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 31 de março de 2004, ao se contarem 40 anos do Golpe Militar de 1964.

(Condensado a partir de texto de autoria de Tessa Moura Lacerda, Mariluce Moura e Otto Filgueiras, datado de São Paulo, aos 19 de maio de 2004)

Depoimento da mãe de Gildo, Célia Garcia Macedo Lacerda:

Meu saudoso filho, Gildo Macedo Lacerda, foi um moço notável, simpático e justo, empreendedor e dinâmico. Vivia sempre rodeado de bons amigos e por onde passava ia sempre conquistando novas amizades, isto graças à sua afabilidade, ao seu coração magnânimo, à sua grandeza de alma. Era amigo da paz e da justiça. Seu maior desgosto era ver alguém ser pisoteado sofrendo calamidades injustamente. Era possuidor de um coração generoso e nobre, vivia sempre dando o melhor de si em prol da comunidade. Ficamos arrasados com tudo o que aconteceu com o nosso querido Gildo. Ficamos também decepcionados com o cinismo por parte dos seus algozes e pelo consentimento daquele governo déspota. Gildo morreu como morrem todos os heróis, de cabeça erguida e consciência tranqüila. Seu desaparecimento foi uma perda irreparável, não só para nós os seus familiares, como para toda a nação.

Sentimos até hoje uma incomensurável falta da sua presença amiga, bondosa, com toda aquela gentileza que lhe era muito peculiar. Como também sentimos a falta de seu apoio, ele era o nosso arrimo, o nosso braço direito. Ele era quem nos orientava, nos aconselhava, resolvendo os problemas com acerto, com a orientação dele, tudo dava certo.

Estou escrevendo com as lágrimas a escorrer-me pela face, pois, até hoje eu sinto uma dor intensa, arraigada, a corroer-me nas mais profundas entranhas da alma.

E esta dor eu sei que me acompanhará até ao túmulo, por ter perdido o meu querido e amado filho que foi vítima fatal da sanha daqueles bárbaros desumanos, como tantos outros, brutalmente assassinados.

Mas, não desejo o mal a eles, entrego para Deus; somente a Deus compete dar a punição que esses pobres infelizes merecem.



Guido Leão Santos

Guido Leão Santos, operário metalúrgico, foi morto em setembro de 1979, em Betim, Minas Gerais, quando fazia um piquete de greve em frente à fábrica da FIAT Automóveis.

Tentando fugir de uma investida da cavalaria da Polícia Militar armada de sabres, Guido Leão foi atropelado por um carro da própria polícia, não conseguindo sobreviver.





Helber José Gomes Goulart

Helber José Gomes Goulart, filho de Geraldo Goulart do Nascimento e de Jandira de Souza Gomes, nasceu em Mariana, Minas Gerais, no dia 19 de setembro de 1944. Tinha duas irmãs, Maria do Carmo e Elba, que se lembraram sempre com saudades do Helber criança: passivo, quieto, que gostava de escrever, que lia muito, especialmente, as obras *Quarup* e *Bar Don Juan* de Antônio Callado, que apreciava música erudita e música popular brasileira, que ouvia muito Geraldo Vandré, Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Bethânia, Tom Jobim e MPB-4.



Helber estudou até a segunda série do Ensino Fundamental em Mariana, no Ginásio Frei Manoel da Cruz, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Apesar de sua pouca escolaridade, Helber era um rapaz de vasta cultura por sua vivência e muitas leituras. Começou a trabalhar muito cedo: aos 11 anos, era entregador de jornais; aos 13, empregado no escritório da fábrica de tecidos de Mariana e, pouco depois, era datilógrafo na Prefeitura da cidade. Era reconhecido como excelente funcionário. Em 1961, aos 17 anos, foi para São Paulo em busca de melhores condições de trabalho, lá permanecendo até 1963.

A luta de Helber pela própria vida seria secundada por outra espécie de luta. Guiado pelo exemplo do pai, antigo membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Helber Gomes Gou-

lart enveredou pelos caminhos da luta política e, quando em São Paulo, juntou-se ao *Grupo dos Onze* nas lutas camponesas.

Após o Golpe Militar de 1964, Helber foi julgado na Auditoria Militar de Juiz de Fora, Minas Gerais. Mudou-se depois para o Mato Grosso, onde foi trabalhar, como apontador, na construção da hidrelétrica de Urubupungá. A experiência mexeu com ele: diante das péssimas condições de trabalho e segurança a que eram submetidos os operários, revoltou-se profundamente e retornou a Mariana.

Era o ano de 1968. No ano seguinte, 1969, Helber mudou-se para Ouro Preto e se integrou à Ação Libertadora Nacional (ALN). Em 1971, partiu definitivamente para São Paulo, já como clandestino. Muito ligado à família, não a deixou no abandono e não deixou de enviar dinheiro para ajudar sua mãe. Mas, os contatos entre eles foram ficando mais difíceis, sendo feitos através de cartas e de raros encontros. Os últimos foram nos meses de março e junho de 1973, pouco antes de Helber ser morto pelas forças da repressão.

Quando as irmãs perguntavam a Helber sobre a validade da sua luta pelo País e se conseguiria obter sucesso no que se propunha, tarefa tão difícil e árdua, ele respondia que, se não conseguisse nada, pelo menos faria História.

Numa carta enviada à família em 08/10/71, ele brincava dizendo que trabalhava 25 horas por dia, pois levantava sempre uma hora mais cedo e não tinha tempo para paquerar. Em outras, dizia que os problemas não se resolveriam no plano individual e sim coletivamente. Recomendava bons livros e bons filmes: *Queimada*, *Os Estranhos Caminhos de São Tiago* e, também, a leitura do jornal *O Pasquim*. Criticava o sistema, o ufanismo exagerado, a política de massificação. E se despedia sempre com afeto e saudades. Sua última carta é datada de 07/09/72.

Helber foi preso e torturado até a morte pelos agentes do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) em São Paulo. A notícia oficial de sua morte dava-a como tendo ocorrido no dia 16 de

julho de 1973, durante um tiroteio nas imediações do Museu do Ipiranga, em São Paulo. Era estranho que a nota não especificasse a via pública em que o incidente ocorrera. Mais estranho era o desencontro de horários: a nota registrava que o corpo dera entrada no Instituto Médico Legal (IML) às 8 horas e que fora encontrado às 16 horas. Ou seja, segundo a nota, o corpo deu entrada no IML antes de ser encontrado morto. O laudo cadaavérico vinha assinado por Harry Shibata.

As falhas nas informações da nota oficial indicavam que a verdade era outra. De fato, Helber havia sido visto no DOI/CODI/SP por diversos presos políticos alguns dias antes do dia 16. Seu estado era, segundo os depoimentos, lastimável: com a barba por fazer há vários dias, ele apresentava evidentes sinais de torturas. Foi seu estado precário o que obrigou os agentes do DOI/CODI a levá-lo ao Hospital Geral do Exército, no Cambuci, bairro próximo ao Museu do Ipiranga, onde a versão oficial afirma ter ocorrido a morte.

Helber tinha na época 29 anos de idade e era solteiro. Foi enterrado em vala comum. Sua família tomou conhecimento de sua morte dias depois pela televisão e pelos jornais, entre eles *O*



Globo de 19/07/73, que informou que Helber portava documentos falsos com os nomes de *Valter Aparecido Santos* e *Acrísio Ferreira Gomes*. A família não teve acesso aos seus objetos pessoais: documentos, roupas, livros e outros pertences.

O resgate viria muitos anos depois. Em setembro de 1990, diversas ossadas foram encontradas em valas clandestinas no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo, por equipes da Prefeitura de São Paulo e pela *Associação dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos*. No dia 20 de junho de 1992, a equipe do Dr. Fortunato Palhares, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), identificou três ossadas: uma delas, junto das de Emanuel Bezerra dos Santos e Frederico Eduardo Mayr, a de Helber José Gomes Goulart. Finalmente, em 13 de julho de 1992, o corpo de Helber José Gomes Goulart foi entregue à sua família, numa urna coberta pela Bandeira Nacional, emocionando a todos os que foram recebê-lo no Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte.

D. Jandira Gomes do Nascimento, junto com as duas filhas, apesar de sentir orgulho do filho, preferia que ele estivesse vivo: *"A gente não pode fazer muita coisa, porque lá se vão 19 anos da morte do Helber, mas pelo menos vamos poder enterrá-lo com dignidade"*, comentou em 1992.

Para o então presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana, em entrevista ao *Diário da Tarde* de 14/07/92, *"Helber tinha um ideal que não foi respeitado"* e, na atualidade, *"esse mesmo ideal, convertido em outros tipos de atitudes, continua sendo desrespeitado. No período revolucionário, esses ideais eram mais complexos e difíceis de serem entendidos, mas é preciso refletir sobre isso. A sociedade brasileira precisa unir forças para garantir uma democracia mais participativa, porque a população, principalmente a mais pobre, deve ter condições de vida mais dignas."*

Os restos mortais de Helber José Gomes Goulart foram sepultados no Cemitério de Santana, em Mariana, onde lhe foram prestadas as últimas homenagens.



Hélcio Pereira Fortes



Hélcio Pereira Fortes nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, no dia 24 de janeiro de 1948, filho de José Ovídio Fortes e Alice Pereira Fortes. Passou a infância e a adolescência em sua cidade natal, sempre cercado pelos muitos amigos que conseguia conquistar com seu espírito comunicativo, alegre e de liderança. Desde cedo manifestou seu interesse pela história social e política do País e estava presente em todos os eventos e manifestações culturais de sua época. Em Ouro Preto, habitualmente se reunia com um grupo de estudantes em

torno do Grêmio Literário Tristão de Athaíde.

Terminou o Ensino Fundamental no Colégio Arquidiocesano, aos 13 anos de idade, ingressando na Escola Técnica Federal de Ouro Preto, que deixou no último período, para se dedicar à militância política.

Em 1968, quando já militava na Ação Libertadora Nacional (ALN) e passou a sentir a força da repressão militar, foi obrigado a viver na clandestinidade, juntamente com tantos outros companheiros. Clandestino, não deixava de se comunicar com a família. Usando o meio que fosse possível, escrevia cartas em que expressava a sua saudade e as razões que o haviam levado a optar pela luta armada. A última vez que se comunicou com a família foi através de um telegrama, no Natal de 1971.

Hélcio foi preso no dia 22 de janeiro de 1972, no Rio de Janeiro, e levado imediatamente para o Destacamento de Ope-

rações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) do Rio de Janeiro e, em seguida, transferido para o DOI/CODI de São Paulo. Num e noutro local, as torturas abateiram-se barbaramente sobre ele e, em consequência delas, o jovem, então com 24 anos de idade, veio a falecer seis dias depois, exatamente no dia 28 de janeiro do mesmo ano.

A versão oficial é que Hélcio teria morrido quando, ao ser preso, tentou fugir. Entretanto, companheiros seus que testemunharam sua prisão e o viram ser torturado nos DOI/CODIs do Rio e São Paulo desmentem a versão da polícia e atestam que ele em verdade foi assassinado e isso da forma a mais bárbara, que foi a decorrente das torturas que sofreu.

Nos relatórios dos Ministérios Militares, encaminhados à Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, em dezembro de 1993, pelo Ministério da Justiça, foram detectadas grandes contradições na história de sua fuga. No relatório da Aeronáutica lê-se: *"faleceu no dia 28/01/72, ao dar entrada no Hospital das Clínicas em São Paulo, após travar tiroteio com agentes de segurança que o perseguiram"*. Já no relatório da Marinha registra-se que ele *"morreu no dia 28/01/71 (atenção para a data) em tiroteio com agentes de segurança ao tentar fugir em um fusca, após estabelecer contato com um companheiro"*.

Segundo depoimento de seu irmão Gélcio, a família tomou conhecimento de sua morte pela televisão, no mesmo dia 28/01/72 em que ela ocorreu. Imediatamente dirigiu-se para São Paulo, conseguindo localizar sua sepultura individual no Cemitério de Perus. Em 1975, conseguiu trazer seus restos mortais para Ouro Preto, onde foi enterrado na Igreja São José.

Hélcio Fortes tem hoje o reconhecimento pelo seu desprendimento, coragem e fidelidade à sua opção política, que lhe custou a vida, assim como ocorreu com outros companheiros. Sua memória está presente em muitos cantos da histórica cidade natal e em depoimentos carinhosos e cheios de saudade de amigos, colegas, professores e familiares.



Hélio Pellegrino

Hélio Pellegrino nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 5 de janeiro de 1924, e faleceu em março de 1988, no Rio de Janeiro, cidade que adotou. Casado três vezes, teve com a psicóloga Maria Urbana Pentagna Guimarães Pellegrino seus sete filhos e dividiu os últimos 27 meses de sua vida com a escritora gaúcha Lya Luft.



Pensador ativo, carismático, tinha no dom da oratória a sua marca. Hélio foi um psicanalista de grandes embates institucionais, colunista destemido em tempos de censura, prisioneiro político durante a ditadura, fundador e ativista do Partido dos Trabalhadores (PT) e amigo, muito amigo mesmo, dos seus muitos amigos. Escreveu pouco, infelizmente. Mas seu pensamento profundo, desconcertante, contraditório, alinhavou religião, política e psicanálise e contaminou toda uma geração de intelectuais de esquerda.

Indignado, mas amoroso; revoltado, mas reflexivo; tímido, mas ruidoso; carrancudo, mas dono de um humor extremo. Tendo formado com Otto Lara Resende, Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos um quarteto dos mineiros mais cariocas de que se tem notícia, Hélio viveu 36 anos no Rio de Janeiro. Naquela cidade, viveu seus três casamentos e deixou uma vasta ninhada de filhos. Hélio fez da sua vida um ato apaixonado pelo outro. Médico psiquiatra, ele dizia que *"queria mesmo era fazer filosofia"*. Como em Belo Horizonte não havia Faculdade de Filosofia naquela época, restou-lhe fazer Medicina e política.

O poeta e o psiquiatra surgiram juntos, pois no ano em que se formou também estreou nas letras, lançando um livreto reunindo dois longos poemas escritos em 1947: *Poema do príncipe exilado*, dedicado a Mário de Andrade, e *Deixa que eu te ame*. Definia-se como *mineiro apostólico romano*. Deposto Vargas, Hélio embarcou com entusiasmo na recém-criada União Democrática Nacional (UDN), que ainda não adquirira sua fisionomia conservadora. Era estuário natural da gente de esquerda que não fechava com o Partidão. Mais exatamente, na ala da UDN que ficou conhecida como Esquerda Democrática. Foi por essa facção que Hélio, ainda estudante, aos 21 anos, saiu candidato a uma cadeira de deputado federal na Constituinte de 1946. Como petista, durante a ditadura instalada em 1964, fazia discursos inflamados e chegou a ser chamado de homem-comício.

A generosidade desse homem, que proclamava o *estar-com-o-outro* valor maior, fez com que ele estivesse sempre presente na tumultuada cena carioca do período da ditadura militar, que fosse expulso da Sociedade Brasileira de Psicanálise em 1981, que fosse acusado pelo ensaísta José Guilherme Merquior de ser um escritor sem livros. Mas como a generosidade, quando não se origina da pura culpa, pode ser uma estratégia inteligente para o bem-viver, o perfil de Hélio tinha traços de um homem alegre, cheio de senso de humor, cuja sensualidade fazia

par com um amor quase sagrado pela vida, a qual, para ele, cristão convicto, era vista como dom de Deus.

No caso da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), de que foi membro e expulso, Hélio Pellegrino denunciou não apenas o poder imperial dos burocratas que a comandavam como também o acoberta-

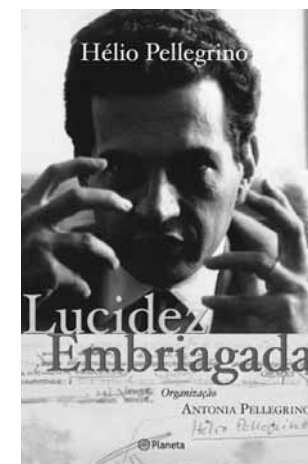


Na prisão, em 1968

mento, por esses dirigentes, do associado Amílcar Lobo, que colaborara com a tortura a prisioneiros políticos do início dos anos 70. A denúncia custou-lhe a expulsão, retornando ele à entidade apenas pela via judicial. Pouco antes de morrer, colheu uma vitória quando o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro cassou o registro de Amílcar Lobo, impedindo-o de exercer a profissão.

Apaixonado pela justiça, ele carregava em seu final de vida um sonho obsessivo ainda irrealizado: ver reaberto o caso Rio-centro. Uma semana antes de sua morte, o Superior Tribunal Militar decidiu pelo arquivamento do inquérito aberto para apurar o atentado terrorista com que a extrema direita, no dia 30 de abril de 1981, pretendia semear o pânico e a morte entre as 30 mil pessoas que assistiam a um show de música promovido por organizações democráticas. O Inquérito Policial Militar (IPM), como se previa, não avançou um milímetro na direção da verdade.

Hélio Pellegrino nunca se conformara com isso. No último parágrafo de seu último artigo, publicado postumamente, citava o ministro do Exército, General Leônidas Gonçalves, que a propósito de outro episódio falara em *honra militar*: "Em nome dela é que o IPM do Riocentro deveria ter sido reaberto", argumentava Hélio. O escritor Otto Lara Resende, seu amigo, conta que ele andava *siderado* pelo conceito de honra e lia muito sobre o tema - mergulhara, com especial interesse, nos textos do escritor católico francês Georges Bernanos. "Estava se preparando para escrever um longo artigo sobre o Riocentro", revela Otto Lara Resende, lembrando que Hélio morreu com outra frustração: horas antes do infarto fatal, já hospitalizado, viu a Constituinte aprovar a emenda que praticamente liquidou a esperança de eleições diretas para presidente naquele ano.



A morte poupou-o de mais um pesado golpe: internado no Instituto Brasileiro de Cardiologia, em Ipanema, não chegou a saber do melancólico fechamento da Clínica Social de Psicanálise, decidido em assembléia da entidade na noite de 22 de março. *"A clínica morreu com ele"*, diz com amargura o psicanalista carioca João Batista Ferreira, que ajudara a pôr de pé essa utopia sonhada por Hélio Pellegrino. A idéia era colocar a psicanálise ao alcance das camadas mais pobres da população. *"O operário só entra no meu consultório como bombeiro ou pintor de paredes, jamais como cliente"*, dissera ele certa vez. *"Só entra quem paga meu preço, e o preço é a nossa linha de partilha severa, o leão-de-chácara na porta do consultório, que tem a arrogância de barrar a imensa maioria do povo brasileiro. O preço é uma determinação do mercado, o ponto em que a psicanálise se articula com a política"*.

Mas as boas sementes, lançadas com amor, um dia germinam e, mesmo passado o tempo de quem as teve nas mãos, florirão com abundância: essa é a esperança de todos quantos se alimentam das grandes lições dos grandes homens.



Hélio Salvador de Azevedo



Hélio Salvador de Azevedo nasceu na cidade de Ponte Nova, Minas Gerais, no dia 5 de dezembro de 1925, filho de Manoel Salvador de Azevedo e de Maria Francisca do Amaral. Sete irmãos, Anésio, Henrique, Boanerges, Antero, José Salvador, Ivete e Diva, fizeram-lhe companhia na casa paterna. Mais tarde, casado com Manoela Maria Duarte de Azevedo, formou família numerosa, com sete filhos: Cliane Maria, Luiz Fernando,

Lúcia Helena, Vânia Maria, Tânia Virgínia, Carlos Eduardo e Alexandre Marcos de Azevedo.

Cursou o Ensino Fundamental na Escola Estadual José Bonifácio, em sua terra natal. Profissão, exerceu a de eletricitista residencial. Conciliando-a com gosto pessoal pela militância política, filiou-se aos 18 anos ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Profissional e militante político, foi presidente do Sindicato dos Eletricistas e Bombeiros Hidráulicos de Minas Gerais.

Como militante político sonhava com igualdade social, escola, saúde e trabalho para todos. Segundo seus familiares, ninguém amou o Brasil com tanta intensidade, com tal vontade de orientar seus companheiros de profissão. Sempre achou o povo brasileiro muito generoso e sábio. Sabia das riquezas naturais do País e julgava que, administrado com competência e

mãos firmes e honestas, o Brasil seria uma grande potência. Como muitos outros, era inconformado com o que acontecia no País e com a omissão das elites gananciosas e egoístas.

Tais convicções levaram-no a participar ativamente de todos os movimentos contra a ditadura militar que se instalou no Brasil a partir de 1964. Foi perseguido, preso e torturado. Fichado no Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), tinha o seu nome na lista negra formada pelos sindicalistas procurados e comunistas. Por várias vezes teve que partir para a clandestinidade, deixando seus familiares à mercê daqueles que, infiltrados, também queriam saber do seu paradeiro.

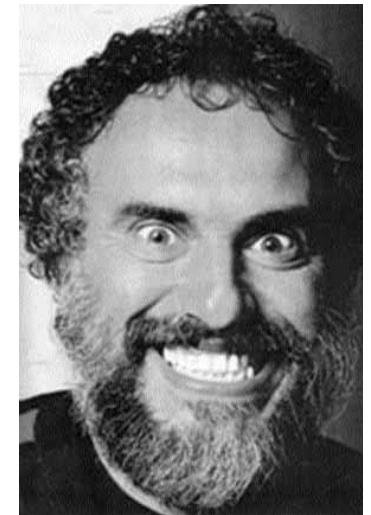
A família viveu momentos de muita angústia e sofrimento com aquele homem que fora sempre um bom pai, um esposo exemplar. Tendo perdido Hélio em 20 de janeiro de 1980, quando ele sucumbiu ao peso de um câncer que se generalizara, acredita que só morre definitivamente quem não deixa boas lembranças nos seres que continuam vivos. Hélio é figura que continua viva.





Henrique de Souza Filho - Henfil

Henrique de Souza Filho, o Henfil, nasceu em Ribeirão das Neves, Minas Gerais, no dia 5 de fevereiro de 1944. Era filho de Henrique José de Souza e Maria da Conceição Figueiredo de Souza e irmão de Herbet de Souza (Betinho) e de Chico Mário.



Desde menino, quando estudante em um colégio de padres, Henfil trazia em seu comportamento as marcas da irreverência e rebeldia, às quais se mesclava um constante bom humor, com que conquistava facilmente a amizade dos colegas.

Depois do colégio de padres, Henrique fez um curso supletivo noturno. Mais tarde, tentaria fazer o curso de Sociologia, mas não conseguiu. Largou a Faculdade e foi trabalhar como embalador de queijos e *office-boy*.

Iniciou a carreira na profissão que seria a sua em 1964, na *Revista Alterosa* e no *Diário de Minas*, em Belo Horizonte. Seu jeito original de expressar-se através de desenhos, seu estilo único e peculiar, seu grande senso de humor logo chamaram a atenção. Em breve, tornou-se conhecido e adotou o pseudônimo de *Henfil*, com o qual ficou nacional e internacionalmente famoso.

Henfil conseguiu passar em seus desenhos uma inequívoca mensagem de protesto. Foi crítico impiedoso do regime militar e, com um estilo sutil, de dizer sem estar dizendo, criou per-

sonagens imortais como os Fradinhos, a Graúna, o Zeferino, o Bode Orleans e Lati.

Em meados dos anos 60, transferiu-se para o Rio de Janeiro, iniciando ali o seu trabalho no *Jornal dos Sports*, em um suplemento de cartum, onde criou os personagens Urubu (Flamengo), Bacalhau (Vasco) e Pó-de-Arroz (Fluminense).

Criado o *Pasquim*, Henfil foi recrutado pelo novo jornal e ali criou os personagens que o tornaram conhecido em pouco tempo e o immortalizaram. Seu sucesso não parou e Henfil passou a trabalhar para os maiores jornais e revistas do País, entre eles o *Jornal do Brasil*, *O Dia*, *Jornal dos Sports*, do Rio, *O Globo*, *Isto é*, *Veja*, *Realidade*, *Placar*. Todos esses veículos contavam com seu humor inteligente em suas páginas, que tinham leitores de cadeira cativa.

A sua capacidade de criação era inesgotável e, segundo depoimento de seu irmão Betinho, Henfil gostava de fazer charges para presentear amigos, por correspondência, até como forma de gravar momentos pitorescos de sua vida. Criou o personagem Sapo Ivan especialmente para seu único filho, Ivan. Foram tantas as charges do Sapo Ivan que elas acabaram se transformando em livro de pano para crianças, com pequena tiragem. Existem, ainda, outras tantas aventuras do personagem que faz parte dos planos de seu filho transformá-las em livro.

Henfil deixou, além das charges e desenhos, muitas outras obras como legado cultural. Entre elas estão os livros *Diário de uma Cucaracha*, *Henfil na China* e *Cartas da Mãe*; as peças de teatro componentes da *Revista do Henfil*; e um filme, *Tanga - Deu no New York Times*, que ele próprio dirigiu.

No auge de sua carreira, na década de 70, conta Ziraldo, seu amigo e companheiro de jornadas, Henfil deci-



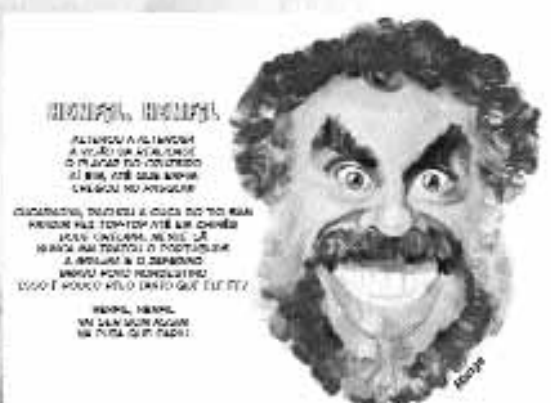
diu conquistar os Estados Unidos, que ele odiava, mas por capricho, queria vencer lá. Filiou-se então, em 1974, a um sindicato americano para distribuir seus fradinhos. Na primeira piada, os fradinhos anunciavam *Deus em sabor limão*, o que provocou uma avalanche de reclamações aos jornais, que redundou no cancelamento das publicações, alegando que as tirinhas eram *sick* (doentias, pervertidas). Isto para Henfil foi uma das maiores glórias: afrontara a sociedade americana, que foi incapaz de alcançar a espiritualidade do seu humor.

Henfil foi casado com Gilda Cosenza, mãe do seu único filho, Ivan Cosenza de Souza. Ivan e a segunda mulher de Henfil, Lúcia Lara, conservaram os originais de seu trabalho, após a sua partida precoce, que decorreria de grave doença: por ser hemofílico e necessitar de constantes transfusões de sangue, acabou contraindo o vírus HIV. A hemofilia era um dos seus entraves, uma vez que o inchaço das juntas exigia períodos de repouso; no entanto, a convivência com a doença era pacífica e vivida com muito bom humor.

Quando contraiu a Aids, através de uma transfusão de sangue, *"Henfil revoltou-se, mas não culpou o azar"*, segundo Ziraldo. Apenas dizia: *"Que País é esse? Vou morrer porque me deram sangue contaminado"*.

Desde 1986, por conta de seu estado de saúde, foi internado várias vezes e por longos períodos. Faleceu em 4 de janeiro de 1988, quando o Brasil perdeu um crítico implacável dos regimes políticos, um dos maiores cartunistas do século, um de seus grandes e insubstituíveis gênios.





Herbert Eustáquio de Carvalho

Herbert Eustáquio de Carvalho, o Herbert Daniel, nasceu em Bom Despacho, Minas Gerais, em 14 de dezembro de 1946. Sua mãe, Geny Brunelli de Carvalho, de ascendência italiana, nasceu em Barbacena, onde se tornou operária. Mudou-se para Belo Horizonte logo após o casamento. Seu pai, Geraldo Feliciano de Carvalho, natural de Belo Horizonte, pertencia aos quadros da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e era radialista. Quem, nos anos 50, não conheceu e se divertiu com as graças do Gé de Carvalho? A família completava-se com mais dois irmãos: Hamilton Brunelli de Carvalho, mais tarde Coronel da PMMG, e Helder Nazareno de Carvalho, engenheiro e funcionário do Tesouro Nacional.

Herbert passou a sua infância e adolescência em Belo Horizonte. Estudou no Colégio Tiradentes da PMMG e fez o curso de Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ele era uma pessoa dividida entre dois mundos: de um lado, os rigores de um colégio militarizado e de uma estrutura familiar tradicional e conservadora; de outro, o clima da rádio, descontraído e fascinante, onde seu pai brilhava.

Herbert, o Bete, como era chamado em casa, tornou-se muito cedo uma personalidade introvertida. Lia muito, estudava sempre e brincava pouco com as crianças de sua idade; gostava mesmo era de estar sempre entre adultos.

Seu grande drama desenvolveu-se fora de casa, fora da escola. Acontecia no meio do parque, no escuro da noite, no fundo do peito, no meio do preconceito. Sua atração por outros homens começou cedo a se chocar (como aconteceu com milhares de outros homossexuais) com tudo o que ele ouvira e aprendera. A

culpa, o medo, o silêncio tornaram-se o seu modo de ser na adolescência. Além disso, sentia-se feio e incapaz de atrativos físicos.

Aliando sua enorme capacidade de elaboração teórica a uma cultura geral muito extensa, Herbert seduzia intelectualmente, explicava o que parecia confuso, teorizava sobre o que parecia ser apenas intuição. Aos 14 anos começou a escrever, semanalmente, um programa sobre crítica cinematográfica para a *Rádio Inconfidência*. Fez isto durante cerca de sete anos. Na Faculdade de Medicina tornou-se membro do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e dirigiu o *Show Medicina* por dois anos.

Foi também na Faculdade que ele encontrou Ângelo Pezzutti, seu quase irmão, melhor amigo e confidente. Sempre em parceria com Ângelo, entrou para o DCE, tornou-se membro da organização revolucionária marxista Política Operária (POLOP), uma das organizações de esquerda que enfrentaram a ditadura militar. Depois, deixou a POLOP para criar o Comando de Libertação Nacional (COLINA), organização que defendia a tática



guerrilheira como maneira de derrubar a ditadura e chegar ao socialismo.

Com a prisão de Ângelo, em 1969, Herbert deixou Belo Horizonte e começou, no Rio de Janeiro, sua extensa militância clandestina. Nesse período, como dirigente do COLINA, fundou a Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares). Deixando a VAR, fundou, com Carlos Lamarca e militantes egressos do COLINA e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) de São Paulo, uma nova VPR, onde militaria até os dias de exílio. Na VPR, participou com Lamarca dos treinamentos guerrilheiros do Vale da Ribeira e dos seqüestros dos embaixadores alemão e suíço.

Em 1971, quase todos os companheiros de luta estavam presos, mortos ou exilados. Lamarca morreu numa tocaia na Bahia, Lara morreu em Salvador e Juarez, no Rio. Ângelo, Maria do Carmo (a Lia), Dodora, Murilo, Carmela e Lina estavam exilados, Inês estava presa, Herbert estava só. Foi então que Herbert conheceu Cláudio Mesquita. Escondeu-se em sua casa para pensar no que fazer. Acabaram vivendo juntos durante 20 anos, até sua morte.

Durante os anos de militância clandestina, a homossexualidade fora reprimida e sufocada. A guerrilha era uma opção militar e, na sua vida de dois mundos, ela não combinava com a homossexualidade. Além disto não havia clima para *emoções pessoais* diante da enorme tarefa de *mudar o mundo*. O encontro com Cláudio mudou o rumo das coisas. Um processo de empatia se estabeleceu entre os dois, afinidades que se tornaram amor, depois paixão.

Em 1973, a repressão achou o paradeiro de Herbert, mas ele e Cláudio conseguiram fugir para a casa de uma tia em Barbacena, Minas Gerais. Finalmente, em 1974, exilaram-se os dois em Portugal, depois na França.

Exilados, resolveram falar sobre a sua homossexualidade publicamente. Herbert decidiu saber mais sobre o assunto, era preciso um discurso teórico sobre o tema. Empregou-se numa

sauna gay em Paris, aprendeu a fazer massagem, fez ginástica, havia um corpo (ainda recusado) a conhecer e a moldar. Sentiu prazer em seduzir com o corpo, vendeu sexo, descobriu os labirintos do gueto homossexual. Neste período, escreveu os primeiros ensaios teóricos sobre a homossexualidade, publicados em 1979, em Paris, *Notas Marginais*, republicados em 1983, em *Jacarés e Lobisomens*, pela Achiamé, Rio.

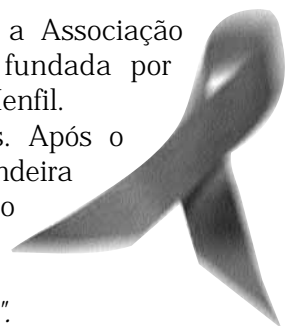
De retorno ao Brasil em 1981, dois anos após a anistia, pois não fora anistiado e teve de esperar a prescrição da pena, chegou como o *último exilado* das cartas do Henfil na revista *Isto É*, confundido com o personagem *Sebá* de Jô Soares.

Filiou-se, juntamente com Cláudio, ao Partido dos Trabalhadores (PT), onde via um espaço democrático aberto à discussão dos temas ditos menores que lhe pareciam tão maiores: o respeito à diferença como prática da democracia, o direito à voz das minorias, o exercício da cidadania, a relação dos seres humanos com o meio ambiente.

Em 1986, diante da conjuntura política do Rio de Janeiro, fundou, com Fernando Gabeira, o Partido Verde (PV), pois acreditava haver espaço político para a existência de um partido ligado especificamente às questões libertárias (de direitos de cidadania). Candidatou-se, sem muita convicção, ao cargo de deputado estadual por uma coligação PT/PV e ficou aliviado ao ser derrotado: *"Sou muito "gauche" para exercer o poder. Melhor questioná-lo"*.

O mal do século, denominado Aids, entrou na vida de Herbert ainda em Paris, com as primeiras manchetes de jornal falando da *Peste Gay* aparecida entre os americanos. A avaliação de Herbert era a de que *"estão querendo encontrar uma determinação patogênica na homossexualidade. Vem chumbo grosso pela frente"*.

Em 1983, em *Jacarés e Lobisomens*, falava sobre o assunto, alertando para o perigo de culpar grupos pela doença e discriminar os doentes, ao invés de tratá-los e dar-lhes os direitos de cidadão que lhes são devidos. Em 1987, começou a trabalhar



Berlin, 24 de abril de 1981.

Manuscrito em português datado de 24 de abril de 1981, contendo reflexões pessoais sobre a vida, a morte e a luta por direitos civis.

Segundo manuscrito em português, datado de 1981, com uma mensagem pessoal para alguém, mencionando um endereço em Av. Augusto de Lima.

especificamente com a Aids, entrando para a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), fundada por Herbert de Souza, o Betinho, após a morte do Henfil.

Em 1989, descobriu-se doente de Aids. Após o primeiro impacto, decidiu fazer de si próprio bandeira de luta pelos direitos civis dos portadores do vírus e doentes de Aids: "Ninguém morre antes de morrer. Tenho Aids e estou aqui, vivo e pronto para gritar e exigir o direito que tenho à vida".

Fundou, ainda em 1989, o Grupo de Valorização e Integridade dos Doentes de Aids (VIDA): "É preciso dar voz aos portadores e doentes. Não é possível deixar que o discurso médico-jurídico-jornalístico substitua o dos que vivem a doença. Solidariedade é a melhor vacina contra a Aids e Viva a Vida!". Foram as duas palavras de ordem criadas por ele que ecoaram mundo afora, tornando-se o discurso oficial da Organização Mundial de Saúde (OMS), dos principais governos do mundo e, sobretudo, das milhares de ONGs que trabalham com Aids.

Em 1991, foi convidado a participar de uma coalizão internacional para o estudo da epidemia de Aids, único membro latino-americano do grupo encabeçado pelo Dr. Jonathan Mann. Foi convidado também a participar do Comitê Organizador da IX Conferência Internacional de Aids, que se realizaria em 1992 em Amsterdam. Não chegou a participar da Conferência, Cláudio foi em seu lugar, para ler o seu último texto escrito e participar das homenagens póstumas que 12 mil participantes lhe prestaram.

Ironicamente, Herbert Eustáquio, que publicou seis livros desde seu retorno ao Brasil sem grande sucesso de venda, apesar do sucesso de crítica, viu seu sétimo livro, Vida antes da Morte (Jaboti, Rio de Janeiro, 1989), que relata sua visão sobre estar com Aids, ser traduzido e publicado em italiano, francês, inglês, tailandês e japonês. Os livros precedentes eram: Passagem para o próximo sonho (Codecri, Rio de Janeiro, 1982), A fêmea sintética (Codecri, Rio de Janeiro, 1983), Jacarés e lobisomens (com Leila Meollis, Codecri, Rio de Janeiro, 1983), Meu

corpo daria um romance (Rocco, Rio de Janeiro, 1984), *As três moças do sabonete* (teatro, Rocco, Rio de Janeiro, 1984) e *Alegres e irresponsáveis abacaxis americanos* (Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1986). Em 1991, seria a vez de *AIDS, a terceira epidemia*, em co-autoria com Richard Parker (Iglu, São Paulo, 1991). Postumamente foi publicado *Sexuality, politics and AIDS in Brazil in another world* (com Richard Parker, pela *The Palmer Press*, Londres, 1993).

Deixou inédito e não publicado um romance curto, *Ao Vivo*, além de textos e artigos inéditos ou que foram publicados dispersamente e seriam reunidos num volume organizado por Cláudio Mesquita e Richard Parker sob o título (dado por Herbert ao ensaio que não terminou de escrever) *A Alma do Cidadão*.

Herbert faleceu no dia 29 de março de 1992, no Rio de Janeiro.

(Texto-base de autoria de Cláudio Mesquita em 10/08/94)



Herbet José de Souza - Betinho



Herbet José de Souza, (sem o r por erro do cartório), o Betinho, nasceu em 3 de novembro de 1935, na pequena cidade mineira de Bocaiúva. Com uma infância e adolescência marcadas pelos limites impostos pela hemofilia e tuberculose, soube apropriar-se daquele fio de vida que lhe restava. Transformou sua fragilidade física em grandeza de humanidade. Buscou a vida de forma intensa para si e para os outros, particularmente para os excluídos da sociedade. Seu humor e sua ironia juntavam-se a uma forte indignação diante da mínima injustiça.

Ele afirmava que a democracia não é um modelo ou uma estrutura acabada, mas algo que constantemente deve ser sonhado, imaginado ou recriado. Para ele, a busca da liberdade, da igualdade, da valorização da diversidade, da solidariedade e da participação era um princípio que devia fermentar toda intervenção cidadã em direção da democracia.

Betinho apostou na cidadania. Investiu nos movimentos sociais e nos grupos comunitários, nos comitês, nas associações e organizações civis de todo o tipo, nas manifestações culturais e artísticas como escolas de cidadania.

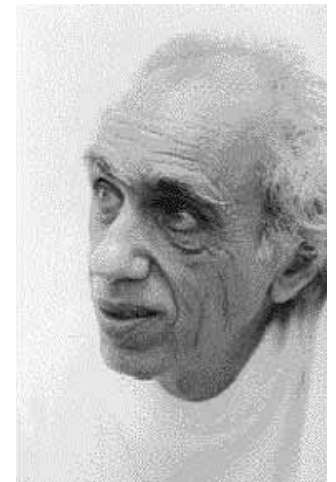
A militância nos movimentos estudantis nos anos 60, a presença dos pioneiros impulsos de renovação do cristianismo, as campanhas contra a fome e pela reforma agrária, a luta contra os regimes militares latino-americanos, o exílio, a anistia

conquistada e a contaminação pelo vírus da Aids colocaram Betinho no *front* de uma luta pela abertura de caminhos contra diversas formas de medo e autoritarismo.

Terceiro de uma série de oito irmãos, completou, em 1962, os cursos de Sociologia e Política e de Administração Pública na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nessa época, atuou como liderança nacional dos grupos da juventude católica que representavam as aspirações de transformação social, depois reforçadas com o Concílio Vaticano II, e participou das conquistas pelas chamadas *reformas de base*. Segundo testemunho do escritor Otto Lara Resende, da Academia Brasileira de Letras, Betinho, nas praças públicas, pedia tudo que os comunistas pediam - e mais o céu.

Naquele período da vida democrática no Brasil, Betinho exerceu funções de coordenação e assessoria no Ministério da Educação e Cultura e na Superintendência de Reforma Agrária, além de elaborar estudos sobre a estrutura social brasileira para a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), da Organização das Nações Unidas (ONU). Data desse período também a sua presença nos movimentos operários brasileiros.

Com o Golpe de 1964, passou a atuar na resistência contra a ditadura militar, dirigindo organizações de cunho democrático no combate ao regime que se instalava. No começo da década de 70, foi para o exílio e, como no poema de Brecht, trocava de país como quem trocava de sandálias. Morou primeiro em Santiago, no Chile, onde deu aulas na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e atuou como assessor do presidente Allende. Conseguindo escapar do sangrento golpe militar do General Pinochet, foi para a embaixada do Panamá, em 1974. Seguiu



depois para o Canadá, de lá para o México. Exerceu, nessa época, diversos cargos, como o de diretor do Conselho Latino-Americano de Pesquisa para a Paz (IPRA), consultor para a FAO sobre projetos e migrações na América Latina e coordenador do Latin American Research Unit (Laru), entre outros. Foi, ainda, professor efetivo do doutorado de economia da Divisão de Estudos Superiores, na Faculdade de Economia da Universidade Nacional Autônoma do México, e diretor de Brazilian Studies, no Canadá.

Com o crescimento dos movimentos pela democratização dos meios de comunicação no Brasil, seu nome tornou-se um dos símbolos da campanha pela anistia. Em 1979, voltou ao Brasil e entrou de cheio nas lutas sociais e políticas, sempre se propondo a ampliar a democracia e a justiça social. Em 1981, fundou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), entidade voltada para a democratização das informações acerca das realidades econômicas, políticas e sociais no Brasil.

Diante da grave questão da posse da terra, que sentia acarretar a fome e o êxodo rural e representar um dos principais problemas estruturais do Brasil como país subdesenvolvido, Betinho desempenhou um papel decisivo na articulação da *Campanha Nacional pela Reforma Agrária*, em 1983, congregando entidades de trabalhadores rurais em busca da terra prometida, um pedaço de chão onde fosse possível cultivar e produzir em paz.

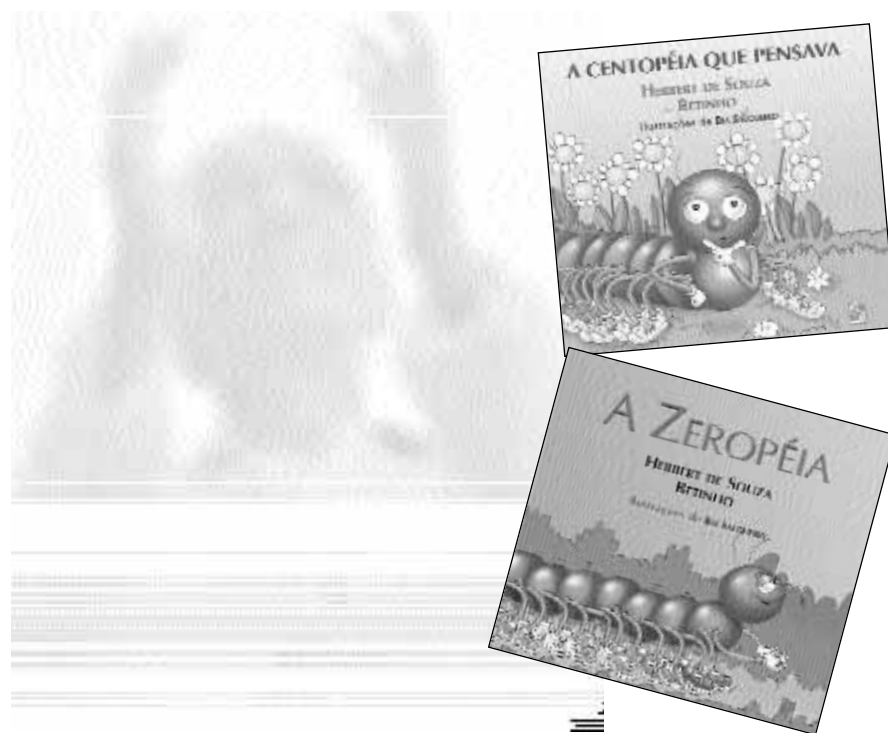
Ainda na luta pela democratização da terra, organizou, em 1990, o *Movimento Terra e Democracia*, que levou ao Aterro do Flamengo milhares de pessoas. Em 1992, assumiu uma das lideranças do *Movimento pela Ética na Política*, que culminou no *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, em setembro do mesmo ano.

Terminada a batalha do *impeachment*, o Betinho das causas impossíveis abraçou a *Ação Cidadania contra a Miséria e Pela Vida*. A *Campanha contra a Fome* ganhou as ruas em 1993 e chegou ao final daquele ano com total aprovação da sociedade - 96% de concordância, segundo o Ibope. Betinho metamorfo-

seu-se no grão da cidadania, que se multiplicou na solidariedade de cada dia.

Ao longo de sua trajetória, publicou diversos livros, artigos e ensaios, sempre com a mesma preocupação de criticar as estruturas que tornam a vida difícil e injusta para milhões de pessoas.

Uma última nota de sua extraordinária solidariedade e de seu imensurável sentimento de humanidade viria de sua condição de hemofílico e aidético. Betinho nascera hemofílico, como seus dois irmãos, o cartunista e humorista Henfil e o compositor Francisco Mário. Os três contraíram o vírus da Aids por transfusão de sangue. No começo de 1988, os dois irmãos morreram, mas Betinho agregou, em sua luta pela liberdade, a denúncia de uma epidemia que mexe em temas como medo,



sexualidade e morte. Sua presença nos meios de comunicação transformou-se em símbolo das vítimas da Aids e da luta pela saúde da população. Em 1986, fundou a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABADIA).

No ano de 1994, lançou a *Campanha Natal sem Fome*, que arrecadou, no primeiro ano, 600 toneladas de alimentos. Em agosto do mesmo ano, fez um pronunciamento na ONU, na reunião preparatória para a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social. Dois momentos marcantes desse trabalho foram a *Caminhada pela Paz* no movimento Reage Rio, em novembro de 1995, e o desfile no carnaval de 1996, quando Betinho foi enredo da Escola de Samba Império Serrano, no Rio de Janeiro. O tema, muito apropriadamente, intitulava-se: *"É verás que um filho teu não foge à luta"*.

Quando a cidade do Rio de Janeiro empenhava-se em sua candidatura a sede olímpica, em 1996, Betinho procurou o Comitê Olímpico Internacional e apresentou sua proposta para a *Agenda Social Rio 2004*. Ainda no ano de 1997, o Ibase lançaria a *Agenda Social Rio 2000 e Sempre*, lutando pela melhoria da qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro, por meio da implantação das metas sociais idealizadas por Betinho. Em julho de 1997, num encontro com empresários de todo o País, Betinho lançou a campanha de adesões ao *Balanço Social*, uma espécie de balanço financeiro onde os indicadores eram os investimentos sociais feitos por empresas.

No dia 5 de julho de 1997, Betinho foi internado no Hospital da Beneficência Portuguesa, no Rio, vítima de uma infecção oral. Vinte e cinco dias depois, pediu para voltar para casa. Morreu em sua casa, no bairro Botafogo, no Rio de Janeiro, em 9 de agosto de 1997, com 61 anos de idade, ao lado da mulher, dos filhos e de alguns amigos, vítima de insuficiência hepática e pneumonia bacteriana. Em 11 de agosto, o corpo do sociólogo foi cremado, sendo as cinzas espalhadas, conforme pedido em vida, sobre as áreas livres, limpas e pacíficas de seu sítio em Itaiaia.



Herculano Mourão Salazar



Herculano Mourão Zalazar nasceu no dia 9 de março de 1947, em Belo Horizonte, Minas Gerais, filho de Guttemberg Salazar Júnior e de Salambô Mourão Salazar. Casou-se com Emely Vieira Salazar, de quem foi companheiro e amigo e de quem recebeu o apoio nas opções pela solidariedade que faria ao longo de sua vida. O casal teve uma filha, Fabiana Vieira Salazar.

Herculano iniciou sua militância política quando aluno do Colégio Estadual Central, hoje Escola Estadual Governador Milton Campos, em Belo Horizonte. O Colégio Estadual foi de enorme importância na formação de milhares de jovens, que ali receberam uma educação aberta, inovadora, criativa, crítica e revolucionária, num tempo em que os alunos não só acreditavam nas mudanças como também ousavam contestar e buscar alternativas.

Médico formado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1969, Herculano dedicou-se com grande empenho à carreira que escolheu. Foi médico concursado do Estado, professor da Faculdade de Medicina da UFMG, coordenador do Centro de Hemodiálise do Hospital das Clínicas da UFMG, coordenador da Comissão Estadual de Nefrologia e coordenador do MG-Transplantes.

Em razão de seu envolvimento com a militância política, que desenvolvia paralelamente ao exercício da profissão, Herculano foi capturado e permaneceu preso no período de maio de 1970 a dezembro de 1971, um dos mais cruéis da ditadura

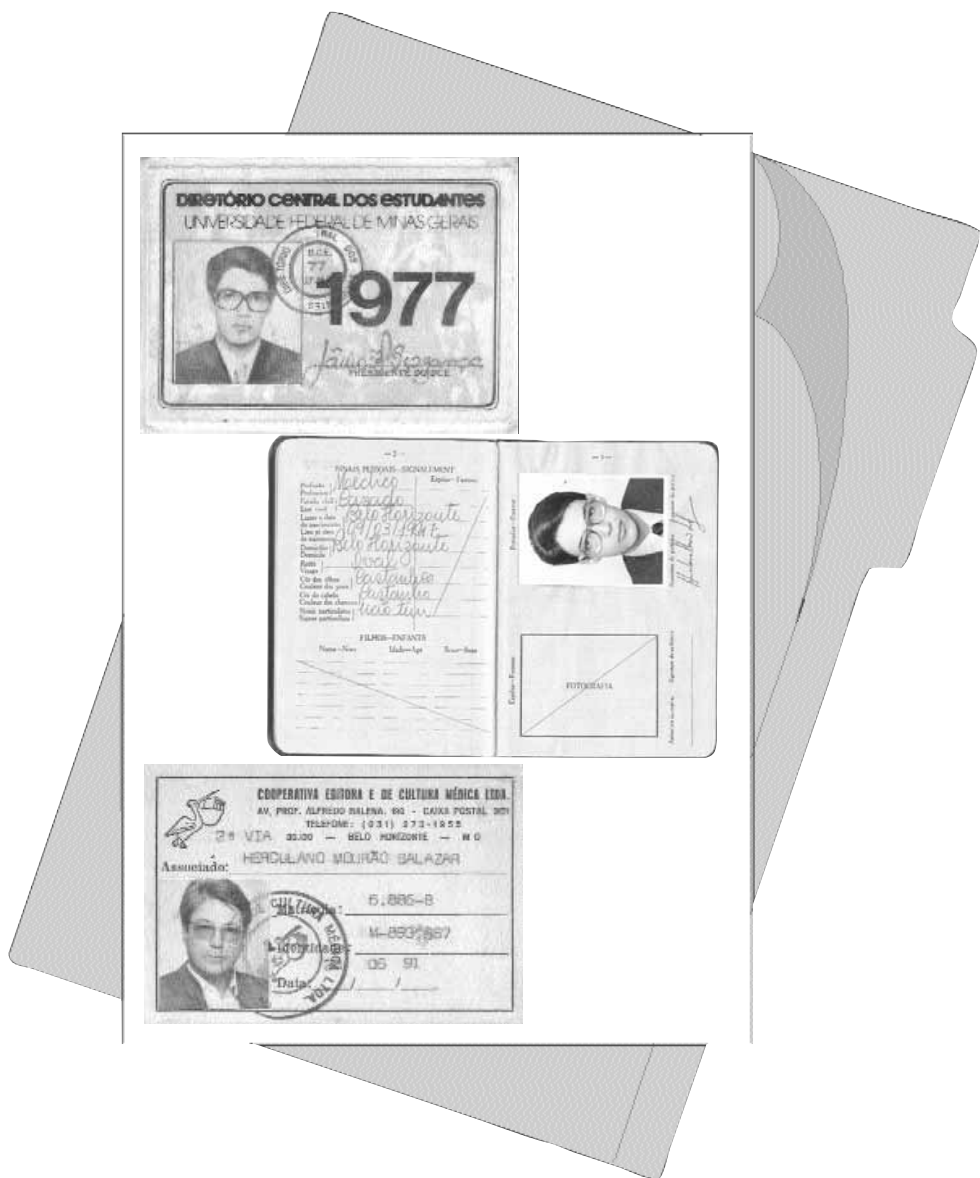
militar. Era a época do governo Médici, que patrocinou serviço de repressão permanente, nela incluídas sessões de bárbaras torturas e sevícias de toda ordem. Logo que libertado, em 1972, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Mas, diante do contínuo sobressalto imposto pela repressão, a alternativa foi sair do País, buscar outras perspectivas. Buscar sobreviver. Herculano foi para a França, onde permaneceu de 1972 a 1975 e aproveitou para especializar-se em Nefrologia.

A partir de 1992, concentrou sua militância política na prática médica no setor público (Secretaria de Estado da Saúde/SES e UFMG), ampliando e defendendo a cobertura do atendimento aos pacientes da seguridade social. Jamais cedeu a interesses particulares ou individuais em detrimento do coletivo. Empenhou sua inteligência, seu conhecimento e sua coragem na conquista da justiça social, tendo vivido intensa e profundamente suas opções de vida.

Do Dr. Herculano Mourão Salazar pode-se dizer que sua marca foi a coragem; sua bandeira, a justiça social; sua postura, a dignidade.

Faleceu precocemente no dia 30 de outubro de 1998, aos 51 anos, no Hospital das Clínicas da UFMG, onde trabalhara durante tanto tempo e onde cuidara abnegadamente de todos, sem distinguir-lhes a raça, cor, credo e sem negar-lhes as demonstrações de seriedade e probidade presentes em toda a sua vida. Uma vida curta, se considerado o tempo; uma vida longa, se sentidas a sua densidade e a sua significação.



Idalísio Soares Aranha Filho

Idalísio Soares Aranha Filho nasceu em Rubim, Minas Gerais, no dia 27 de agosto de 1947, filho de Idalísio Soares Aranha e de Aminthas Rodrigues Pereira. Afetivo, carinhoso, observador e de pouca conversa: assim era o Idalísio cantor, seresteiro e tocador de violão.

Caçula dos homens, fez as primeiras séries do Ensino Fundamental em Rubim; as séries finais, correspondentes ao antigo ginásio, no Colégio São José, de Teófilo Otoni; o segundo grau, hoje Ensino Médio, no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, sendo que no terceiro e último ano desse curso ele se transferiu para o Colégio Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Prestou o vestibular para Psicologia em 1968, na UFMG, entrando para a universidade após a vitória dos estudantes na luta dos excedentes.

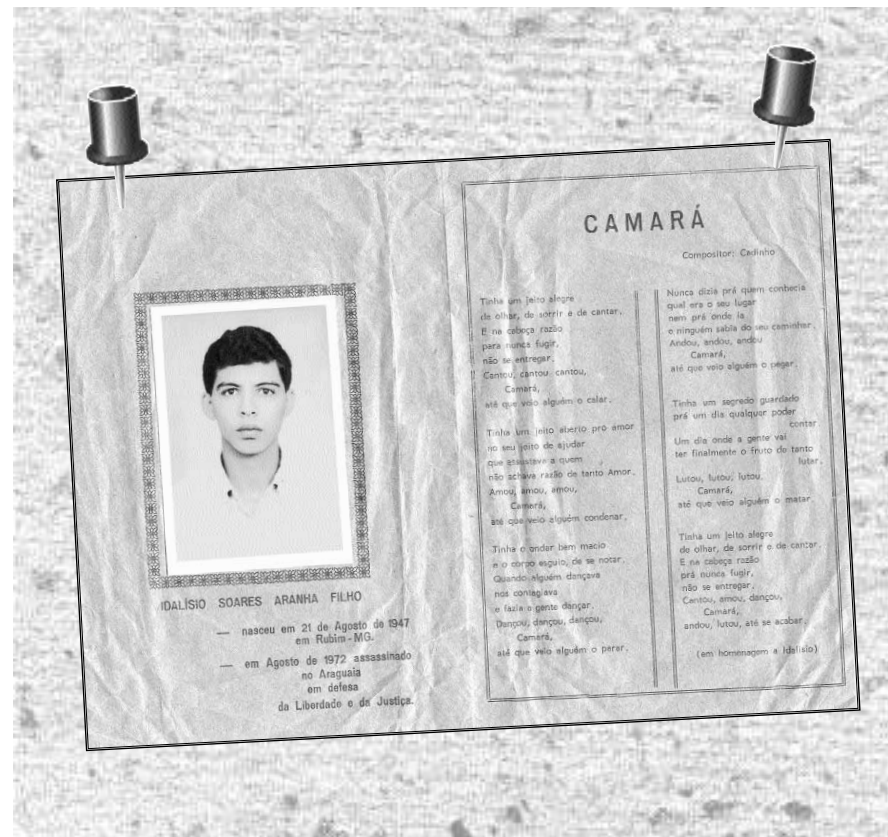
Na universidade, foi presidente do Centro de Estudos de Psicologia e, em 1971, elegeram-se presidente do Diretório Acadêmico (DA) de sua escola: o fato seria lembrado anos mais tarde, quando o DA da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), onde atualmente está alojado o curso de Psicologia, recebeu o nome de Idalísio Aranha, numa reconhecida homenagem póstuma.

Em janeiro de 1971, Idalísio e Walkíria, sua companheira, decidiram viver no Araguaia. Como violeiro e cantor, que usava os codinomes de *Aparício*, *Bragança*, *Braguinha* e *Ivan*, conquistou rapidamente a simpatia daqueles que com ele conviviam.

Mas pouco tempo viveria ele no Araguaia. Em 1972, somente um ano depois de sua chegada, Idalísio foi morto durante a primeira Campanha de Cerco das Forças Armadas. O militante

chegou a trocar tiros com o Exército, mas nunca se soube se sua condição de alvo se originara de alguma denúncia ou se ocorrera por acaso.

O capitão-de-corveta Uriburu Lobo Cruz, em seu relatório sobre a Guerrilha do Araguaia, informou, conforme consta no *Jornal do Brasil*, *Caderno Brasil*, edição de 03/12/92, que a *Operação Papagaio* produzira baixas entre os guerrilheiros e que, no dia 2 de junho, na região de Caiano, "foi morto o terrorista Bergson Gurjão Farias, o Jorge, e no dia 12 de junho de 1972, foi morto, em emboscada, o terrorista Idalísio Soares Aranha Filho, o Aparício, na região de Perdidos".





Ísis de Araújo D'Ávila Magalhães

Ísis de Araújo D'Ávila Magalhães nasceu no Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1949, filha única de Grimoaldo Nóbrega de Araújo, médico, e de Déa Dália Vieira de Araújo, enfermeira. Viveu três casamentos, o primeiro com Luís Magalhães, o segundo com Júlio Pires, pai de seu filho, Pedro, e o terceiro com Walteneyr Raimundo.

Ísis passou a infância e adolescência no Rio de Janeiro e viveu a sua juventude em Brasília. Depois, veio para Belo Horizonte, onde permaneceu o resto de sua vida. Era uma pessoa muito estudiosa, sensível e inteligente.

Estudou Sociologia na Universidade Nacional de Brasília (UnB), tornando-se socióloga e professora. Participou de inúmeras manifestações públicas em defesa da democracia e contra a ditadura militar. Engajou-se em movimentos como o da luta pela anistia, pertenceu à Organização Socialista Internacional (OSI), participou do movimento sindical e de movimentos de trabalhadores que resultaram na criação do Sindicato dos Professores em Belo Horizonte (SIND-UTE), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Como todo militante de esquerda de sua época, foi perseguida e presa pelos militares, tendo a prisão ocorrido em 1980, na época em que dirigia o SIND-UTE.

Viveu grande parte de sua vida morando somente com o filho e ocupando-se, com exclusividade, da tarefa de cuidar dele. Acompanhada por Walteneyr, que a assistiu com carinho durante grave enfermidade, faleceu no dia 4 de dezembro de 1999, de câncer, aos 50 anos de idade.



Itair José Veloso

Itair José Veloso nasceu no dia 10 de junho de 1930, em Minas Gerais, filho de Sebastião Veloso e Zulmira Veloso. Casou-se com Ivanilda da Silva Veloso, com quem teve quatro filhas. Sua dedicação à família não rivalizava com sua dedicação ao trabalho, pois seu envolvimento com a mulher e as filhas era desmedido.



Operário, apontador de obras e líder sindical da construção civil no Rio de Janeiro, Itair José foi militante do sindicalismo brasileiro desde 1953, quando entrou para a ala jovem do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Niterói e Nova Iguaçu, em 1961. Em seguida tornou-se secretário-geral da Federação dos Trabalhadores da Construção Civil do Estado do Rio de Janeiro e Niterói. Mas nem por isso abandonou sua função de apontador de obras, para não perder o contato com as bases.

Desenvolvendo uma atividade sindical intensa, alcançou, no início da década de 60, uma posição de destaque dentro do movimento operário. Prova-o o fato de que, durante o governo João Goulart (1961-1964), Itair Veloso chefiou uma delegação sindical brasileira a um encontro internacional de sindicalistas, em Moscou.

Sua militância política, nos tempos em que havia garantias constitucionais às liberdades individuais, sempre aberta



dentro do organismo político e sindical, fez com que seu nome fosse alvo dos órgãos de repressão, assim que a democracia foi suprimida no Brasil. Logo após o Golpe Militar de 1964, sua casa foi invadida por policiais do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Niterói, que não o encontraram. Arrolado em processo sob a acusação de pertencer ao PCB, passou a viver na clandestinidade.

Itair não costumava informar a família sobre suas atividades políticas fora de casa, enquanto clandestino, para não envolver as filhas. De alguma

forma, no entanto, elas já sabiam, antes de seu desaparecimento, que ele era filiado ao PCB e que se dedicava intensamente ao movimento de politização dos seus companheiros trabalhadores.

Assim é que Itair Veloso saiu de casa no dia 25 de maio de 1975, às 7h30min, para um encontro às 8 horas, dizendo que voltaria ao meio-dia para ir ao médico. Mas, desde então, sua família nunca mais recebeu notícias dele.

Acreditando que poderia encontrá-lo de alguma forma, Ivanilda começou sua peregrinação: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Palácio São Joaquim, D. Eugênio Sales (à época capelão do Hospital do Exército), os advogados Heleno Fragoso e Modesto da Silveira, reuniões da Anistia, Comitê Brasileiro de Anistia (CBA), imprensa em geral. Todas essas pessoas e instituições foram procuradas por ela.

Mais tarde, nos dias 19 e 20 de setembro de 1978, Itair Veloso foi julgado na 2ª Auditoria da Marinha, no processo de julgamento de Luís Carlos Prestes, juntamente com mais 60 pes-

soas acusadas de tentar reorganizar o PCB. Apesar de julgado à revelia, foi absolvido. Em sua defesa atuara o advogado Amilton Siqueira e, pela primeira vez, o nome de Itair José Veloso fora citado, recebendo elogios de um antigo companheiro, o advogado Marco Antônio Tavares Coelho, que se encontrava preso, segundo notícia do *Jornal do Brasil*, edição de 21/09/79.

De acordo com as denúncias do ex-Sargento Marival Chaves, publicadas na revista *Veja* de 18/11/92, Itair José Veloso, aos 45 anos de idade, foi preso por agentes do DOI/CODI de São Paulo, no Rio de Janeiro, durante a Operação Radar, acusado de integrar comitê específico do PCB.

Ainda segundo o ex-Sargento Marival, Itair Veloso morreu de choque térmico, sob tortura, numa casa de Itapevi, em São Paulo. Era o inverno de 1975 e o que o levou à morte foi um banho de água gelada. Seu corpo teria sido jogado da ponte, nas imediações de Avaré, a 260 quilômetros de São Paulo.

Itair José Veloso consta da relação oficial de mortos e desaparecidos políticos brasileiros.



Esboço de Cândido Portinari retratando construções



Ivan Mota Dias



Ivan Mota Dias nasceu no dia 29 de outubro de 1942, em Passa Quatro, sul de Minas, filho de Lucas de Souza Dias e de Nair Mota Dias. Teve somente um irmão.

Era um menino estudioso, comunicativo, carinhoso, gostava de música e tocava violino. Teve uma formação religiosa sólida, pois, tendo nascido numa família presbiteriana, aprendeu, desde cedo, os princípios da caridade e fraternidade cristãs.

Estudante de História na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, Ivan conciliava os estudos com o seu trabalho como professor do cursinho pré-vestibular da própria universidade e com ativa militância no movimento estudantil.

E foi exatamente sua participação como militante estudantil que interrompeu os planos de Ivan, que não conseguiu acabar o seu curso de História na UFF em dezembro de 1968, conforme previsto: por ter participado do 30º Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE) realizado em Ibiúna, São Paulo, teve sua prisão preventiva decretada e passou a viver na clandestinidade.

No período em que ficou clandestino no Rio de Janeiro, trabalhava com tradução e morava num quarto alugado, numa rua perto da Central do Brasil. De 1968 a 1971, ele dava notícias regularmente para a família, através de cartas ou telefonemas, sem nunca deixar o endereço.

Sua prisão ocorreu no dia 15 de maio de 1971, provavelmente no bairro carioca de Laranjeiras, por agentes do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) e, apesar de levado imediatamente para as câmaras de tortura do Aeroporto do Galeão, foi dado como foragido pelas forças de repressão.

O ex-presos político Alex Polari de Alverga testemunhou ter ouvido pelo serviço de alto-falantes do CISA que o Comandante Cabanos, nome de guerra de Ivan, havia sido preso. Nessa época, Ivan fazia parte do comando nacional da organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Ivan Mota Dias foi julgado como réu e condenado a oito anos de reclusão pelo Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército, em 1972, enquadrado no artigo 23 da Lei de Segurança Nacional (LSN), sob a acusação de *"tentar derubar o governo através da violência e da luta armada, juntamente com Alfredo Hélio Sirkis, Adair Gonçalves Reis, José Maurício Gradel, Roberto das Chagas e Silva, Sônia Eliane Lafos e Walter Ribeiro Novais"*.

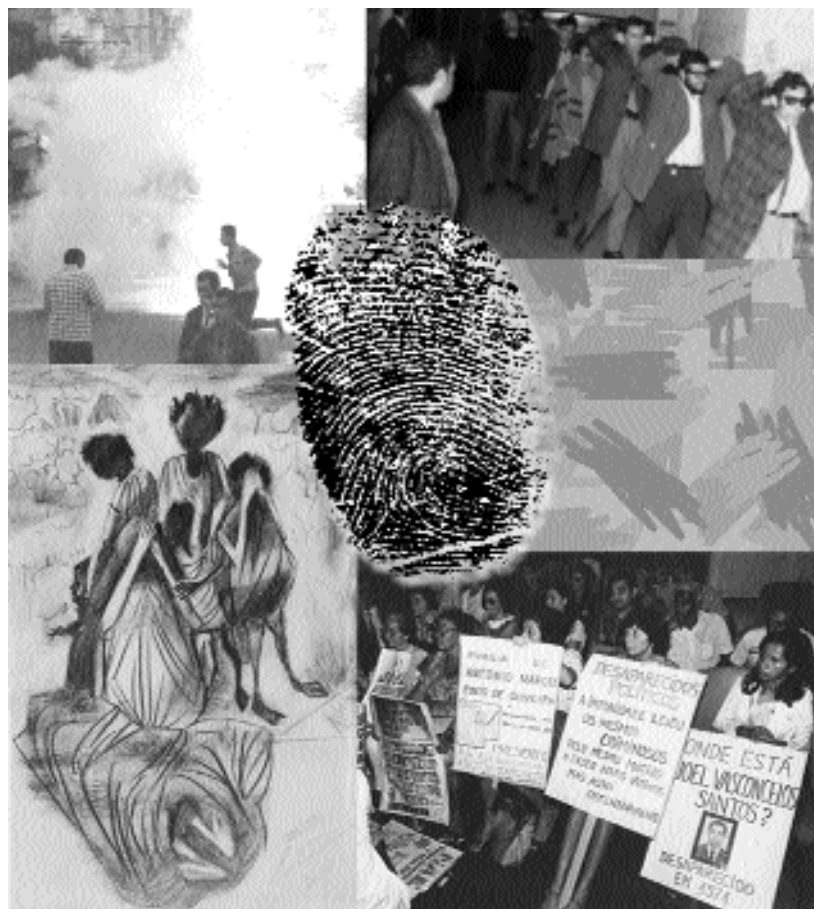
Mas, ainda em 1972, o Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Aeronáutica absolveu Ivan, por unanimidade, junto com Alex Polari de Alverga, Tereza Ângelo e Walter Ribeiro Novais. Nesse processo, ele havia sido denunciado junto com outros integrantes da VPR de prática de assaltos, o que o sujeitava ao artigo 27 da LSN, que previa reclusão de 10 a 12 anos. Ivan figurou, também, num processo da 2ª Auditoria do Exército, junto com outros 12 membros da VPR, em que foi acusado de participação nos seqüestros dos embaixadores da Alemanha e da Suíça.

A única notícia que a família recebeu sobre Ivan Mota Dias foi um telefonema anônimo que denunciava sua prisão. Inúmeros contatos foram feitos pela família, buscando alguma notícia ou informações sobre o paradeiro de Ivan. Buscaram ajuda através da Igreja Presbiteriana, da Igreja Católica, do Conselho Mundial de Igrejas, de autoridades militares, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), dos deputados

Lysâneas Maciel e Marcelo Cerqueira e até da mulher do General Médici, então presidente da República.

Diversos *habeas corpus* foram impetrados e negados sob a alegação de que Ivan não se encontrava preso em nenhuma dependência militar.

Ivan Mota Dias, de tantos codinomes, *Cabana*, *Eli*, *Abel*, *Afonso* e *Cururu*, desapareceu e seu corpo nunca foi encontrado.



I zaurino Alves de Souza

Izaurino Alves de Souza nasceu na cidade de Pompéu, Minas Gerais, no dia 12 de fevereiro de 1906. Filho do alfaiate Antônio Alves de Souza e de Maria do Carmo Barbosa, partilhou a infância com sete irmãos. Casou-se com Emília Alves da Silva, com quem teve 10 filhos.

Com o ginásio completo, ele sentou praça na Guarda Civil do Estado de Minas Gerais, atendendo a convite de um grande amigo da família. Egresso do Departamento de Mecânica do Serviço de Transportes de Bondes do Estado, Izaurino cumpriu todo o período na corporação, fazendo jus a promoções por merecimento, tendo se aposentado em 5 de dezembro de 1955.

Militou na Ação Libertadora Nacional (ALN), organização que surgira em 1967 de uma cisão dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sua história liga-se intimamente ao nome de Carlos Marighella, antigo dirigente do partido. A filha Irma Alves, anos mais tarde, descreveria a prisão do pai, que ocorreu em sua residência na presença da esposa e dos filhos ainda crianças, assustados com a invasão de sua casa por pessoas desconhecidas. São dela as palavras que se seguem neste pequeno relato:

"Estava entardecendo, e todos nós nos preparávamos para dormir. Quatro homens armados chegaram e dois deles invadiram a casa e deram voz de prisão, levando o meu pai para um lugar desconhecido. Ficamos vários dias sem vê-lo e sem saber do seu paradeiro. Minha mãe, desesperada, procurava-o em todas as delegacias. Até que um dia, uma pessoa, vendo o sofrimento e angústia de todos, informou-nos que ele se encontrava no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), na sede da av. Afonso Pena".

No DOPS a família conseguiu falar com Izaurino.

A prisão de Izaurino foi o início da via-crúcis da família. Junto com o almoço, que era levado sempre para o pai, seguia camuflado um bilhete pedindo notícias. Com sua transferência para o quartel da Polícia Militar de Minas Gerais, no bairro de Santa Efigênia, os encontros puderam ser mais freqüentes e demorados. Mas, mais tarde, houve outra transferência, desta vez para o presídio sediado em Juiz de Fora, onde permaneceu dois anos.

Izaurino fora preso, a família submetida ao sofrimento, as crianças relegadas à ausência do pai porque o militante sempre defendera um programa de transformação social capaz de proporcionar que ocorresse mais justiça e de propiciar que o grito dos pobres fosse ouvido. Izaurino colaborou e trabalhou para a construção da Creche Menino Jesus, em 1938; lutou pela pensão das viúvas da Guarda Civil do Estado de Minas Gerais; fundou a Banda de Música Santa Cecília e o Time de Futebol, ambos da Guarda Civil; de 1991 a 1993, lutou pela causa dos Trabalhadores do Serviço Público, sendo agraciado com uma Medalha de Honra ao Mérito pelos bons serviços prestados à categoria; e finalmente foi integrante da Comissão Pró-Melhoramento do Bairro Concórdia, quando a comunidade recebeu calçamento nas ruas.

Izaurino Alves de Souza faleceu em 11 de fevereiro de 1998, aos 92 anos, em consequência de insuficiência cardiorrespiratória e de acidente vascular cerebral. Sua lembrança, a lembrança de um vivo combatente, jamais se apagou no coração de seus familiares e no de seus inúmeros amigos.



Música de Natal composta pelo vovô em 1978 – ele se vestia de Papai Noel e entrava na sala com um saco cheio de balas e bombons, cantando esta letra:



Eis o velhinho mais desejado,
Eis o querido Papai Noel
Pelas crianças muito estimado
Pois traz brinquedos sempre a granel.

Eu vim de longe da Europa fria
Passar convosco todo o Natal.
Procuro riso, trago alegria
Que das crianças é o ideal.

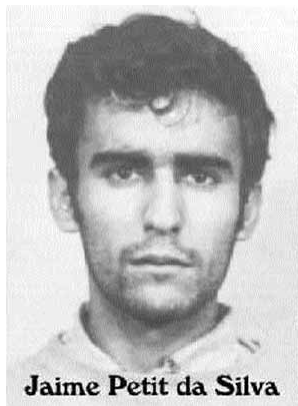
Logo à noite na penha às janelas
Os sapatinhos para eu encher,
E à meia noite encho os estalos
De brinquedos à mais não ser.



Colaboração de Irma Alves da Silva Kerckhoven



J Jaime Petit da Silva



Jaime Petit da Silva, filho de José Bernardino da Silva Júnior e de Julieta Petit da Silva, nasceu em Jacanga, São Paulo, no dia 18 de junho de 1945. Fez seus estudos iniciais em Amparo e Duartina, São Paulo.

Perdeu o pai muito cedo, o que o obrigou a começar logo no trabalho. Nessa época, morou e estudou no Rio de Janeiro e, em 1962, mudou-se para Itajubá, morando com seu irmão Lúcio Petit da Silva. Ingressou então no Instituto Eletrotécnico de Engenharia

em 1965 e trabalhou como professor de Matemática e Física em colégios de Itajubá e Brasópolis, no sul de Minas.

Foi participante ativo do movimento estudantil, tendo sido eleito presidente do Diretório Acadêmico de Engenharia, em Itajubá, em 1968. Era também militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

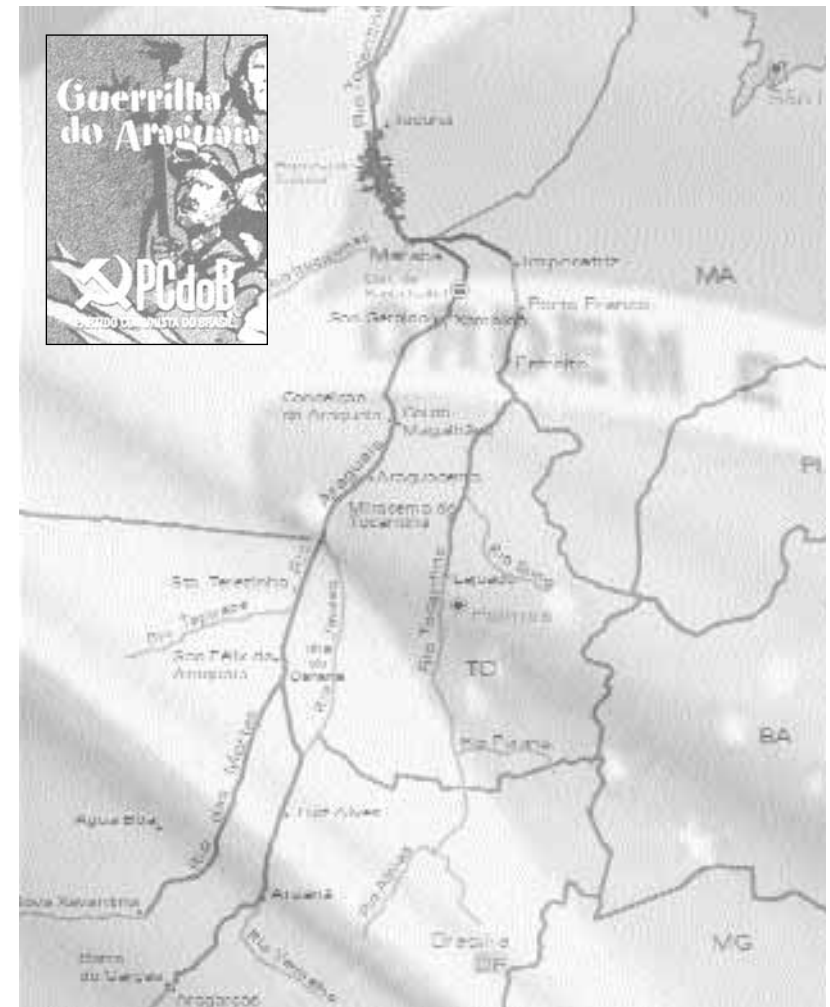
Sua atividade política não passaria despercebida. Já em 1968, foi preso em Ibiúna, São Paulo, durante a realização do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Com a intensificação da repressão, Jaime viu-se forçado a abandonar o curso de Engenharia. Em 1969, foi viver no interior, como eletricitista. Na década de 70, mudou-se para a região de Caianos, no Araguaia, onde já viviam seus irmãos Lúcio e Maria Lúcia.

Segundo dados existentes no Centro de Inteligência do Exército e entregues à Comissão Externa da Câmara dos Depu-

tados sobre os desaparecidos políticos, Jaime Petit da Silva foi condenado por suas atividades subversivas, à revelia, a três anos de detenção pela 2ª Auditoria do Exército.

Segundo versões oficiais, Jaime Petit da Silva está *desaparecido* desde o dia 29 de novembro de 1973, após ter travado tiroteio com as Forças Armadas. Tinha 29 anos à época.





Jair Ferreira de Sá

Era uma vez, faz muito tempo, um menino. Viveu como a liberdade, sempre em movimentação. Era o nono de uma família de 14 irmãos, filhos do tropeiro Eurico Ferreira de Sá e Maria Rosa de Sá, uma devota do carpinteiro José, o santo dos operários. Muitos anos depois, mesmo com idade avançada, Maria Rosa não esqueceria que o calendário marcava 22 de março de 1941, quando um tiquinho de gente rompeu de dentro dela como quem rasga e brota do chão e sem hesitar apresentou-se ao mundo berrando: Jair, dos Ferreira de Sá. O menino viveu vida discordada, virou homem ainda criança, tornou-se Jair, dos oprimidos e sua emoção encantou a todos que lutaram contra a tirania, nos subterrâneos da liberdade, naqueles tempos sombrios, duros, de terror, impostos pelo regime militar implantado no Brasil no Golpe de 1964.

Jair viveu revoltoso e toda vez que a vida parecia que ia, vinha vindo e ele não teve medo de encontrá-la. Foi assim desde que nasceu. Olhos esbugalhados, o pequenino foi festejado pelos pais e os irmãos Oscar, Terezinha, Geraldo, Zezé, Cléria e Nathália. A cidade, Nova Lima, era povoada por operários heróicos que trabalhavam nas minas de ouro e prata do Morro Velho, extraindo riqueza para a empresa inglesa Saint John D'el Rey Mining Company Limited. Nas profundezas da terra, os mineiros ganhavam seu pão e morriam soterrados, afogados pela lama em desastres jamais esquecidos por aquela gente. Em 1886, por exemplo, uma enorme pedra desmoronou e tampou a entrada da galeria, soterrando dezenas de operários; a empresa inglesa, com dificuldade para removê-la, inundou o lugar, afogando os que ainda respiravam. Já naquele tempo, o capitalismo no Brasil era assim, extrativo, perverso, concentrava a renda, a pro-

priedade rural (a empresa inglesa era dona de 80% das terras do município) e as famílias de pequenos agricultores sem chão, meeiros como os Ferreira de Sá, viviam mudando de lugar, cada vez mais perto das grandes cidades.

Na década de 1940 foram bater na Fazenda São Sebastião das Águas Claras (Macacos), de onde carregavam carvão e lenha em tropa de burro até Belo Horizonte. Terminaram ficando de vez na capital mineira. Aqui e ali, morando nas casinhas simples dos bairros periféricos de Cachoeirinha, Vila Santo André e finalmente no Salgado Filho, a Vila Operária do Mato da Lenha. Foi lá, aos 7 anos de idade, que o pequeno Jair ouviu da mãe Maria Rosa que a vida também é para ser lida e começou a estudar no Grupo Escolar Maurício Murgel. Cadernos na mão, ele ia para a escola a pé, com seu uniforme limpinho e engomado pela mãe no ferro de brasa, pesado.

Passou a estudar à noite, quando, aos 11 anos, tornou-se trabalhador assalariado. E viu, na sua casa modesta, chegarem os irmãos mais moços: Vicente, Eurico, Cleuza e Fábio. A vida difícil, dura, tinha sua compensação na hora de cantar as cantigas de roda, nas fogueiras de São João, nas novenas e terços de São José, comuns entre o povo humilde daquele Brasil distante.

Doze anos mais tarde, Jair, agora um rapaz, estava de volta a Belo Horizonte, depois de ter morado cinco anos com o irmão Geraldo, no Rio de Janeiro, onde trabalhara como escrivão na Companhia de Armazéns Gerais de Minas, fizera curso de comércio básico na Escola Estácio de Sá e, junto com um padre francês da Igreja do Largo do Santo Cristo, virou caminhante solidário pelas favelas do antigo Distrito Federal, a velha Capital da República. O Brasil estava modificado: Getúlio Vargas se suicidara, Juscelino Kubitschek terminara seu mandato na presidência da República, Jânio Quadros havia renunciado e João Goulart tomara posse na presidência graças à mobilização popular e contra a vontade das forças políticas conservadoras.

Por essa época, o pai Eurico morreu de infarto. Era o ano de 1958 e, um ano depois, o irmão Oscar também se foi. Com as

lágrimas escorrendo pela face, Jair seguiu em frente. Concluiu o curso de Contabilidade na Escola Técnica de Comércio Inconfidência, entrou para a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG) e trabalhava na Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG). E, caminhante, revolucionário, ajudava a organizar o movimento político Ação Popular (AP), que renovou o pensamento da esquerda brasileira daqueles tempos. Era o Brasil das Ligas Camponesas, da fundação da Contag, do Comando Geral dos Trabalhadores, das greves operárias de São Paulo, dos petroleiros, dos trabalhadores rurais, dos mineiros de Nova Lima, dos alagados na Bahia e dos mocambos no Recife. O Brasil da Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Agrária Católica (JAC), uma geração de jovens generosos, sonhadores que vislumbravam um País sem fome, sem miséria, sem opressores e oprimidos e que lutavam pela construção de uma sociedade socialista. Jovens católicos e protestantes, alguns sem religião, políticos progressistas, militantes operários e camponeses, que fundavam a Ação Popular (AP) em 1962, na cidade de Salvador.

Ao lado de Herbert de Souza, o Betinho, de Aldo Arantes, Severo Sales, que já se dizia ateu, e de outros jovens revoltosos como ele, Jair Ferreira de Sá foi escolhido por seus companheiros para fazer parte da coordenação nacional da AP. Formada principalmente por integrantes da JUC, onde tinha a sua principal base, a AP ampliava seus vínculos com os trabalhadores com quadros como Jair, que pertencia à JAC e desenvolvia importante trabalho como coordenador da equipe de sindicalismo rural da Regional Leste 11, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no Movimento de Educação de Base e papel decisivo na organização da Contag. Naquela época, a Igreja transmitia programas radiofônicos educativos, difundindo conhecimentos e incentivando a sindicalização e os trabalhadores ouviam por aqueles radinhos receptores construídos artesanais-

mente. É que, na época, a população brasileira somava 70 milhões de habitantes, dos quais 38 milhões ainda viviam na zona rural e existiam apenas uns 6 milhões de rádios receptores construídos pela indústria para toda aquela gente.

Por essa época, Jair conheceu a também militante da AP Maria José (Bizeh), com quem se casaria em 1965, depois dos primeiros sinais da repressão que se instalou no Brasil um ano antes, com o Golpe Militar de 1964. Foram morar num pequeno apartamento na rua General Jardim, em São Paulo, próximo à Escola de Sociologia e Política, onde ele concluía o bacharelado em Sociologia e Política e ela terminava a pós-graduação em Filosofia, na Universidade de São Paulo (USP). Foram incumbidos pela AP de levar ao movimento operário de São Paulo as idéias socialistas e as bandeiras democráticas de resistência ao regime militar. Assim, a AP estreitou seus vínculos com os operários brasileiros, a exemplo do que já tinha feito na área rural.

Até então, apesar da ditadura, Jair mantinha uma vida legal, conservava os seus documentos verdadeiros e apenas a atividade política era clandestina. Para sobreviver, ele fazia pesquisas para uma empresa de planejamento e ia tocando a vida com Bizeh, debatendo com os operários e os companheiros da AP.

Mas a repressão policial do regime recrudescera. As prisões e perseguições obrigaram os cidadãos a entrarem na clandestinidade ou exilarem-se no exterior. A repressão da ditadura modificou a vida das pessoas, separando famílias, pais de filhos, irmãos de irmãos, mulheres de maridos. Nesse quadro repressivo, a AP viu-se obrigada a novas transformações na sua prática política e debateu novos princípios teóricos de filósofos como Althusser, Karl Marx, Lenin, o pensamento de Mao Tse Tung, aproximando-se dos três últimos. No começo de 1967, Jair foi enviado com outros companheiros para conhecer a experiência do socialismo na República Popular da China. Voltaram fascinados. Depois foi a vez de Bizeh e outros quadros da AP visitarem a China.

Enquanto isso, no Brasil amordaçado, a repressão se intensificou contra o movimento de massas e os grupos oposicionistas. A partir desse período, os militantes e principalmente os dirigentes da AP foram obrigados a trocar de nome, de documentos e viver na completa clandestinidade. Dentro da organização, por medida de segurança, Jair usa o nome de Dorival e, a partir de 1969, torna-se o principal dirigente da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), a nova denominação da AP, tornando-se também um dos homens mais procurados pela polícia da ditadura.

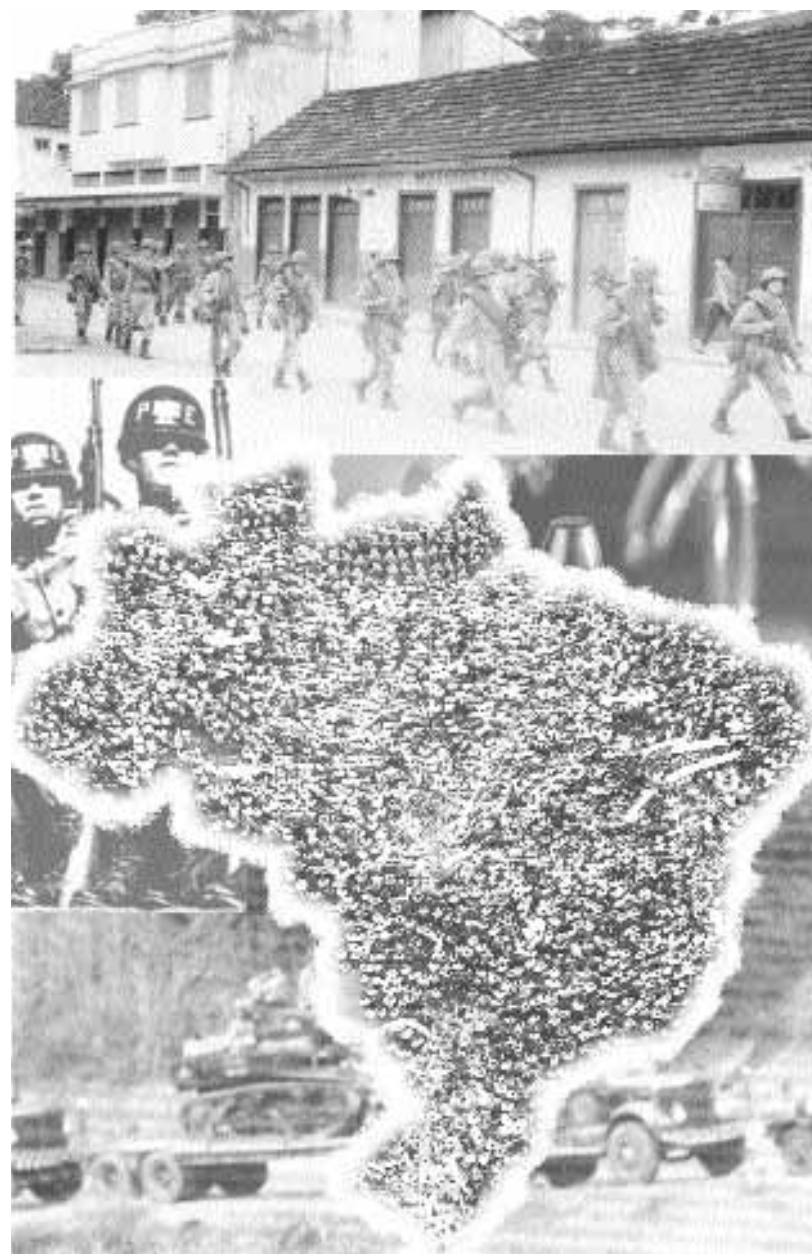
Em outubro e dezembro de 1970 e depois em 1971, Jair e seus companheiros sentem aquele gosto amargo do sofrimento: são presos, torturados e assassinados o engenheiro baiano Jorge Leal Gonçalves (até hoje desaparecido) no Rio de Janeiro, o líder operário Raimundo Eduardo da Silva, em Mauá, São Paulo, e o estudante de Agronomia Luiz Hirata, em São Paulo, Capital. A bandeira de luta da AP era resistir e vincular-se aos movimentos estudantil, operário e camponês.

Nesse Brasil da década de 1970, onde a maioria dos 90 milhões de habitantes já morava nas cidades, os militantes da AP realizaram importante debate teórico sobre o caráter da sociedade brasileira, do Estado e da revolução e sobre a construção de um partido proletário de tipo inteiramente novo. A discussão, por causa do sectarismo e dogmatismo, não foi aprofundada suficientemente e terminou precipitando, em 1972, a divisão da APML: Haroldo Lima, Aldo Arantes e José Renato Rabelo encabeçam uma tendência majoritária que dá por encerrada a experiência da AP e, sem realizar o congresso defendido por Duarte Pacheco Pereira, ingressam no Partido Comunista do Brasil (PC do B). Duarte Pereira, que defendia o aprofundamento do debate, termina sendo derrotado nas discussões e recusa-se a entrar no PC do B. Enquanto isso, Jair Ferreira de Sá e Paulo Wrigth, que também defendiam a realização do congresso e haviam sido destituídos da direção pela maioria da Comissão Executiva, rearticulam a APML e seguem em frente com a bandeira da organização.

Em 1972 e 1973, a repressão policial chega ao seu auge. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) já tinha sido baixado, a nova Lei de Segurança Nacional estava em vigor desde setembro de 1969, Emílio Garrastazu Médici era o novo general-presidente da ditadura desde dezembro de 1969 e o seu governo se caracterizava pelo terror, o período mais duro de todos os 20 anos do regime militar no Brasil. As manifestações de ruas estavam proibidas, teatros e escolas eram invadidos pela polícia, a censura prévia investia contra livros e imprensa. E, desde maio de 1970, a famigerada Operação Bandeirantes, de São Paulo, estava legalizada, tendo passado a chamar-se Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI): organizado em várias capitais brasileiras, os DOI/CODIs tornaram-se os campos de concentração do regime militar e, junto com o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), o Centro Nacional de Informações da Marinha (CENIMAR), o Serviço de Informação do Exército e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), estabeleceu um regime ainda mais sanguinário contra os brasileiros.

O cerco policial sobre a AP se intensifica e Bizeh, com graves problemas de saúde, procurada pela polícia e correndo risco de vida, foi obrigada a exilar-se no Chile, de Salvador Allende, em 1972. As famílias dos Jaime e dos Ferreira de Sá juntaram dinheiro para que Jair também saísse do País, mas ele se recusou a ficar longe da pátria. Chegou a ir ao Chile, em dezembro de 1972, passou o Natal com Bizeh e retornou ao Brasil. Distantes e naquelas condições, o casamento chegou ao fim.

Sem medo do aberto perigo, ele vivia arriscando as pequenas e as grandes horas. Em meados de 1973, Jair mudou-se para o Rio de Janeiro, porque em São Paulo as condições de segurança e de sobrevivência estavam precárias. O cerco policial se apertava sobre a AP e dezenas de pessoas foram presas a partir de setembro de 1973. A cada notícia de prisão, tortura e morte dos companheiros, Jair voltava a sentir aquele gosto amargo que experimentara pela primeira vez na adolescência. A brutalidade



estocava certamente o seu coração e ia ferindo-o mortalmente. Dentro do seu peito ocorriam explosões sem nem saber, estalos surdos, barulho de coisas rompendo, estraçalhando... dilacerando.

Mas, ele ia em frente, agora ao lado da sua segunda grande paixão, Doralina, dos Rodrigues Carvalho (Dora), ex-diretora da UNE, uma revoltosa, discordada e perseguida como ele. O amor era vivido perigoso. Moraram primeiro no Grajaú. Saíram às carreiras. A polícia chegou perto, muito perto e eles iam mudando de lugar, de endereço, de bairros, andando aqui e ali pelo Rio de Janeiro. Não interrompiam as atividades, cobriam os pontos, encontros de rua marcados com companheiros que não apareciam porque estavam presos. Entre 1973 e 1974, a maioria dos militantes estava presa e restaram poucos do lado de fora das prisões, como ele e Dora.

Em 1975 e 1976, a AP engajou-se na luta pela anistia e direitos humanos e atuou junto com o movimento popular que começava a se rearticular, exigindo liberdades democráticas no País. Num dia qualquer de 1977, ainda clandestino, quando participava de uma reunião no interior de São Paulo, o coração de Jair não agüentou de tanta dor. Era o primeiro infarto declarado e assinado. Quando os médicos abriram seu peito, foi revelado: outros infartos tinham ocorrido, sem nem saber, ao longo dos anos de clandestinidade. Colocaram pontes de safena e Jair, determinado, retomou suas atividades como antes.

Já vivendo com sua nova companheira, Ângela, dos Borba, sua terceira e derradeira paixão, Jair com seu coração ferido participou da campanha eleitoral de 1978 e da campanha pela anistia. Em 1979, a luta pela anistia é vitoriosa e ele voltou a usar seu próprio nome, Jair Ferreira de Sá, e saiu de uma clandestinidade de 15 anos. Entrou em contato com a família, soube do falecimento de Terezinha, sua irmã mais velha. Com o apoio decisivo de Ângela, ele retornou à vida legal, fez pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade do Rio de Janeiro, foi eleito duas vezes para a diretoria da Associação Nacional dos

Sociólogos, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e estudou a realidade brasileira, buscando contribuir para a abertura de novos horizontes para a esquerda e sua unificação.

Em 1981, seu coração foi operado pela segunda vez e novas pontes de safena foram colocadas. O peito sofrido e ferido teve uma compensação e explodiu de alegria em maio de 1982: emocionado, Jair viu seu filho Miguel romper de dentro da mãe e brotar para a vida como uma semente germinada, virando planta, fruto do seu amor com Ângela. Naquele mesmo ano, no dia dos pais, ele escreveu ao filho: *"Pela primeira vez em 41 anos posso tomar essa data também como minha. Por sua causa, porque você veio ao mundo e me fez pai. Rapaz, isso é uma enorme coisa: me fez pai. Foi sofrida a espera, mas valeu muito, pois pintou você. Já chegou botando pra quebrar, furando prazos, antecipando a vida..."*.

A esperança que mantém um homem vivo fazia Jair lutar ao lado de sua gente na campanha pelas *Diretas-já*, que levou uma multidão de milhões de pessoas às praças públicas de todo o Brasil exigindo o fim do regime militar e eleição direta para presidente da República. Em outubro de 1984, ele foi hospitalizado pela terceira vez para fazer uma angioplastia. Mais uma vez, quando sua vida parecia que ia, vinha vindo e ele não tinha medo de encontrá-la. Enfrentava as cirurgias determinado e saltava para dentro da vida. Mas, quando saía do hospital, zombava da morte e das recomendações médicas. Os velhos e novos amigos, antigos militantes da AP (que já tinha acabado), as ex-mulheres Bizeh e Dora e sua mulher Ângela insistiam, brigavam para que Jair se cuidasse. Mas, o homem zombava de tudo, tinha prazer de viver e quando encontrava comida gostosa, fazia um prato bem grande, daqueles de pão, apesar da dieta rigorosa que os médicos passavam. Jair, dos oprimidos era assim, continuava a viver arriscado. Por isso e por toda sua generosidade humana e sua luta ao lado dos deserdados, foi um daqueles amigos especiais que a gente guarda para sempre, a sete chaves, no lado esquerdo do peito.

Mas no dia 30 de janeiro de 1985, o coração do lutador parou definitivamente. No velório de uma capela do Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, operários, estudantes, parlamentares, representantes de partidos políticos, amigos, parentes e companheiros foram despedir-se de Jair, dos Ferreira de Sá. Choravam lágrimas escorrendo pela face. Foram homenageá-lo, discursaram. Depois seu corpo morto seguiu para ser enterrado em Belo Horizonte, ao lado do pai Eurico, do irmão Oscar e da irmã Terezinha. Lá estava um outro tanto de gente, irmãos e irmãs sentindo aquele gosto amargo de sofrimento. A mãe Maria Rosa, que enterrava mais um filho, sentiu a dor maior. Na hora em que seu menino discordado, que viveu como liberdade, estava sendo enterrado, seu rosto firme, íntegro, indicava que além da morte morrida, Jair, com certeza, também morreria de morte matada todas as vezes que prenderam, torturaram, feriram e assassinaram um irmão, um companheiro seu. Na lápide de sua sepultura ficou escrito para sempre por sua mulher Ângela e por seu filho Miguel, que Jair, dos Ferreira de Sá *"Na política, sonhou grande. Sonhou o amor generoso e despojado"*.

Jair, o menino discordado de D. Maria Rosa, o Jair dos oprimidos, o Jair amigo de Betinho, do Padre Vaz, do Honestino Guimarães, do Paulo Wright, da Dora e de tantos outros, o Jair companheiro da liberdade e do socialismo, o Jair, autor de *Imagens da Revolução* em parceria com Daniel Aarão Reis Filho, o Jair que usava os codinomes *José Roberto, Rubens, Dorival, Dori*, o Jair, esse caminhante da saudade, quando partiu, deixou um grande legado e ensinou a todos que na luta pela vida, homens e mulheres precisam sonhar, acreditar nos seus sonhos, sem esquecer jamais que muita diferença faz entre lutar com as mãos ou abandoná-las para trás.

(Adaptado de texto de autoria Otto Filgueiras, jornalista)



J ames Alen Luz



James Alen Luz nasceu em Buriti, Goiás, no dia 21 de dezembro de 1938, filho do alfaiate Cassiano Diniz Filho da Luz e da costureira Rolandina Martins da Luz. James teve sete irmãos.

James Alen Luz não figura na lista dos desaparecidos políticos divulgada pelo Ministério da Justiça. Tampouco seu nome é colocado no pedestal dos heróis da esquerda quando são lembrados os protagonistas da resistência ao regime do exceção instalado em 1964. Um dos maiores

expoentes da luta armada instalada no País após a edição do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), no auge da repressão política durante o governo Médici, James Alen foi o último dirigente de peso da organização inimiga número um dos militares, a VAR-Palmares.

Iniciou sua trajetória política na Escola Técnica Comercial de Campinas no final da década de 50. De oratória comovente, no começo ele se filiava às teses udenistas e proclamava em seus discursos a bandeira de um nacionalismo que trafegava entre o pueril e a xenofobia. Após a revolução cubana, as imagens mitológicas de Che Guevara e Fidel Castro sedimentaram sua intuição esquerdista e definiram caminhos em direção à luta armada. Ao lado de vários companheiros, Alen passou a integrar as Ligas Camponesas do pernambucano Francisco Julião, realizando exercícios de guerrilha no interior de Goiás e Mato Grosso.

"Diante da realidade da América Latina, as reformas de base são a única alternativa para as maiorias. Do contrário, lamento profundamente que este continente seja banhado em sangue", escreveu James em 1963.

O líder estudantil chegou a cursar o quinto ano de Direito, mas o Golpe Militar de 1964 obrigou-o a entrar na clandestinidade. Em 1966, já como integrante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), James foi preso e conduzido ao quartel do 10º BC, hoje 3ª Brigada, no Setor Santa Genoveva. Interrogado por um coronel, ele replicou: *"Oficial aqui sou eu, que adquiri patente na guerrilha"*.

De Goiânia, ele foi mandado para o Rio de Janeiro, onde ficou enclausurado na Fortaleza das Lages.

Depois de três meses no cárcere, numa ilha da baía de Guanabara, James Alen e outros companheiros já tinham pronta a estratégia de fuga. Tudo foi facilitado porque o cabo Arraes, chefe da guarda, foi contaminado pelos ideais revolucionários e decidiu desertar com os prisioneiros. Em um barco de pescador, os quatro fugitivos alcançaram a praia do Flamengo e logo estavam seguros na embaixada do Uruguai, à espera do exílio.

Impetuoso, destemido, de temperamento explosivo, James Alen não se conformava com os dias frios e o cotidiano modorrento de Montevideú. Procurado vivo ou morto, ele voltou para o Brasil e desenvolveu ações armadas em São Paulo e Rio de Janeiro, liderando a Ala Vermelha do PC do B, uma facção radical que via na guerrilha urbana o caminho de libertação do País.

No final de 1969, James aproximou-se do grupo de Carlos Lamarca, capitão do Exército que desertara para combater o regime militar. O resultado desta união foi o seqüestro de uma aeronave. Em 1972, um aparelho da VAR-Palmares foi estourado no Rio de Janeiro e James Alen dado como morto. Seu irmão,

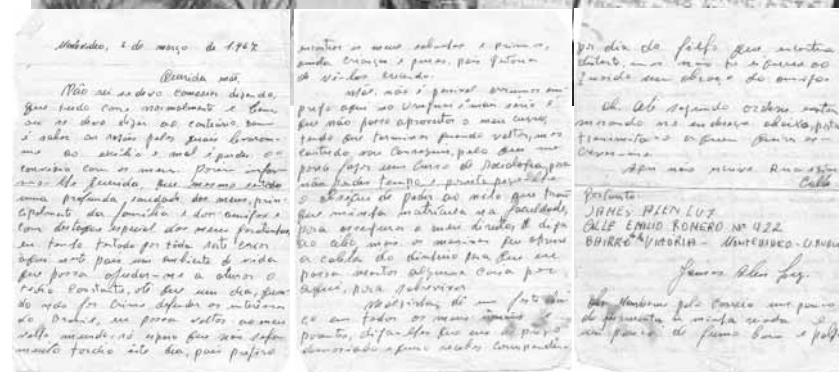


Walbis Suel, fez o reconhecimento de sete corpos, mas não identificou o dele. Para os militares, isso era um sinal de que a caçada tinha de continuar.

O guerrilheiro, a exemplo de tantos brasileiros, ficou uns tempos no Chile de Salvador Allende. Mesmo contrariando decisão do partido, voltou ao Brasil. No Natal de 1972, fez o último contato com a família.

Apesar de existirem várias versões sobre seu desaparecimento, há fortes indícios de que, em março de 1973, James Allen Luz morreu em acidente automobilístico nos arredores de Porto Alegre. De seu corpo, contudo, até hoje não se sabe o paradeiro.

(Texto de Márcio Fernandes)





Jayme Goifman

Jayme Goifman nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 15 de agosto de 1928, filho dos imigrantes russos Nute Goifman e Liuba Goifman, ambos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Irmão de José e Eva Goifman, casou-se com Berta Ludischevitch Goifman, com quem teve os filhos Márcia e José Henrique Goifman.

Foi militante e funcionário do PCB. A família Goifman, judia de origem russa, tinha um pai sério, de poucas palavras e sempre muito ocupado. A mãe era uma matriarca preocupada e apreensiva com o que poderia acontecer a seus filhos militantes comunistas, pois ela e o esposo já haviam passado por grandes dificuldades. Tal era o envolvimento da família, que o próprio apartamento em que residiam era utilizado para a realização de reuniões clandestinas de militantes comunistas.

Numa de suas crônicas, o escritor mineiro Roberto Drummond, que se dizia stalinista linha dura, recordou alguns momentos que viveu junto com Jayme Goifman e outros companheiros, quando lideravam comícios-relâmpagos nos bondes elétricos de Belo Horizonte. Entravam cinco, seis militantes num bonde, como se não se conhecessem, e, numa parada, um deles fazia um discurso, de acordo com a palavra de ordem do partido. Quando os agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) chegavam, só restava a fuga. Os comícios eram programados para as noites.

Jayme começou cedo a sua trajetória na vida política. Aos 4 anos, foi preso com seus pais, em São Paulo, sob a acusação de serem comunistas. Com esta idade, ele freqüentava reuniões do PCB, pronunciava palavras como *capitalista* e *burguês* e gritava

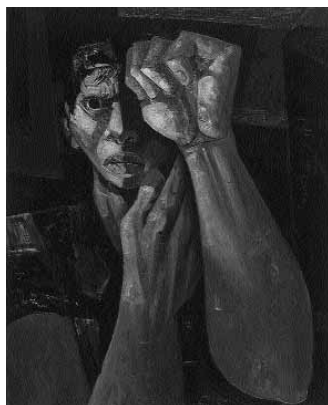
slogans como *Viva o proletariado!*. Segundo alguns observadores, Jayme teria impressionado o próprio presidente da República, Getúlio Vargas.

Após a prisão, Jayme, junto com seus pais, foi levado para a casa de um general do Exército que quis mostrar para sua família aquela criança exótica. Foi encarcerado na Ilha Grande, no Rio de Janeiro: como os pais estavam presos, os militares acharam adequado que Jayme também permanecesse por lá.

Já com 8 anos, Jayme e seus dois irmãos foram levados pela mãe para visitar o pai, Nute Goifman, que tinha sido transferido para o presídio Tiradentes, em São Paulo. Na saída, um rabeção os esperava e as crianças foram tiradas à força da mãe para serem internadas em uma instituição para menores abandonados.

Anos depois, o DOPS mineiro o acusou de ter assassinado um operário durante uma manifestação. Goifman desmentiu a acusação. Segundo ele, os policiais queriam apenas *tirar a forra da Passeata pela Paz* que fora realizada anteriormente com grande sucesso. Vinte, dos seus 69 anos, foram passados atrás das grades, entre o juizado de menores, o DOPS e várias penitenciárias. Sua última detenção ocorreu em 1977, durante a qual, encapuzado, foi torturado por militares. Mesmo assim, mais de uma vez ele afirmou que nunca deixou de carregar no peito o sonho de ver um Brasil melhor.

Vitimado pelo câncer, Jayme Goifman faleceu em junho de 1998.



J eová de Assis Gomes



Jeová de Assis Gomes nasceu em Araxá, no Triângulo Mineiro. Estudante de Física na Universidade de São Paulo (USP), foi militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e, mais tarde, do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO). Era conhecido pelos nomes *Aurélio*, *Antônio* e *Oswaldo*.

Foi preso em Brasília, no dia 12 de novembro de 1969, enquanto tentava organizar a luta revolucionária na Capital da República. Levado para São Paulo, foi barbaramente torturado. Queimaduras provocadas com o auxílio de fios elétricos marcaram-lhe o tórax, os braços e as pernas. Dependurado no pau-de-arara ora pelos braços, ora pelas pernas, teve distensão nos tendões de ligamento das pernas com os pés e das mãos com os braços. As duas pernas foram fraturadas e tiveram de ser engessadas.

Mesmo com o peso dessa barbárie, Jeová conseguiu retornar à liberdade. Em 1970, foi trocado pelo embaixador Von Holleben, da Alemanha Ocidental, tendo sido banido para a Argélia no dia 13 de junho daquele ano. Em 1971, voltou para o Brasil, mas, no dia 9 de janeiro de 1972, na cidade de Guará, Goiás, onde estava residindo, Jeová foi morto com tiros de metralhadora, pelas costas, enquanto assistia a uma partida de futebol. Havia sido descoberto pela polícia.

Segundo relato de um familiar, Jeová teria ido a um encontro marcado num domingo de janeiro de 1972. Enquanto aguardava a chegada do companheiro, dirigiu-se ao campo de futebol, onde estava sendo realizada uma partida de futebol entre dois times de cidades da região, única atração em Guará naquele dia. A torcida estava composta de pessoas variadas, inclusive com torcedores que usavam terno e haviam se dirigido até lá de carro, atitude muito suspeita para aquela ocasião. Vários participantes, percebendo a estranheza, começaram a gritar seu nome: *Jeová! Jeová!*. Embora estivesse usando nome e documentos falsos, ele percebeu que tinha sido descoberto e tratou de fugir. Foi aí que aconteceu o acidente fatídico: Jeová de Assis Gomes foi alvejado por uma rajada de metralhadora.

Naquele mesmo dia, um familiar solicitou uma certidão de óbito na tentativa de esclarecer os fatos. Mas o Sargento-Delegado, recusando, afirmou que *"os homens do Exército orientaram para não fornecer nenhum documento sobre aquele episódio e que o governo se encarregaria de enviar documentos e pertences do morto"*.

A família de Jeová de Assis Gomes aguarda até hoje uma explicação sobre a morte do saudoso filho.





João Batista Franco Drummond

João Batista Franco Drummond, filho de João Baptista Moura Drummond e Zilah Carvalho Drummond, nasceu no dia 28 de maio de 1942, na Fazenda das Posses, em Varginha, Minas Gerais. Tinha quatro irmãos: Zulma, Vânia, Augusto e Vanessa.



Cursou o Ensino Fundamental no Ginásio Salesiano Dom Bosco, de Cachoeira do Campo e o Ensino Médio no Colégio Loyola em Belo Horizonte. Em 1961, aprovado no vestibular, ingressou no curso de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG), o qual concluiu em 1966. Enquanto estudante, no período de 1964/65, exerceu a presidência do Diretório Acadêmico daquela Faculdade e foi um dos principais organizadores do 27º e do 28º Congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Além de sua militância na política estudantil, tomava parte, desde 1963, no movimento camponês no sul de Minas e nas campanhas eleitorais naquela região, juntamente com o líder operário Dazinho. Inicialmente, foi membro da organização Ação Popular (AP) e, posteriormente, da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), onde exerceu diversas funções, como a de responsável pela Secretaria de Organização (1969) e pelo Comitê Político (1971).

Entre os anos de 1969 e 1970, foi julgado pela Justiça Militar e teve seus direitos políticos cassados por 10 anos, além de ter sido condenado, à revelia, a 14 anos de prisão. Em 1972, passou a viver na clandestinidade. Com a incorporação de parte

dos militantes da APML ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), passou a militar nesse partido, vindo a integrar seu Comitê Central a partir de 1974.

Foi preso no dia 16 de dezembro de 1976, quando a direção do PC do B encontrava-se reunida numa casa localizada no bairro da Lapa, em São Paulo. No episódio, conhecido como o *Masacre da Lapa*, morreram Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. João foi preso já fora da casa e levado ao Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI), onde morreu sob tortura.

Em nota oficial assinada pelo General Dilermando Gomes Monteiro, o II Exército comunicou sua morte por *atropelamento*.

João Batista deixou dois filhos, Rosamaria e Sílvia, de seu casamento com Maria Esther Cristelli Drummond. Seu corpo foi enterrado no Cemitério do Parque da Colina, em Belo Horizonte. Com saudades eternas, seus familiares a ele dedicaram o texto que a seguir se transcreve:

João...

Às vezes, por alguma ou nenhuma razão, somos chamados ao passado e, assim, reabrimos feridas profundas que nem os muitos anos transcorridos conseguem cicatrizar.

Isso acontece conosco, João, sempre que retornamos no tempo e, de novo, vivemos nossa amizade terna e cúmplice de crianças, adolescentes e adultos. Mais não vivemos, porque não deixaram.

Dividimos intensamente as brincadeiras de rua, desde as peladas na nossa Paracatu até a bente-altas, as bolas de gude e o "tapão" de figurinhas. Da mesma forma, as férias na fazenda, pulando os montes de café, competindo pelos "felipes", o esconde-esconde pela noite adentro, as paradas na venda para a sodinha de aba-



caxi, as primeiras tragadas às escondidas, as estórias mirabolantes que, ao mesmo tempo, nos encantavam e assustavam. Iguamente partilhamos os carnavais na Novo Império, com você sempre firme no tamborim, sem perder o repique. E, também, os bailes com conjuntos de bolero, dois pra lá dois pra cá e, eventualmente, a grande orquestra com muito mambo, samba e chá-chá-chá. Nós éramos bons nisto, bem? As festas foram muitas e seguiram pela vida afora com você já então nos encantando com seu violão e a voz tão afinada.

Dividimos também intensamente outras descobertas, novas experiências. Essas não são alegres mas, igualmente, povoadoras de sonhos. A imposição do colégio de que queimássemos os livros do Monteiro Lobato foi um dos nossos primeiros cheiros de violência, de injustiça e, portanto, de decepção. E fomos crescendo por aí, com tantos outros desses malditos cheiros, agredidos e reagindo como podíamos, pois descendemos de troncos firmes e valorosos.

Chegou o momento em que nos separamos e, de tudo, nos sobrou uma consciência profissional e, para você, uma razão forte para viver.

A partir daí nossos encontros foram esporádicos. Cada um deles era marcado, a princípio, por ansiedade e expectativa e, depois, pelo alívio e pura felicidade do encontro bem sucedido.

Vimos você, João, examinar nossas casas no momento da chegada à procura do melhor caminho para a fuga, caso essa fosse necessária. Nem é preciso falar dos nossos sentimentos sobre este ato que revelava claramente a dura realidade por você vivida. Realidade que enfim lhe tomou a vida.

Entretanto, eram momentos de muita alegria. Matávamos as saudades com abraços, beijos, risos e notícias regadas com muito Mate Couro e o famoso lombo da mãe Zilah. As conversas com você eram sempre carregadas de calma e sabedoria. Fazíamos mil perguntas,

buscando entender melhor sua opção de vida. Sua maneira de responder assemelhava-se àquela de um verdadeiro mestre, pois, com paciência e interesse, você enveredava por nossas inquietações. Sempre sereno, você nos assegurava sobre a real possibilidade de uma saída justa e pacífica para o nosso País. Você nos dizia que o caminho seria desbravado por pequenos passos, um após o outro e, ainda, que cada hora e cada dia tinham sua importância no trilhar para um futuro melhor. Você afirmava que cada um de nós tinha uma ampla tarefa a realizar por onde passássemos, seja na família, na escola, no trabalho e na profissão. Como bom fotógrafo, você sempre fazia analogia entre os atos do cotidiano e a fotografia, dizendo nos que ambos, na sua singularidade, criavam efeitos desencadeadores.

Falando em fotografia, João, que surpresa saber dos prêmios nacionais ganhos por você, sob pseudônimo, neste ofício que lhe permitiu sustentar sua família durante tantos anos.

Descrever você, João, é uma tarefa quase impossível, pois as palavras são pobres para transmitir a riqueza de sua pessoa: tranquilo, inteligente, paciente, sério, criativo, persistente, carinhoso, contemplativo e decidido, filho, irmão, esposo e pai dedicado.

Hoje sabemos que você, na sua loucura amorosa pela Pátria, pelos valores coletivos - essência exclusiva daqueles capazes de provocar mudanças para melhor na humanidade - subestimou a repressão. Assim, perdemos sua presença, sentimos e choramos sua falta, mas saiba que nunca duvidamos de sua certeza de que é possível um mundo melhor.

Até hoje, nas nossas vidas pessoais e profissionais, lembramos das conversas com você, João - ou Evaristo, ou Venâncio, ou Marcelo ou Zé - e, a cada passo dado em direção à dignidade, continuamos com um sonho do qual tivemos o privilégio de participar.

(Texto de Zulma, Vânia, Suzanne e Vanessa Drummond)



João Bosco Burnier - Padre Burnier

João Bosco Burnier, o Padre Burnier, nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 11 de junho de 1917, filho de Henrique Burnier e Maria Cândida. Fizeram-lhe companhia na infância nove irmãos, sendo que dois deles, além de João Bosco, optaram pelo sacerdócio: Frei Martinho e Monsenhor Vicente Penido Burnier.



De sua trajetória em favor da justiça e de melhores condições para o povo sofrido, especialmente a comunidade indígena, fez parte um episódio de resultado trágico, que o levou à morte. Em 12 de outubro de 1976, em companhia do Bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, o Padre Burnier compareceu à cadeia pública de Bonito, Mato Grosso do Sul, para apurar denúncias sobre torturas praticadas contra seus paroquianos, em especial duas mulheres da comunidade. Na ocasião, duas balas no crânio, disparadas cara-a-cara, tiraram-lhe covardemente a vida.



A trágica morte do Padre Burnier teve repercussão impressionante. Todos os meios de comunicação se ocuparam do fato no Brasil e no exterior durante vários dias, descrevendo as cenas de sua agressão, agonia e morte de forma pormenorizada. A missa de sétimo dia congregou imensa

multidão. O povo fez do Padre Burnier um mártir seu e, durante a missa, uma das mais participadas de que se tem notícia em Bonito, expressou todo o seu sofrimento, sua sede de liberdade e sua indignação. A cadeia de Bonito foi destruída por esse povo indignado, que julgou naquele momento que ela não se prestava a fazer nenhuma espécie de justiça: celebrou-se a Eucaristia, plantou-se a cruz e derrubou-se a cadeia, tudo num gesto só.

No conforto a seu povo, Dom Pedro Casaldáliga afirmou que *"a morte do Padre Burnier não foi uma morte morrida, mas vivida, consciente, generosa, uma esperança"*. Ela abria sendas de luz para que todos, ouvindo os gritos dos irmãos desamparados, dessem as mãos uns aos outros, seguindo juntos o seu caminho.





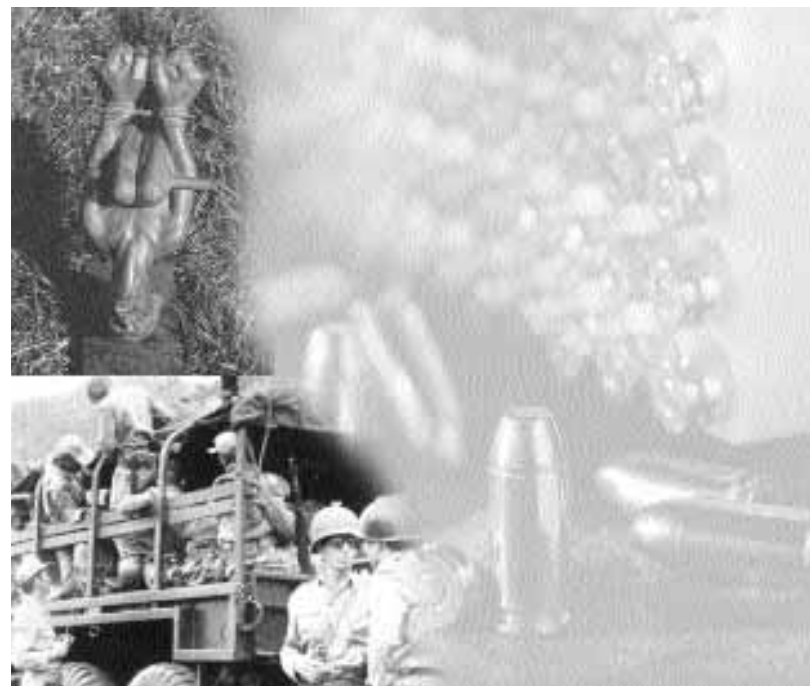
J oão de Carvalho Barros

João de Carvalho Barros era veterinário, casado e pai de um filho.

No dia 4 de abril de 1964, sua residência foi invadida, em Belo Horizonte, Minas Gerais, por elementos não identificados.

Balearam sua mulher e seu filho, depredaram tudo o que encontraram e o assassinaram, barbaramente, com cinco tiros, num hediondo crime político.

Eram os primeiros dias do Golpe Militar.





J oão Firmino Luzia

João Firmino Luzia, natural da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, nasceu no dia 31 de dezembro de 1923. Casado com Ilka, foi pai de José Firmino, Eustáquio, Heloísa, Antônio Carlos e Nilton. Netos e bisnetos, mais tarde, completaram-lhe uma grande família.

Militante político, marceneiro, foi presidente do sindicato dessa categoria e filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1957, representou sindicatos brasileiros em diversos congressos trabalhistas a convite de países comunistas e socialistas europeus, razão pela qual permaneceu sob prisão preventiva entre 31 de julho de 1964 a 23 de abril de 1965, quando foi colocado em liberdade condicional.

Solicitou asilo político na Argélia, mas não pôde, entretanto, empreender viagem àquele País por dificuldades financeiras.

Buscou, a partir de então, a clandestinidade, mas, em 7 de fevereiro de 1966, foi condenado pela Justiça Militar a 17 anos de reclusão. Embora ele jamais tivesse falado sobre agressões ou torturas, a esposa, D. Ilka, admitiria, anos mais tarde, que chegou a vê-lo muito machucado.

Anistiado em 1979, retomou suas atividades políticas e colaborou para a fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), tendo sido seu conselheiro e presidente de honra até a época de seu falecimento, em 19 de setembro de 1989.



J oão Lucas Alves

João Lucas Alves nasceu na cidade de Canhotinho, Pernambuco, no dia 2 de novembro de 1935. cursou as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental no Grupo Escolar Maciel Pinheiro e as seguintes no Colégio Pernambucano e no Ginásio Visconde de Mauá, em Recife. Posteriormente, estudou na Escola de Especialistas da Aeronáutica, em Guaratinguetá, São Paulo, onde se diplomou 3º Sargento da Aeronáutica.

Serviu na Base Aérea de Ibura, Pernambuco, de 1957 a 1959, quando então foi selecionado para participar de cursos de especialização em San Antonio, Texas, Estados Unidos, por conta do Ministério da Aeronáutica. Retornando ao Brasil em agosto de 1961, foi transferido para a Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

Militante do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e da Ação Libertadora Nacional (ALN), João Lucas foi preso e expulso da Força Aérea Brasileira (FAB), em 1964, pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1) assinado pelo então presidente Castello Branco. Mais tarde, graças aos esforços da sua irmã, que recorreu a todas as instâncias, o ex-Sargento Lucas foi posto em liberdade. Em novembro de 1968, quando se encontrava no Rio de Janeiro, foi novamente detido. Transferido para Belo Horizonte no final de fevereiro de 1969, ficou retido na Delegacia de Furtos e Roubos.

Barbaramente torturado, João Lucas Alves teve vários ossos quebrados, os olhos vazados, além de inúmeras queimaduras espalhadas por todo o corpo. Foi Onofre Pinto, ex-banido e desaparecido em 1973, preso na mesma época em que o Sargento João Lucas, que denunciou o fato, em depoimento à organização *Anistia Internacional*.

A nota oficial sobre a morte de João Lucas, em 6 de março de 1969, explicava que ele cometera suicídio na cela em que estava recolhido, nas dependências do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Belo Horizonte. A mesma informação consta de documento pertencente ao arquivo do antigo DOPS/SP: um relatório sobre a vida de João Lucas existente na Delegacia Regional/GB, Serviço de Ordem Política e Social, datado de 8/11/68, contém uma anotação feita a caneta revelando que ele *"suicidou-se no DOPS/BH"*.

Mas entre os registros oficiais e a verdade havia uma distância intransponível: o laudo cadavérico, requerido pelo advogado Dr. Modesto da Silveira, revelou que o corpo tinha unhas arrancadas, escoriações generalizadas e equimoses inclusive no rosto e nádegas, eliminando, portanto, qualquer indício do suposto suicídio por enforcamento. João Lucas Alves, na realidade, não resistira à violência da tortura e o seu sangue de mártir juntou-se ao de quantos renunciaram, naqueles árduos tempos, a aurora de liberdade que demoraria para irromper no horizonte do Brasil.





J oão Pio de Souza

João Pio de Souza, natural de Rio Casca, Minas Gerais, nasceu no dia 21 de setembro de 1926. Filho de Francisco Aniceto Zacarias e Raimunda Pio de Souza, teve os seguintes quatro irmãos: Celso, Delfina, Francisca e Maria. Por profissão escolheu a de torneiro mecânico e, mais tarde, casou-se com Maria da Conceição Aparecida de Souza, com quem teve os filhos: Heloísa, Lourdes, Raimunda, João, Henrique e Rosimar.

Foi líder sindicalista e de comunidades faveladas. Antes que chegasse a essa condição, passou pela escola da vida, de modo igual a tantos outros trabalhadores brasileiros cuja palavra de ordem era a esperança em dias melhores.

Começou trabalhando como torneiro mecânico na Retífica Dante Zoporline. Destacando-se como liderança, chamou para si o enfrentamento dos problemas que afligiam a classe metalúrgica e seus companheiros mais próximos. Como líder de classe, participou como tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, tendo como companheiros de luta os sindicalistas Ênio Seabra e Mário Bento. Revelou-se grande ativista e articulador sindical.

Com o Golpe Militar de 1964, os movimentos sindicais foram desarticulados e suas lideranças perseguidas, presas, torturadas e mortas. João Pio, para escapar destas atrocidades, teve que se evadir travestido de mulher, escapando assim de uma morte programada pela organização repressora vigente durante os anos de chumbo.

Depois de seis meses de clandestinidade, voltou à vida familiar. Como na lista negra dos metalúrgicos impedidos de exercer sua cidadania e trabalhar para o sustento de sua família,

João Pio não pôde retomar sua profissão de torneiro mecânico. Tornou-se sapateiro e, morador na Vila Marçola, no bairro Cruzeiro, mantinha uma oficina de consertos de sapatos.

Como líder comunitário, foi presidente da associação de bairro por dois mandatos, uma vez que a sua administração foi sempre elogiada pelos moradores do Cruzeiro. Na sua gestão importantes conquistas foram registradas. Em 1984, conseguiu-se aprovar a Lei Pró-favela - uma lei social das mais avançadas. Em 1985, por motivo de doença, João Pio substituiu o então presidente da União dos Trabalhadores da Periferia (UTP), mas logo deixou o cargo para ocupar a Secretaria Adjunta de Ação Comunitária durante o governo do prefeito Ruy Vianna Lage. Depois, João Pio tornou-se assessor da Companhia de Urbanização de Belo Horizonte (URBEL) e, durante cinco anos consecutivos, a exemplo de sua atuação como secretário adjunto da Secretaria de Ação Social, prestou relevantes serviços às comunidades de favelados.

Trabalhou até o dia do seu falecimento, em 16 de maio de 1990.

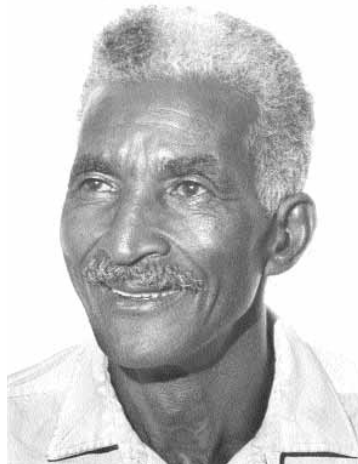


Joaquim José de Oliveira

Joaquim José de Oliveira nasceu em 19 de março de 1922, em Santana dos Ferros, Minas Gerais. *Seu Joaquim*, como era conhecido, foi casado com D. Maria José Leite Oliveira e teve os seguintes filhos: José Paulo, Leni, Maria Raimunda, Amilton, Ailton, Maria Clarice, Maria Cleonice, Maria Eunice, Cléssia Maria, Cleide Maria, Jafet e Josafá.

Seu Joaquim, que passou 30 anos de sua vida como trabalhador na indústria, era metalúrgico, especializado como moldador em fundição. Trabalhou durante muitos anos na Única, indústria fabricante de equipamentos e máquinas para padaria, de onde saiu por causa de sua militância política. Líder sindical, participou ativamente, na qualidade de dirigente, da greve dos metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem ocorrida em 1968 por melhores salários. Em consequência, o sindicato que dirigia sofreu intervenção do governo militar e o mandato do dirigente foi cassado.

A penalidade não ficou circunscrita ao fato. As leis sindicais do período da ditadura tornavam inelegíveis os dirigentes dos sindicatos que haviam sofrido intervenção. Dessa forma, Seu Joaquim não pôde ser candidato da Chapa 2, de oposição, dos metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem em 1979. Sua candidatura foi impugnada.



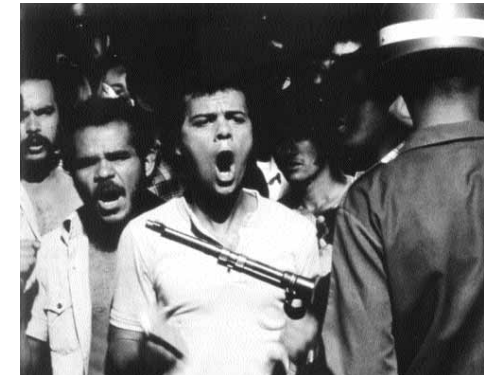
Os duros golpes não lhe tiraram o ânimo. Sempre lutou para que a anistia fosse dada a todos os punidos pelo Golpe Militar de 1964 e sempre acreditou que a democracia no Brasil só poderia vir pela força da maioria, pela força dos trabalhadores. Afirmava sempre que o trabalhador deveria lutar pelo direito de opinião e pelo direito de pertencer a qualquer partido que desejasse. Acreditava que só o trabalhador poderia fazer a verdadeira democracia.

Fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e membro do Diretório Estadual do partido em Minas Gerais, foi candidato ao Senado, em 1982.

A par de sua luta política, Seu Joaquim desenvolveu outra, no âmbito doméstico, para criar e educar seus filhos. A duras penas, manteve-os todos na escola: muitas vezes, na falta de cadernos, eles levavam papel de pão para os deveres, mas jamais faltaram de aula. A esposa, companheira aguerrida, mantinha-se vigilante em casa, à frente dos trabalhos domésticos, inclusive com os filhos, assim liberando Seu Joaquim para a luta política.

E em ambos os níveis a luta de Seu Joaquim rendeu frutos preciosos. O PT fortaleceu-se e a família de Seu Joaquim, através da referência a ele, manteve-se unida e solidária, vindo os filhos a se tornarem cidadãos conscientes, dignos e bem formados.

Faleceu em 20 de abril de 1986, num acidente de carro, quando viajava de Betim para Belo Horizonte. Em sua homenagem, mais de uma fala se ouviu, como a que a seguir se transcreve:





Dedico esta breve história do PT em Minas a Joaquim de Oliveira, um de seus fundadores mais aguerridos. No dia 21 de abril de 1986, enquanto em Ouro Preto se honrava a memória de Tiradentes, um outro Joaquim era sepultado em Belo Horizonte, com o ataúde coberto pelas bandeiras da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do PT, rodeado por uma pequena multidão de sindicalistas, metalúrgicos e militantes do PT.

Joaquim de Oliveira, negro, proletário, líder sindical, fundador do PT, presente em todas as lutas desde 1960. Em 1968, fez parte da diretoria do sindicato metalúrgico de BH - Contagem, cassado após a greve. Preso, ferido a baioneta em um piquete, Joaquim tirava mais força das perseguições. Foi fundador, nos anos 70, da Oposição Sindical que em 1984, depois de muitos anos de luta, conquistou o sindicato, quando ele, por ironia da história, estava desempregado e fora da categoria metalúrgica.

O trabalho de Joaquim era um trabalho de formiga. Com uma sacola cheia de boletins, guarda-chuva na mão, vivia nas horas livres nas portas das fábricas, animando os companheiros, sem jamais esmorecer. Calça surrada, camisa para fora da calça, os sapatos às vezes furados, sua presença constante nas ruas da Cidade Industrial, no sindicato, nas portas das fábricas é inesquecível para os companheiros de seu tempo em Contagem.

Nos piquetes das greves era a confiança e o estímulo permanente à luta. Seus discursos inflamados nas assembleias entusiasmavam os mais reticentes. Seu ideal: a transformação socialista.

Foi um revolucionário incansável. Sua consciência nasceu com a pobreza e se desenvolveu com o conhecimento da política. Nascido no interior de Minas, Santana dos Ferros, camponês sem terra, para fugir da miséria partiu para Belo Horizonte aos 30 anos de idade. Foi-se

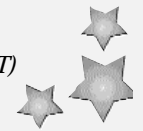
empregar como fundidor em Contagem. Na boca do forno passou 35 anos, colocando as matrizes no forno com as próprias mãos. E se tornou um símbolo de persistência e coragem na luta operária. Seu sonho, ele falava a miúdo desse sonho, era ver todos os trabalhadores, operários e camponeses unidos no PT, como uma força imensa para destruir o capitalismo, instaurando uma nova sociedade. Joaquim lia, estudava, escrevia com dificuldade, mas escrevia. Nunca deixou de ser operário na mentalidade, nas condições econômicas, no jeito de viver e de sentir. E acrescentou a isso o esforço do conhecer. Era radical. Não queria pequenas mudanças. Era um mundo novo o que ele queria, um PT sem compromissos com ninguém a não ser com os próprios trabalhadores, rumo a uma revolução social e política.

Conheceu a discriminação em todos os seus aspectos. A polícia pedia seus documentos, quando, tarde da noite, voltava para casa, porque era negro. Políticos de esquerda o desprezavam por ser semi-analfabeto. Como candidato a senador pelo PT, em 1982, sofreu porque companheiros de partido não viam nele capacidade para o cargo.

Esquecido, nunca deixou de continuar o combate no seu campo predileto: o sindicato e as portas das fábricas. Estava ali a base para realizar seu sonho.

Uma vida realizada, completa, que encoraja a todos os que o conheceram.

(Texto de Ignácio Hernandes, membro do PT)





Joel José de Carvalho

Joel José de Carvalho, filho de Ely José de Carvalho e de Esther José de Carvalho, nasceu em Muriaé, Minas Gerais, no dia 13 de julho de 1948. De seus irmãos - Jairo, Daniel, Devanir e Derly - dois outros viriam a se integrar à luta política e viriam a ser alvos da repressão posta em prática pela ditadura militar: Daniel, que é dado como *desaparecido*, e Devanir, que foi assassinado.

A história de Joel na militância começa à época em que ele era operário gráfico e membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Mais tarde, ingressou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Preso no dia 5 de outubro de 1970 pela Operação Bandeirantes (OBAN), foi brutalmente torturado.

Foi banido para o Chile em 13 de janeiro de 1971, junto com 69 companheiros, por ocasião do seqüestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. Em 10 de maio de 1971, José enviou de Santiago do Chile uma carta a seu pai em São Paulo. Na carta, Joel lamentava a morte do irmão Devanir e solicitava que o pai vendesse a casa da família e se juntasse a ele em Santiago, onde o Daniel já se encontrava.

Mas nem o pai dispôs-se a atender à solicitação e nem o filho permaneceu em Santiago. Em 1973, o Chile foi varrido pelo golpe que derrubou o presidente Salvador Allende e também naquele País o conceito de liberdade se alterou. Nessa ocasião, Joel fugiu para a Argentina. E desapareceu em dezembro de 1973, na fronteira da Argentina com o Brasil, tentando entrar, junto com outros banidos, como clandestino no seu próprio País.

O jornal *Correio Braziliense* do dia 21 de novembro de 1992, em uma nota intitulada *Grupo exige investigação*, fez referência ao caso, denunciando-o junto ao *Movimento de Justiça e*

Direitos Humanos e solicitando à Comissão Especial da Câmara dos Deputados que fizesse investigações. A nota mencionava que o ex-Sargento Marival Dias Chaves Canto, em resposta a indagações sobre desaparecidos, informara sobre a morte de cinco pessoas, entre elas um cidadão de nome Onofre Pinto. Ora, Joel José de Carvalho fazia parte do grupo de Onofre Pinto, que aventurara retornar ao Brasil nos anos 70: daí se supõe que ele era um dos cinco mortos.

Ernesto Ruggia, um dos companheiros de Joel, considerava-o um autêntico Che Guevara. E foi com a aura de idealista e de bravo combatente, de grande sonhador por dias melhores para todo o povo brasileiro, que ele passou à história.



Jorge Batista Filho

Jorge Batista Filho nasceu em Cássia, Minas Gerais, no ano de 1942. Após a morte de seu pai, Jorge Batista, sua mãe, D. Natinha, mudou-se com a família para Belo Horizonte. Era o início da década de 60.

Jorge estudou Jornalismo na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e iniciou carreira no serviço público, ingressando como funcionário do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais (IPSEMG).

Com o Golpe Militar de 1964, iniciou, a partir do movimento estudantil, uma longa trajetória de militância política. Em 1966, foi eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG, que congregava os Diretórios Acadêmicos de todas as Escolas daquela Universidade.



A luta continuou sem interrupções até que, em 1968, quando participava de Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, São Paulo, Jorge foi preso, juntamente com muitos outros companheiros. Permaneceu preso de 1968 a 1973, tendo sido julgado e

condenado pela Justiça Militar de São Paulo.

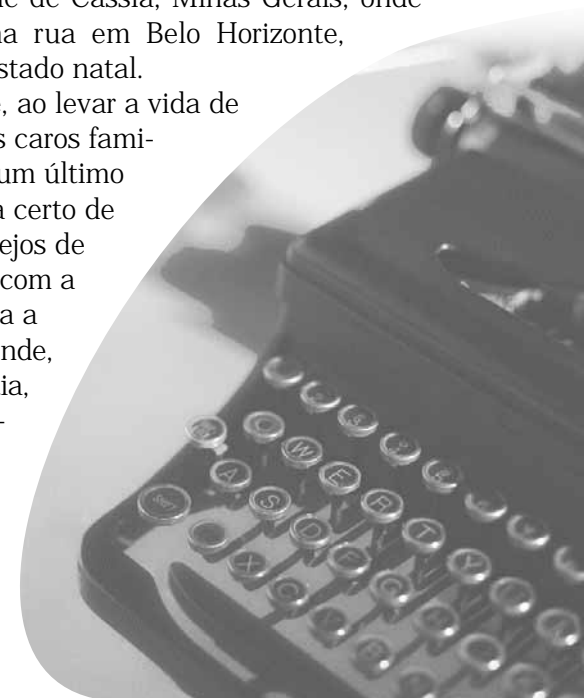
Em 1973, ao sair da prisão, Jorge mudou-se para o Rio Grande do Norte, onde concluiu o curso de Jornalismo e trabalhou na imprensa chamada alternativa. Retornou a São Paulo em 1975, onde fez Mestrado em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), continuou trabalhando na imprensa alternativa e participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Foi suplente de deputado estadual em São Paulo e membro suplente da Executiva Nacional do PT.

Jorge faleceu em um acidente automobilístico, no dia 24 de dezembro de 1986, quando se dirigia para Goiás, onde passaria as festas de final de ano. O único sobrevivente da trágica viagem foi seu filho mais novo, Manoel: além de Jorge, faleceram a mulher, Ana Valdez, e o filho Bruno.

Os amigos e companheiros fizeram um ato público no dia 26/01/ 87 na antiga sede do DCE/UFMG, na rua Gonçalves Dias, em Belo Horizonte, onde mais tarde passou a funcionar o Cine Belas Artes Liberdade. Em Osasco, São Paulo, onde militou por vários anos, foi criada em sua homenagem a Fundação Jorge Batista Filho, que administra cursos de especialização em várias modalidades. Seu nome foi dado à praça Jorge Batista, no bairro Alto dos Pinheiros, na cidade de São Paulo, a uma escola pública na cidade de Cássia, Minas Gerais, onde nasceu, e a uma rua em Belo Horizonte, Capital de seu Estado natal.

O acidente, ao levar a vida de Jorge e a de seus caros familiares, levou-lhe um último sonho: ele estava certo de que, após os festejos de fim de ano junto com a família, retornaria a Belo Horizonte, onde, por força da anistia, retomaria seu trabalho no IPSEMG.





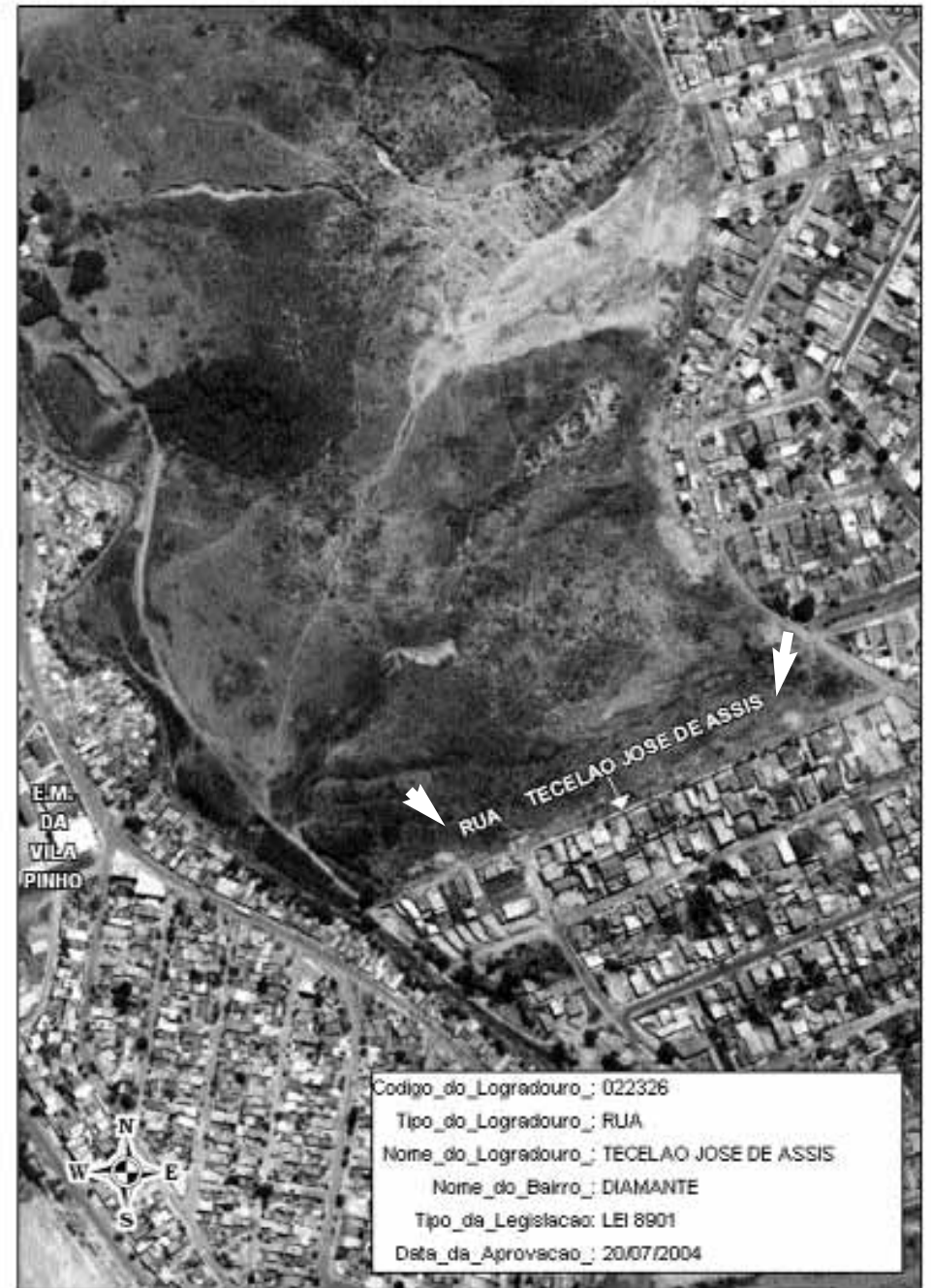
José de Assis

Durante o período da ditadura militar que se instalou no Brasil a partir de 1964, as companhias Belgo Mineira e USIMINAS perseguiram e permitiram que vários de seus operários fossem presos e torturados, sob a alegação de que eram elementos perigosos, pois teriam o propósito de subverter a ordem pública.

Esses operários, além de toda a humilhação sofrida, foram obrigados a assinar carta de demissão, quando, com mais de 20 anos prestados a suas empresas, já estavam perto de alcançar sua aposentadoria. A pressão para que assinassem a carta de demissão usava do argumento de que, caso se recusassem, receberiam a pena de uma prisão mais longa, além de outras medidas punitivas mais drásticas.

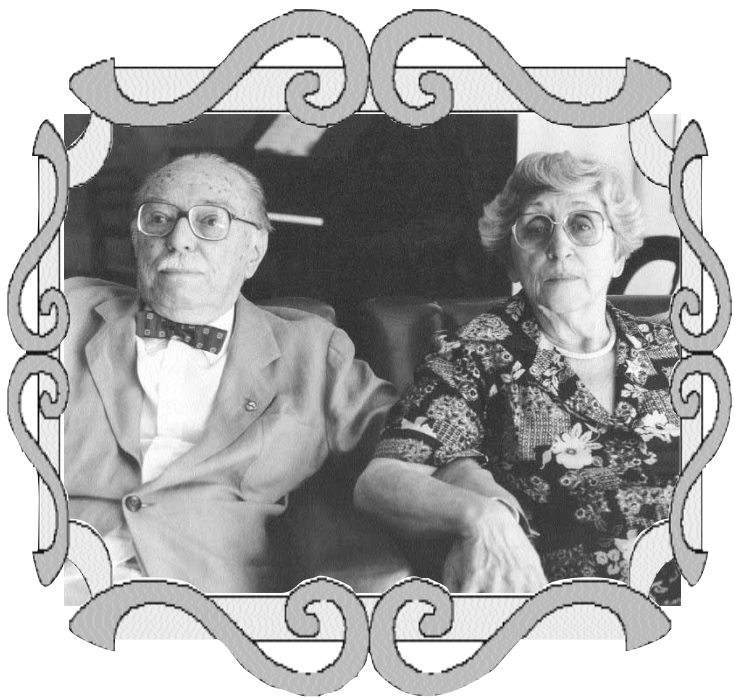
Acuados, eles deixaram seus familiares em dificuldade, pois a empresa obrigou-as a abandonar as casas funcionais que ocupavam. Além disso, eles foram insultados em diversas ocasiões, sob a pecha de parentes de bandidos, subversivos e comunistas. Para todas aquelas famílias, aquele foi um DIA NEGRO, nome pelo qual ficou conhecido. Para a história de Minas, o dia foi o do *Massacre de Ipatinga*.

José de Assis, filho de Antônio Augusto e de Josina Protestante, nascido em 7 de abril de 1914, foi um dos operários alcançado por essas perseguições. Como *crime*, cometera o de participar ativamente da política na região do Vale do Rio Doce



José Bartolomeu Greco

José Bartolomeu Greco nasceu em Dolores do Indaiá, Minas Gerais, em 17 de janeiro de 1911, filho do artesão Bartolomeu Greco e de sua mulher, Amélia Alexandrina Greco. Teve na infância a companhia das irmãs Maria e Zulmira, formando todos uma família feliz.



Em 1937, aos 26 anos, diplomou-se em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Optando pelas áreas de alergologia e imunologia, prosseguiu continuamente seus estudos, que incluíram uma pós-graduação em São Francisco (EUA). Mais tarde viria a ser membro do Colégio Americano de Alergistas e membro fundador da Sociedade Brasileira de Alergistas.

O ano de 1937, importante para a vida profissional de José Bartolomeu Greco com a conclusão de seu curso de Medicina, foi importante também para sua vida pessoal: nesse ano, no dia 25 de dezembro, casou-se com Helena Greco, com quem teve os três seguintes filhos: Dirceu, Marília Josefina e Heloísa. Na família que constituiu reviveu o clima da família de onde viera: tinha ótimo relacionamento em casa, estimulava os estudos dos filhos, incentiva em todos o envolvimento com as causas sociais.

Seu interesse pela política desenvolveu-se a partir de sua inserção nos movimentos médicos do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais. Apoiou todas as iniciativas da família na luta pela anistia e por uma sociedade justa e democrática.

Com 91 anos incompletos, faleceu de morte natural em 2002.





José Carlos Novais da Mata Machado

"Minha confiança nas massas de nosso povo cresce sem cessar. Talvez vejamos a libertação de nossa pátria. Mas não lamentaremos se a morte nos colher no caminho. O importante é que soubemos marchar com a História."

(Trecho de uma carta de José Carlos a seu irmão Bernardo, escrita em 1972)

José Carlos Novais da Mata Machado nasceu em 20 de março de 1946 na cidade do Rio de Janeiro. Era o terceiro filho de Yedda Novais da Mata Machado e do professor de Direito, jornalista, escritor e político Edgar de Godói da Mata Machado. Seu pai, nascido em Minas, transferira-se com a família para o Rio em 1944, mas, logo depois, em 1947, retornou definitivamente à Capital mineira. Foi o único dos sete filhos do casal a nascer fora de Belo Horizonte.

José Carlos fez os primeiros quatro anos do Ensino Fundamental no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e os quatro seguintes no Colégio Estadual de Minas Gerais, onde fez também o Ensino Médio, escolhendo, na época, o chamado curso *clássico*. Durante a adolescência, fundou, junto com amigos do bairro Funcionários, o *Youth Clube*, grupo de jovens unidos pela convivência em festas, atividades esportivas, namoros e conversas animadas.

Em 1964, entrou para o curso de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo obtido a primeira colo-

cação no exame vestibular. Em 1966, concluiu o serviço militar obrigatório no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), sendo aprovado com distinção (posteriormente, sua patente de oficial foi cassada pelo Exército). Na Faculdade, foi um dos fundadores do Grupo de Alunos da Turma de 1964 (GAT-64) que exerceu muita influência política entre os estudantes. Sua liderança foi-se consolidando até o ponto de seus colegas brincarem dizendo que José Carlos não era mais o "*filho do professor Edgar*", mas o professor é que se tornara "*pai do Zé*". Em 1967, foi eleito presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP), órgão de representação dos estudantes. No mesmo ano, elegeu-se vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade que havia sido posta na ilegalidade pelo movimento militar de 1964. Nessa época, já integrava os quadros da Ação Popular (AP), grupamento político de origem católica, fundado em 1962, que depois, sob a influência do pensamento de Mao-Tsé-Tung, converteu-se ao marxismo-leninismo.

A AP, inspirada na Revolução Chinesa de 1949, pretendia desencadear no Brasil um movimento de libertação popular de caráter democrático e antiimperialista, que colocaria o País na rota do socialismo. Para tanto, era essencial organizar e conscientizar os camponeses. A proposta era deflagrar uma revolução a partir do campo e para ela seria buscado, nas cidades, o apoio dos operários e estudantes.

As condições para isso já estavam amadurecendo, pois na visão da AP e de grande parte da esquerda, o capitalismo brasileiro vivia uma crise irreversível.

Em outubro de 1968, durante a realização do XXX Congresso da UNE, em Ubiúna, São Paulo, José Carlos foi preso e condenado a oito meses de reclusão nas celas do Departamento de Ordem Política e So-



cial (DOPS) de Belo Horizonte. Estando preso, não lhe permitiram prestar as provas finais do curso de Direito, embora houvesse para isso expressa autorização do Conselho Universitário. Em dois outros processos por atividades políticas instaurados na 4ª Região Militar (Juiz de Fora/1970) e na 1ª Auditoria da Aeronáutica (Guanabara/1973), José Carlos foi absolvido.

Solto no segundo semestre de 1969, com o País sob o regime de terror implantado pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), José Carlos, firme nos seus ideais, resolveu continuar na luta, porém clandestinamente. No período que vai de junho de 1969 a 28 de outubro de 1973, quando foi assassinado, muitos detalhes de sua vida ainda permanecem obscuros. Em 1970, casou-se com sua companheira de AP, Maria Madalena Prata Soares, e morou, por mais de um ano, numa favela de Fortaleza, Ceará, exercendo o ofício de comerciante. Isso lhe possibilitava contato mais estreito com a população vinda do campo.

Nessa fase, sob o codinome *José Cícero Ferreira*, José Carlos experimentou duras condições de vida, em parte amenizadas pela relação com Madalena e por aquele sentimento que Mao considerava essencial ao revolucionário: *o amor ao povo*. Conta-se, também, que realizou viagens representando a AP por países latino-americanos e que teria propiciado a fuga de companheiros seus para o exterior. Há indícios de que passou algum tempo abrigado no Mosteiro dos Beneditinos, em Olinda, Pernambuco.

Tem-se como certo que no primeiro semestre de 1973, em Recife, Pernambuco, conviveu com um grupo de estudantes, a maioria do curso de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que havia fundado um movimento político-cultural denominado *Universidade Livre da Ilha do Leite*. O grupo organizava reuniões de estudo, redigia o jornal *O Esculápio* e programava acampamentos. Discordavam da opção pela luta armada, mas davam cobertura a militantes clandestinos. Para Abel Menezes, integrante desse grupo que, em outubro, também sofreria a prisão e a tortura, o convívio com o pessoal da

Ilha do Leite deu a José Carlos um "alívio temporário". Abel refere-se a José Carlos como "uma figura muito afetiva, uma pessoa discreta, bastante gentil. Parecia alguém especial. Gostei dele de cara quando o conheci".

O alívio durou pouco. Gilberto Prata Soares, seu cunhado e ex-membro da AP, preso em fevereiro de 1973, concordara em colaborar com o Centro de Informações do Exército (CIEEX) na identificação dos militantes da AP. A partir de março de 1973, com a ajuda do informante, os passos de José Carlos e Madalena foram minuciosamente rastreados pelos órgãos de repressão. Em consequência, a direção nacional da AP (da qual José Carlos fazia parte), militantes e simpatizantes começaram a cair como num jogo de dominó.

Pressentindo que o cerco se fechava sobre José Carlos, advogados do escritório de Joaquim Martins da Silva (companheiro de José Carlos na Faculdade de Direito), em São Paulo, fizeram contato com a família. Pretendiam providenciar um refúgio onde José Carlos e Madalena pudessem permanecer em segurança. O casal já havia confiado aos avós a guarda do filho, Dorival Soares da Mata Machado, nascido em Goiânia, no dia 19 de fevereiro de 1972. Na situação em que se encontrava, José Carlos já vislumbrava que a única alternativa era sair do País. Percebera que estava sendo seguido e que, por onde passasse, companheiros seus seriam presos. Chegou a reunir a documentação sua e de Madalena a fim de preparar a fuga. Contudo, ainda acreditava ser possível perseverar na luta, apesar de todas as dificuldades.

Depois de sua morte, soube-se que ele fizera contato, em São Paulo, com Hélio Navarro, ex-deputado cassado pelo AI-5 nas mesmas circunstâncias que o seu amigo e colega Edgar de Godói da Mata Machado, pai de José Carlos. A noiva de Hélio Navarro, médica, examinou José Carlos nessa ocasião e achou-o bastante desnutrido. Ao ex-deputado, também advogado, José Carlos disse as seguintes palavras: "Eu vou deixar com você uma procuração, porque se me apanharem em São Paulo, você poderá

tomar alguma providência de ordem jurídica. Porque a impressão que eu tenho é que eles vão querer arrancar de mim informações que eu nunca darei".

No dia 18 de outubro, atendendo ao apelo vindo de São Paulo, dois cunhados e um amigo da família foram encarregados de buscar José Carlos e conduzi-lo a uma fazenda de um tio, no interior de Minas Gerais. Madalena se encontraria com eles num sítio próximo a Belo Horizonte. No dia 19 de outubro, em São Paulo, para onde José Carlos tinha ido com o principal objetivo de providenciar cobertura jurídica para os companheiros presos, encontraram-se no escritório de Joaquim Martins da Silva. Ali combinaram novo encontro em um posto de gasolina na saída da cidade.

Não percorreram mais do que alguns quilômetros e foram presos por elementos à paisana fortemente armados. Algemados e encapuzados, foram conduzidos provavelmente para o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI), onde foram submetidos a interrogatórios durante três dias. No dia 21 foram transferidos, à exceção do José Carlos, para o 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte, onde permaneceram incomunicáveis. Na noite de 22, Madalena e seu filho Eduardo (do primeiro casamento) foram presos no sítio onde já se encontravam.

Nesse mesmo dia, Gildo Macedo Lacerda (da AP) e sua esposa foram presos em Salvador, Bahia, pela Polícia Federal. No dia 31, quarta-feira, pela manhã, os representantes da família foram soltos. Na noite do mesmo 31/10, os meios de comunicação transmitiram nota oficial informando sobre a morte de José Carlos e Gildo Macedo Lacerda, num tiroteio em Recife. A nota dizia que José Carlos e Gildo confessaram, durante os interrogatórios, que teriam, no dia 28, um encontro com "um subver-



sivo de codinome Antônio". Levados para o local, o referido *Antônio* pressentiu alguma anormalidade e abriu fogo contra os seus companheiros. A notícia oficial seguia o padrão várias vezes repetido naquela época. Quando alguém morria na tortura, dizia-se que havia encontrado, num tiroteio, a morte.

De 31 de outubro até o dia 15 de novembro, data do sepultamento em Belo Horizonte, a família percorreu uma longa via-crúcis para resgatar o corpo de José Carlos. A essa altura, a morte dos dois militantes estava repercutindo nacional e internacionalmente (*New York Times* de 13/11, *Le Monde* de 14/11, *Avenire D'all Itália* e *Dal Mondo* de 15/11). No dia 7 de novembro, a denúncia do Prof. Edgar ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi lida na Câmara e no Senado pelos líderes da oposição, deputado Aldo Fagundes e senador Nelson Carneiro. A repercussão, somada ao esforço dos advogados do Recife, Oswaldo Lima Filho e Mércia Albuquerque, resultou na autorização para a exumação e o traslado do corpo para Belo Horizonte. A condição imposta pelo Coronel Cúrcio Neto, comandante militar da 7ª Região, foi a de que não houvesse publicidade. Até mesmo o aviso fúnebre foi proibido.

A Dra. Mércia acompanhou a exumação, realizada no dia 10 de novembro. José Carlos, assim como Gildo, foram enterrados como indigentes num caixão de madeira sem tampa e com fundo de taliscas. O corpo, que havia sido brutalmente espancado, parecia *"um patê, a dentadura tinha algumas obturações de ouro, usava calça escura, cueca zorba, meias pretas, tinha as mão contorcidas, o couro cabeludo arreado"*.

No dia 15 de novembro, data comemorativa da proclamação da República, após ordens e contra-ordens, o corpo de José Carlos foi finalmente liberado e chegou a Belo Horizonte às 13h15min, em caixão lacrado. Às 14h30min foi sepultado no Cemitério Parque da Colina.

Embora já no dia 9 de novembro de 1973 tivesse sido protocolada uma representação junto à Procuradoria-Geral da Justiça Militar requerendo a instauração de um Inquérito

Policia Militar, até hoje não foram tomadas providências para apurar os fatos que cercaram a morte de José Carlos. Não se sabe qual a autoridade responsável por sua prisão em São Paulo, nem se conhecem as circunstâncias de sua transferência para Recife.

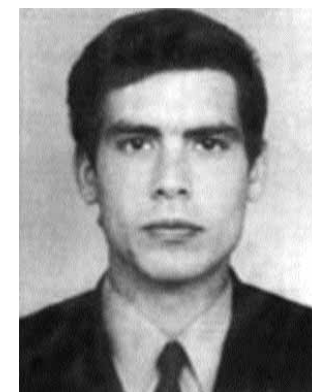
Entretanto, uma recente pesquisa realizada por Samarone Lima de Oliveira, do Departamento de Comunicação Social da Universidade Católica de Pernambuco, resgatou a verdade, através de entrevistas com a turma da *Ilha do Leite*, sobre os últimos instantes de José Carlos.

A morte, na madrugada do dia 28, foi testemunhada pela estudante Fernanda Gomes de Matos. Ela e um grupo de amigos estavam presos no DOI/CODI do Recife, desde o dia 22, por ligações com José Carlos. Ao lado da amiga Melânia Almeida de Carvalho, Fernanda reconheceu, imediatamente, quando Mata Machado chegou no dia 27 de outubro de 1973, escoltado por agentes, com uma venda nos olhos: *"Aquilo foi tão forte para mim, que gravei a roupa que ele estava usando: uma calça de veludo marrom, uma camisa estampada cor de vinho e uma jaqueta"*.

Mata Machado pediu ao carcereiro: *"Preciso de uma escova. Há quatro dias não escovo meus dentes"*. A esperança de voltar a sorrir acabou algumas horas depois, na mão dos algozes. Após várias horas de agonia, pedindo ajuda, porque estava perdendo muito sangue, a voz grave de Mata Machado silenciou.

Preocupada, Fernanda se ofereceu para doar sangue, mas não foi possível. Algumas horas depois, um rapaz que limpava as celas, também preso político, deu a notícia: *"Mataram o José Carlos"*.

Os estudantes espalharam a notícia nas outras celas. *"Mataram o José Carlos"*. Era a madrugada fria de 28 de outubro de 1973.



As terríveis circunstâncias da morte de José Carlos, aos 27 anos, e da de Gildo, aos 24 anos, devem ser compreendidas numa conjuntura histórica na qual a ditadura militar atingira o seu ápice. Nesse ano de 1973, governo Médici, a indústria do terror havia crescido e ultrapassado as fronteiras do próprio aparato repressor do Estado. Disseminara-se em *gangs* paramilitares financiadas por membros das chamadas *classes produtoras*. A histeria anticomunista desandava em pura violência.

Não há dúvida de que, no dia 22 de outubro de 1973, foi desencadeada uma operação nacional da caça aos militantes da AP, com o objetivo de desbaratar toda a organização. As Forças Armadas, policiais militares e civis, com a colaboração de alcaçutes, prenderam militantes e simpatizantes em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Em todos os lugares o método foi o mesmo: seqüestrar, algemar, encapuzar, torturar.

Mesmo situando historicamente, é difícil aceitar a extrema crueldade cometida contra José Carlos e Gildo. Por que foram enviados para Recife? Por que, lá chegando, foram imediatamente assassinados? Teriam as mortes sido planejadas como um castigo exemplar? Ou foram acidentes da tortura? São perguntas ainda sem resposta.

O antigo nome da rua José Carlos da Mata Machado em Belo Horizonte era Dan Mitrione, torturador que viera dos Estados Unidos para o Brasil com o objetivo de ensinar *métodos modernos de interrogatório* aos policiais e militares. Suas cobaias eram mendigos recolhidos nas ruas e seu alvo eram os presos políticos, como o companheiro José Carlos da Mata Machado.

O Projeto de Lei que deu nome à rua José Carlos da Mata Machado é de autoria de D. Helena Greco e de Arthur Vianna, quando vereadores, e foi sancionado no dia 20 de maio de 1983.

(Com exceção dos dois últimos parágrafos, o texto sobre José Carlos Mata Machado foi escrito por Bernardo Mata Machado em outubro de 1993, por ocasião dos 20 anos de sua morte).



José do Carmo Rocha



José do Carmo Rocha nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 15 de março de 1937 e faleceu em 28 de agosto de 2002, vítima de câncer. Casado, teve os filhos Marcelo Eduardo, Cláudia Márcia e Luciana Cristina Rocha

Foi admitido pela Companhia Industrial Renascença (Fábrica Renascença), filiando-se a seguir no Sindicato de Tecelões de Belo Horizonte, onde, por sua vibrante atuação, logo se tornou conhecido.

Com o Golpe Militar de 31 de março de 1964, dirigentes sindicais, políticos, religiosos, militares, estudantes e intelectuais de todo o País foram presos e cassados. O Sindicato dos Tecelões de Belo Horizonte não ficou livre de perseguição: logo depois do Golpe, o sindicalista José do Carmo foi demitido sumariamente da Fábrica Renascença.

Desempregado, ele passou a trabalhar como autônomo. Militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) junto com outras lideranças conhecidas, como José Francisco Neres, Alaor Geraldo, Dimas Perrin, entre outros.

Em 1969, José do Carmo começou a trabalhar numa gráfica localizada no bairro Renascença, que fora arrendada pelo companheiro Dimas Perrin, então morador no Rio de Janeiro. A gráfica tinha um bom relacionamento com os sindicatos e prestava-lhes os serviços de sua especialidade, confeccionando jornais, boletins e os panfletos utilizados nas greves e manifestações. Mas o bom desempenho da gráfica nos primeiros seis

meses foi interrompido em 1968 com a edição do Ato Institucional nº 5, que proibiu entidades sindicais de se organizarem, reunirem e manifestarem.

Já casado - seu casamento fora realizado em 31 de maio de 1969 -, José do Carmo persistiu a duras penas com o trabalho na gráfica até 1973. Naquele ano, ele e o companheiro Alaor Geraldo decidiram fechar a pequena empresa e iniciaram uma parceria no ramo da fotografia. E a fotografia, viabilizada com a abertura da Foto União, seria mais tarde adotada pela família, garantindo-lhe o sustento.

A par do desenvolvimento do trabalho fotográfico, José do Carmo partiu para outra empreitada. Junto com José Carlos Alexandre e João Paulo Pires, fundou o jornal *União Sindical*, que foi importante elo de ligação entre os sindicatos mineiros de 1973 a 1980.

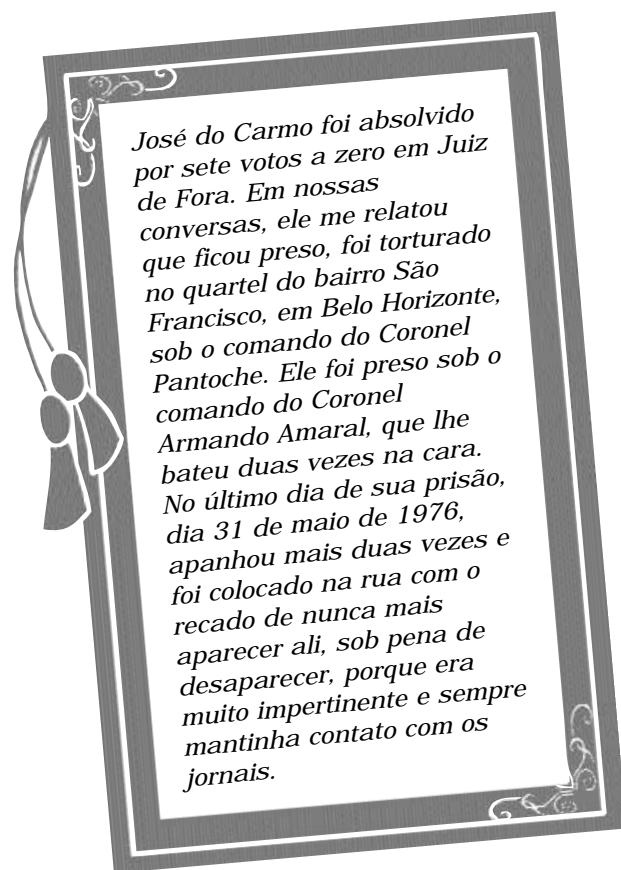
Em 1974, José do Carmo aceitou compor uma comissão provisória para a reorganização do PCB em Minas Gerais. Na ocasião, estreitou o relacionamento com Alípio Gomes, José Francisco Neres, Jayme Goifman e João Guerra, principais dirigentes do partido naquela época. Foi através dessa militância que veio a conhecer o dirigente nacional do PCB, Nestor Veras, que tinha como codinome *Wilson*. Neste ano, José do Carmo teve participação ativa nas eleições, quando o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) cresceu muito.

No final de 1974, José do Carmo participou de uma reunião do PCB com a presença de todas as lideranças do partido, quando se fez um balanço sobre algumas questões relevantes, entre elas a eleitoral. José do Carmo conta que, depois dessa reunião, saiu de carro junto com o Pinheiro e com o Wilson. Antes das 10 horas, ele os deixou na rua Rio Grande do Sul com Tamoios, em Belo Horizonte. Naquela manhã, o Wilson, que na verdade era o Nestor Veras, foi seqüestrado em frente à antiga casa Falci e, a partir de então, ele entrou na lista dos desaparecidos políticos brasileiros.

Com o episódio, José do Carmo passou a viver preocupado e sempre dizia que pessoas estranhas o estavam perseguindo. E

suas preocupações tinham fundamento. Em junho de 1976, sete homens chegaram a sua casa bem cedo, ainda antes de 6 horas da manhã. A casa foi toda revirada e José do Carmo, levado. Ele ficou 15 dias desaparecido. Quando a família o encontrou, recluso no Presídio JK, ele estava muito calado. A polícia não deixou que os familiares falassem com ele sobre a prisão.

Maurílio Pereira Rocha, então morador na Rua Jacuí, em Belo Horizonte, foi quem o recebeu sob sua responsabilidade na noite de 1º de julho de 1976, quando ele foi solto. E guardou lembranças da prisão do irmão:



José Flávio Rodrigues Pereira

*Caminhando contra o vento
Sem lenço, sem documento,
Ao sol de quase dezembro,
Eu vou...*

A canção de Caetano Veloso, de que foram lembrados os versos acima, muito bem representa a pessoa que foi o médico José Flávio Rodrigues Pereira, o Zé Flávio, mineiro de Coromandel, nascido em 23 de novembro de 1947, filho de José Rodrigues Pereira e Geni Rodrigues Pereira: pessoa leve, solta, feliz, de rumos claros...

Da família de origem, de que faziam parte os irmãos Terezinha, Zezé, Tarcísio, Ermira e Luiz Carlos, Zé Flávio partiria para formar a sua própria família quando se casou com Maria Christina Rodrigues e com ela teve os filhos Yara e Flávio Henrique.

Desde jovem, ainda em Coromandel, percebeu as injustiças e desigualdades sociais do Brasil e de toda a América Latina. Assumindo, com sensibilidade, atitudes políticas, definiu seu objetivo de vida: a luta contra os opressores e contra os governos militares e civis que levavam milhões e milhões de brasileiros, como também homens e mulheres de todo o mundo, a viver em condições subumanas em consequência do avanço do modelo capitalista.

Zé Flávio cursou seus estudos iniciais em Coromandel, mudou-se para Belo Horizonte, onde começou o Ensino Médio no Colégio Batista Mineiro. Em 1965, foi cursar a terceira e última série do Ensino Médio no Colégio Técnico da Universidade

Federal de Minas Gerais (UFMG), sendo então eleito presidente do Grêmio Estudantil.

Identificando-se com a luta contra a ditadura, passou a defender as bandeiras do movimento estudantil, que reivindicava, já naquela época, mais verbas para a escola pública, liberdade de expressão em debates e discussões da sociedade civil, entre outras coisas importantes. Foi aprovado na Escola de Medicina da UFMG em 1966, no momento em que o regime militar impunha seus mecanismos de repressão e violência com o objetivo expresso de reprimir, ao ponto do extermínio, qualquer movimento do livre pensar.

Ângelo Pezzuti, Jorge Nahas, Zezé, Dodora, jovens que firmemente lutaram, naqueles tempos de recrudescimento da repressão, por um País livre, progressista, foram seus amigos e companheiros. Como tantos outros, buscava novos caminhos que pudessem levar ao fim o ciclo capitalista, suas injustiças e desigualdades, que ainda hoje deixam o povo na mais profunda miséria física e moral.

Zé Flávio, através de muito estudo, debates e reflexões, passou a defender a reestruturação do modelo econômico brasileiro. À época Fidel Castro, Che Guevara e outros revolucionários afirmavam que a única forma de obtê-lo era a instalação de um processo revolucionário através da guerrilha. Convicto desse norte, a opção imediata de Zé Carlos foi ingressar na Política Operária (POLOP), organização que, naquele momento, em Minas, desenvolvia esse trabalho.

Em pouco tempo, Zé Flávio compreendeu que sua combatividade dava a ele possibilidade de ultrapassar os limites do movimento estudantil e ele, então, abandonou temporariamente a universidade e passou a militar de forma mais ampla e efetiva no movimento organizado. Militante incansável, caminhava contra os senhores da ditadura, lutando com poucas armas frente a um grande e estruturado esquema militar.

Em 1969, integrou-se aos quadros do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e, sob o fogo cerrado da ditadura, foi nesse mesmo ano para a clandestinidade.

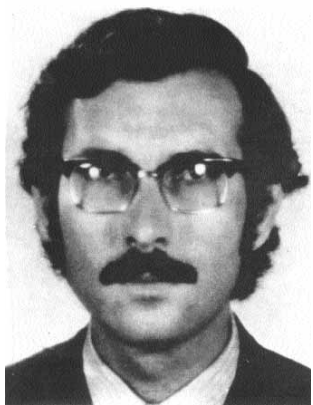
Num sol de quase dezembro, em 28 de julho de 1987, morreu, deixando muita saudade e uma herança de grande dignidade: amigo de fé, camarada ético, pai afetuoso, profissional dedicado, estava sempre disposto a lutar por um mundo melhor, mais justo, mais fraterno.

(Adaptado de texto de autoria de Maria Christina Rodrigues).



Codigo_do_Logradouro_:	093630
Tipo_do_Logradouro_:	RUA
Nome_do_Logradouro_:	JOSE FLAVIO RODRIGUES
Nome_do_Bairro_:	TIROL
Tipo_da_Legislacao_:	DECRETO 8077
Data_da_Aprovecacao_:	20/10/1994

José Júlio de Araújo



José Júlio de Araújo, filho de José de Araújo e Maria do Rosário Corrêa Araújo, D. Lulu, nasceu em Itapecerica, Minas Gerais, no dia 22 de julho de 1943. José Júlio tinha três irmãos: Vinícius, Márcio e Valéria.

Apesar de ter sido sempre uma criança saudável, perdeu grande parte da vista esquerda aos dois meses de idade, por causa de uma catapora. Não quis freqüentar, por muito tempo, o jardim de infância e, em Itapecerica, onde seu pai era comerciante, estudou no Colégio Herculano Paz.

Com a mudança de sua família para Belo Horizonte, onde seu pai havia comprado o antigo Hotel Continental, na av. Paraná, José Júlio passou a estudar no Grupo Escolar Cesário Alvim e, posteriormente, no Colégio Anchieta. Abandonou os estudos na terceira série do Ensino Fundamental, quando então, aos 14 anos, começou a trabalhar, por vontade própria, no Banco da Lavoura de Minas Gerais, onde se destacou como funcionário eficiente, que realizava não só o seu trabalho, como também o dos companheiros.

Gostava muito de ler e, por influência de um antigo funcionário do Banco, passou a se interessar pelas idéias socialistas e, de forma autodidata, conscientizou-se rapidamente das questões sociais do País. Nessa época, José Júlio tinha muitos amigos e uma militância política sigilosa: nem os colegas do Banco, nem os familiares suspeitavam de sua participação nos movimentos de resistência à ditadura.

Ao sair do Banco da Lavoura, aos 20 anos, foi trabalhar na SOCIMA, firma de atacados de que seu pai era sócio.

José Júlio era tão nacionalista que não gostava de músicas americanas, ouvindo somente músicas de protesto de compositores e cantores brasileiros como Elis Regina, Carlinhos Lyra e os dos antigos festivais da Record. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE), resultante de dissidência do PCB, e da Ação Libertadora Nacional (ALN), era conhecido como *Juan, Israel e Mata*.

O Golpe Militar de 1964 atingiu em cheio a vida de José Júlio, que, na época, militava no movimento sindical bancário. Obrigado a atuar na clandestinidade, ele se entregou a duas frentes de trabalho: primeiro, a de recontactar e reorganizar os sindicalistas bancários e, posteriormente, também outras categorias urbanas; segundo, a de reorganizar o PCB na capital mineira.

Um pouco mais tarde, no final de 1966 e início de 1967, acabou, no entanto, optando por se desligar do partido, que avaliou estar adotando posições reformistas e pacifistas. Convicto de que somente posições revolucionárias eram a solução para o Brasil, ele, em conjunto com outros companheiros, partiu para a fundação da CORRENTE da qual foi dirigente. A CORRENTE viria a se alinhar mais tarde com Carlos Marighella, que elaborou a estratégia guerrilheira para o Brasil.

Em 1968, resolveu ir para São Paulo, como clandestino e, nessa ocasião, deu de presente a Valéria, sua irmã, um disco compacto do poeta cubano Nicolás Guillén que ele havia recebido de uma pessoa amiga. Na dedicatória, a pessoa chamava José Júlio de irmão e amigo e lhe dizia que o disco representava



a voz de Cuba liberta, como ambos sonhavam seria o Brasil um dia. Nicolás Guillén, segundo Jorge Amado, *"representava o sofrido povo cubano, a sua luta e decisão"*. Guillén viveu exilado no Brasil, durante a ditadura de Fulgêncio Batista, antes da Revolução Cubana.

O último contato pessoal de José Júlio com a família foi em São Paulo, em 1968, quando, 15 dias após a sua saída de Belo Horizonte, recebeu a visita de D. Lulu, sua mãe, e de Valéria, sua irmã, que se hospedaram num hotel perto da av. Casper Líbero. Foram todos jantar no *Restaurante do Papai*, junto com o amigo Gilney Amorim Viana. Nesse dia, José Júlio comeu uma peixada, brincando que mineiro só gostava de churrasco. D. Lulu quis marcar um novo encontro e José Júlio, alegando uma viagem para o Rio, a convite de um amigo, despediu-se.

A família acredita que, nessa ocasião, ele já estava de viagem marcada para Cuba. Após sua partida, a polícia esteve, por duas vezes, na casa de seus pais à sua procura.

Maurício Paiva, antigo militante, num artigo publicado no jornal *Estado de Minas*, de 25/10/91, intitulado *Exilados Políticos* conta que *"a última vez que vi o José Júlio foi em Havana, quando ele se preparava para retornar, clandestino, ao Brasil. Todos os que estavam em Cuba tinham esse propósito, mas eu acabava de chegar e ele já arranjava as malas para partir"*. Ainda nesse artigo, ele se perguntava por que os brasileiros no exílio sempre mantiveram acesa a chama do retorno ao Brasil, se a vida era mais segura lá fora: *"Por que voltar, sob ferrenha ditadura, sujeitando-se ao risco da morte, da prisão e da tortura? E o que levaria uma pessoa a uma luta em que as chances de sair com vida eram tão escassas?"*. No final, ele conclui dizendo que *"homens como José Júlio tinham raízes fincadas nas profundezas dessa terra e que aqui queriam viver ou morrer"*.

Voltando de Cuba em 1971, José Júlio morou algum tempo no Chile, clandestinamente. Seu contato era Zilda Xavier Pereira, da ALN. Ficou no Chile apenas um ano, retornando ao Brasil em 1972.

A luta revolucionária no Brasil fez com que José Júlio regressasse ao País, apesar de os companheiros o aconselharem a não fazê-lo, em razão dos prováveis contatos já estarem mortos e de a repressão estar muito violenta. Ainda assim, José Júlio retornou, indo morar em São Paulo, com os companheiros Lara Xavier Pereira e Arnaldo Cardoso Rocha, em curto período de clandestinidade, pouco antes de sua morte.

Por volta do dia 17 de agosto de 1972, segundo relato de Lara para Valéria, José Júlio chegou depois do horário combinado. Arnaldo advertiu-o sobre os riscos que corria, por não cumprir os horários e pelo perigo constante de batidas policiais nas duas pontes que deveria atravessar para chegar em casa. No dia seguinte, José Júlio não chegou e seus companheiros, desconfiados de algum problema, saíram da casa. E de fato havia problemas. José Júlio fora preso naquele mesmo dia, 18 de agosto de 1972, em um bar de Vila Mariana, em São Paulo. Morreu no mesmo dia, segundo testemunho de Walderês Nunes Loureiro, com quem esteve preso.

A versão oficial é que teria morrido baleado por agentes de segurança em uma esquina da rua Teodoro Sampaio, no bairro de Pinheiros. Por essa versão, que serviu de álibi para os assassinos que o torturaram até o fim no Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) de São Paulo, José Júlio teria encaminhado policiais até um outro militante, quando roubou a arma de um segurança bancário e correu em ziguezague, sendo morto acidentalmente.

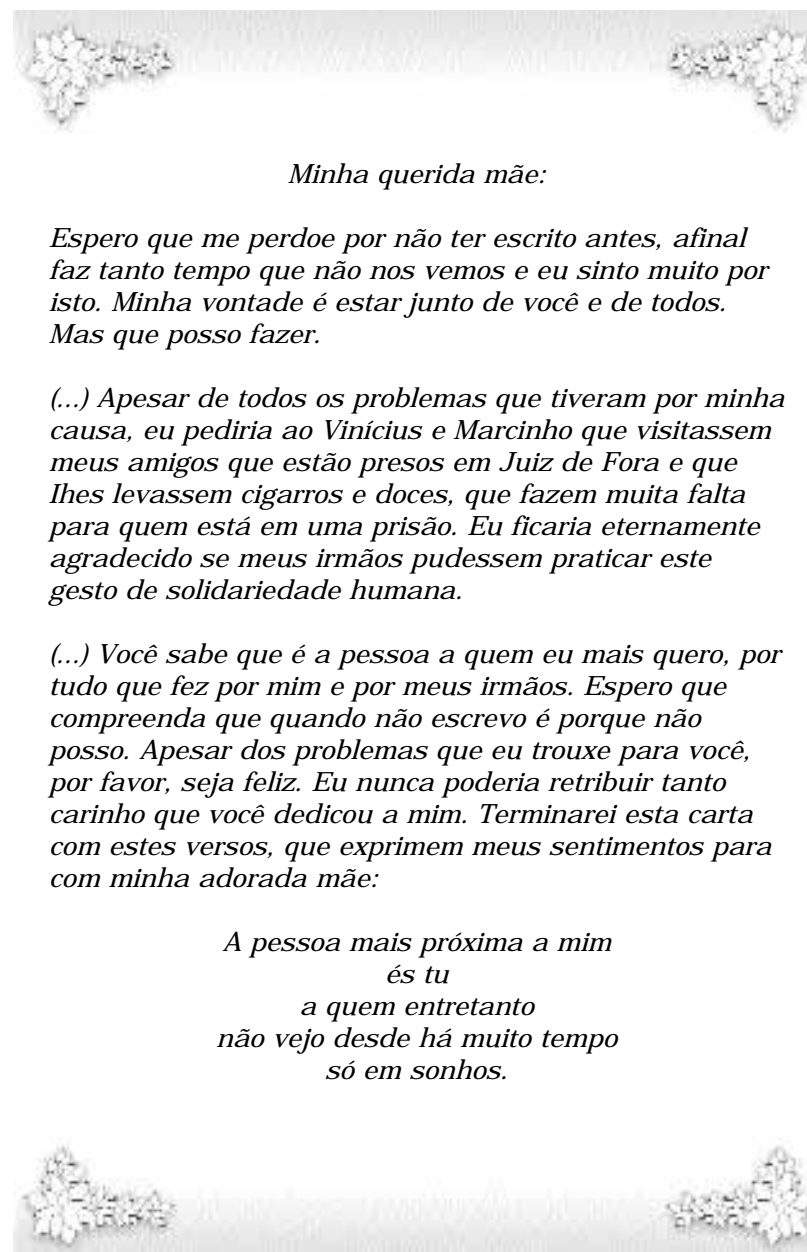
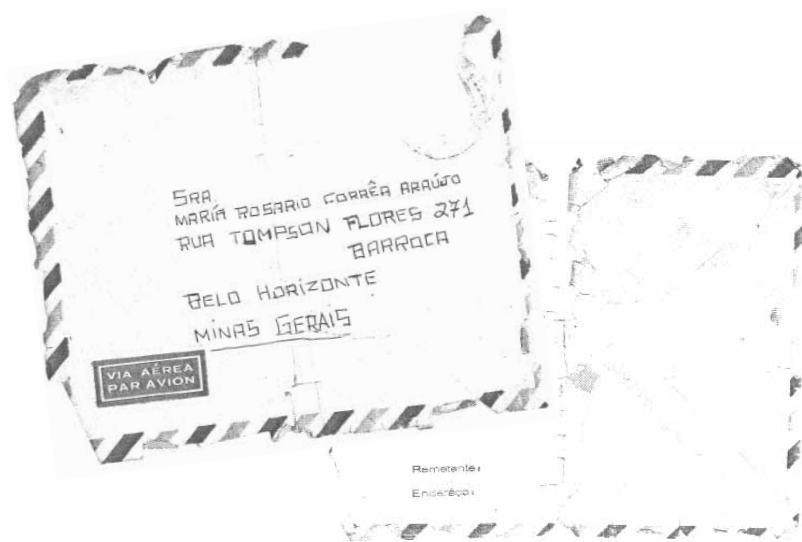
Em agosto de 1975, seus ossos foram retirados do Cemitério de Perus e trazidos para Belo Horizonte por seu irmão Márcio, que escondeu a ossada no sótão da casa onde moravam, no bairro Gutierrez. Para os pais ele diria que enterrara os ossos no Cemitério da Lapa, em São Paulo.

Em 1976, Márcio, acometido de fortes crises depressivas, suicidou-se, levando consigo o segredo de que os ossos de José Júlio se encontravam em um caixote no sótão da casa. Após a morte de Márcio, a mãe, desconfiada do caixote no sótão,

guardado com tanto cuidado, descobriu os ossos de José Júlio e decidiu manter o segredo. Mas um bombeiro hidráulico e alcaguete da Polícia Militar, Salvador dos Santos Silva, contratado pela família descobriu o caixote e denunciou o fato ao delegado Miguel Dias Campos, que abriu inquérito contra a mãe e a irmã de José Júlio, por ocultação de cadáver. Feitos os exames legistas e constatada a identificação, os ossos pertencentes a José Júlio foram liberados para serem enterrados.

O enterro aconteceu no dia 6 de novembro de 1993, no Cemitério Parque da Colina, acompanhado apenas por familiares, amigos, antigos companheiros e representantes dos movimentos de Direitos Humanos e da Anistia.

A família de José Júlio de Araújo recebeu uma única carta escrita por ele, enviada do Rio de Janeiro e datada de 2 de março de 1971. Nela ele pedia notícias de todos os parentes nominalmente. Reproduz-se a seguir trecho dessa carta.



Minha querida mãe:

Espero que me perdoe por não ter escrito antes, afinal faz tanto tempo que não nos vemos e eu sinto muito por isto. Minha vontade é estar junto de você e de todos. Mas que posso fazer.

(...) Apesar de todos os problemas que tiveram por minha causa, eu pediria ao Vinícius e Marcinho que visitassem meus amigos que estão presos em Juiz de Fora e que lhes levassem cigarros e doces, que fazem muita falta para quem está em uma prisão. Eu ficaria eternamente agradecido se meus irmãos pudessem praticar este gesto de solidariedade humana.

(...) Você sabe que é a pessoa a quem eu mais quero, por tudo que fez por mim e por meus irmãos. Espero que compreenda que quando não escrevo é porque não posso. Apesar dos problemas que eu trouxe para você, por favor, seja feliz. Eu nunca poderia retribuir tanto carinho que você dedicou a mim. Terminarei esta carta com estes versos, que exprimem meus sentimentos para com minha adorada mãe:

*A pessoa mais próxima a mim
és tu
a quem entretanto
não vejo desde há muito tempo
só em sonhos.*

Minha querida mãe

Espero que um pedacinho, por não ter escrito antes, afete
que não com amores e eu sinto muito por não ter escrito antes. Minha querida, e eu sinto
de amor e de todos. Mas, que posso fazer eu.

Espero que não esteja bem de saúde e que esteja dando ao médico
Cada dia, como você me permitiu que não está bem, que eu possa fazer
da sua saúde, pois quero ver você melhor, que possa um pouco.
Você se lembra que eu vou visitar e não, que vou ir para lá em um dia
e não ainda não realizei esse sonho.

Como está o pai? Está bem. E o Vitorino já casou. Está trabalhando
e ganhando bem. Diz a ele que eu quero ver a família inteira.
Cada dia, como você me permitiu que não está bem, que eu possa fazer
da sua saúde, pois quero ver você melhor, que possa um pouco.
Você se lembra que eu vou visitar e não, que vou ir para lá em um dia
e não ainda não realizei esse sonho.

! É o Ogawa? E a hipercinesia? Muito feioza, eu lá.
Dos primos, disseu sobre todos muito bem, não são poucos. E tem um
muito. De um amigo a todos, por mim.
A todos os meus amigos que você encontrar, dê-lhes um abraço e diga
que estou muito bem.

Da minha parte estou bem, com boa saúde e até um pouco
deixei nos irmãos que se preocupam e cuidam de você, por favor não
se preocupe muito, já o tempo de você descansar.
Você sabe que é a pessoa a quem eu mais quero, por tanto que não
deixei a mim e meu irmão. Em todos os momentos que não sinto que
um momento instantâneo de você, sinto a sua presença. Espero que em
momentos que quando não estiverem a fazer não posso. Agora os filhos
também são em trabalho. Para você, por favor, seja feliz. Eu nunca
deixei tanto carinho, que você dê um abraço a todos os meus amigos
e diga que eu estou bem. Que afirmem meus sentimentos para com minha
querida mãe.

A pessoa mais próxima a mim
é você, a que tanto tempo
não vejo desde a muito tempo
mas que eu amo.

Seu filho

P.S. Espero de todos os problemas que tiveram por minha causa, eu pedirei
aos vizinhos e parentes que ajudarem os meus amigos que estão lá
em meio de fora, e não deixem esquecer e dizer que fazem muito
para que esta seja uma pessoa. Eu ficaria eternamente agradecido se
meus irmãos pudessem praticar este gesto de solidariedade humana.
Seu filho

Do coração,
02 de março de 1971.

Minha querida mãe

Espero que um pedacinho, por não ter escrito antes, afete
que não com amores e eu sinto muito por não ter escrito antes. Minha querida, e eu sinto
de amor e de todos. Mas, que posso fazer eu.
Espero que não esteja bem de saúde e que esteja dando ao médico
Cada dia, como você me permitiu que não está bem, que eu possa fazer
da sua saúde, pois quero ver você melhor, que possa um pouco.
Você se lembra que eu vou visitar e não, que vou ir para lá em um dia
e não ainda não realizei esse sonho.



Terrorista volta de Cuba para morrer em S. Paulo

Por volta das 18 horas de dia
15 de março de 1971, José Júlio de Araújo
de 35 anos, voltou de Cuba para São Paulo.
Ele chegou no aeroporto de Guarulhos
de madrugada, às 23 horas, e foi
recebido por familiares e amigos.
Ele estava muito abatido e parecia
estar em estado de choque.
Ele foi levado para o Hospital
de São Paulo, onde ficou internado
até o dia 17 de março, quando
faleceu às 10 horas da manhã.
A causa da morte foi um infarto
do miocárdio.
José Júlio de Araújo era um
funcionário de uma empresa
de São Paulo. Ele tinha uma esposa
e dois filhos. Ele era muito querido
por todos os que o conheciam.
A família está muito triste com
a morte dele.



A pessoa mais próxima a mim
é você, a que tanto tempo
não vejo desde a muito tempo
mas que eu amo.

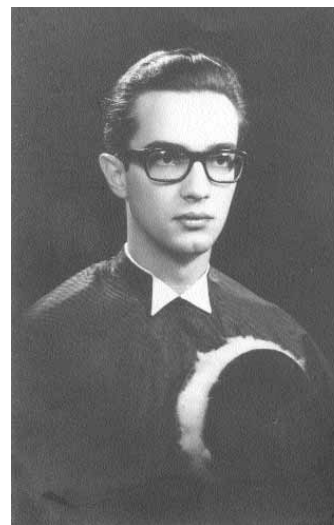
Seu filho

Espero de todos os problemas que tiveram por minha causa, eu pedirei
aos vizinhos e parentes que ajudarem os meus amigos que estão lá
em meio de fora, e não deixem esquecer e dizer que fazem muito
para que esta seja uma pessoa. Eu ficaria eternamente agradecido se
meus irmãos pudessem praticar este gesto de solidariedade humana.
Seu filho

Montagem oferecida pela família de José Júlio



José Matheus Pinto Filho



José Matheus Pinto Filho nasceu na cidade do Serro, Minas Gerais, no dia 31 de outubro de 1944, filho do funcionário público e vereador José Matheus Pinto e da professora pública estadual Célia da Cunha Magalhães.

Em toda a sua breve vida, José Matheus demonstrou, com sua maneira de existir, defender uma filosofia de vida alicerçada na justiça social, solidariedade, fidelidade aos amigos e aos princípios por que lutaram, ou seja, direitos sociais básicos para todos, educação, saúde, moradia, alimentação e trabalho. A construção de uma pátria livre, igualitária e solidária era seu sonho maior, pelo qual lutou sempre.

Atuou de maneira incansável e com enorme empenho na defesa dos injustiçados e marginalizados, especialmente da população das favelas e dos presos políticos.

Suas crenças e ideais desenvolveram-se desde muito cedo. Incentivado pelos pais, admirou, já na infância os exemplos de cidadania e luta dos conterrâneos ilustres, principalmente Teófilo Otoni e Pedro Lessa. Estas lições iniciais de civismo e luta pela liberdade e justiça social levaram-no a escolher como profissão a advocacia, para ele exato instrumento para a conquista de seus ideais.

Desde cedo destacou-se como estudante. Foi escolhido orador da turma que concluiu a quarta série do Ensino Fundamental em 1955 no grupo Escolar João Nepomuceno Rubis Liseler, no Serro. Os estudos tiveram prosseguimento no Ginásio Ministro Edmundo Lins, também no Serro. Mas, esgotando-se os recursos em sua cidade natal, a família viu-se obrigada a encaminhá-lo para Belo Horizonte, onde passou a morar na casa das tias paternas, que inicialmente moraram no bairro Floresta e depois se transferiram para o bairro de Santa Tereza.

José Matheus optou pelo curso clássico, matriculando-se no Colégio Marconi de forma a se preparar eficientemente para o ensino superior - o curso de Direito. Das séries iniciais à Faculdade, construiu amizades profundas e sinceras, que compartilharam dos mesmos sonhos e ideais.

Enquanto estudante, José Matheus dedicou-se à luta política no movimento estudantil, do qual tornou-se renomado líder. Foi presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG de 1966-1967, período em que era grande a resistência dos estudantes à ditadura.

Várias foram as ações de que José Matheus participou, como, por exemplo, um julgamento simulado do presidente Castello Branco: no julgamento dos estudantes, o presidente restava enquadrado em dez artigos da Lei de Segurança Nacional, criada pelos próprios militares para reprimir o povo e suas instituições. Também coordenou o XXVIII Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE) realizado no Convento São Francisco, no bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte. Publicou o nº 5 da revista *Mosaic*, prescrevendo toda a orientação daquela gestão para o DCE e para o movimento estudantil da época. Foi militante da Ação Popular (AP), da qual foi um dos dirigentes. Formou-se em dezembro de 1967, quando passou à vida profissional.

Como funcionário público, começou atuando no Departamento de Assistência Judiciária (DAJ) de sua Faculdade. Teve ação destacada na defesa de direitos sociais da popu-

lação favelada, como a do conjunto Santa Maria de Belo Horizonte, em que atuou contra o pretensão proprietário Antônio Luciano e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que pretendiam destruir as habitações ocupadas por vários familiares: conquistou para eles o direito de permanência. Também desenvolveu ação segura e corajosa junto às forças de repressão na libertação de colegas amigos e companheiros de luta contra a ditadura, entre eles Betinho Duarte e Apolo Heringer Lisboa.

José Matheus morreu em 13 de outubro de 1968, aos 22 anos, quando voltava de uma viagem que fizera a Brasília a serviço do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Morreu em Abadia dos Dourados, distrito de Coromandel, por afogamento. Naquele momento sua prisão preventiva estava para ser decretada pela Auditoria Militar de Juiz de Fora.

(Adaptado de texto de autoria de Ana Maria e Mercês, irmãs de José Matheus)





José Pereira Martins Filho - Zequinha

José Pereira Martins Filho nasceu no dia 20 de janeiro de 1949, em Teresina, Piauí, filho de José Pereira Martins e Heloísa Correia Lima Martins. Era neto de Manoel Pereira Martins e Antônia Maria da Conceição Martins pelo lado paterno e de João Batista Correia Lima e Maria Laura Correia Lima, pelo lado materno.

Zequinha, como era conhecido por todos os amigos, foi uma criança tranqüila, que gostava da companhia dos pais e das irmãs: Maria Heloísa, Maria Virgínia, Wanda e Walquíria.

Fez as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental na Escola Estadual Dom Pedro II, continuando os estudos no antigo Colégio Estadual Central, hoje Escola Estadual Governador Milton Campos.

Foi sempre um aluno exemplar que, sem muito esforço, conseguia bom desempenho na escola. Homenageado várias vezes como melhor aluno, tanto no curso primário como no secundário, Zequinha foi aprovado em primeiro lugar no vestibular para a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG), no final dos anos 60, quando havia provas orais e escritas. Vaidoso, gostava de ouvir música clássica, admirava Chico Buarque de Holanda e apreciava a cozinha mineira e a nordestina. Cultivou o gosto pelo teatro, cinema e literatura, passando por autores como Jean Geanett, Chris Namour e livros de conteúdo político-social.

Acreditando numa sociedade justa e democrática, participou ativamente das lutas estudantis dos anos 60/70. Militou em organizações de esquerda no período cruel da ditadura militar, defendendo o operariado, os camponeses, os oprimidos.

Em razão desse envolvimento sofreu duras perseguições da polícia política, tendo sido espancado no antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o que lhe deixou seqüelas profundas tanto no corpo quanto na alma.

Zequinha trabalhou na UFMG e no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER/MG).

José Pereira Martins Filho faleceu em Belo Horizonte no dia 18 de maio de 1996, de parada cardiorrespiratória. Deixou a mãe, irmãs, a sobrinha Daniela, uma afeição enorme, muita saudade e a lembrança boa de uma pessoa que foi tão grande e viveu tão pouco!

D. Heloísa Correia Lima Martins, sua mãe, dedicou-lhe os poemas que abaixo se transcrevem, já publicados no livro de sua autoria *Poesias de Minha Vida*.

Nas rotas do meu caminho

(A você filho)

*No meu peito guardando
Este incomensurável pranto
Você se distanciando
E eu te querendo tanto.*

*Nas rotas do meu caminho
Filho corda do coração
Dedicação, afeto, carinho
Trio de autêntico perdão.*

*Vem enxugar o pranto
Vem depressa, não tarde não
Da dor que estende o manto
Na fé dorida do meu coração.*



Filho, poema que envolve todas as camadas do ser.

Ausência

(A você filho)

*Ansiosamente lhe esperei
Fim de semana chegou
Um grande susto levei
Tristezas você me legou.*

*Turbilhões de pensamentos
Invadem todo o meu ser
São incontidos lamentos
Muitos dias sem lhe ver.*

*De repente soa a companhia
Apresso-me em atender.
Tudo ilusão cotidiana
Volta triste a padecer...*



Na ausência se vislumbram a dor e a saudade.





José Primola Ferreira

Durante o período da ditadura militar que se instalou no Brasil a partir de 1964, as companhias Belgo Mineira e USIMINAS perseguiram e permitiram que vários de seus operários fossem presos e torturados, sob a alegação de que eram elementos perigosos, pois teriam o propósito de subverter a ordem pública. Esses operários, além de toda a humilhação sofrida, foram obrigados a assinar carta de demissão, quando, com mais de 20 anos prestados a suas empresas, já estavam perto de alcançar sua aposentadoria. A pressão para que assinassem a carta de demissão usava do argumento de que, caso se recusassem, receberiam a pena de uma prisão mais longa, além de outras medidas punitivas mais drásticas.

Acuados, eles deixaram seus familiares em dificuldade, pois a empresa obrigou-os a abandonar as casas funcionais que ocupavam. Além disso, os familiares foram insultados em diversas ocasiões, sob a pecha de serem parentes de bandidos, subversivos e comunistas. Para todas as famílias envolvidas, aquele foi um *Dia Negro*, nome que deram à fatídica data. Já a história de Minas deu aos fatos daquele dia o nome de *Massacre de Ipatinga*.

José Primola Ferreira foi um dos alcançados por essas perseguições. Como *crime*, cometera o de participar ativamente da política na região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. E o crime era o ápice de toda uma vida lentamente construída na luta e no trabalho desde o dia 17 de maio de 1922, data em que o menino José veio ao mundo, em Alvinópolis, Minas Gerais, preenchendo de nova alegria o lar de Francisco Soares Ferreira e Carmélia Primola Ferreira.

O menino teve uma infância alegre e despreocupada, como toda criança, juntamente com mais 11 irmãos, todos superprotegidos pelos avós maternos de nacionalidade italiana: Giovanni Batista Prímola (João Prímola) e Marie Rose Pettinati.

Fez seus primeiros estudos no Grupo Escolar Bias Fortes, mais tarde Escola Estadual Bias Fortes. Lá ele se destacava pela facilidade com que assimilava os ensinamentos. Era considerado um superdotado e sempre ajudava os colegas de classe, em defesa de quem questionava os professores e o diretor, quando não concordava com determinadas atitudes. Por essa razão, foi, muitas vezes, considerado rebelde pelos padrões da época.

Fez o curso de humanidades no Colégio D. Helvécio, dirigido pelos padres Salesianos. Aprendia tudo; apaixonado por livros, lia tudo que lhe aparecia pela frente. Estudava com afinco. Ávido em aumentar seu cabedal de conhecimentos, aos 17 anos já conhecia os grandes clássicos das literaturas brasileira, portuguesa, francesa, russa. Terminado o curso, foi enviado pelo pai, que naquela época era muito preocupado com a educação dos filhos, a Belo Horizonte, a fim de prosseguir nos estudos.

Por essa época, começou a destacar-se como líder estudantil, já imbuído das idéias de Vítor Hugo e dos princípios da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Tornou-se adepto da idéia de distribuição de rendas, defendendo que todos deveriam ter direito à educação e melhores condições de vida.

Já na década de 40, no auge da Segunda Guerra Mundial, envolveu-se em movimentos sociais e na luta contra a opressão da classe trabalhadora, que avaliava oprimida e sofrida. Tomou a partir daí a pecha de comunista.

Quando chegou à maturidade, tinha bagagem de vasta cultura e múltipla experiência. Entendia tudo, sabia tudo, dominava amplo leque de assuntos. Falava oito idiomas, escrevia, dirigiu o Ginásio Piracicabense em Rio Piracicaba, Minas Gerais, mais tarde Escola Estadual Professor Fernando Pinto.

Possuía uma biblioteca com mais de 3 mil livros, que colocava à disposição de quem quisesse estudar. Defendeu de forma

contumaz o meio ambiente. Amava a fauna e a flora, não permitia que se derrubasse uma árvore e se maltratasse um animal.

Seu sentimento de humanidade levou-o a estender sua ação por todo o Vale do Rio Doce, ele que se mostrava solidário com quantos o procurassem para a defesa de seus direitos, especialmente direitos do trabalhador. Deflagrado o Golpe Militar de 1964, seu destino, como o de outros bravos combatentes, foi a prisão. Mas em nenhum momento fraquejou: pelo contrário, incentivava a todos para que levantassem a cabeça e tivessem um comportamento de coragem, bravura e esperança. Depois de comprovado que nada havia que o comprometesse, foi devolvido à liberdade.

A injustiça voltou a colhê-lo por ocasião do *Massacre de Ipatinga*. Mas nem mesmo o *Dia Negro* anulou as grandes lições de José Prímola Ferreira: seu amor à cultura e à liberdade, sua generosidade, sua larga visão foram confirmadas por seus familiares por ocasião de seu falecimento, em 3 de agosto de 2001, quando todos os livros de sua biblioteca foram doados, em último gesto, à Prefeitura Municipal de sua cidade.





José Renato Campos do Amaral

José Renato Campos do Amaral, nascido em Belo Horizonte no dia 14 de março de 1945, era um apaixonado por essa cidade.

Sua trajetória profissional começou no curso de Ciências Sociais, onde se destacou por sua militância no movimento estudantil. Participou ativamente das discussões sobre o ensino superior e a reforma universitária proposta pelo governo militar, sobretudo nas implicações que essa reforma teria nos cursos da área de humanidades. Formou-se em 1969, iniciando em seguida seu curso de pós-graduação em Ciência Política. Foi um dos membros fundadores do núcleo de Psicologia Social coordenado pelo reconhecido psicanalista Célio Garcia. Esse grupo de reflexão, de composição bastante heterodoxa, reunindo psicólogos, sociólogos e cientistas políticos, levou-o a reorientar seu interesse intelectual para o campo da Psicologia.

Foi como Professor do Departamento de Psicologia que passou a integrar o corpo docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1972.

Em 1974, foi selecionado como bolsista do governo francês para um curso de pós-graduação na École des Hautes Études, em Paris, onde permaneceu por dois anos, na companhia de sua esposa, a psicóloga Ruth Pina.

Dono de inteligência ágil e criativa e de personalidade marcante, defendia ardorosamente suas convicções com relação à vida e à política. Era um livre pensador. Sustentava posições as mais diversas e, até mesmo, contraditórias. Seu círculo de amizades era amplo e irrestrito, assim como sua generosidade e desprendimento.

Ao longo de sua carreira universitária, participou intensamente dos destinos da UFMG, integrando a equipe do primeiro reitor eleito pela comunidade universitária, Prof. Cid Veloso, além de ter sido representante docente em colegiados e câmaras departamentais.

Hábil negociador, desempenhou um importante papel na consolidação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte, sendo muitas vezes requisitado para finalização de acordos com o governo federal durante os movimentos grevistas.

Sua formação eclética aliada a uma personalidade visionária exerciam um grande fascínio sobre os alunos. Foi o criador e primeiro editor da revista *Cadernos de Psicologia*, da UFMG, em 1984. Nos últimos anos como professor, dedicou-se ao estudo da Psicanálise, principalmente de Freud e Lacan.

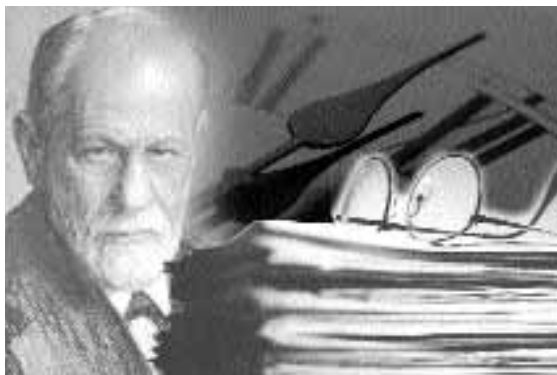
Admirador ardoroso de Darcy Ribeiro, filiou-se ao PDT e concorreu a uma vaga na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, em 1988.

Depois de aposentar-se, criou com Paulo Ribeiro, amigo e sobrinho de seu mentor intelectual, a empresa de pesquisa e consultoria Opinião em Movimento.

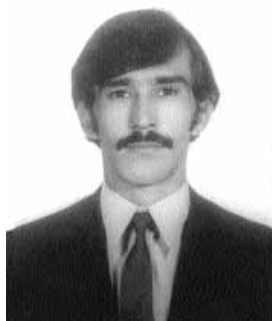
Lembrar de José Renato é vê-lo nas noites de Belo Horizonte, cercado de amigos em torno de uma cerveja regada a um bom papo ou em sua presença constante no Mineirão, torcendo entusiasticamente pelo seu Cruzeiro.

José Renato morreu jovem, em 20 de novembro de 1999, deixando um filho, Marcelo Pina Amaral, estudante de jornalismo da PUC-Minas e, também como seu pai, um cruzeirense apaixonado.

(Texto de autoria de Marcelo Pina Amaral)



José Roberto Gonçalves de Rezende



José Roberto Gonçalves de Rezende tinha 3 anos de idade quando as forças aliadas derrotaram a tirania nazifascista, pondo fim à Segunda Guerra Mundial. Tinha 17 quando Fidel Castro entrou em Havana à frente das tropas vitoriosas da Revolução Cubana, em janeiro de 1959.

Inconformista e simpatizante do socialismo, José Roberto era um típico jovem belo-horizontino quando o Golpe de 1964 depôs o governo constitucional do presidente João

Goulart. A ditadura militar que se instalou então teria um impacto profundo sobre a vida de todos os brasileiros. Para os que decidiram resistir a ela de armas na mão, como José Roberto e tantos outros jovens idealistas e corajosos, iniciava-se uma jornada de sacrifícios pessoais, riscos imensos e reconhecido heroísmo.

O pai de José Roberto, desembargador José Gonçalves de Rezende, casado com D. Hélia, professora, fizera uma típica carreira de magistrado, morando com a esposa e os seis filhos - Maria Marly, José Roberto, Carlos Humberto, Marco Antônio, Hélio Maurício e Luiz Eduardo - em várias comarcas do interior antes de chegar à Capital.

Pouco depois do Golpe de 1964, José Roberto começou o curso de Direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Só haveria de concluí-lo, contudo, ao fim do regime militar, depois de anos de militância clandestina, de muitas ações

armadas e de passar quase 10 anos como preso político em diferentes cárceres da ditadura.

José Roberto começou a militar no movimento estudantil e, no fim da década de 60, quando passou a ser procurado pelos agentes da repressão, entrou para a clandestinidade. Passou por várias organizações da resistência - Comando de Libertação Nacional (COLINA), Vanguarda Armada Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares) - e participou de ações ousadas, como os seqüestros dos embaixadores da Alemanha e da Suíça, usados como moeda de troca por presos políticos.

Em 1970, enquanto José Roberto vivia e atuava clandestinamente no Rio de Janeiro, a casa de sua família em Belo Horizonte era vigiada dia e noite pela polícia política e um de seus irmãos chegou a ser detido pelo antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) na tentativa de localizá-lo.

Em maio de 1971, as organizações de luta armada estavam praticamente derrotadas - centenas de militantes tinham sido presos, dezenas morreram sob tortura. José Roberto tinha a opção de se exilar, mas preferiu permanecer no Rio, pois ainda cuidava de um companheiro ferido à bala no *aparelho* que ocupavam em Copacabana, um pequeno apartamento na rua Rainha Elizabeth, esquina com Raul Pompéia.

Denunciado por um companheiro que fraquejou na mesma hora em que foi preso e levou a polícia ao seu encontro, José Roberto ficou seis meses desaparecido. Nesse período, foi barbaramente torturado no quartel da Polícia do Exército. Ao ser apresentado ao juiz militar para o início do seu primeiro processo, um ano depois, exibiu no tribunal as marcas da tortura que ainda permaneciam.

José Roberto Gonçalves de Rezende foi um dos poucos brasileiros condenados à morte pelos tribunais militares, com a curiosidade de ter recebido também pena de prisão perpétua e outras condenações menores. Foi combativo mesmo preso, pois foi um dos líderes da vitoriosa greve de fome dos presos políticos

do cárcere da Ilha Grande, em 1976, que obtiveram com seu movimento a transferência para o continente.

Só em 1980, graças à revisão judicial de seus processos e não à anistia, que não o alcançou, José Roberto foi libertado. Concluiu seu curso de Direito e passou a advogar para movimentos sociais de Belo Horizonte. Em 1997, seu nome foi indicado por unanimidade pelo Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais para ocupar o recém-criado cargo de Ouvidor de Polícia.

José Roberto instalou a Ouvidoria e, no desempenho das suas funções, conquistou o respeito e admiração de todos, inclusive das forças policiais. Faleceu no cargo, vítima de um ataque cardíaco, em agosto de 1999, uma semana antes do lançamento do seu livro de memórias, *Ousar Lutar*. Deixou um filho (Ronald) do primeiro casamento e dois (José Roberto e João) do segundo. Seu corpo foi velado na Assembléia Legislativa, com a presença de familiares, companheiros, admiradores e autoridades, como o governador do Estado. Antes de o esquife baixar à sepultura, um corneteiro da Polícia Militar executou o toque de silêncio. Um oficial retirou, dobrou e entregou à mãe de José Roberto a bandeira do Brasil que cobrira o caixão. Foram as últimas homenagens a um brasileiro que tanto amou a liberdade e o seu País.

(Texto de autoria de Marco Antônio de Rezende)



José Rocha Filho - Frei Matheus



Frei Matheus Rocha, da Ordem dos Pregadores (OP), nasceu em 26 de agosto de 1923, em Dom Silvério, Minas Gerais, filho de José de Souza Rocha e Dalva Vale Rocha. Seu nome de batismo, José Rocha Filho, foi eclipsado pelo nome eclesiástico, pelo qual foi conhecido em sua longa vida de intenso trabalho.

O menino José fez os primeiros estudos no Grupo Escolar Nossa Senhora da Saúde, no arraial de mesmo nome. Em março de 1936, com 12 anos, entrou no Seminário Menor de Mariana. Foi todo feliz, ia realizar o seu ideal, ser sacerdote. Quando terminou o Seminário Menor e ia para o Maior, resolveu ingressar na congregação dos padres Lazaristas, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Nesta época, ele teve que servir o Exército. Sua mãe soube e, preocupada, perguntou: *"E seus estudos, meu filho?"*. Ele respondeu: *"Estou saindo muito bem, cada dia mais convicto de ser padre e com meu testemunho, quero ser um mensageiro para que todos encontrem vida nova em Jesus Cristo"*.

Em 1948, ele conheceu Frei Domingos, Prior dos Dominicanos no Brasil. A convivência fez com que decidisse ingressar na Ordem dos Pregadores. Fez a sua profissão solene no Convento dos Dominicanos de São Paulo, em 20 de março de 1950. Completou seus estudos na França, no Convento de Saint-Maximin, onde conquistou o presbiterato.

Voltou ao Brasil em novembro de 1952 e foi designado para Belo Horizonte. Nomeado assistente da Juventude Estudantil Católica (JEC), teve, nesse campo, uma notável atuação, compendiada depois no livro *JEC: O Evangelho no Colégio*, publicado em 1957. Em abril de 1955, foi eleito Prior do Convento de Belo Horizonte. No ano seguinte, aos 20 dias do mês de maio, foi eleito Provincial da já então Província de Santo Tomás de Aquino do Brasil. Foi o segundo Provincial de uma Província criada em 1952. Frei Matheus tinha, então, 33 anos de idade. Em 1960, foi reconduzido para outro mandato de quatro anos.

Em 1963, antes de encerrar o mandato, pediu para deixar o cargo para se dedicar, com a autorização do Mestre Geral dos Dominicanos, ao trabalho de construir um Instituto de Teologia, dirigido por sua Ordem e integrado à recém-criada Universidade de Brasília (UnB). Nomeado vice-reitor da UnB, chegou a assumir a reitoria, quando o reitor, professor Darcy Ribeiro, foi designado chefe da Casa Civil do presidente João Goulart.

O Golpe Militar de 31 de março de 1964 encontrou-o na função de reitor da UnB, o que lhe custou prisão temporária e um Inquérito Policial Militar (IPM). O projeto do Instituto de Teologia dos Dominicanos não foi adiante, apesar da permanência de Frei Matheus em Brasília, onde continuou seu intenso apostolado como orientador de muitos católicos e de crentes e não-crentes que o procuravam.

Em 1970, recebeu autorização para residir em um pequeno sítio na cidade de Abadiânia, em Goiás. Exerceu, também, o cargo de professor no seminário de Goiânia, Goiás, ensinando especialmente Cristologia, além de dar assessoria às Dominicanas da Província de Brasília.

Em Abadiânia, Frei Matheus desenvolveu, com a ajuda de amigos e discípulos, um projeto importante no qual acreditava: a escola de horário integral para as crianças da região, baseada na proposta do professor Darcy Ribeiro.

Foi eleito, em janeiro de 1981, Ministro Provincial e, nesse cargo, procurou tornar a Ordem mais conhecida no Brasil, publi-

cando os *Cadernos Dominicanos* e coordenando a publicação das obras *Os Dominicanos e as Nove Maneiras de Rezar de São Domingos*.

Passou a integrar a equipe de reflexão da CRB/Nacional em 1984, quando foi reeleito Provincial, buscando, desta vez, dar atenção especial ao recrutamento de novas vocações jovens, até que, nos anos 70, sofreu uma sangria da qual não se recuperou plenamente.

Publicou vários livros, entre eles *Quem é esse homem?* (1969), *O Tormento de Deus* (1970) e *Projeto de vida radical* (segunda edição em 1977).

Frei Matheus Rocha faleceu tragicamente num acidente de carro, no dia 23 de janeiro de 1985, quando ia de Goiânia para Uberlândia, a caminho de Belo Horizonte. Na altura de Aparecida, perto de Hidrolândia, ainda em Goiás, seu carro foi abalroado por uma camioneta C-10. Frei Matheus teve morte instantânea, enquanto seu companheiro, a quem dera carona, faleceu pouco depois. Tinha, então, 61 anos de idade, dos quais consagrara 43 à vida religiosa.

Toda uma geração foi marcada pelo trabalho de Frei Matheus, que buscou formar um clero mais comprometido com o aspecto social, mais consciente da realidade e mais dedicado a uma vida pautada no exemplo. As marcas deixadas por ele foram profundas, não só na vida da Província Dominicana no Brasil e no exterior, mas em toda uma juventude, que acreditou na possibilidade de transformar o mundo. O papel de Frei Matheus, aquele que viveu em permanente disponibilidade evangélica e aquele que dinamizou de forma extraordinária a Igreja de seu tempo, foi de enorme importância para a evolução política do Brasil.

Foi de autoria do vereador Arthur Vianna a proposição de seu nome para denominar uma rua de Belo Horizonte, justa e merecida homenagem.

Morre frei Mateus, o inspirador do Fradim

GOIÂNIA Inspirador de "Fradim", o nacionalmente conhecido personagem do cartunista Henfil, frei Mateus Rocha, está morto. Teólogo, escritor e provincial da Província Dominicana, ele perdeu a vida quarta-feira, aos 61 anos, em um acidente automobilístico na BR 153, em Aparecida de Goiânia, a uns 30 km da capital.

Depois de velado no extermato São José, em Goiânia, Frei Mateus foi sepultado ontem em sua terra natal, dom Silvério, Minas Gerais.

No mesmo acidente morreu também Rubens Fernandes, de 27 anos, goleiro que pegou carona no Gol do religioso, que estava indo para Uberlândia.

Eles foram atingidos em chispa pela camioneta D 10 dirigida por Jair Rocha, que teria entrado na pista sem atentar para o Gol em que estavam as duas vilanias. Frei Mateus tinha saída de Abadiânia, onde residia e passara por Anápolis.

Amigo de frei Mateus desde 1959, Henfil ficou muito emocionado ao saber da morte do homem que o inspirou a criar o Fradim. Por telefone, o cartunista disse a um jornal local que "O Fradim só foi possível por causa dele com o tipo de Igreja que ele inventou. Foi ele quem abriu perspectivas que só agora a Igreja encontrou". Definiu Frei Mateus ainda como um "Trotônio da Igreja".

No velório, os dominicanos, amigos, admiradores de frei Mateus e um irmão dele, o professor Antônio José Rocha, da Universidade de Brasília. O provincial dos dominicanos era tido como um

renovador desde os tempos de seu noviciado, em São Paulo. Estudou Teologia no convento Royal de Saint Maximin, na França e, de volta ao Brasil, passou a viver em Belo Horizonte. Lá, lecionou no Seminário Dominicano e na Faculdade Católica de Filosofia e organizou a Juventude Estudantil Católica (JEC).

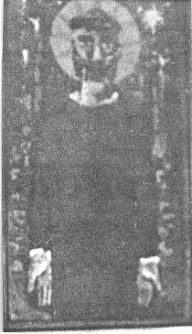

Manteve ao longo de sua vida o espírito alegre e jovial e por isso, apesar da idade, sempre foi aceito e tido pelos jovens como um dos seus. Nos anos 50, aconteceu a amizade que Herbert José de Souza, o sociólogo Betinho, irmão de Henfil e frei Beto. Em 56 ele foi eleito titular da Província Brasileira dos Dominicanos, reeleito em 1960 e em 1984. A convite de Darcy Ribeiro, em 62, participou da fundação da UNB e criou o Instituto de Teologia. Quando Darcy Ribeiro assumiu o MCE, frei Mateus foi designado reitor da UNB, cargo que ocupou até 1964, com o advento da Revolução. Recolheu-se então a um trabalho com as comunidades rurais, em Emaús, no município goiano de Abadiânia. Atuando sempre a lavradore sem recursos, tentou implantar em Emaús um sistema comunitário. Para os sertanejos era tido como um santo, amigo, confidante, médico, motorista — um verdadeiro irmão — o próximo imaginando no evangelho. Deixou as obras publicadas estão JEC — O Evangelho no Colégio, Quem é Este Homem?, O Tormento de Deus e Projeto de Vida Radical.

Todas as semanas ele vinha a Goiânia para lecionar Teologia no Seminário Diocesano.

PUTIS!
QUE
FERRADA!



**CELEBRAÇÃO
DA
PÁSCOA**

de Frei Mateus Rocha
† 23.01.85 - Goiânia



José Toledo de Oliveira

José Toledo de Oliveira, filho do agricultor José Sebastião de Oliveira e da professora Adaide de Toledo Oliveira, nasceu na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, no dia 17 de julho de 1941. Teve duas irmãs, Marilda e Maria Laurinda.

Bancário, José Toledo, arrimo de família, estudou Direito no Rio de Janeiro. Aos 14 anos, entrou para o Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Filiou-se desde logo ao Sindicato dos Bancários e passou a participar das lutas de classe da categoria. Foi ativista incansável, participando, inclusive, da edição do jornal *Elo*, juntamente com o deputado federal João Alberto: com o pseudônimo de *Sobral Siqueira*, tinha coluna fixa no periódico. À mesma época, elegeu-se diretor da associação dos funcionários do Banco, derrotando o grupo apoiado pela direção daquela instituição financeira.

Muito breve, contudo, Toledo compreenderia que a luta sindical tinha limites e que o objetivo supremo de mudar radicalmente a sociedade exigiria mais. Foi aí que passou a militar politicamente, ingressando no Partido Comunista Brasileiro (PCB), que na época aglutinava quase toda a esquerda brasileira.

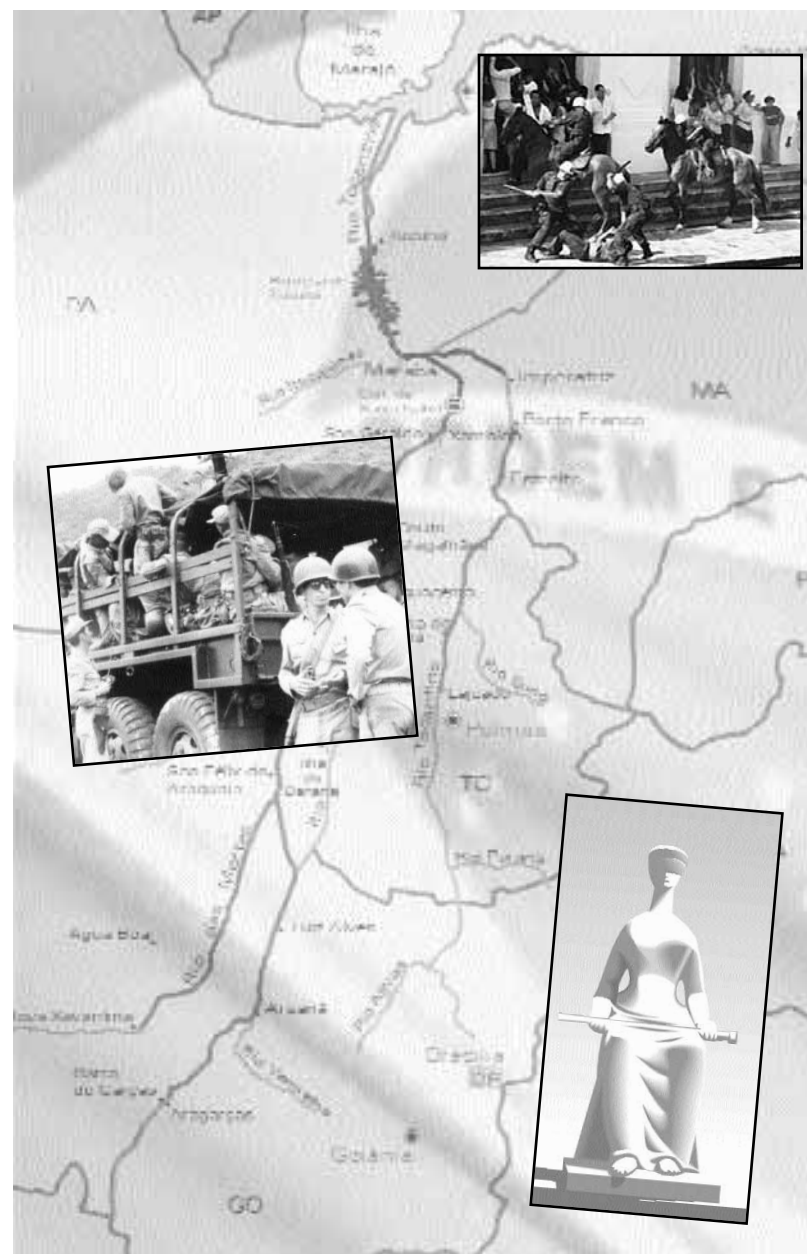
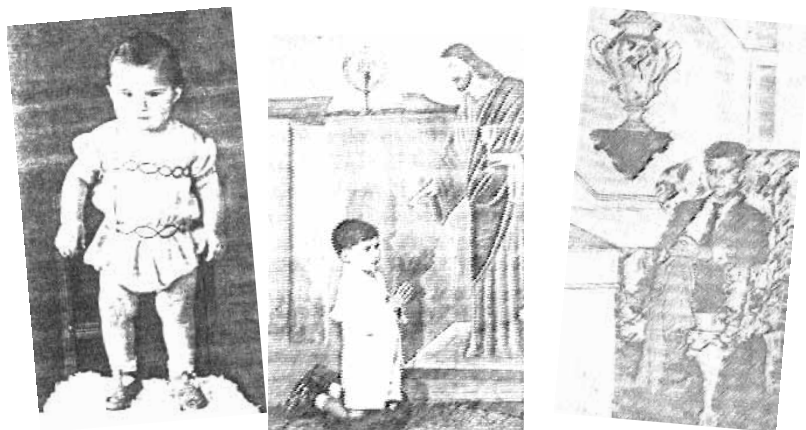
Veio o Golpe Militar de 1964, com intervenção nos sindicatos e perseguição aos líderes sindicais. O PCB começou a



fragmentar-se. O periódico foi fechado. Foram numerosas as demissões no Banco Crédito Real. Toledo permaneceu porque escrevia sob pseudônimo, mas, no dia 1º de agosto de 1969, foi preso pelo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG) quando trabalhava, juntamente com outros colegas bancários.

Transferido para o Centro Nacional de Informações da Marinha (CENIMAR), na Ilha das Flores, foi torturado com selvageria, mas não fraquejou. No tribunal militar, denunciou corajosamente as torturas que sofreu. Foi absolvido, deixou o Banco e foi para a clandestinidade. Soube-se depois que fora juntar-se à Guerrilha do Araguaia, já pertencendo ao quadro do Partido Comunista do Brasil (PC do B), a dissidência maoísta do PCB.

Admite-se que José Toledo tenha morrido em combate, aos 31 anos, no dia 21 de setembro de 1972, junto com outros companheiros. As informações que levaram a essa hipótese não são oficiais, pois o Exército não comunicou sua morte aos familiares e nem a eles entregou seu corpo. Até hoje José Toledo de Oliveira faz parte da lista dos desaparecidos. A lembrança de seus ideais e suas imperecíveis lições por uma nação justa e solidária não deixam, porém, de manter acesa a esperança de que venha à luz todo o esclarecimento sobre a sua partida precoce.





J uarez Guimarães de Brito

Juarez Guimarães de Brito nasceu em 22 de janeiro de 1938, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Era o caçula dos nove filhos do casal formado por Amélia Guimarães de Brito e pelo engenheiro Jayme Ferreira de Brito. Ao lado de seus irmãos mais velhos, Jayme, Dalva, Jaziel, Dilma, Dilza, Joel, Jessé e Daura, ele teve uma infância alegre. Seu primeiro sobrinho nasceu antes que ele fosse alfabetizado e seus irmãos brincavam com ele, chamando-o de *titio analfabeto*. Passou parte dessa meninice no Maranhão, vivendo no que ele costumava chamar de *paraíso*: era uma estação experimental de fruticultura, sob a direção de seu pai, então, Secretário de Agricultura do Estado do Maranhão.

De volta a Belo Horizonte, Juarez estudou no Colégio Batista e, posteriormente, ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG), onde se formou em 1962, nos cursos de Sociologia e Política e Administração Pública. Fez o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) junto com seus grandes amigos Theotônio e Teodoro.

Naquela época, alternava os estudos com atividades políticas e com a paixão pelo cinema, sendo frequentador assíduo do Cine Clube do Colégio Arnaldo.

Membro da Juventude Trabalhista do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Minas Gerais, trabalhou principalmente junto aos sindicatos, assessorando e organizando cursos de história e oratória. Era ainda militante da organização revolucionária marxista Política Operária (POLOP) e participou de todas as lutas da época: da greve dos mineiros de Nova Lima contra a Hanna Corporation e dos movimentos da Liga Camponesa de Três Marias, entre tantas outras.



Casou-se em 1962 com sua primeira namorada, Maria do Carmo Dutra de Oliveira, colega de Faculdade e de ideais políticos.

Depois de formado, o eixo de sua vida passou a ser a atividade política. Em 1963, foi trabalhar em Goiás, como assessor e professor da Universidade Federal de Goiás (UFGO). Em 1964, mudou-se para Recife, onde exerceu funções na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Após o Golpe Militar de 1964, foi preso e passou cinco meses na prisão. Ao ser libertado, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde continuou a trabalhar como sociólogo e pesquisador.

Divergindo da orientação da POLOP, dela se afastou, ao optar pela luta armada como forma mais adequada à resistência ao golpe civil-militar naquele momento, passando a fazer parte do Comando de Libertação Nacional (COLINA). Participou da criação da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares) e, após sua divisão, permaneceu como militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), no *staff* direto do Capitão Carlos Lamarca.

No dia 18 de abril de 1970, ao ir ao encontro de um companheiro no Rio de Janeiro, na lagoa Rodrigo de Freitas, percebeu que este estava preso dentro de um jipe e que o local estava cercado. Ainda assim, tentou passar uma arma ao companheiro, numa sacola de feira cheia de alfaces, que lhe havia sido entregue por um menino. Disse, naquele momento, à sua mulher: *"Fulano não entregou o ponto. Eu vim aqui na semana passada, ele nos fez sinal para nos afastarmos. De que adianta lutarmos por todo o povo se não podemos fazer nada pelo companheiro que está tão próximo?"*.

Quando o carro que dirigia foi cercado, Juarez cumpriu um pacto que tinha com sua companheira. Tirou das mãos dela a pistola que restara e deu um tiro no ouvido. Embora tenha sido atingido também por balas de fuzil, o tiro letal foi disparado por

ele mesmo. Coerente na maneira de viver, coerente na maneira de morrer.

Foi enterrado em Belo Horizonte. No culto ecumênico feito por sua família e pela de sua mulher, o hino cantado foi *Prova de amor maior não há do que doar a vida pelo irmão*.

Sempre quis tocar clarineta. Não conseguiu. Muito amigo de crianças, não teve filhos, mas sua viúva casou-se depois com Ângelo Pezzuti da Silva e os dois decidiram dar o seu nome ao filho do casal, Juarez Carlos Brito Pezzuti.

(Texto de autoria de Maria do Carmo Brito em 08/08/94)

*A frustração não existiu.
Sabia perfeitamente que caminhava em um mundo irreal.
No mundo no qual todos os valores eram desvirtuados.
No mundo onde não somos, e sim, somos o que os que não são
determinam que sejamos.
Caminhava e não aceitava interromper os passos diante da
montanha de cristal,
corporificada em preconceitos,
refinadamente elaborados pelos séculos dos deuses.
O que é a vida senão um acumular diário de forças para
romper a rocha que impede o realizar do ser?
Viver sem esta compreensão
é o mesmo que uma folha seca que se deixa pisar
e se desfaz em várias parcelas amorfas.
O homem que não se compromete com o está-se-fazendo
é o desfigurado das mil faces.
Conheci a morada dos ímpios,
onde brota a dor que não traz frustrações,
mas, na verdade, provoca o ódio,
e, sobretudo, a consciência de que,
em dia que talvez não será o meu,
teremos de convocar todos os poetas
para inundar a terra de mensagens
que apaguem o fogo da ira, em vingança.*

(Poema escrito por Juarez depois de ter sido solto em Recife)



Judith Vieira Lisboa

Judith Vieira Lisboa nasceu em Alfenas, Minas Gerais, em 12 de maio de 1913, filha de fazendeiros empobrecidos. Desde jovem, como professora primária, trabalhou arduamente para ajudar a sustentar seus pais e irmãos.

Quando a família, em busca de melhores oportunidades, mudou-se para São Paulo, Judith lecionou em várias escolas, inclusive no SENAI. Em 1940, casou-se com Aristides Lisboa, bancário e ex-líder sindical, mudando-se para o Rio de Janeiro. O casal teve duas filhas, Marijane e Célia.

Embora manifestasse grande interesse pela política, Judith só começou a desenvolver atividades nessa área quando se integrou ao grupo de mães que acabaria constituindo a União Brasileira das Mães. Por meio da União, as mães buscavam proteger seus filhos envolvidos com o movimento estudantil de 1968 e, mais tarde, os jovens presos e torturados no período que se seguiu à decretação do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em fins de 1968.

Quando sua filha Marijane foi presa, em setembro de 1969, pelo Centro Nacional de Informações da Marinha (CENIMAR), no Rio de Janeiro, Judith tratou de reunir em torno de si outros familiares de presos políticos e advogados, fazendo chegar à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a denúncia sobre as torturas e prisões arbitrárias que vitimavam tantos jovens. Daí em diante, tornou-se uma das principais lideranças no Rio de Janeiro na luta pela proteção dos perseguidos políticos. Distinguiu-se não apenas na União Brasileira de Mães, mas também no Movimento Feminino pela Anistia, no Comitê Brasileiro pela Anistia e, posteriormente, já no período de rede-

mocratização do País, na Liga Brasileira em Defesa dos Direitos Humanos.

Faleceu em 14 de março de 1995, aos 82 anos, deixando, além das duas filhas, os netos Adriana e Tiago, filhos de Célia, e Bárbara e Carlos, filhos de Marijane. Deixou também a semente de seus ideais em cada um deles. A filha Marijane daria continuidade direta a eles, quando se engajou na entidade ambientalista Greenpeace e quando assumiu, no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, do Ministério do Meio Ambiente.

Sua história mostra que os bons exemplos não perecem, mas vivem para sempre.



Lenine Moreira da Silva



Lenine Moreira da Silva, filho de Maria José de La Salette Tibães Moreira da Silva e de Nadir Moreira da Silva, nasceu no dia 30 de abril de 1944, em Diamantina, Minas Gerais. Wladimir, Ylitch, José Nathiun, Salette, Terezinha, Marilda, Eneida e Hércio eram os irmãos que, com ele, compunham numerosa família.

Cursou o Ensino Fundamental e o Médio no Colégio Arquidiocesano de Belo Horizonte, nos anos 60. Foi vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (DCE/UFMG) em 1968 e vice-presidente da mesma unidade em 1969, eleito por votação direta em todo o Estado. Participou, ativamente, da luta para a implantação do Centro Esportivo Universitário (CEU) para os alunos da UFMG.

Lenine não pertenceu a nenhuma das organizações de esquerda, mas foi uma pessoa expressiva no movimento estudantil e no da Igreja Católica, no final dos anos 60 e início dos 70. Cursou Ciências Sociais na UFMG, mas, perseguido, foi impossibilitado de freqüentar regularmente o curso. Bacharelou-se em Geografia, terminando o curso de licenciatura em 1981.

Casou-se com Maria Tereza Arvelos Costa, com quem teve duas filhas: Andreza, formada em Comunicação Social, na área de Relações Públicas, e Érica, em Engenharia Civil.

Lecionou Geografia em várias escolas em Belo Horizonte: Colégio Dom Cabral, Champagnat, Monte Calvário, Fundação de Ensino de Contagem (FUNEC), Escola Estadual Helena Guerra,

Escola Estadual Padre Camargos e Pré-Vestibular Gabarito.

Lenine Moreira da Silva faleceu no dia 14 de dezembro de 1992, de problemas cardíacos, enquanto lecionava na Escola Estadual Princesa Izabel, em Belo Horizonte. Na ocasião, trabalhava também na biblioteca da Escola Estadual Gastão da Cunha, em Contagem.

Idealista como tantos outros companheiros, Lenine Moreira da Silva acreditou na construção de um País novo, justo e fraterno e deixou para todos a grande lição da esperança.





Lucimar Brandão Guimarães

Lucimar Brandão Guimarães nasceu no dia 31 de julho de 1948, em Lambari, sul de Minas, onde passou sua infância. Era filho de Leovigildo Guimarães e Maria Dinah Brandão Guimarães.

Estudou no Colégio Pedro II, participou da Juventude Estudantil Católica (JEC) e foi líder estudantil secundarista no Rio de Janeiro.

Foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do qual saiu para uma dissidência chamada Núcleo Marxista Leninista (NML). Posteriormente, filiou-se à Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares).

Fugiu do Rio de Janeiro para Belo Horizonte em fins de 1969, depois de participar do episódio que envolveu militantes da VAR-Palmares com órgãos da repressão na Vila Kosmos. No tiroteio que houve então, um major do Exército foi ferido e Lucimar, jurado de morte, conforme ele mesmo dizia.

Chegando a Belo Horizonte, foi morar no apartamento 1.603 do edifício Araguaia, av. Augusto de Lima nº 136 - Centro. Usava, nessa época, os codinomes *Calixto* e *Antunes*, que acabaram virando *Calixto Antunes*, no momento de sua prisão, em Belo Horizonte.

A prisão ocorreu no dia 26 de janeiro de 1970, no apartamento onde residia com os companheiros José Roberto Borges Champs, Antônio Orlando Macedo Ferreira, João de Barros e Artur Eduardo Consentino Alvarez.

Foi visto pela última vez pelos companheiros quatro dias depois de sua prisão, quando chegava escoltado à Penitenciária Magalhães Pinto, em Neves. Foi submetido a bárbaras torturas,

tendo, inclusive, a coluna vertebral quebrada, o que o manteve na cama até sua morte.

Lucimar Brandão Guimarães morreu aos 22 anos, no dia 31 de agosto de 1970, no Hospital Militar de Belo Horizonte, em consequência das sevícias que sofreu. Os companheiros souberam à época, através de carcereiros, que ele definhara no Hospital Militar no período de março a agosto daquele ano. Ainda assim, a morte do jovem estudante foi atribuída a ferimentos sofridos por ocasião de um grave acidente ocorrido com o veículo que o transportava: o veículo teria capotado, segundo nota oficial dos órgãos de segurança. Essa mesma notícia foi repassada aos companheiros de prisão pelo Capitão da Polícia Militar (PM) Pedro Ivo, em março de 1970.

A denúncia de sua morte, sob torturas, foi feita pela Anistia Internacional no seu boletim do mês de março de 1974.



Lúcio Petit da Silva



Lúcio Petit da Silva, filho de José Bernardino da Silva e de Julieta Petit da Silva, nasceu em Piratininga, São Paulo, no dia 1º de dezembro de 1943.

Fez os estudos iniciais em Amparo e Duartina, São Paulo. Após o falecimento de seu pai e devido às dificuldades financeiras da família, começou a trabalhar ainda muito jovem. Mudou-se para Itajubá, Minas Gerais, onde, morando na casa do tio, terminou o Ensino Médio e começou o curso superior de

Engenharia no Instituto Eletrotécnico de Engenharia.

Fez parte do Diretório Acadêmico (DA) de sua escola, onde se encarregou do setor cultural e iniciou sua militância política. Participou do Centro Popular de Cultura (CPC/UNE) e escreveu poemas e crônicas sobre os problemas sociais brasileiros para o jornal *O Dinamo* do DA ao qual pertencia.

Foi para São Paulo em 1965 e, iniciando sua vida profissional, empregou-se como engenheiro nas empresas Ligth, Engemix, Companhia Nativa e Usina Boa Esperança.

Em 1970, transferiu-se para a região do Araguaia, como militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Abandonando o trabalho e a cidade, buscava continuar a luta no campo, onde se destacou como excelente mateiro. Optou por viver junto com seus irmãos Maria Lúcia e Jaime, usando os nomes *Beto* e *Roberto*.

Escreveu vários poemas e literatura de cordel, que eram recitados pelos camponeses da região e nas sessões de *Terecô* (religião local).

Fez parte do Destacamento A - Helenira Resende e, com a morte do comandante José Carlos Haas Sobrinho, foi promovido a vice-comandante do mesmo destacamento, em 14 de outubro de 1973. Está desaparecido desde o dia 14 de janeiro de 1974, quando foi visto vivo pela última vez por seus companheiros. Desapareceu, juntamente com Antônio Alfaiate e Antônio de Pádua Costa, após intenso tiroteio com as forças de repressão.

O relatório do Ministério do Exército diz que é considerado desaparecido desde o dia 29/11/73, quando teria travado tiroteio com uma patrulha do Exército. Já o relatório do Ministério da Marinha afirma que foi morto em março de 1974.

Jaime, Lúcio e Maria Lúcia Petit provaram, além de seu amor à liberdade e à Pátria, que o sentimento de mineiridade não é conquistado apenas pelo nascimento, mas também pela integração à cultura mineira. Os três irmãos não nasceram em Minas Gerais: tornaram-se mineiros pelas circunstâncias da própria vida, quando foram morar em Itajubá, com os tios, depois da morte do pai.





Luiz Pompeu de Campos

Luiz Pompeu de Campos nasceu em São João Del Rei, Minas Gerais, no dia 28 de fevereiro de 1946, quarto filho do casal Antônio Pompeu de Campos e Celina Braga de Campos. Celina era pessoa maravilhosa, com o perfil de uma árvore frondosa de raízes profundas, muito generosa, de abundantes e doces frutos, que teve a felicidade de ter um filho também tão generoso, amigo, companheiro, marido e pai como Pompeu. Pompeu deixou os irmãos Cristóvão, Antônio, Cecília, Auxiliadora, os gêmeos Francisco e José Lúcio, Celina, Pilar, Eduardo e João Bosco, além de inúmeros sobrinhos.

Luiz Pompeu fez os estudos iniciais ainda em São João Del Rei, período em que foi interno no colégio dos frades Franciscanos. Em 1958, aos 12 anos de idade, veio para Belo Horizonte. Entrou para o Colégio Estadual Central, hoje Escola Estadual Governador Milton Campos, onde estudou até terminar o Ensino Médio.

Graduou-se em Física pelo Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Minas Gerais (ICEX-UFMG), iniciando sua profícua vida de professor e educador respeitado não só no âmbito da universidade, mas no de outros órgãos ou associações importantes nas áreas docentes e discentes do País.

Ocupou inúmeros cargos, prestando relevantes serviços à causa acadêmica: foi presidente da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte (APUBH), vice-presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), diretor do Colégio Pedagógico da UFMG, diretor-geral do Colégio Técnico (COLTEC/UFMG), diretor da Faculdade de Educação (FAE/UFMG), presidente da Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP/UFMG).

Seu primeiro casamento foi com Márcia Rezende Spyer Pompeu, com quem teve o filho Carlo Spyer Pompeu. Posteriormente, viveu 21 anos com sua segunda esposa, Thelma Coutinho, a partir de 1974, deixando os filhos: Flávia, Gabriel e Joana Coutinho Campos. Seus filhos eram seu carinho, seu afeto, seu doce viver!

Gostava profundamente da música popular brasileira, destacando-se entre seus preferidos Renato Teixeira, Dominginhos, Cartola, Pixinguinha, Pena Branca e Xavantinho e Geraldo Azevedo. Pompeu adorava passarinho. Tinha uma percepção rara: identificava cada pássaro pelo seu canto, colocando nome em cada um deles: Carlitos, Hidrocor, Cacá, Beethoven e outros.



Tinha um lote no bairro São Luiz, na Pampulha, em Belo Horizonte, que era conhecido como *quintal* e onde reunia seus incontáveis e queridos amigos. Lá cultivava sua horta, tinha seu pomar onde cuidava dos pés de graviola, grapefruit, sirigüela, todo tipo de frutas cítricas, carambola, mangas diversas, goiaba, bananeiras, jabuticabeiras, uva e tantas outras que conseguisse encontrar! As orquídeas eram outra grande paixão, das quais cuidava com enorme carinho, sendo que o jardim do *quintal* estava sempre florido, de acordo com a estação. O que gostava mesmo era de cozinhar no seu fogão a lenha, o que fazia com maestria e grande prazer, gastando horas elaborando seus pratos prediletos, curtindo amigos e, mais ainda, a própria vida! Como bom *chef* e como *gourmet* tinha suas especialidades: caldos de mandioca e feijão, cozidos, macarronadas com gorgonzola, saladas variadas, coelhos à moda, stroganofes e tantos outros pratos! Com o coração, o bom humor e a alegria cultivava amigos, muitos amigos, das crianças vizinhas que o esperavam no portão para brincar ("*Pompeu, Pompeu, cara de pneu*") a adultos, alunos, companheiros, parentes, filhos, filhos dos amigos e, principalmente, Thelma, para quem tinha uma palavra, um gesto, um sorriso!

Luiz Pompeu faleceu no dia 15 de fevereiro de 1996, aos 49 anos, de infarto agudo, no seu *quintal*, rodeado da família e de amigos queridos como gostava de viver, fazendo o que realmente gostava de fazer: dando aulas, dirigindo a Fundação Mendes Pimentel e vivendo o que de bom a vida lhe oferecia!

Dizer que deixou saudades, ausência, dor, lembranças é pouco! Deixou muito amor, um amor enorme acima de tudo, o amor ilimitado, iluminado. Deixou também lições de sabedoria, do saber viver e trabalhar, da dignidade e da seriedade com que encarava tudo a que se dedicava!



Magda Magalhães Alves

Magda Magalhães Alves, a Maguidinha, nasceu em Patos de Minas, Minas Gerais, no dia 14 de dezembro de 1940, filha do Prof. Aginaldo de Magalhães Alves e de Deoclides Menezes Alves, a D. Quite.

Maguidinha cursou o Ensino Fundamental no Colégio Pio XII, em Belo Horizonte. O Ensino Médio fez no Instituto de Educação de Minas Gerais, no curso de Formação de Professores.

Graduou-se em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG), onde cursou, também, o Mestrado em Ciências Políticas, iniciado em 1972, com créditos completados em 1973. A tese, sobre *Controle Político e Comunicação de Massas*, concluída e aprovada, estava em fase final de redação para ser publicada. O processo, no entanto, foi bruscamente interrompido com a morte súbita da autora no dia 22 de dezembro de 1976: ela sofreu um episódio de embolia cerebral, no Rio de Janeiro, para onde se transferira exatamente para concluir seu trabalho. Magda era bolsista do Centro de Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Superior (CAPES) e, no final, da Fundação Ford.

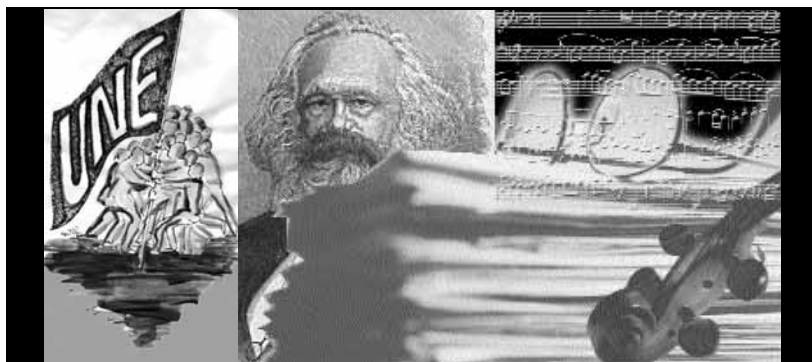
Maguidinha não chegou a defender sua tese, mas deixou um legado importante para os anais da pesquisa, contendo denúncias dos tempos de repressão e censura às artes, à cultura, à imprensa. Sua pesquisa foi feita diretamente com os autores das obras massacradas pela censura repressora dos anos 60 e 70. O material que ela deixou e que hoje faz parte do acervo do Departamento de Ciências Políticas da FAFICH/UFMG, inclui depoimentos importantes de pessoas do mundo artístico e cultural brasileiro.

Mais tarde, em 1978, graças ao empenho de alguns professores do Departamento de Ciências Políticas, seu trabalho foi publicado, sob o título *Autoritarismo e Censura no Brasil: Notas Preliminares de Pesquisa*.

Maguidinha foi professora de História da América e do Brasil na Faculdade de Filosofia de Formiga e Professora Assistente da cadeira de História Econômica do Brasil na Escola de Serviço Social da então Universidade Católica de Minas Gerais, hoje PUC-Minas. Em 1º de fevereiro de 1976, pouco antes de sua morte, havia iniciado trabalho como socióloga coordenadora das atividades de planejamento familiar, na Sociedade Brasileira para o Bem-Estar da Família (BEMFAM), e estava escalada para fazer curso de especialização no Canadá.

Durante sua trajetória escolar, defendeu sempre a justiça social, indignando-se com os maus tratos e as injustiças contra nosso povo. Foi militante da organização Ação Popular (AP), onde pôde concretizar na prática possível da época suas idéias revolucionárias, tendo ocupado cargos junto à União Estadual de Estudantes de Minas Gerais (UEE/MG).

Maguidinha foi uma grande revolucionária, foi uma intelectual brilhante, mas foi, sobretudo, uma pessoa maravilhosa, amiga de seus amigos, companheira de seus companheiros, filha e irmã dedicada e carinhosa: assim o confirmaram em inúmeras oportunidades os seus familiares e as pessoas que tiveram o privilégio de desfrutar do seu convívio e da sua amizade.



Márcio José de Araújo



Márcio José de Araújo, filho de José de Araújo e de Maria do Rosário Corrêa Araújo, nasceu em Itapecerica, Minas Gerais, no dia 24 de junho de 1946. A família transferiu-se para Belo Horizonte em 1951, quando Márcio tinha 5 anos. Moraram durante nove anos na av. Paraná, exatamente no Hotel Continental, que havia sido adquirido por seu pai, que era comerciante.

Fez os estudos iniciais no Grupo Escolar Olegário Maciel, mostrando-se um menino estudioso e inteligente. Magro e franzino, recebeu dos amigos o apelido de *Mosquito Elétrico*.

Por gostar mais de pescaria, na lagoa da Pampulha, do que de estudar, acabou voltando para Itapecerica, como aluno interno, para terminar o Ensino Fundamental. Retornando a Belo Horizonte, estudou nos Colégios Loyola e Marconi, onde fez o Ensino Médio.

Sempre dizia que queria fazer Engenharia, mas seu profundo amor à natureza encaminhou-o para a Medicina.

Ecologista, defensor intransigente da natureza, aproveitava seus fins-de-semana para apanhar borboletas e insetos em sítios e cidades próximas de Belo Horizonte. Numa ocasião, mandou fazer um armário imenso e especial, para guardar suas queridas borboletas.

Márcio, como todos os jovens de sua época, era um rapaz alegre, namorador, cheio de amigos. Gostava da música clássica e da música popular. Apreciava ouvir Maria Bethânia, Paulinho da Viola, Beatles entre outros. Outra grande paixão sua era o carro, um Corcel branco todo equipado e muito bem cuidado.

Formou-se em Medicina em 1971, optando por fazer sua residência médica em Psiquiatria, no Hospital Raul Soares, da rede pública. Como chefe de residência, encabeçou um movimento no hospital, junto com outros companheiros de área, exigindo um tratamento mais humano e digno para os doentes mentais: protestava contra a aplicação dos choques elétricos, tratamento que considerava desumano e agressivo, principalmente por serem aplicados sem anestesia, e na maioria das vezes, como forma de punição.

Acabou assumindo a luta sozinho, pois os colegas não quiseram acompanhá-lo. Como resultado, acabou saindo do Hospital Raul Soares, não terminando sua residência médica, quando só faltavam seis meses para concluí-la.

Atuante, participou de inúmeros seminários na área de Psiquiatria. Posteriormente, foi trabalhar no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), nos hospitais André Luís e Galba Veloso, tendo feito parte de inúmeras mesas redondas pertinentes à sua área.

Estava, ainda, trabalhando no Hospital Raul Soares, quando soube da morte de seu irmão, José Júlio, assassinado pela repressão em São Paulo, em 1972.

Márcio continuou atuando, ainda por algum tempo como psiquiatra. Porém amargurado e desgostoso com o trabalho, com o descaso com que os pacientes eram tratados e pela própria forma de se administrar a questão na área da Psiquiatria, resolveu, então, fazer um curso de Medicina Tropical, em São Paulo.

Nessa ocasião, descobriu que os ossos de seu irmão, José Júlio, estavam sepultados no Cemitério Dom Bosco, em Perus, onde eram enterrados os mortos da ditadura.



Montagem oferecida pela família

Três anos depois, em 1975, Márcio tentou a remoção do corpo do irmão para Belo Horizonte. Para cumprir o ritual burocrático, alugou o ossário 1649, na terceira galeria do Cemitério da Lapa, fornecendo o registro à administração de Perus como sendo o local para onde seria levada a ossada. O ossário da Lapa permaneceu lacrado até outubro de 1991.

Márcio, porém, não transportou a ossada para o local que indicara. Na verdade, acomodou os ossos num caixote de madeira, que cabia no porta-malas de seu Corcel branco, junto com uma sacola da Polícia Militar que continha as roupas e sapatos de seu irmão. De volta a Belo Horizonte, guardou o caixote no sótão de sua casa, dizendo aos pais, José e D. Lulu, que havia transferido o corpo para o Cemitério da Lapa. O que Márcio buscava era, na verdade, um sepultamento digno para seu irmão, em Belo Horizonte.

Segundo Valéria, sua irmã, Márcio sentia-se inconformado com a morte de José Júlio, morto por um ideal e marginalizado pela sociedade. Sentia-se sem condições de mudar a situação de alguma forma e guardava um profundo silêncio sobre o assunto, do qual não gostava de falar.

Um ano depois, no dia 4 de abril de 1976, Márcio pôs fim à própria vida, em meio a uma profunda crise depressiva. Tinha, então, 29 anos. Márcio não agüentou o sofrimento causado pela perda do irmão mais velho e pela angústia de um segredo guardado por longos anos. Como tantos outros familiares de presos políticos mortos e desaparecidos, Márcio morreu lutando pelo resgate da história do País.

Só em setembro de 1991 é que foi divulgada a existência dos ossos no sótão da casa, quando o bombeiro hidráulico e alcagüete da polícia Salvador dos Santos Silva, que estava fazendo um reparo na residência dos Araújo, encontrou no sótão um caixote lacrado com pregos e resolveu abri-lo. Encontrou então a ossada e denunciou o fato ao delegado Miguel Dias Campos, que abriu inquérito contra a mãe e a irmã de Márcio e José Júlio, por ocultação de cadáver.

A ossada foi levada para o Instituto Médico Legal de Belo Horizonte, onde foi submetida a exames e perícia técnica. Depois de liberados, os restos mortais de José Júlio foram sepultados no Cemitério Parque da Colina, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Era o dia 6 de novembro de 1991.



Marcos Magalhães Rubinger



Marcos Magalhães Rubinger nasceu no dia 5 de fevereiro de 1934, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Era filho de Léon Labosière Rubinger e Alzira Magalhães Rubinger e irmão de Leda, Alzira, Matheus, Hélia, Léia, Lisle e Lucas Leon. Em março de 1964, casou-se com Maria da Conceição Marques Rubinger, então estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com quem teve os filhos Mayra, Tarina e Rero.

Bacharel em Sociologia e Política e Administração Pública pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG), pós-graduado em Antropologia pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dedicou-se principalmente aos seguintes estudos: pinturas rupestres, pré-história do Estado de Minas Gerais e culturas indígenas como a Maxacali e as do Xingu.

Lecionou no curso de Sociologia Política da FACE/UFMG, onde foi escolhido, em 1964, como o *Melhor Professor do Ano* e, nos anos de 1965 e 1966, *Professor Homenageado* pelos formandos daquela Faculdade, embora já estivesse exilado do País.

Membro da Academia de Ciências de Minas Gerais, escreveu vários trabalhos nas áreas de Antropologia, Sociologia, Política e sobre temas variados da América Latina. Foi pesquisador contratado pela Organização das Nações Unidas (ONU) durante cinco anos, prestando serviços à UNESCO e à Orga-



nização Internacional do Trabalho (OIT) na Bolívia, Chile, Peru e Suíça, ocasião em que trabalhou, especialmente, junto a comunidades indígenas da América Latina. O professor Marcos Rubinger também ministrou cursos e palestras em várias instituições brasileiras e estrangeiras.

Participando intensamente da luta em defesa dos direitos sociais, Marcos Rubinger foi preso pelo regime militar durante o período de março a dezembro de 1964. De 1965 a 1970, esteve exilado em vários países da América Latina e da Europa. Retornou ao Brasil ainda durante o regime militar, em 1970, permanecendo, porém, privado de sua cidadania e proibido de atuar como professor e pesquisador da UFMG, direito que utopicamente esperava readquirir.

Faleceu em 19 de novembro de 1975, três anos antes da Lei da Anistia. Contava então 41 anos, tendo deixado a esposa, de 32 anos, e os três filhos. A família, na sua ausência, prosseguiu brilhantemente nos caminhos deixados abertos. A esposa, Maria da Conceição, formada como ele em Sociologia pela

UFMG, deu continuidade a seu trabalho como professora daquela instituição, também trabalhando na captação de recursos através da Fundação para o Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP). A filha Mayra, diplomada em Química, concluiu cursos de Mestrado (UFMG), Doutorado (Inglaterra) e Pós-Doutorado (UFMG), vindo a trabalhar como professora e pesquisadora na Universidade Federal de Viçosa (UFV). A filha Tarina, diplomada em Medicina pela UFMG, especializou-se na Inglaterra e nos EUA. O filho Rero, com Mestrado e Doutorado em Física pela UFMG, fez carreira como professor e pesquisador da Universidade Federal de São João del Rei (UNIFEI).

Não só os familiares, que tão bem honraram na dignidade de seu trabalho a proposta de Marcos Rubinger, podem porém homenagear o destacado professor, um dos muitos cuja ausência significou a desestabilização do crescimento intelectual no Brasil durante os anos de chumbo: sua memória, ao ser imortalizada numa das ruas da Capital de Minas, torna-se guia para quantos queiram seguir o exemplo de um cidadão que colocou sua vida e sua carreira a serviço do País.



Maria Auxiliadora Lara Barcellos



Maria Auxiliadora Lara Barcellos, filha de Clélia Lara Barcellos e Waldemar de Lima Barcellos, nasceu no dia 25 de março de 1945, em Antônio Dias, Minas Gerais, onde seu pai trabalhava como agrimensor.

Dora, Dorinha, Doralice, como era chamada, tinha três irmãs e um irmão: Maria Helena, Maria Luísa, Maria Carmelita e José Guilherme.

A profissão do pai levou-o a regiões diversas: São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro. Todos da família eram obrigados a acompanhá-lo em suas andanças. Para os filhos isso significou freqüentar diversas escolas e séries escolares, pois nos anos 50 não havia sistema homogêneo de educação primária no Brasil.

Em Belo Horizonte, Dora estudou no Colégio Estadual Nossa Senhora de Fátima. Seus avós haviam ajudado a organizar uma escolinha num bairro pobre. Com 14 anos, junto com Maria Helena, sua irmã, lecionava nessa escolinha. Lecionaram por mais de dois anos, em contato permanente com a miséria dos moradores da favela, emigrantes de zonas rurais.

Quando era aluna do antigo curso primário, Dorinha sonhava ser missionária. Quando moça, ela pensava em servir, como médica, no próprio Brasil ou no exterior.

Começou a estudar Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1965. Durante o curso, ela começou a perceber a miséria que a cercava, inclusive na sala de Anatomia,

onde ela tinha de preparar cadáveres que pareciam pertencer a sexagenários, mas que na verdade eram de trintenários, muitos deles falecidos por subnutrição ou, em última análise, de pobreza. Assim ela chegou ao quinto ano de Medicina, optara pela Psiquiatria e dava plantões no Hospital Galba Veloso e no Pronto-Socorro Policial.

Nos hospitais onde Dorinha trabalhou como estudante havia em média 80 pacientes em dormitórios planejados para 15 pessoas. Faltava alimentação adequada, os doentes eram submetidos ao penoso processo de choque elétrico e tratados mais como números do que como seres humanos. A partir daí, Dora começou a se rebelar.

Em 1968, aderiu à ideologia marxista-leninista, admirando, como grandes exemplos, personalidades como as de Che Guevara e de Carlos Marighella e recebendo uma grande influência das teorias de Régis Debray, jornalista francês que acompanhou Guevara à Bolívia. Nessa época, ela já estava atuando ativamente no movimento estudantil.

No dia 19 de março de 1969, Dora mudou-se de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro, entrando para a clandestinidade como militante da organização Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares). Usava os nomes de *Maria Auxiliadora Montenegro* e *Maria Carolina Montenegro* e os codinomes *Dodora*, *Maria Alice*, *Maria Eugênia*, *Chica* e *Laura*. Mesmo vivendo como clandestina, continuou enviando notícias, através de cartas, para sua família.

Dorinha foi presa no dia 21 de novembro de 1969 no Rio de Janeiro, em companhia de Antônio Roberto Espinoza e Chael Charles Schreier, na casa em que moravam na rua Aquidabá, 1.053, em Lins Vasconcelos, por denúncias de vizinhos. Levados para o quartel da Polícia do Exército, na Vila Militar, foram bastante torturados e Chael, não resistindo às torturas, morreu em menos de 24 horas de prisão, conforme testemunho de Dorinha.

Maria Auxiliadora Lara Barcellos foi banida para o Chile, em 23 de janeiro de 1971, quando do seqüestro do embaixador

suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher. Junto com ela foram liberados outros 69 presos políticos brasileiros. Viajou feliz, acreditando que poderia levar uma vida normal, estudando e trabalhando, fazendo o que queria, lutando pelos oprimidos. No Chile, que ela tanto amou, onde reencontrou a alegria, a esperança e a liberdade, voltou a estudar.

Em 1973, com a queda de Allende e o golpe militar, Dora teve que conseguir asilo político na embaixada do México. Naquele País, ela viveu seis meses e trabalhou como intérprete.

Do México foi para a Bélgica e da Bélgica para a França, onde ficou dois meses. Da França ela foi para a Alemanha, passando a viver em Colônia e a fazer um curso da língua alemã. Como aluna aplicada e estudiosa conseguiu ir para Berlim Ocidental, depois de passar, em primeiro lugar, no concurso de língua alemã, entre 600 estrangeiros. Na Alemanha, finalmente, conseguiu dar prosseguimento ao curso de Medicina que, no Brasil, interrompera no quinto ano e no Chile não conseguira concluir.

Para conclusão do curso, com especialidade em Psiquiatria, pelo seu currículo e pela sua comprovada inteligência, foi feita apenas a exigência de que se submetesse a 24 provas, de quatro horas cada uma: ao final, se aprovada, receberia o diploma de alto gabarito. Com a coragem e disposição que lhe eram peculiares, dispôs-se a fazer as provas; recebia para isto, uma bolsa do governo alemão, que era uma das maiores na época, e recebia até carro, a ponto de dispensar a ajuda familiar, que até então fora imprescindível.

Estava escrito, contudo, que Dora não deveria mesmo concluir o curso de Medicina: quando estava fazendo a 18ª prova, jogou-se sob os trilhos do metrô, encontrando morte instantânea.

O governo alemão encarregou-se das providências e arcou com todas as despesas, desde que morreu até o traslado do seu corpo para o Brasil, além de conceder uma indenização que, a pedido de sua família, foi revertida em benefício dos seus companheiros que mais precisavam. Seu corpo foi trazido para o

Brasil e enterrado em Belo Horizonte, em 18 de junho de 1976. Dorinha foi recebida no aeroporto com as braçadas de rosas que D. Clélia lhe prometera, um dia, no Chile.

Embora distante do Brasil, Dora sempre reconhecia aqui a sua pátria, o lugar para onde voltaria. "*O Brasil é sua pátria, o seu berço; aqui é o seu lugar e no Brasil ficará eternamente*": foram palavras de sua mãe, quando do seu enterro.

Com a morte de Dora, abriram-se alguns caminhos burocráticos que facilitaram a vida de muitos brasileiros radicados na Alemanha, cujos documentos foram então liberados.





Maria das Graças Teixeira

Maria das Graças Teixeira nasceu no dia 1º de fevereiro de 1948, em Rio Doce, Minas Gerais.

Militante do Partido dos Trabalhadores (PT), foi elemento importante para sua organização em Minas. Começou sua militância política depois de ouvir uma palestra de Frei Betto sobre a Teologia da Libertação, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A partir desse contato com Frei Betto, ela passou a participar do Grupo Cristão que funcionava na Igreja São José, em Belo Horizonte.

Dedicou-se ao trabalho com os pobres e marginalizados em sua região, a comunidade do bairro Caetano Furquim, em Belo Horizonte. Coordenou, ainda, um trabalho em defesa dos Direitos da Mulher, através do Clube de Mães, no mesmo local. Graça, como era chamada, foi também militante do Movimento Negro.

Faleceu no dia 21 de novembro de 1985, deixando uma grande lacuna na luta pelos direitos da mulher.





Maria Floripes Nascimento Alves

Maria Floripes Nascimento Alves nasceu no dia 13 de agosto de 1938, em Santana de Pirapama, pequena localidade próxima a Sete Lagoas, Minas Gerais, filha de Dimas Marques do Nascimento e Natalina Pereira do Nascimento.

Criada na roça, Flor, como era chamada, foi acostumada a uma vida de dificuldades, ajudando a mãe viúva com cinco filhos e vivendo numa casa de dois cômodos, sem luz e encanamento de água, que era retirada de um poço.

No início dos anos 50, a família transferiu-se para Belo Horizonte, por ter sido expulsa da terra em que vivia. Flor começou, então, a trabalhar como doméstica, a participar da Juventude Operária Católica (JOC) e dos movimentos operários. Posteriormente, na década de 70, trabalhou no Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e como auxiliar de serviços no laboratório de análises químicas do Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC).



Em 1968, atuando ativamente na JOC, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde permaneceu servindo como elemento de ligação entre a JOC nacional e a equipe regional de Minas. Retornando a Belo Horizonte, dedicou-se ao trabalho de reformulação da Ação Católica Operária (ACO), entidade ligada ao movimento católico que estava esfacelada desde 1964, devido ao Golpe Militar.

A partir do final da década de 70, além do trabalho na ACO, agora já reestruturada e espalhada por várias cidades, desenvolveu trabalho de conscientização junto à comunidade do bairro Nova Vista, onde residiu durante três anos. Depois, transferiu-se para o bairro Santa Terezinha, onde ajudou a mobilizar jovens, pais e crianças em função de uma vida comunitária melhor. A partir dos problemas educacionais das crianças do bairro, relacionou-se com profissionais da área da educação, tendo partilhado com estes profissionais sua visão e experiência como educadora e mãe.

Buscando soluções para os problemas da comunidade, participando do movimento de educação popular, das pastorais



da Arquidiocese de Belo Horizonte, fazendo palestras onde relatava suas lutas e experiências na busca de uma vida melhor. Flor, apesar da saúde frágil, foi um símbolo de mulher forte e de vibrante educadora popular.

De seu ideário, base de seu trabalho, faziam parte fundamentos como os seguintes:

"A construção da sociedade nova se faz não só mudando estruturas, mas também construindo e transformando as pessoas e a família operária."

"A vida do trabalhador não pode ser dividida em partes. Somos operários na família, no trabalho, no sindicato, no bairro."

"A atual escola discrimina, padroniza, ignora as lutas da vida do bairro."

"Ser educador é opção de vida, é ser transformador."

"Quando me encontro com alguém para falarmos, ele é tão importante e quase único para mim, eu acredito sempre no valor e na capacidade que tem um para contribuir para o conjunto."

"Escutar com paciência as pessoas é um ato de amor."

Flor, casada com Luiz Alves da Silva, metalúrgico, teve três filhos deste casamento: Wagner, Juliana e Virgínia. Mas, generosa, ampliou o número desses filhos com os seis sobrinhos que adotou, filhos de sua irmã que falecera precocemente.

Floripes, portadora de doença de Chagas, sabia que iria morrer a qualquer momento. Nem por isso parou um só minuto na sua luta no bairro, na defesa dos jovens sempre perseguidos por policiais, no trabalho de conscientização nas comunidades de bairro, na briga por maior justiça social, por mais dignidade para os trabalhadores.

Em 1983, ajudou a preparar o 32º Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores coordenado pela JOC e, em março do mesmo ano, falou a mais de 500 professores e pedagogos no I Encontro de Profissionais de Educação.

Morreu em 25 de julho de 1983, tão serena quando viveu, após voltar do trabalho.

Recebeu algumas homenagens póstumas, como o nome de uma escola no município de Sabará e o nome de um palco na Associação dos Funcionários do CETEC, onde trabalhou até seus últimos momentos de vida e onde era muito querida e respeitada por todos.

União Municipal dos Estudantes Secundários

1974

9 7 6

Mário Augusto
Presidente da UMES

Sementeira

I

*Quis fazer-lhe uma poesia
Quantos versos afloraram
em quantas flores eu pensei
com quantas Dares eu lutei*

II

*Mas tudo foi em vão
não consegui compará-la
tão singular foi sua existência
nem chorar eu chorei*

III

*Fragmentos de sua bondade
pedaços de sua lucidez
eram sementes espalhadas
nas pessoas com quem falei*

IV

V

fim
Dedicado à Dona Flor
Mário Augusto

Poema à Flor

COMPANHEIRA FLOR
você está presente
No coração do povo,
Na voz de nossa gente.

*Você não morreu
Seu sangue é uma semente
Que faz brotar no peito
Que faz crescer na mente
De cada operário
Tornando-o consciente
Da união do povo
Que forma uma corrente
Que liberta do medo
E faz mais resistente*

"COMPANHEIRA FLOR
Você está presente
No coração do povo
Na voz de nossa gente."

Este poema é de autoria dos companheiros de Floripes da Pastoral Operária e foi distribuído no dia de seu sepultamento.



Maria Lúcia Petit da Silva

Maria Lúcia Petit da Silva, filha de José Bernardino da Silva Júnior e de Julieta Petit da Silva, nasceu em Agudos, São Paulo, no dia 20 de março de 1950.

Iniciou seus estudos em Duartina, São Paulo, concluindo o curso Normal, de formação de professoras, em 1968, no Instituto de Educação Fernão Dias, na Capital paulista. Foi professora primária municipal e entusiasmava-se com suas experiências com crianças da zona norte de São Paulo.

No início de 1970, fez sua opção política: desenvolver seu trabalho no interior do Brasil. Foi participante ativa das lutas dos estudantes secundaristas e militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Maria Lúcia, mais conhecida por Maria, mudou-se para o interior de Goiás e depois para a região de Caianos, no Araguaia, com o objetivo de dar continuidade ao seu trabalho político. Nessa região, Maria Lúcia dedicou-se ao magistério e ao trabalho na roça, conquistando grande simpatia dos moradores das redondezas.

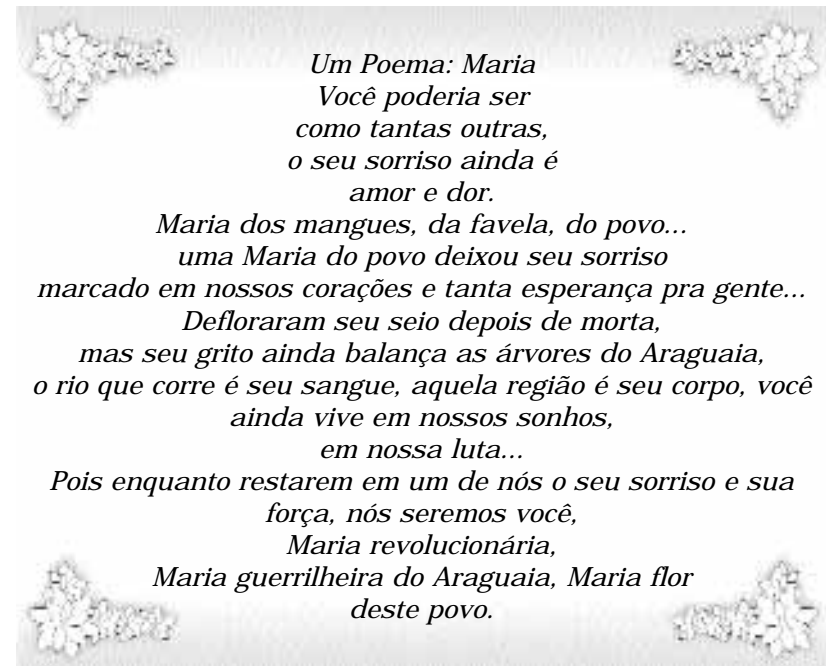
A partir de sua vivência no Araguaia, Maria Lúcia adquiriu maior conhecimento da terrível situação de abandono e miséria na qual vegetavam os trabalhadores rurais e a população camponesa.

Pessoa muito querida pelos moradores da região, foi morta no dia 16 de maio de 1972, durante a campanha de cerco das



Forças Armadas realizada entre os meses de abril e junho daquele ano. Ao se aproximar da casa de um camponês, foi fuzilada por tropas do Exército, sob o comando do General Antônio Bandeira, da 3ª Brigada de Infantaria.

Maria Lúcia morreu em plena juventude por tentar manter vivos ideais de liberdade e justiça social no período da ditadura pós-64. Em sua homenagem, o companheiro HMA dedicou-lhe o poema abaixo transcrito, publicado no jornal *Tribuna da Luta Operária*, de 7 a 20 de janeiro de 1981:



A lista oficial fornecida pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE) publicada pelo *Jornal do Brasil* de 22/03/92 contém o nome de Maria Lúcia Petit, dada como morta.

As versões oficiais sobre a morte de Maria chegam ao absurdo. Em Brasília, no presídio da 3ª Brigada de Infantaria, em agosto de 1972, o General Antônio Bandeira, então seu coman-

dante, disse que Maria fora morta por um recruta inexperiente, logo retirado daquela área. O recruta, segundo o General, viu Maria como se fosse um menino, caminhando cauteloso e atento, portando uma espingarda. Já o relatório do Ministério da Marinha dizia que Maria Lúcia fora morta durante enfrentamento na tarde do dia 16/06/72, próximo a Pau Preto.

Em 1991, familiares de mortos e desaparecidos do Araguaia, juntamente com membros da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e a equipe de legistas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), estiveram em um cemitério da cidade de Xambioá, onde exumaram duas ossadas. Uma de um velho, negro, provavelmente de Francisco Manoel Chaves, desaparecido na Guerrilha do Araguaia, e outra, de uma mulher jovem enrolada num pedaço de pára-quadras. A mulher poderia ser Maria Lúcia ou Áurea Eliza Pereira Valadão.

Trazida para a UNICAMP, a ossada foi identificada, em 1996, como sendo a de Maria Lúcia Petit, sepultada a seguir em Bauru, São Paulo. Foi o único corpo do Araguaia que alcançou ser identificado.



Mário Alves de Souza Vieira

Mário Alves de Souza Vieira nasceu no dia 14 de julho de 1923, na Bahia. Fez o Ensino Médio em Salvador, formou-se em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia.

Mário era filho de uma família de latifundiários do interior da Bahia que depositava no filho a esperança de preservação das posses. Mário, entretanto, muito cedo se rebelou contra as injustiças sociais e, ainda na escola, fez parte do núcleo de fundadores da União dos Estudantes da Bahia; participou de vários congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE) e, em 1945, com a legalização do Partido Comunista no Brasil (PCB), filiou-se ao partido e passou a integrar o Comitê Estadual da Bahia. Em 1948, com a volta do partido à clandestinidade, transferiu-se para o sul.



Aperfeiçoou sua cultura marxista, tornando-se um dos mais brilhantes teóricos marxistas brasileiros da América Latina. No IV Congresso do PCB, realizado na clandestinidade em 1954, em São Paulo, foi eleito para o Comitê Central.

Em 1956, o partido passou por profundas lutas internas, tendo sido denunciadas por ele as tendências stalinistas na direção, às quais ele se opôs. Em 1957, foi eleito para a Executiva do partido e propôs modificações das linhas políticas resultantes das teses aprovadas no V Congresso do PCB, realizado no Rio. Com o Golpe Militar de 1964, foi preso no Rio e libertado por *habeas corpus*. Afastado da Executiva, mudou-se para Belo Horizonte.

O acirramento da luta política e ideológica no interior do PCB culminou com o racha na organização em 1967. Em 1968, juntamente com outros companheiros como Carlos Marighella, Apolônio de Carvalho, Joaquim Câmara Ferreira, foi expulso do partido. Participou então da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), de cujo programa foi o principal redator.

No dia 17 de julho de 1970, Mário foi preso e assassinado em longa noite de torturas no 2º andar do Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército no Rio de Janeiro.

Como o de tantos outros, o corpo de Mário nunca foi encontrado, embora houvesse testemunhas que o viram ser torturado e morto. Diante da sua recusa em atender às exigências dos torturadores sofreu todo tipo de barbaridade que se possa imaginar.

Segundo declarações do ex-Sargento Marival Dias Chaves do Canto à revista *Veja*, do dia 18/11/92, Walter foi levado para Petrópolis, onde a prática de ocultação dos corpos se dava através do esquartejamento: esfacelava-se o corpo em várias partes



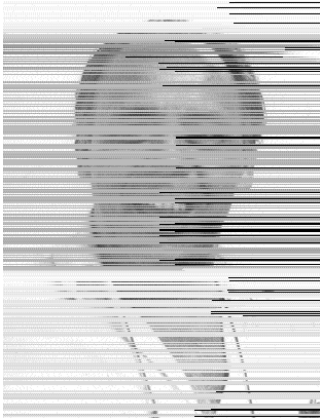
e essas eram enterradas em lugares diferentes. Assim se evitava o reconhecimento.

Mário Alves foi casado com Dilma Borges Vieira, com quem teve uma filha, Lúcia, nascida em 1947. Tinha um belo relacionamento e uma grande preocupação com Lúcia, especialmente no tocante a sua formação ideológica. Lamentava não dispor de muito tempo para estar e conversar mais com ela. Sempre que podia, presenteava-a com livros. Certa vez, levou de presente *O Homem de Havana* e, em outra ocasião, conversando com ela sobre o livro, ficou impressionado com o seu entendimento e suas conclusões.

Nem só a filha, mas companheiros e amigos, brasileiros de todos os quadrantes usufruíam mais tarde da liberdade que os ideais de Mário Alves lutaram por implantar no Brasil.



Mário Bento da Silva



Mário Bento da Silva nasceu em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, no dia 12 de agosto de 1932, filho do ferroviário Alfredo Bento da Silva e de Elvira Menezes.

Sendo a sua uma família operária, Mário Bento aprendeu, desde cedo, o significado da palavra trabalho: foi caixeiro, descarregador de vagões da Central do Brasil, empregado do bar da Estação Ferroviária, metalúrgico da Santa Matilde e da Mafersa, mecânico na Dante Zanforlin, especialista em retífica de eixos na Volpini e

na Lambertucci, empregado da Forjinha, eletricitista na Dourex e mascate nos diversos momentos de desemprego, por causa das perseguições políticas.

Em 1954, após ter prestado em sua cidade natal o serviço militar, mudou-se para Belo Horizonte em busca de melhores condições de trabalho.

Iniciou sua militância política por volta de 1959/1960, de forma independente, atuando na área sindical. Apesar de identificar-se com as idéias do comunismo, Mário Bento não concordava com a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que julgava tímida e acomodada. Por assim avaliar, ele se filiou à Ação Popular (AP), em 1962. Neste mesmo ano, foi eleito para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem para o biênio 1963/1965. Não chegou, porém, a completar sua gestão, pois em 1964, por força do Golpe Militar, toda a diretoria foi destituída.

Mário Bento iniciou, então, uma resistência clandestina. Outra não podia ser a maneira de agir naquelas circunstâncias e, junto com outros militantes históricos do movimento operário em Minas, tais como Ênio Seabra, Joaquim de Oliveira, Milton e as irmãs Imaculada Conceição e Efigênia, ajudou a organizar a luta contra a diretoria de *pelegos* imposta ao Sindicato dos Metalúrgicos pela ditadura. E assim foi que, em 1967, após luta intensa, foi eleita uma diretoria novamente representativa dos trabalhadores, derrotando a chapa de direita.

Através de uma atuação combativa e corajosa, Mário Bento participou ativamente das mobilizações populares e da organização e deflagração das greves dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, em abril e outubro de 1968. Sob violenta repressão, a diretoria sindical foi novamente deposta. O ano se encerrou com o recrudescimento dos instrumentos de repressão ditatorial e a imposição do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Em julho de 1969, juntamente com Ênio Seabra, José Afonso, Afonso Cruz e Melgaço, Mário foi preso e sofreu torturas terríveis nas dependências do Exército, no 12º RI. Permaneceu preso por seis meses na Penitenciária Agrícola de Neves, hoje Penitenciária Dutra Ladeira. Nesse mesmo ano, ainda preso,



casou-se com Núbia Goulart, com quem teve quatro filhos: Jean Pierre, Nubimar, Oswalfre e Janaína.

Militante incansável, de uma coragem bravia forjada na luta e no exemplo de militantes como Orlando Bonfim, Dimas Perrin e Olinto Goulart, e, ao mesmo tempo, da extrema doçura herdada de sua avó *índia* que se dizia inconformada com a existência de pobres e ricos na sociedade *branca*, Mário não descurava, combatia incessantemente.

Em 1972, foi novamente preso, em processo da Ação Libertadora Nacional (ALN) e mais uma vez sofreu violentas torturas no Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) que funcionava nas dependências do Destacamento de Ordem Política e Social (DOPS) em Belo Horizonte. Na prisão conheceu militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), partido ao qual se filiou mais tarde, em liberdade, e no qual permaneceu até meados da década de 1980. Foi julgado e absolvido pela Junta da 4ª Região Militar de Juiz de Fora.

Mário Bento era um ativista inato: não se amedrontava nunca e lutava com toda a energia pelo que realmente acreditava. Apoiou o governo de Jango e as reformas de base preconizadas nesse período, sempre com expressiva liderança.

Morou, durante muitos anos, no bairro Liberdade (região do Jaraguá), em Belo Horizonte, onde desenvolveu intensa atividade comunitária, participando de todas as lutas importantes da região: a luta pela creche, pela democratização das escolas públicas, pela melhoria da qualidade de ensino, pela solução dos problemas de transporte. Era um incansável batalhador pela justiça social e um companheiro extremamente solidário.

Apesar de nunca ter podido obter educação escolar formal, foi um homem instruído e capaz de dialogar com o seu tempo, assumindo ações as mais complexas e se engajando nos meios intelectuais através do apoio que emprestou a jornais como *Opinião*, *Movimento*, *Assuntos* e *Tribuna de Luta Operária*, que ajudou a divulgar. Identificou-se com os mecanismos de luta



do povo e dos partidos e deles fez sua bandeira: a Guerrilha do Araguaia, o Movimento pela Anistia, o apoio a candidaturas parlamentares diversas em 1974, 1978 e 1982, a campanha pelas *Diretas Já*, a Constituinte de 88 e a luta pela legalidade do Partido Comunista. No plano internacional, foi um admirador e fervoroso defensor das revoluções chinesa e cubana e da luta de libertação do povo vietnamita.

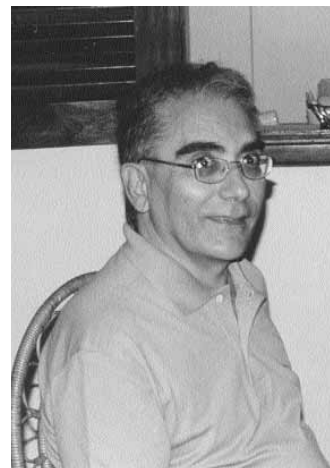
Figura simples e carismática, Mário Bento nunca estava sozinho. Às vezes, surpreendia aqueles que o conheciam, como um eletricitista a quem recorria para serviços gerais e que sequer poderia imaginar a estatura daquele homem e a carga histórica que trazia com ele. Aquele operário simplesmente vestido, andando com sua pasta de ferramentas pela av. Afonso Pena, em Belo Horizonte, pelos bairros, sugerindo soluções para problemas complexos de engenharia elétrica. Ser amigo do Mário era um privilégio!

Mário Bento faleceu no dia 5 de abril de 1990, de traumatismo craniano, ao sofrer um acidente em casa, e foi sepultado em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.

Mário teve seis netos: Rafael, Mário Neto, Gabriela, Jéssica, Áurea e Bárbara. Deixou em seus amigos e companheiros um vazio e uma saudade enormes, pois foi uma pessoa realmente muito especial.



Maurício de Resende Pires Alcântara



Maurício de Resende Pires Alcântara, o Maurício Metralha, nasceu em Belo Horizonte, em Minas Gerais, no dia 6 de novembro de 1949, filho do Dr. Augusto Pires Alcântara e de Lígia de Resende Pires Alcântara.

Desde criança destacou-se nos estudos, tendo sido escolhido orador da turma por duas vezes. Sua maior aptidão foi sempre na área da literatura, pois além do gosto pela leitura, tinha o dom de escrever contos e poemas. Além disso,

era uma pessoa generosa e sonhadora, coerente na manutenção de seus ideais de liberdade. Todos quantos conviveram com ele souberam de seu grande coração.

Foi militante político na época da ditadura militar e, nos anos 70, foi perseguido, preso, espancado e torturado no Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG) e em delegacias de Belo Horizonte. Chegou a ser retirado da sala de aula, com voz de prisão, quando cursava Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Tudo isto provocou seqüelas psicológicas diversas pelo resto de sua vida. No entanto, Maurício sempre se esforçou por alcançar algo positivo, mesmo nas maiores adversidades. E foi

com esse espírito que ele começou a escrever sobre o período do movimento estudantil. Nos dois meses que antecederam sua morte - ele foi encontrado morto em 23 de abril de 2004, deixando consternados familiares e amigos - Maurício estava reunindo material para um livro de memórias. São dele os trechos que se seguem:

"A proposta é: vamos viajar pelos anos 70 e por 68 também. Quem viveu irá reviver e saber mais. Quem era muito novo ou nem tinha nascido, irá conhecer. Sob uma nova ótica."

"A expectativa era que a ditadura, o grande dragão da maldade, num certo momento, de repente, conheceria a derrota. E a esquerda, lado a lado com o povo, mudaria a história política do Brasil."

"E o paraíso socialista, no bojo da revolução vitoriosa, teria início. Mas a distância entre o ideal e o real aumentava com o passar dos dias, dos meses, dos anos..."

"Organizações esquerdistas pouco organizadas eram minadas por vários motivos. Certos militantes entregavam o ouro aos bandidos. E informações eram o que o regime ditatorial mais queria. O que era secreto, sigilosamente secreto, num momento, num instante, o instante do vacilo, da falha, da distração, se transformava em subsídio para que a repressão detonasse vidas e sonhos."

"Sim, havia os que conseguiam, à custa de muito esforço, coragem e determinação para preservar o processo de resistência revolucionária. E os que fraquejavam denunciavam, cooptavam. E o trágico efeito dominó que se instalava..."

"Prisões de militantes, com real compromisso revolucionário, aconteciam. Como também de pessoas com ligações para lá de indiretas com o processo, inocentes úteis; às vezes ligações apenas afetivas, que de repente também eram submetidas à tortura. E, de várias maneiras a tortura esteve presente..."

Um de seus poemas:

*Sobreviver é preciso,
Delatar não é preciso,
Resistir é preciso.
"Engalobar" também.
Grandes vitórias,
Em micro-situações.
Afinal, nos anos de chumbo
A Esquerda contabilizou vitórias.
Aquele papo que a Ditadura
Venceu a Esquerda no período 68/78
É pra lá de relativo.
Pode ter vencido a Guerra,
Mas perdeu várias batalhas.
No final, quem realmente
Saiu vitoriosa
Foi a DEMOCRACIA*



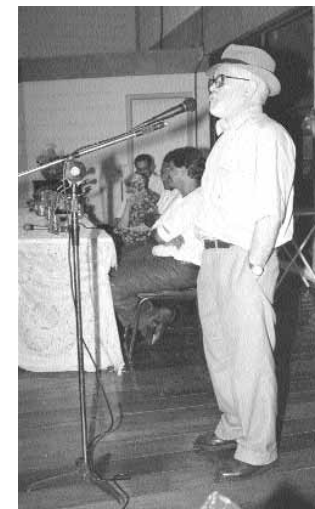
Milton Freitas de Carvalho

Milton Freitas de Carvalho nasceu em Ponte Nova, Minas Gerais, no dia 29 de setembro de 1925. Filho do alfaiate José de Freitas Carvalho e da dona-de-casa Natália Freitas Carvalho, tinha três irmãos: Paulo, Zemita e Ofélia. Em 1958, com 23 anos, casou-se com Maria Rodrigues de Carvalho, com quem teve oito filhos: Renato, Ricardo, Rui, Marta, Regina, Régis, Rosália e Milton.

Fez seus estudos no Grupo Escolar Antônio Martins, em sua cidade natal.

Desde cedo, mostrou-se sensível aos problemas sociais. E a percepção da desigualdade existente na estrutura da sociedade brasileira levou-o a ingressar na militância política. Trabalhando contínua e incessantemente, acabou se tornando um rapaz ausente na família.

Quando chegou a Belo Horizonte, vindo de uma fazenda em São Pedro dos Ferros, fixou residência na Cidade Industrial. Ingressando logo no movimento sindical, tornou-se membro da organização revolucionária marxista Política Operária (POLOP) em 1961. Teve atuação insistente junto à imprensa de resistência, especialmente junto aos veículos *Jornal dos Bairros* e *Jornal Companheiro*. Eleito diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, atuou nas greves de abril e de outubro de 1968 em Contagem, Minas Gerais, sendo a seguir detido e cassado. Continuando a participar de todos os movimentos populares na década de 70,



foi perseguido, preso e torturado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Minas Gerais.

Mais tarde, participou do movimento pela anistia e da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Presidente da Casa do Movimento Popular, mobilizou todos os companheiros para apoiar para o Senado a chapa petista encabeçada por Joaquim José de Oliveira, na qual eram suplentes o médico Jorge Nahas e a trabalhadora Adélia Batista Fernandes.

Evangélico, firme, confiante, tornou-se uma figura lendária da esquerda mineira. Persistiu na luta até o fim de seus dias, quando, no dia 5 de setembro de 1999, em Betim, Minas Gerais, aos 73 anos de idade, faleceu devido a um choque circulatório decorrente de uma infecção pulmonar e de uma obstrução intestinal.



Milton Soares de Castro

Milton Soares de Castro nasceu em Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 23 de junho de 1941. Do pai, Marcílio Palmeira de Castro, Milton usava, além do último sobrenome, também o primeiro: assim, era mais conhecido como Milton Palmeira de Castro, embora não tivesse sido registrado com esse nome.

O pai morreu muito cedo, deixando a viúva com 10 filhos, um deles Milton. Ela acabou encontrando novo companheiro, tendo com ele outros cinco filhos. Para os filhos do primeiro casamento o padastro não seria exatamente um novo pai, sendo que cada um dos 10 irmãos foi deixado numa casa diferente. Milton teve, como os irmãos, uma infância sofrida.

Mais tarde, já trabalhando, Milton era operário metalúrgico e, interessando-se pelo movimento político, tornou-se militante do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Reservado e contando com vários militares entre seus parentes, jamais falava de suas atividades com a família, que pouco visitava.

Foi preso juntamente com vários companheiros na Serra do Caparaó, quando da repressão ao movimento guerrilheiro que ali se iniciava. Naquela ocasião, todos os presos foram levados para um quartel do Exército, em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Companheiros de Milton, presos na mesma data, mas sobreviventes, afirmam que ele teria sido morto após uma discussão com um oficial conhecido por Major Half que, posteriormente, teria assumido o comando do 10º RI de Juiz de Fora. Após o incidente, Milton Palmeira de Castro, apartado de seus companheiros, foi recolhido a uma cela isolada. No dia 12 de abril de 1967, foi encontrado morto nessa mesma cela.

Segundo versão oficial, Milton teria se suicidado por enforcamento, o que foi desmentido pelos depoimentos dos próprios soldados do quartel, que afirmavam que o corpo dele sangrava abundantemente ao ser retirado da cela. Esses testemunhos não corroboram a versão de morte por enforcamento.

O *Grupo Tortura Nunca Mais* - RJ, em pesquisa realizada nos 12 volumes do Projeto Brasil Nunca Mais, encontrou no Tomo V, volume 4, no capítulo intitulado *Os Mortos*, exame necroscópico e certidão de óbito de Milton. Segundo consta no mencionado volume, sua necropsia fora feita no dia 28 de abril de 1967, pelos médicos Nelson Fernandes de Oliveira e Marcus Antônio Nagem Assad, no Hospital Geral de Juiz de Fora. Da necropsia, consta a indicação de que o corpo apresentava "equimoses nas pernas, principalmente nos joelhos", o que também não confirma a versão oficial de morte por enforcamento.

A Certidão de Óbito, documento que atribui sua morte a enforcamento, foi feita no mesmo dia 28, na Penitenciária de Juiz de Fora, mas é assinada pelo Dr. J. Guadalupe, médico que não havia feito a necropsia.

Outra informação que consta na Certidão de Óbito é a de que Milton Soares de Castro foi enterrado pela família no Cemitério de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 1968. A família, no entanto, afirma que o corpo de Milton não foi destinado a Santa Maria e, sim, a Juiz de Fora, Minas Gerais, onde ela julga que ele tenha sido enterrado.





Murilo Pinto da Silva

Murilo Pinto da Silva, segundo filho de Carmela Pezzuti e Theofredo Pinto da Silva e irmão de Ângelo Pezzuti da Silva, nasceu em Araxá, Minas Gerais, no dia 3 de outubro de 1947.

Fez as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental no Grupo Escolar Delfim Moreira e as seguintes no Colégio Dom Bosco, ambos em Araxá. Mais tarde, estudou no Colégio Padre Machado, em Belo Horizonte. Murilo foi autodidata. Desenvolveu estudos de acordo com as áreas de seu interesse, que eram as de Filosofia, Sociologia, Antropologia e Política.



Ao contrário de seu irmão Ângelo, Murilo tinha um temperamento introvertido e, embora fosse espirituoso e irônico, expressava mais pelo olhar do que pelas palavras, escutava mais do que falava. Conseguia comunicar-se muito bem através da escrita, por meio da qual expunha com clareza suas idéias e propostas.

O traço mais marcante de sua personalidade era o desprendimento.

Desde criança era interessado pela natureza; gostava de brincar no campo e possuía grande habilidade manual, construindo seus próprios brinquedos, aviões e carrinhos de madeira. Na adolescência, interessava-se por música e, especialmente, pela história da Itália, aí incluindo a música e a política italianas.

Adulto, continuou aprimorando suas preferências por leituras, música clássica e óperas. Conservava a mesma ternura

do garoto no olhar e no sorriso, com os quais se expressava mais que com o corpo. Possuía poucos amigos, mas entregava-se verdadeiramente a eles, era fiel companheiro.

Sua formação intelectual espontânea levou-o à política e, incentivado pelo irmão, Ângelo, iniciou sua militância no grupo de esquerda Comando de Libertação Nacional (COLINA), em 1968.

Na madrugada de 29 de janeiro de 1969, foi preso pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Belo Horizonte, juntamente com outros companheiros, após um confronto armado com policiais que invadiram a casa onde se encontravam.

Preso no DOPS, foi levado em seguida para a Colônia Penal Magalhães Pinto, em Neves, e, depois, para o 12º RJ, para o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e, mais tarde, para o Regimento Obuzes, em Juiz de Fora, em seguida, para a Polícia do Exército (PE) da Vila Militar no Rio de Janeiro e, finalmente, para a prisão de Linhares, em Juiz de Fora.

Sofreu todos os tipos de tortura física e psicológica, sendo que na PE da Vila Militar do Rio de Janeiro serviu de cobaia em aulas de tortura ministrada pelo Exército, mais especificamente pelo tenente Ailton, para cerca de cem oficiais. Num daqueles dias, durante toda a *aula*, enquanto cinco outros companheiros sofriam cada um uma forma de tortura, Murilo foi forçado a ficar, de pés descalços, sobre as lâminas de duas latas abertas. Os bordos aguçados das latas penetravam-lhe na sola dos pés e a dor subia-lhe pelos músculos da perna. Mesmo sofrendo, Murilo deu conta de perceber que a sua dor e a dos companheiros era motivo de piada, de diversão, para os que assistiam à aula-demonstração. Ao final, de volta à cela, sentia-se vazio, sem emoções, mas sabia que, daquele dia em diante, por mais que o provocassem ou por mais justa que fosse a sua causa, jamais faria sofrer um ser humano.

Mais tarde, participou da elaboração e foi signatário do *Documento de Linhares*, uma denúncia das torturas e seus efeitos sobre os presos políticos daquela cadeia. Enviado às

autoridades brasileiras, o documento foi ignorado, o mesmo não acontecendo no mundo inteiro, onde foi divulgado.

Em 1970, juntamente com outros 39 companheiros, inclusive seu irmão Ângelo, foi trocado por embaixador alemão e mandado para a Argélia. Logo em seguida, foi para Cuba, onde morou dois anos, preparando-se para voltar ao Brasil.

Em 1972, foi para o Chile, onde já se encontravam exilados sua mãe Carmela e seu irmão Ângelo. Junto ao portão de saída do aeroporto, todos muito alegres e expansivos, não se contiveram quando Murilo apontou na sala de desembarque, o cabelo engomado à dançarino de tango: "*Murilo! ... Murilo!...*", gritavam-lhe, abanando as mãos. No entusiasmo, tinham se esquecido de que Murilo não era ele mesmo. Era, como qualquer banido, e como muitos outros exilados, um sujeito que ele nem sequer conhecia e que tinha viajado por vários países, via-se pelos carimbos no passaporte. Mais tarde o saberia: o legítimo dono do seu passaporte já havia sido morto pela repressão no Brasil - e ele não seria o primeiro e nem o último a usar um passaporte assim para chegar ao Chile.

O fato é que Murilo, integrando-se à família no Chile, participou da luta do povo chileno pelo socialismo. Sobrevivia como artesão, em condição ilegal, porque não obteve visto de permanência do governo chileno.

Quando do golpe do Chile, pediu asilo à embaixada do Panamá, mas, por falta de documentos e trabalho, seguiu para a Bélgica, onde trabalhou como restaurador de móveis. Da Bélgica foi para a França e, em Paris, trabalhando como operário na fábrica de óculos Pierre Cardin e como técnico em gráfica, participou do Comitê Brasileiro pela Anistia. Participou ainda de estudos sobre a América Latina, mantendo contato com o Brasil



e tentando conseguir apoio para os companheiros que ainda se encontravam presos.

Em dezembro de 1979, anistiado, retornou ao Brasil e foi morar em Cuiabá, Mato Grosso, participando de trabalhos comunitários junto a associações de bairros.

Iniciou um trabalho com camponeses em Nova Brasília, em Cuiabá, e no Vale do Guaporé, onde se radicou definitivamente. Com o aval da Pastoral da Terra (CPT), conseguiu alguns recursos, muito pequenos, que mal davam para sobreviver e tocar o barco; lá não havia muitos companheiros para o penoso trabalho, contava apenas com uma companheira, um amigo, com a ajuda da CPT e de um padre da Paróquia da Igreja do Rosário.

Murilo trabalhou incessantemente durante 10 anos para ajudar os camponeses a chegarem a um ponto: a certeza da sua importância, do seu valor, de sua responsabilidade por seus destinos e por uma sociedade mais justa.

O último projeto de Murilo, mais arrojado, conseguiu reconhecimento e aprovação: consistia na educação popular de posseiros do Vale do Guaporé. Em 1987, foram liberados recursos para esse projeto e a equipe responsável mudou-se para Vila Bela da Santíssima Trindade, fronteira com a Bolívia. Murilo e seus companheiros queriam que os camponeses resgatassem a sua dignidade, como seres humanos capazes de conduzir o próprio destino.

Murilo morreu no dia 12 de março de 1990, após uma fase muito conturbada, de muita dor, agravada por uma crise depressiva. Deixou três filhos: Maíra, Inah e Jerônimo. Foi enterrado no Cemitério do Vale do Guaporé, na localidade que tanto amava e onde semeou suas esperanças, sem ter tido tempo, contudo, de colher os frutos.

HOMENAGEM AO SAUDOSO MURILO

Francisco Alexandre dos Santos "Diá"

*Ó meu Deus que me protege, ó Pai da consolação.
Tanta dor que sinto agora, que me treme o coração.
Me responda se é certo ou se é uma traição.
Porque me falta um companheiro da primeira posição.*

*Me lembro da sua voz falando em reunião, Me ensinou
tantas coisas para fugir da prisão.
Falava em liberdade para sair da escravidão, Tinha
tanto amor ao trabalho, pisava firme no chão.
Abraçou o lavrador com suas boas feições.*

*Será que isso é uma sina ou se é perturbação Se eu
não falo o que sinto, ninguém dá uma sugestão.
Será que caio no buraco, e ninguém me dá a mão?
Hoje falta um companheiro, de triste separação.
Abalou o movimento, ficou olhando para o chão.*

*Ó meu Deus que é poderoso, que é o Senhor do perdão,
Por todas as lutas que fez, não deixas cair no chão.
Por esse bom companheiro vamos fazer uma oração,
Que seja bom para Deus, como foi para os irmãos.*

*Meu Deus eu já estou cansado de ver tanta ingratidão.
Proteja os inocentes que estão com enxada na mão.
Venha ficar comigo, contigo quero falar.
Quero dizer o que sinto, contigo quero sentar.
Vamos ficar nesta sombra e aproveitar o luar.*

Vamos ficar para sempre, A luta não vai parar.



FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Travessa Coronel Ricardo Franco, s/n
Fone 259 1210 - CEP 78.170 - Vila Bela da St. Trindade - MT
CGC 33.700.956/0026-03

Vila Bela, 14 de março de 1990

DE: EQUIPE FASE GUAPORÉ

PARA: COORDENAÇÃO FASE NACIONAL

TODAS EQUIPES DA FASE

ENTIDADES DE CONTATOS

AGÊNCIAS FINANCIADORAS

ASSUNTO: COMUNICAÇÃO DO FALECIMENTO DO COMPANHEIRO MURILO PINTO DA SILVA

Companheiros,

O coração de Murilo arrebentou de dor.

Dor por um mundo injusto e cruel, e que foi sempre, o motor que o alimentou na luta contra isso.

Essa dor e revolta fez sempre com que ele se esquecesse dele mesmo, pois sempre teve pouco tempo prá sua individualidade e sim para a luta. Que não começou na FASE Guaporé, mas que vinha de tempo mais duros. De tempos que ele pôs a vida a favor da luta e disso nunca se arrependeu.

Ele estava passando por problemas pessoais, o que nos leva a crer, que tenha precipitado esse ato.

Seu passado de luta, deixa para equipe forças redobradas para continuarmos.

E como ele terminava suas cartas,

"ATÉ SEMPRE"

p/ 
EQUIPE FASE GUAPORÉ



Nelson José de Almeida

Nelson José de Almeida nasceu em Mendes Pimentel, Minas Gerais, quarto filho de uma família de 10 irmãos. Seus pais, camponeses humildes, nascidos e radicados na região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, mudaram-se com toda a família para Governador Valadares, quando ele tinha apenas 10 ou 11 anos de idade: expulsos do campo pelas péssimas condições econômicas em que viviam, foram obrigados a procurar trabalho numa cidade maior.

Nelson começou a trabalhar muito cedo, buscando contribuir para o sustento da família, desde o período em que entrou para a escola. Vendia produtos agrícolas, verduras, legumes e laticínios aos construtores do prédio da USIMINAS, em Ipatinga, Minas Gerais.

Concluiu, em 1963, as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental na Escola Estadual Israel Pinheiro, em Governador Valadares. Ao final delas, mudou-se mais uma vez com toda a família, desta vez para Brasília, onde já estava trabalhando seu irmão mais velho. Apesar da pouca idade, teve que encarar serviços bastante pesados, como o de ajudante de pedreiro.

Por volta de 1964/1965, descobriu que sofria de epilepsia. Mesmo procurando tratamento médico, continuou a trabalhar de dia e a estudar à noite. Foi assim que concluiu as séries finais do Ensino Fundamental em Sobradinho, uma das cidades satélites de Brasília.

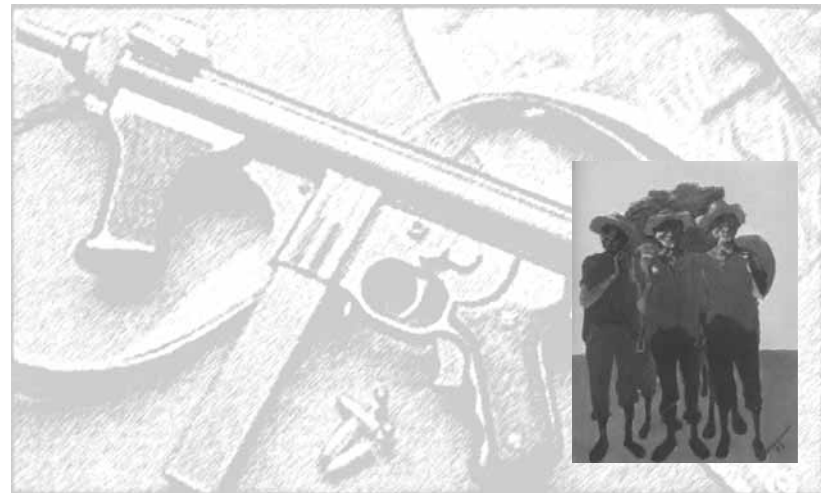
Por essa época, passou a compreender o significado do Golpe Militar de 1964, percebendo o grau de repressão política que pairava sobre aqueles que criticavam o acirramento das desigualdades sociais. Engajou-se então na luta política. Em 1968,

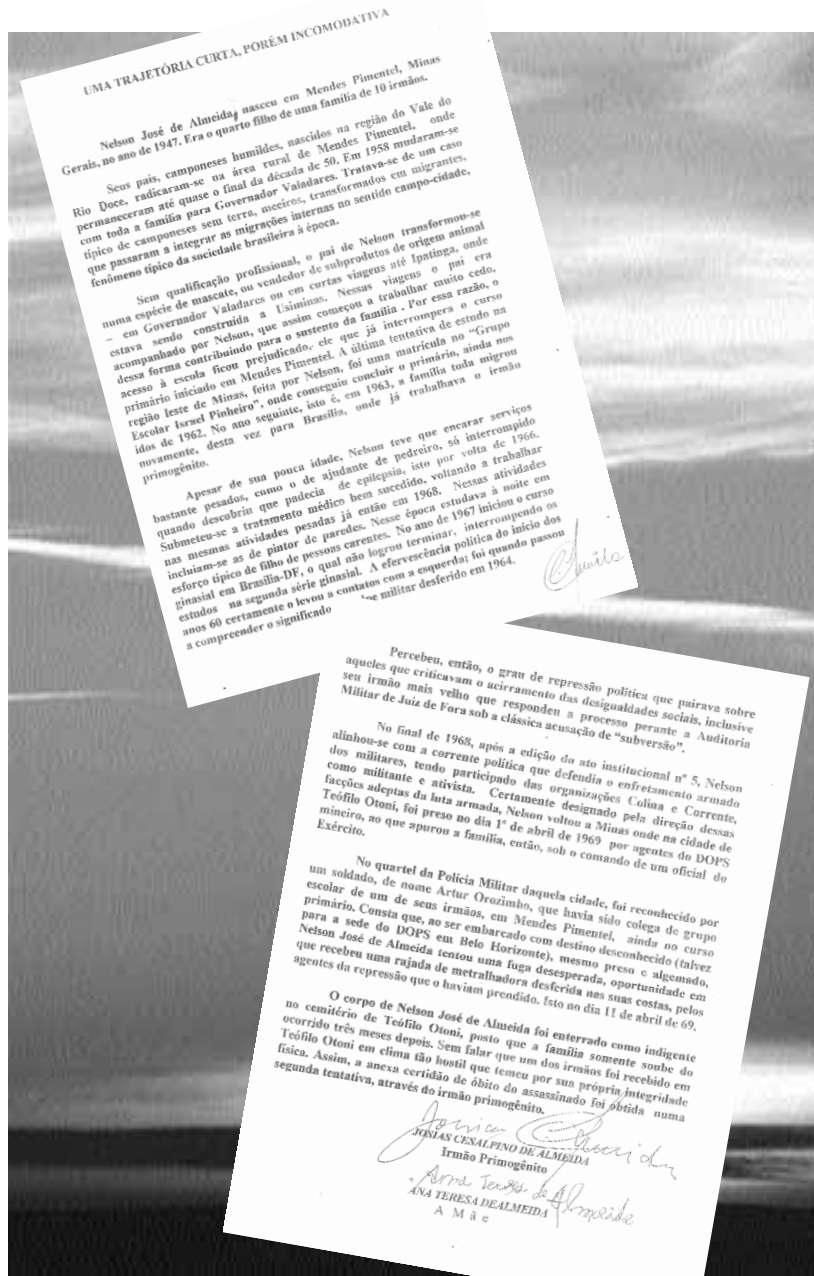
após a publicação do Ato Inconstitucional nº 5 (AI-5), Nelson alinhou-se com a corrente política que defendia o enfrentamento armado dos militares. Participou das organizações Comando de Libertação Nacional (COLINA) e Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE) como militante e ativista.

Ocorreu então que, no dia 1º de abril de 1969, na cidade de Teófilo Otoni, interior de Minas, Nelson foi preso por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em Minas. No dia 11 de abril, preso no quartel do batalhão da Polícia Militar local, foi reconhecido por um soldado, chamado Artur Orozimbo, que havia sido colega de Nelson e de seu irmão, ainda na primeira escola, em Mendes Pimentel. Por uma dessas coincidências do destino, seria o mesmo soldado Artur Orozimbo quem, pouco depois, noticiaria a morte do antigo colega à família.

Segundo denúncias da Anistia Internacional, Nelson José de Almeida, mesmo preso e algemado, tentou uma desesperada fuga. Na tentativa, acabou recebendo uma rajada de metralhadora, que foi desferida em suas costas pelos agentes de segurança que o haviam prendido.

Consta que Nelson José de Almeida encontra-se enterrado no Cemitério de Teófilo Otoni, em Minas Gerais.





Nestor Veras

Nestor Veras nasceu no dia 19 de maio de 1915, em Ribeirão Preto, São Paulo, filho dos camponeses Manoel Veras e Pilar Velasques. Gostava de tocar clarineta.

Segundo dados existentes no Centro de Inteligência do Exército (CIE), Nestor Veras esteve fazendo curso em Moscou.

Foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e integrante do Comitê Central, onde se encarregava do setor camponês. Foi membro da direção da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

Foi cassado pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1) e preso em frente a uma drogaria em Belo Horizonte, em abril de 1975, conforme denúncia de Luís Carlos Prestes.

O jornal *Correio Sindical*, em maio de 1979, denunciou o seu seqüestro.

Nestor Veras foi mais uma vítima da ditadura militar.



Codigo_do_Logradouro_;	085852
Tipo_do_Logradouro_;	RUA
Nome_do_Logradouro_;	NESTOR VERAS
Nome_do_Bairro_;	SERRA VERDE
Tipo_da_Legislacao_;	DECRETO 7951
Data_da_Aprovacao_;	11/07/1994

Ney Jansen Ferreira Júnior



Ney Jansen Ferreira Júnior nasceu no dia 10 de janeiro de 1939 em Belo Horizonte, Minas Gerais. Filho de Ney Jansen Ferreira e Adília Borges do Espírito Santo, ambos telegrafistas dos Correios e Telégrafos, Ney teve os irmãos Taís e Ivan, este último, médico, residente no bairro da Floresta, em Belo Horizonte, onde a família está estabelecida há mais de 60 anos. Foi na Floresta que os três irmãos estudaram.

Casado com Maria Luíza Stabile Sartorelli, Ney teve os filhos Ney Jansen Ferreira Neto e Wladimir Jansen Ferreira.

Desde a adolescência, Ney mostrava-se preocupado com as questões políticas e sociais e engajou-se logo na militância política. A tal ponto o envolvimento político o absorvia que ele, aprovado no vestibular para o curso de Matemática da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), abandonou os estudos pouco depois, no segundo ano, por ter de passar a viver na clandestinidade. E isso ele fez mesmo sendo a Matemática a sua opção profissional e mesmo já tendo iniciado, antes que entrasse para a Faculdade, a sua vida no magistério nessa disciplina.

Para o início de sua militância política, nos primeiros anos da década de 60, Ney filiara-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Rompeu com o partido em 1967 e, em 1968/69, passou a militar na Ala Vermelha. Entendia, à época, que somente através das armas o País poderia, após o Golpe Militar de 1964, resolver questões fundamentais para o seu desenvolvimento.

Assim, durante todo aquele período, participou de várias ações armadas em Minas Gerais e em São Paulo.

Em 1969, como estava havendo em Belo Horizonte uma perseguição ostensiva pelos órgãos de repressão aos militantes políticos, Ney transferiu-se para São Paulo, já na clandestinidade. Como militante de algumas organizações como o Movimento Revolucionário Marxista (MRM) e Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), participou de ações armadas conjuntamente com um movimento conhecido como FRENTE. Apesar da clandestinidade, criou um curso supletivo e lecionou Matemática na região central de São Paulo.

Em março de 1971, foi preso e barbaramente torturado, assumindo para si a maior parte da culpa atribuída a seus companheiros, o que lhe rendeu uma série de seqüelas que contribuiriam para a sua decadência física e o levariam posteriormente à morte.

Mas nem a iminência da morte o intimidou. Sua militância continuou ativa dentro dos presídios pelos quais passou: Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI), Presídio Tiradentes, Casa de Detenção, Penitenciária do Carandiru e Presídio Político do Barro Branco.

Participou de todas as manifestações dos presos políticos, inclusive através das greves de fome, como a que foi realizada durante 30 dias (na ocasião ele perdeu 30 quilos) a fim de que conseguissem um presídio político e não mais ficassem em presídios comuns.

Uma de suas preocupações estava em fazer o controle de entrada e saída dos prisioneiros políticos de todos os presídios por onde passou, segundo ele *"para se controlar o desaparecimento de presos"*.



Participou da elaboração e assinou documentos em que os presos políticos do Barro Branco denunciavam as torturas, os torturadores e todas as irregularidades pelas quais passavam. Entre esses documentos estão uma carta ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de 23 de outubro de 1975 e o *Ritual de Aflição nos Cárceres Políticos*, de 12 de dezembro de 1977.

Saiu da prisão no dia 15 de dezembro de 1978 em liberdade condicional, sendo beneficiado pela anistia em 1979.

Livre, retomou os estudos de Matemática na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), ao mesmo tempo em que voltou a dar aulas em escolas públicas, particulares e cursinhos, até vir a dedicar-se totalmente às escolas públicas, que via como um projeto maior de sua vida.

Também participou ativamente do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (APEOESP), tendo sido o representante sindical na sua região, Taboão da Serra. Sua saúde, porém, entraria em processo de declínio gradativo, o que fez com que se afastasse das atividades docentes nos dois últimos anos de sua vida. Faleceu no dia 4 de junho de 1996.

Ney Jansen Ferreira Júnior, bravo lutador e autêntico idealista, jamais abandonou suas convicções políticas e suas opções de vida, mesmo que elas lhe acarretassem grandes dificuldades. Foi daqueles homens imprescindíveis, presentes à luta durante todo o tempo que lhe foi dado viver.



Codigo_do_Logradouro_:	035048
Tipo_do_Logradouro_:	RUA
Nome_do_Logradouro_:	QUARENTA E OITO
Nome_do_Bairro_:	JARDIM FELICIDADE
Tipo_da_Legislacao_:	EM TRAMITAÇÃO
Data_da_Aprovacao_:	

Ondina Pedrosa Nahas

Ondina Pedrosa Nahas nasceu no dia 15 de outubro de 1917, em Rio Acima, Minas Gerais, filha de Joaquim Pereira e Hilarinda Pedrosa Pereira. Casada com Antônio Augusto Nahas, era mãe de Jorge Raimundo, Joaquim Augusto, Maria Inês, Antônio Nahas Júnior, Manoel Elias e Mauro José.

Quando começou seu trabalho político, já era professora aposentada. Sua grande motivação para a nova empreitada fora a necessidade de defender os filhos Jorge Nahas, que havia sido preso em 1969 e banido do País em 1970, e Antônio Nahas Júnior, o Toninho, preso no início dos anos 70 no Brasil.

Foi uma das fundadoras do Movimento Feminino pela Anistia (MFA) de Minas Gerais e orientou várias famílias na busca de seus filhos prisioneiros ou desaparecidos durante a repressão política. Em sua casa, D. Ondina acolheu esposas de presos políticos e militantes de outros Estados, além de cedê-la como espaço para as reuniões do MFA, quando servia centenas de refeições para todos os participantes.

Denunciando as torturas sofridas pelos militantes políticos, visitando penitenciárias, exigindo melhores condições carcerárias, D. Ondina dedicou 10 anos de sua vida à causa da luta pelos direitos humanos, contribuindo, com sua força, para a conquista da anistia no País.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 6 de janeiro de 1992.





Oracílio Martins Gonçalves

Oracílio Martins Gonçalves era operário da construção civil. Foi assassinado pela repressão policial, quando participava da greve dos trabalhadores da sua categoria, no dia 30 de julho de 1979.

Tinha 24 anos à época do seu assassinato. Era casado e pai de um bebê de dois meses.

Seu único crime: a luta por melhores salários.





Orestes Timbaúva Rodrigues

Orestes Timbaúva Rodrigues nasceu em Bagé, Rio Grande do Sul, no dia 10 de julho de 1915. Em sua família todos eram ferroviários, sendo esta a primeira profissão que escolheu. Posteriormente sentou praça no 12º Regimento de Cavalaria Independente de Bagé. Casou-se com Leda em 1940, com quem teve sua única filha, Virgínia.

De instrução primária, Orestes era um autodidata e todo o avanço teórico que conseguiu foi graças a seu próprio esforço, curiosidade e dedicação aos seus poucos estudos.

Ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1935. A essa época, já era cabo e participou do movimento da Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi preso, torturado e transferido posteriormente para a casa de detenção do Rio de Janeiro, depois para o presídio de Ilha Grande. De Graciliano Ramos, a quem conheceu no presídio da Ilha Grande e a quem muito impressionou, mereceu um capítulo inteiro no livro *Memórias do Cárcere*, ali figurando sob o pseudônimo *Euclides Figueiredo*, seu nome de guerra.

Em 1937, com a *Macedada*, foi libertado e iniciou um trabalho de conspiração no Rio de Janeiro e em São Paulo. De volta ao Rio Grande do Sul, no início dos anos 40, reorganizou o PCB no seu Estado e estruturou o Comitê Estadual, tendo sido eleito seu membro efetivo. Em 1946, na Conferência Nacional do PCB, foi eleito para o Comitê Central, onde permaneceu até sua morte.

Seu trabalho político, exercido sempre no PCB, não conhecia fronteiras dentro do Brasil. Trabalhou em todos os Estados, integrando a Seção de Organização e se destacando por memo-

rável trabalho especialmente no Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco e São Paulo. Foi pulso forte durante a crise de 1956/57, posicionando-se com firmeza, liderando a correção dos rumos e concepções comunistas e reformulando a linha política do partido.

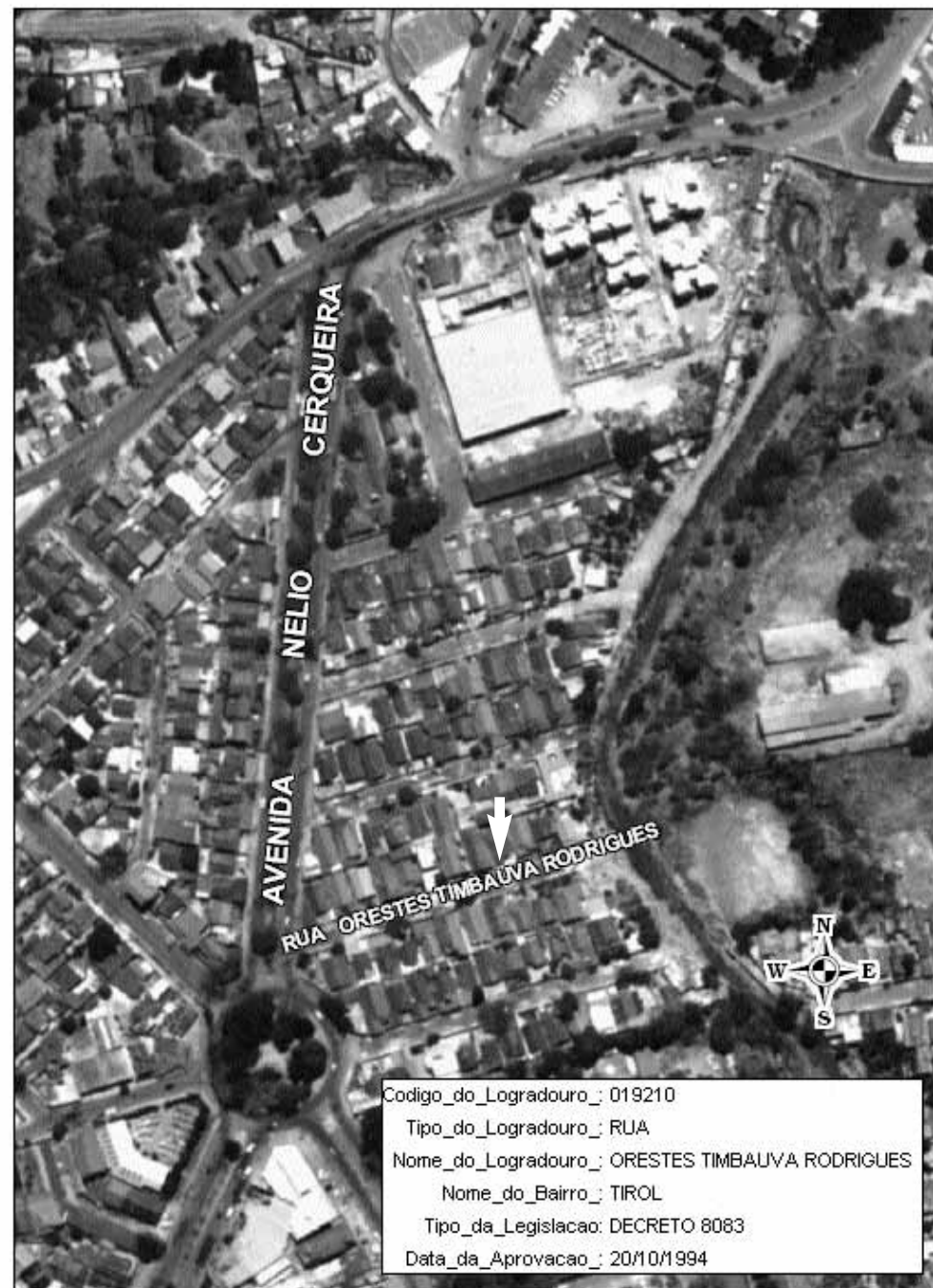
Dirigiu o Comitê Estadual da Guanabara, de 1958 a 1962, a Assessoria Parlamentar e a Comissão de Entendimento Político, a partir de 1964 até 1967. Nesse ano, o partido, no antigo Estado do Rio de Janeiro, recuperou-se dos danos causados pelo racionismo, o que permitiu a realização do IV Congresso.

Em 1970, foi designado para o trabalho em Minas Gerais e, em 1973, foi eleito suplente da Comissão Executiva do Comitê Central.

Em 1974, viajou para a URSS, onde permaneceu até 1976. Estudou e participou da reorganização da direção do PCB no exterior. Representou o partido em Cuba até novembro de 1979, quando retornou ao Brasil, anistiado.

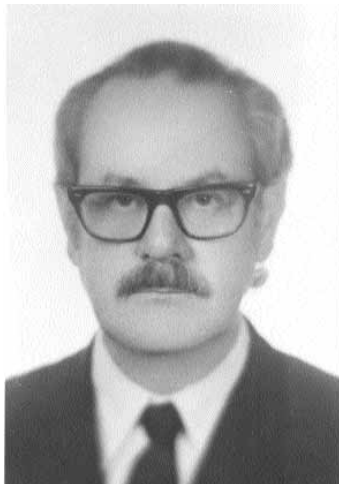
A partir de 1980, após seu retorno ao Brasil, o camarada Timbaúva atuou em Minas. Coube-lhe enfrentar as tentativas fracionistas comandadas pelo camarada Prestes, o que ele fez com decisão.

Faleceu aos 66 anos de idade, sendo enterrado em São Paulo. O *Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas*, por ocasião de sua morte, enviou mensagem à família, enaltecendo o companheiro morto, mensagem esta publicada na íntegra pelo jornal do partido *Voz da Unidade*, onde ficou um dos poucos registros de suas grandes lições.



Codigo_do_Logradouro_:	019210
Tipo_do_Logradouro_:	RUA
Nome_do_Logradouro_:	ORESTES TIMBAUVA RODRIGUES
Nome_do_Bairro_:	TIROL
Tipo_da_Legislacao_:	DECRETO 8083
Data_da_Aprovacao_:	20/10/1994

Orlando da Silva Rosa Bomfim Júnior



Orlando da Silva Rosa Bomfim Júnior, filho de Orlando da Silva Rosa Bomfim e de Maria Gasparini Bomfim, nasceu no dia 13 de janeiro de 1915, em Santa Tereza, Espírito Santo.

Mudando-se para Belo Horizonte, fez o curso de Direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e exerceu as atividades de jornalista no *Estado de Minas*, jornal de grande circulação, do qual, ainda jovem, alcançou ser secretário. Foi jornalista até 1964, quando o jornal *Novos Rumos*, que dirigia no Rio de Janeiro, foi fechado.

Orlando fez opção política no período da redemocratização, quando foi eleito vereador em Belo Horizonte nas eleições de 1946, tendo sido líder do seu partido, o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Foi um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros* e passou a dirigir jornais partidários e a advogar gratuitamente, tendo abandonado, então, uma famosa banca de advocacia.

Em 1958 mudou-se para o Rio de Janeiro e começou a trabalhar no jornal *Imprensa Popular*.

Uma das participações mais marcantes de Orlando foi na greve dos operários do Morro da Mina, greve esta que durou 43 dias. Orlando atuou como advogado dos operários, morou com

eles e foi lá que, procurado vivo ou morto, conseguiu cobertura de casa em casa, escondendo-se da polícia.

No dia 8 de outubro de 1975, sua filha Beatriz Bomfim ficou sobressaltada com um telefonema anônimo, em que alguém, dizendo-se "um amigo de seu pai", comunicava a prisão de Orlando e pedia que a família contratasse um advogado e comunicasse o fato à Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Imediatamente, os filhos e o Comitê Central do PCB mobilizaram-se para localizá-lo. A partir daí, começou mais uma busca a um desaparecido por força da repressão política.

No mesmo dia, foi feito contato com uma autoridade em Brasília, que prometeu elucidar o desaparecimento de Orlando em 72 horas. Passaram-se as horas, os dias, os anos e Orlando nunca foi encontrado, apesar dos esforços de partidos políticos, entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Comitê Brasileira de Anistia (CBA) e a Comissão de Justiça e Paz da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Todos os instrumentos legais foram acionados e, no dia 13 de outubro, o advogado deu entrada a uma petição na 2ª Auditoria da Marinha, onde Orlando Bomfim tinha um mandado de prisão preventiva decretado; de acordo com a petição, qualquer dependência policial ou militar em que se encontrasse o preso deveria comunicar o fato imediatamente à Marinha.

Toda a alteração provocada pelo brusco desaparecimento do pai não era, contudo, a primeira preocupação que se instalava dentro da família. "A angústia não datava de 8 de outubro. Ela vinha desde 1964, quando nosso pai foi arrancado do convívio de sua família e da sociedade para entrar numa clandestinidade forçada pela situação política. Uma clandestinidade que era,



mais uma vez, opção de uma vida dedicada à luta, a um ideal. Mas esta mesma clandestinidade era pesada para um homem cheio de hábitos simples e pequenos”, ressaltaria mais tarde seu filho.

No dia 31 de outubro, a família recebeu a notícia de que o pai estaria preso no Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) do Rio de Janeiro. Os contatos foram retomados na esperança de encontrar Orlando, mas, mais uma vez, as tentativas resultaram frustradas.

No dia 27 de novembro de 1975, a redação do jornal *O Estado de São Paulo* recebeu um telefonema anônimo, dando conta de que Orlando estava morto. Naquele mesmo dia, a sucursal da *Folha de São Paulo* recebeu também telex informando que Orlando Bomfim fora morto na prisão, durante interrogatório.

Seu corpo nunca foi encontrado e, na angústia do desconhecimento, passou a ser dado, como tantos outros companheiros, como *desaparecido*. No entanto, de acordo com declarações do ex-Sargento Marival Dias Chaves do Canto, em entrevista à revista *Veja* de 18/11/92, Orlando Bomfim Júnior, como pertencente à cúpula do PCB, foi morto com injeção para matar cavalo. Foi capturado no Rio de Janeiro pelo DOI/CODI de São Paulo e levado para o cárcere Castelo Branco. Morto, seu corpo foi jogado no rio Avaré, no trecho entre a cidade de Avaré, São Paulo, e a rodovia Castelo Branco.

O homem que a repressão levava à morte era casado e pai de seis filhos: Regina, Orlando, Roberto, Olga, Sérgio e Beatriz. Segundo depoimento de amigos e familiares, era uma pessoa sincera e franca. Convivia igualmente com pessoas de qualquer nível social e era respeitado tan-



to no meio operário, como entre políticos e intelectuais. Era um espírito aberto e *sem verdades pré-fabricadas*, admirado por todos que tinham o privilégio de desfrutar do seu convívio.

Um de seus filhos prestou testemunho do respeito que o pai tinha pelos outros, pelas idéias e crenças dos outros. Contou que uma de suas irmãs era religiosa devotada e o pai, que era ateu, jamais reprimia a filha, pelo contrário, acordava-a sempre para que não perdesse o horário da missa.

Orlando era um ídolo para os filhos, que não se conformaram em ter o pai arrolado na lista de presos políticos desaparecidos. Prometeram a si mesmos que a luta que o levava à morte não cessaria e que, em nome dele, continuariam trabalhando pelas minorias e por uma vida digna e justa para todos.





Osório da Rocha Diniz

Osório da Rocha Diniz nasceu em Contagem, Minas Gerais, em 1º de outubro de 1904.

Economista, engenheiro, jornalista e professor universitário, participou da fundação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Faculdade de Engenharia Kennedy e da Escola Superior de Agrimensura.

Foi um dos articuladores da campanha *O Petróleo é Nosso*, da qual surgiu a lei que criou a Petrobrás. Mais tarde, de 1963 a 1967, viria a ser membro do Conselho de Administração daquela empresa, época em que impediu demissões arbitrárias de trabalhadores em razão de perseguição política. Defendeu intransigentemente os recursos minerais e naturais do País.

Autor de 14 livros publicados na coleção Brasileira, entre eles *O Brasil em face do imperialismo moderno* e *A política que convém ao Brasil*, escreveu também durante 50 anos no jornal *Diário do Comércio*, em Belo Horizonte. Catedrático, foi aposentado compulsoriamente pelo Ato Institucional n.º 5 (AI-5) em 1968. Em seguida, vítima de perseguição política, foi impedido

de trabalhar. Foi preso em Belo Horizonte no ID 4, por defender um Brasil livre, soberano e independente.

Osório da Rocha Diniz faleceu em 14 de junho de 2003.





Oswaldo Orlando da Costa

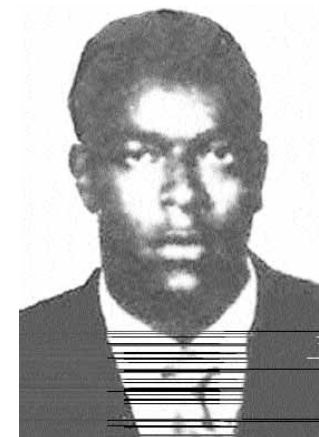
Oswaldo Orlando da Costa nasceu em 27 de abril de 1938, em Passa Quatro, sul de Minas. Negro, forte, com quase dois metros de altura, era uma figura inconfundível, até porque seu porte avantajado contrastava com sua meiguice e afetividade.

Estudou na Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro, onde se formou técnico em máquinas e motores. Praticou atletismo no Botafogo, onde se inscreveu em 1957; foi campeão carioca de box pelo Clube Oficial da reserva, do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR); cursou até o 3º ano de Engenharia na Tchecoslováquia, onde viveu alguns anos.

Membro do Partido Comunista do Brasil (PC do B), foi obrigado a viver na clandestinidade logo depois do Golpe Militar de 1964. Oswaldo foi um dos primeiros a chegar à região do Araguaia, em Tocantins, por volta de 1966/1967, como garimpeiro e mariscador. Tornou-se o maior conhecedor de toda a área, tanto a da guerrilha como as circunvizinhas. Fixou residência numa propriedade que adquiriu em 1969, às margens do rio Gameleira, onde mais tarde a ele vieram se juntar outros companheiros.

Era muito querido e respeitado tanto pela população quanto pelos companheiros. Contam a seu respeito, inúmeras histórias na região, muitas delas verdadeiras, outras autênticas lendas sobre sua bondade, sua força, sua coragem e também sobre sua pontaria. Era conhecido na região como Osvaldão ou Mineirão.

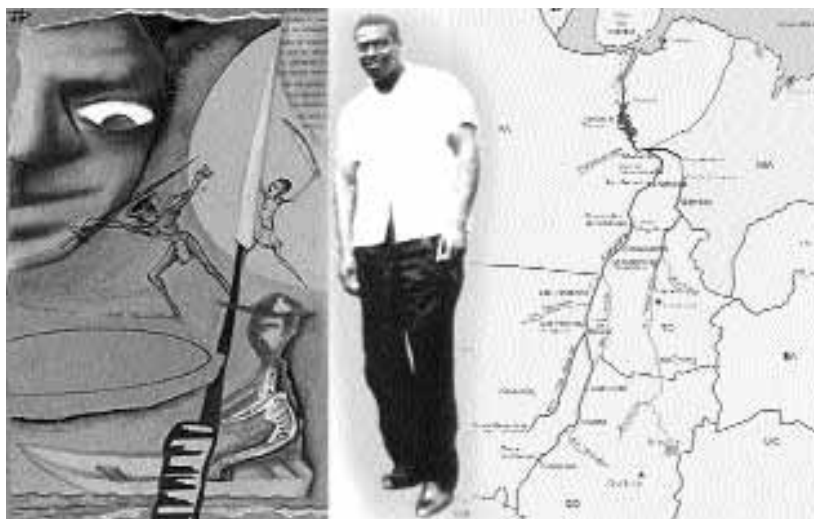
Foi comandante do Destacamento B das Forças Guerrilheiras do Araguaia e participou de vários combates ao lado de



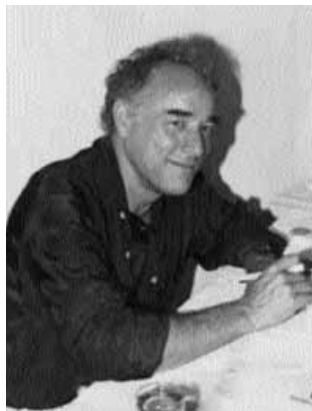
Dina, tornando-se o mais conhecido combatente do Araguaia. Estava entre os que foram atacados por grande contingente das Forças Armadas em 25 de dezembro de 1973.

Morto em abril de 1974, perto da localidade de São Domingos, seu corpo foi amarrado em um helicóptero que sobrevoou toda a região. Posteriormente, sua cabeça foi decepada e exposta.

Em matéria sobre a Guerrilha do Araguaia publicada no *Jornal do Brasil* por Etevaldo Dias e Ronaldo Brasiliense em 22/03/92, sob o título *Um mistério chega ao fim*, há um trecho que se refere à morte de Osvaldão: *"tombou o mais temido e procurado dos militantes comunistas. Ele teria "topado" de frente com uma patrulha do Exército, levando o primeiro tiro de espingarda calibre 32 disparado por Mineiro, um mateiro, conhecido guia recrutado pelo Exército. Caído, baleado na barriga, Osvaldão foi fuzilado pelos soldados. Seu corpo foi embrulhado em um saco de lona e içado por um helicóptero. Segundo um dos participantes da patrulha, a corda rompeu-se no ar, a uma altura de 10 metros e, na queda, o corpo teve o tornozelo fraturado. Como os outros combatentes mortos, Osvaldão foi enterrado em cemitério clandestino na própria região".*



Oswaldo França Júnior



Oswaldo França Júnior nasceu no Serro, Minas Gerais, em 21 de julho de 1936, filho dos advogados Oswaldo França e Jacyra Nunes França. Tinha cinco irmãos. Casou-se com Maria Lília Fonseca França, com quem teve três filhos: Andréa, Jacyra e Oswaldo França Neto.

Após a conclusão do curso primário, toda a sua formação se deu na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, onde ele se diplomou piloto de caça

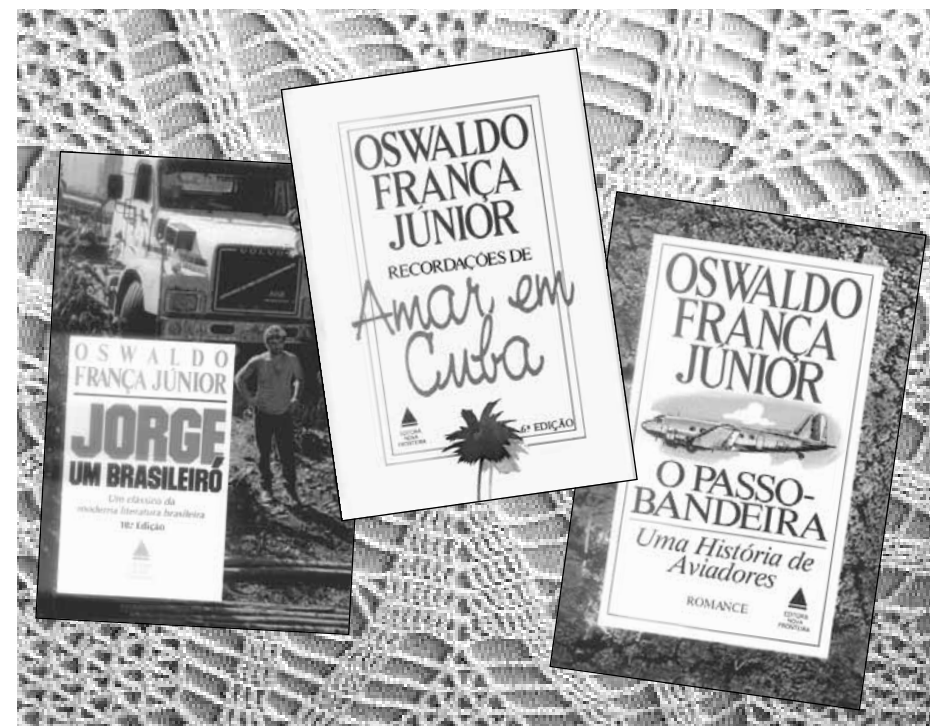
bombardeiro da Aeronáutica Brasileira.

França Júnior exerceu inúmeras atividades durante sua vida: foi cadete; corretor de mercado de capitais, de imóveis, de cereais, de carros usados; proprietário de banca de revistas, de barracas de pipocas; gerente de empresa de ônibus e sócio de empresa de táxis.

Como cadete da Aeronáutica, teve os seus direitos políticos cassados por não cumprir as ordens superiores que haviam ordenado que o Esquadrão de Caça, sediado em Porto Alegre, bombardeasse o Palácio do Governo no período em que ele estava sendo ocupado pelo governador Leonel Brizola. França Júnior resistiu ainda à ordem de atingir também a residência particular e a rádio que o político gaúcho utilizava como palanque para seus discursos inflamados contra o Golpe Militar de 1964. Os suboficiais se rebelaram naquela base e nenhum avião decolou. Nos anos de chumbo todo o esquadrão foi preso e cassado.

França Júnior começou sua produção literária após ter sido afastado da Aeronáutica, como subversivo, por ocasião do Golpe Militar de 1964. Publicou seu primeiro romance *O Viúvo* em 1965. A esse se seguiriam seus demais livros: *Jorge, Um Brasileiro* (1967), *Um Dia no Rio* (1969), *O Homem de Macacão* (1972), *A Volta para Marilda* (1974), *Os Dois Irmãos* (1976), *As Lembranças de Eliana* (1978), *Aqui e em Outros Lugares* (1980), *À Procura dos Motivos* (1982), *O Passo-Bandeira (uma história de aviadores)* (1984), *As Laranjas Iguais* (1985), *A Árvore que Pensava* (1986), *Recordações de Amar em Cuba* (1986), *No Fundo das Águas* (1987).

Faleceu no dia 10 de junho de 1989, em um acidente de carro, poucos dias após ter concluído seu último romance, intitulado *De ouro e de Amazônia*.





Otaviano de Carvalho

Otaviano de Carvalho nasceu em Iguatama, Minas Gerais, em 13 de outubro de 1955. Aos 14 anos, deixou os pais para estudar em Belo Horizonte, morando com sua irmã mais velha, a Izinha. O oitavo de nove irmãos, tinha em Izinha uma segunda mãe e com ela ficou até os 23 anos, quando se formou em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC - Minas).

Em janeiro de 1981 mudou-se para Vitória, Espírito Santo, com a finalidade de ajudar a construir o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista (ORM-DS), da qual era militante na época. O PT havia sido oficializado em 1980 e precisava ser consolidado na Capital e organizado no interior. Otaviano se encarregou dessa missão e por ela trabalhou muito.

Quatro meses depois de ter se transferido para Vitória, Otaviano voltou a Minas, casou-se com Lísia Pimenta Mendes e, em abril de 1981, voltou com a mulher para a terra capixaba, construindo uma nova vida. O casal teve duas filhas, Camila e Mariana. Lísia era companheira forte, segurou muitas ondas. Aceitou o desafio de mudar-se para Vitória, agüentou as dificuldades financeiras, quando o dinheiro era curtíssimo. Foram 18 anos juntos.

De Otaviano pode-se dizer que sua profissão era a de um lutador. Jornalista por formação, jamais colocou a carreira à frente de seu desejo de transformar o mundo, sonho que o perseguiu durante toda sua vida. Na vida comunitária, foi líder que encabeçou lutas por melhoramentos em seu bairro e pela organização das associações de moradores. Na política, pautou-

se pela ideologia e pela ética. Sua postura e seu voto não eram mercadorias, portanto não os trocava nem os negociava.

A vocação de Otaviano para a responsabilidade social e política, tão intensamente presente em toda a sua vida, manifestara-se desde os tempos de estudante. Ainda em Minas Gerais, havia sido diretor do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da PUC-Minas e da União Estadual dos Estudantes (UEE/MG). Mais tarde, no Espírito Santo, começou ajudando a organizar o PT em vários municípios, formando militantes e estruturando diretórios. Em 1982, foi responsável pela confecção do material de campanha dos candidatos majoritários do PT. Fazia o material e ele mesmo rodava em sua off-set. Sempre acreditou no PT como alternativa político-partidária e por ele trabalhava todos os minutos da sua vida. Foi da executiva do PT municipal de Vitória, da executiva estadual e membro do diretório nacional várias vezes.

Eleito vereador em Vitória duas vezes, não completou o último mandato, pois assumiu a Superintendência de Comunicação do Governo Estadual. Seu objetivo era realizar um trabalho que acreditava ser possível e necessário e que visava moralizar a área de comunicação, que vinha servindo apenas de canal para trambiques e armações político-econômicas. Em 1996 saiu do cargo, pois os rumos adotados pelo governo petista eram muito diferentes dos concebidos pelo partido, antes das eleições. Candidatou-se então a prefeito de Vitória, ficando em terceiro lugar. Em 1997, assumiu a vaga de deputado estadual, por ser o primeiro suplente da coligação PT/PSB.

Vindo de uma família mineira interiorana, apegada a costumes e raízes, Otaviano rompeu com valores e crenças, mas conservava, mesmo sem se dar conta, muito do que aprendeu lá naquela cidadezinha, na Iguatama que tanto amava. Mas foi na terra do Espírito Santo que Otaviano partiu, e tão inesperada e brutal foi a partida que restou um sulco de dor profunda no coração de todos quantos de alguma forma se relacionavam com ele.

Era um dia comum aquele 10 de junho de 1999 em que Otaviano, 43 anos, viajava pela rodovia BR-101, no município de Linhares, no norte do Espírito Santo. Inesperadamente, um caminhão em alta velocidade atingiu o carro em que viajava, um Fiat Tipo. O carro pegou fogo minutos depois. Otaviano ficou preso às ferragens e foi carbonizado. De acordo com relato de testemunhas, o ex-deputado ainda lutou para sair do carro, mas acabou desistindo. *"Companheiro, não tem jeito, eu vou morrer"*, teria dito o ex-deputado, segundo testemunhas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve no velório de Otaviano, a quem comparou a *"uma artéria que faz o coração do PT pulsar"*. Avaliou que a morte do militante *"trouxe perda ao movimento popular, sindical, ao PT e à democracia"*, lamentando a fatalidade, inexplicável para o ser humano, que ceifara vida tão preciosa.





Código_do_Logradouro: 078925
 Tipo_do_Logradouro: RUA
 Nome_do_Logradouro: H
 Nome_do_Bairro: VILA PINHO
 Tipo_da_Legislação: EM TRAMITAÇÃO
 Data_da_Aprovação:

Paschoal Souza Lima

A partir do momento em que foi deflagrado o Golpe Militar de 1964, as forças repressoras buscaram sufocar todo tipo de resistência ao movimento.

Muitos estudantes, operários e camponeses foram mortos.

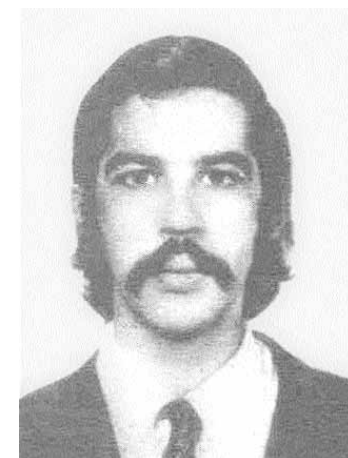
Paschoal Souza Lima foi um deles. Morreu na cidade de Governador Valadares, Minas Gerais, no dia 31 de março de 1964, em conflito de rua, conforme denúncias do jornal *Correio da Manhã* em sua edição de 2 de abril de 1964.





Paulo Costa Ribeiro Bastos

Paulo Costa Ribeiro Bastos nasceu em 16 de fevereiro de 1945, em Juiz de Fora, Minas Gerais, filho do General Othon Ribeiro Bastos e de Maria do Carmo Costa Bastos. Kursou o Ensino Fundamental e o Médio no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Mais tarde, seria diplomado Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passando a trabalhar como funcionário do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).



Era militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Segundo dados sobre os 144 desaparecidos políticos existentes no Centro de Inteligência do Exército (CIE) colhidos pela Comissão Externa da Câmara Federal, Paulo, que usava os codinomes *Luiz*, *Nando*, *Fernando* e *Nelson*, teria participado de vários assaltos a instalações comerciais. O mesmo documento informa sobre sua presença na República Federal da Alemanha, em 1976.

Em 10 de julho de 1972, Paulo foi preso, junto com Sérgio Landulfo Furtado, pelo Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) no Rio de Janeiro. Foi levado para a Polícia do Exército (PE), sob a acusação de ser militante do MR-8. A prisão ocorreu no bairro carioca da Urca.

Paulo Costa Ribeiro Bastos morreria sob tortura três dias depois.



Paulo Roberto Pereira Marques

Paulo Roberto Pereira Marques nasceu no dia 14 de maio de 1949, na cidade de Pains, em Minas Gerais, filho de Maria Leonor Pereira Marques e Sílvio Marques Camilo. Seus irmãos eram Maria de Fátima, Sílvia Maria, Júlio César e Maria Ângela.

Aos 15 anos, a fim de dar continuidade a seus estudos, transferiu-se para Acesita, indo morar na casa de uma tia. Veio depois para Belo Horizonte, concluindo o Ensino Médio no Colégio Lúcio dos Santos. Ingressou, em seguida, no curso pré-vestibular Pitágoras, preparando-se para o vestibular de Química.

Funcionário do Banco do Estado de Minas Gerais, participou ativamente da greve dos bancários de 1968, razão pela qual foi indiciado com base na Lei de Segurança Nacional.

Em 1969, membro do Partido Comunista do Brasil (PC do B), foi viver no lugar denominado Gameleira, na região do Araguaia, montando uma pequena farmácia, juntamente com o companheiro Ciro Flávio Salazar e Oliveira. Em pouco tempo, tornou-se conhecido na região. *Amauri*, nome pelo qual era conhecido, tinha gênio alegre e espírito sempre bem disposto. Tocava violão e cantava, naquela terra que o acolhia, as músicas que falavam dos ideais de libertação e de uma vida mais justa para o povo brasileiro.

Em última carta enviada à família, Paulo dizia à mãe para não se preocupar, porque não estava fazendo nada de errado, apenas lutava para mudar o País, a fim de que todos tivessem uma vida melhor. Sabendo que a mãe, D. Leonor, gostava muito



das músicas de Chico Buarque, dizia, em suas cartas que, ao ouvir *Apesar de Você*, lembrava-se dela. Filho amoroso e preocupado com os irmãos menores, pedia à irmã mais velha, Maria de Fátima, que cuidasse bem dos irmãos, já que ele não poderia fazê-lo, pois estava ausente.

Paulo Roberto está desaparecido desde o ataque da Comissão Militar à região do Araguaia, no dia 25 de dezembro de 1973. Os familiares, apesar das buscas, nunca mais tiveram notícias de Paulinho, como era chamado por eles.

*Apesar de você
amanhã há de ser
outro dia....*



Pedro Alcântara Moreira

Pedro Alcântara Moreira nasceu em Mogi-Mirim, São Paulo, no dia 18 de fevereiro de 1953. Casou-se com Maria Auxiliadora Gomes, a Dora, com quem teve duas filhas: Joana e Paula.

Mudou-se para Belo Horizonte em 1974, onde desenvolveu intensa atividade política, destacando-se nas lutas sindicais e nos movimentos dos servidores públicos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Também participando dos movimentos de bairro, tornou-se, em 1978, dirigente da Associação Comunitária do Bairro Jardim América (ADAVE).

Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) em Belo Horizonte e desenvolveu trabalho de assessoria nas eleições de 1989, em João Monlevade, Bela Vista de Minas e São Domingos do Prata. Os fundadores do PT daquelas regiões tinham-no como pessoa de singular competência, de caráter firme e de alma terna. Afirmavam ter por ele imensa dívida de gratidão.

De 1985 a 1986, presidiu a Associação dos Servidores da Universidade Federal de Minas Gerais (ASSUFEMG).

Desenvolveu trabalho sindical na Associação Sindical dos Funcionários de Universidades Brasileiras (FASUBRA), como seu presidente, de 1987 a 1988, e como coordenador, de 1989 a 1992, época em que exerceu concomitantemente, um cargo na Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT).



Morador do Bairro Venda Nova, deu imprescindível contribuição aos movimentos comunitários.

Doente, não abandonou nenhuma de suas lutas. Faleceu no dia 12 de março de 1993, de câncer, em Belo Horizonte.



Pedro Alexandrino de Oliveira Filho



Pedro Alexandrino de Oliveira Filho, filho de Pedro Alexandrino de Oliveira e de Diana Piló Oliveira, nasceu em Belo Horizonte, no dia 19 de março de 1947. Tinha três irmãs: Ângela, Eliana Maria e Diana Maria. Sempre foi um filho e irmão muito amigo, amoroso e alegre. Perto ou longe, participava intensamente da vida da família e tratava as irmãs com um carinho incomum.

Também os inúmeros amigos, entre eles Fredinho Silésio, Leonardo Andrade e Didiu, tinham nele uma pessoa alegre e

tranqüila. Sabiam que ele gostava muito de cantar e que o fazia muito bem, pois era dono de uma belíssima voz. Ele adorava fazer serenatas com os seus amigos, inclusive para as próprias irmãs. Duas eram as músicas de sua preferência, as que mais marcaram sua irmã Eliana, *Perfidia* e *Relógio*.

Pedro cursou o Ensino Fundamental no Colégio Monte Calvário e o Ensino Médio no Colégio Anchieta. Começou cedo a trabalhar no antigo Banco Hipotecário, depois Banco do Estado de Minas Gerais, instituição que o transferiu para São Paulo em 1967. Em São Paulo, ele terminou seus estudos, fazendo também um curso de inglês.

Retornou a Belo Horizonte em 1969, quando já era procurado. Foi preso em dezembro do mesmo ano, dentro da casa de sua irmã Ângela, no bairro Gutierrez, para onde correu quando se sentiu seguido e ameaçado. Na própria casa de Ângela, que se encontrava no trabalho, levou coronhadas na cabeça, pon-

tapés, foi colocado nu e espancado na frente de suas duas sobrinhas, de 3 e 4 anos de idade. Levado preso para o Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG) foi barbaramente torturado com choques elétricos no intestino, pau-de-arara, palmatória, enforcamento e outras atrocidades. Quando foi solto, estava surdo de um ouvido, sendo que o outro encontrava-se em estado lastimável.

Pedro Alexandrino passou o Natal de 1969 com a família, almoçando com todos na casa dos avós. Em seguida, dirigiu-se até à residência do casal amigo Mário Silésio e D. Maria Eugênia, pais de Fredinho e sogros do ex-governador Hélio Garcia. Saiu da casa dos amigos e nunca mais foi visto. Sem condições de viver em Belo Horizonte, optou pela clandestinidade.

Estudante universitário, Pedro já participava ativamente do movimento estudantil em São Paulo. Nesse período, a família não teve mais paz, a casa onde moravam era freqüentemente invadida por policiais à procura de Pedro Alexandrino.

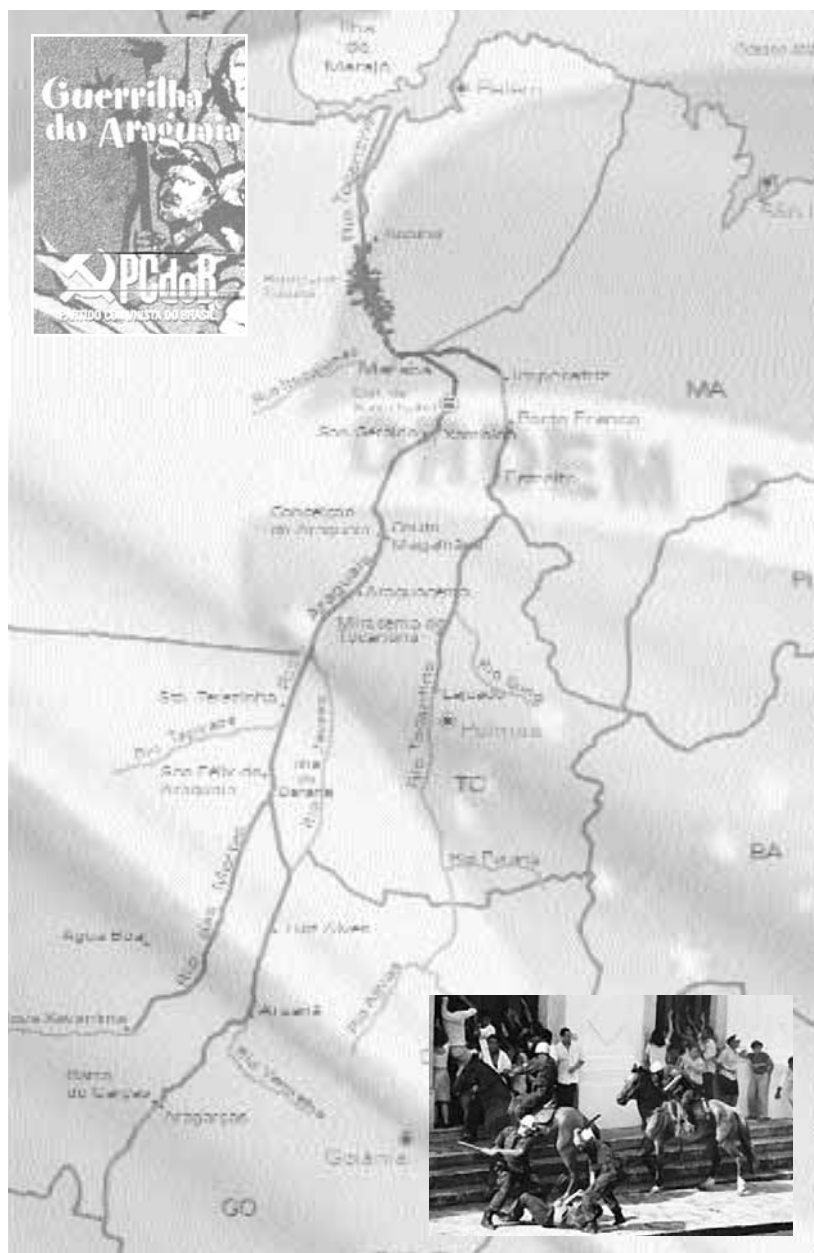
D. Diana, não suportando as constantes violências, resolveu mudar-se para o Rio de Janeiro, onde foi tentar encontrar o paradeiro de seu filho tão querido. Bateu em todas as portas possíveis: Igreja, Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Justiça e Paz e outras tantas até que encontrou um casal, Sr. Edgar e D. Sirene, que buscavam notícias de dois filhos e da nora, também desaparecidos. Nessa ocasião, D. Diana soube do envolvimento de Pedrinho com o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e com a Guerrilha do Araguaia.

Em procura incansável, conseguiu descobrir um companheiro do filho, o Glênio, que dividira com Pedro e José Genoíno uma mesma casa no Araguaia: Glênio e José Genoíno, mais tarde presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), conseguiram

sair com vida.

A família soube, nesta época, que Pedro tinha uma namorada, com codinome *Tuca*, que havia ido também para o Araguaia. Chamava-se Maria Luísa Garlipe, enfermeira do Departamento de





Moléstias Transmissíveis do Hospital das Clínicas de São Paulo, nos anos de 1967 a 1969. No Araguaia, ela desenvolveu intenso trabalho de saúde, destacando-se como parteira e substituindo João Carlos Haas Sobrinho, depois de sua morte, no serviço de saúde das forças guerrilheiras do Araguaia.

Pedrinho, como era carinhosamente chamado pela família, ou Peri pelos companheiros, ao transferir-se para o Araguaia, foi residir na região da Gameleira, incorporando-se depois, como combatente do Destacamento B. Em 1974, quando tinha 24 anos, foi tido como desaparecido. Segundo informes da Marinha, Pedro teria morrido no dia 4 de agosto de 1974, em Xambioá, onde usava os codinomes de *Moisés*, *Chico* e *Peri*.

A família até hoje pergunta onde estão os restos mortais do irmão querido e do filho tão amado.

Durante uma entrevista ao *Jornal do Brasil*, edição de 25/11/92, a deputada Maria Luíza Fontenelle (PSB-Ceará) afirmou que *"buscar onde foram enterrados nossos mortos é como buscar a nossa PAZ"*.

As cartas escritas por Pedro Alexandrino para a família eram extremamente afetivas e carinhosas. As saudades eram sempre imensas e a vontade de poder abraçar, beijar, sorrir e cantar com as irmãs também era constante. Sempre se colocava como um grande amigo e companheiro delas. Perguntava dos sobrinhos, queria notícias de todos. De seus projetos pessoais e de sua vida particular, pouco falava. Mas sempre lembrava do seu compromisso com o povo brasileiro, do significado da luta política, da importância da honestidade, da seriedade, do crescimento interior, de atitudes decentes e até da vontade de ter um filho, algum dia. Numa de suas cartas ele dizia: *"Tudo do amanhã está sempre no campo das possibilidades, é de hoje que temos a certeza, é hoje que criamos as condições objetivas para o amanhã"*.

Terminava, sempre, com lembranças aos amigos, com um abraço para cada uma das irmãs e carinhos especiais para D. Diana, a quem dedicava os muitos beijos do Pedrinho ou do Peter.



Raimundo Carlos

Durante o período da ditadura militar que se instalou no Brasil a partir de 1964, as companhias Belgo Mineira e USIMINAS perseguiram e permitiram que vários de seus operários fossem presos e torturados, sob a alegação de que eram elementos perigosos, pois teriam o propósito de subverter a ordem pública.

Esses operários, além de toda a humilhação sofrida, foram obrigados a assinar carta de demissão, quando, com mais de 20 anos prestados a suas empresas, já estavam perto de alcançar sua aposentadoria. A pressão para que assinassem a carta de demissão usava do argumento de que, caso se recusassem, receberiam a pena de uma prisão mais longa, além de outras medidas punitivas mais drásticas.

Acuados, eles deixaram seus familiares em dificuldade, pois a empresa obrigou-as a abandonar as casas funcionais que ocupavam. Além disso, eles foram insultados em diversas ocasiões, sob a pecha de parentes de bandidos, subversivos e comunistas. Para todas aquelas famílias, aquele foi um DIA NEGRO, nome pelo qual ficou conhecido. Para a história de Minas, o dia foi o do *Massacre de Ipatinga*.

Raimundo Carlos, filho de Manoel Carlos e de Cecília André, nascido em 1909 e falecido em 1984, foi um dos operários alcançado por essas perseguições. Como *crime*, cometera o de participar ativamente da política na região do Vale do Rio Doce



Raimundo Eduardo da Silva

Raimundo Eduardo da Silva, jovem negro, estudante, operário, tinha uma sensibilidade apurada para os problemas sociais, principalmente os da classe operária. Desde cedo iniciou um trabalho de discussão sobre os problemas políticos da realidade brasileira e, para isso, tentou estruturar um trabalho no bairro em que morava.

Em sua mente brotavam idéias, por exemplo, sobre como deveria agir para organizar uma mobilização em sua comunidade. Ou sobre como formar um partido e sobre qual seria o objetivo desse partido.

O que se notava claramente na militância política de Raimundo era o caráter libertador da luta, isto é, ele desejava reunir jovens e operários em torno de uma luta para organizar o povo.

Devido a essa vontade, devido a esse desejo de ver seu povo livre da opressão política, Raimundo tornou-se, em pouco tempo, um militante da Ação Popular (AP), juntando-se a um grupo de jovens que freqüentavam a Igreja no bairro onde morava.

A AP nascera em 1962, composta de cristãos progressistas ligados à Ação Católica, em particular à Juventude Universitária Católica (JUC). Num primeiro momento, definira-se como *movimento político* (e não *partido*), inspirara-se nas idéias humanistas de Jacques Maritain, Teilhard de Chardin, Mounier e do Padre Lebre. Em seu *Documento Base*, editado em 1963, havia se proposto a lutar por uma sociedade justa, condenando tanto o capitalismo quanto os países socialistas existentes. Seu peso maior estava na área estudantil, em que a organização controlou as sucessivas diretorias da União Nacional dos Estudantes

(UNE), procurando penetrar nos meios operários e rurais.

Como militante ativo da AP, Raimundo, em menos de um ano, já havia formado várias células, com a participação de 30 militantes. Com o crescimento e o desenvolvimento progressivos desse trabalho, ele se tornou, aos 20 anos, um líder conhecido por muitos moradores do bairro Jardim Zaíra, na cidade de Mauá. Foi o mais jovem presidente da Sociedade Amigos do Bairro.

Mas, em fins de 1970, ocorreu uma infiltração em seu grupo. Surgiu o risco iminente de que a repressão interviesse e prendesse a todos. Raimundo mudou-se, então, para a cidade de Santo André, mas, infelizmente, caiu nas mãos dos agentes da repressão, vindo a falecer em 5 de janeiro de 1971.

Foi enterrado como indigente em Guaianases: esta foi a história que contaram para seus familiares. Para os que conviveram com ele, Raimundo hoje seria um cidadão perfeitamente integrado ao processo de democratização do Brasil.

(Texto cedido por familiares).





Ao companheiro Raimundo Eduardo da Silva

Dois dias antes de receber a notícia de tua retirada do Hospital Santo André pela OBAN, te enviei uma poesia. Depois soube que você não havia recebido. Era uma poesia de Paul Éluar e dizia o seguinte:

"A noite que precedeu sua morte
foi a mais curta de sua vida.
A idéia de que ainda existia
Quimava-lhe o sangue nos pulsos.
O peso de seu corpo o estragava.
Sua força o fazia gemer.
E bem no fundo deste horror
Foi que começou a morrer.
Pois não tinha só um companheiro,
Tinha milhões e mais milhões
Para vingá-lo, ele o sabia
E o dia nasceu para ele."

Mesmo assim não consigo te imaginar morto. Não consigo acompanhar mesmo na imaginação o que fizeram contigo desde o momento que te arrancaram da cama, indefeso em estado grave para te prender e depois assassinar. É extremamente Eu estava também de cama, doente, e não pude ir te visitar. Mas sabia de você todos os dias. Soube quando a DOPS de São Bernardo, que desencadeou uma repressão em massa contra operários e suas famílias em Mauá e Santo André, tentou te tirar do hospital e da tua tranquilidade mesmo diante desta situação. Depois, no dia 27 de dezembro, a OBAN te arrancou da cama, onde você ainda tomava soro. Soube ontem da tua morte. Soube ontem que seus pais souberam de tua morte quando o Hospital Militar lhes entregou teu atestado de óbito com um cínico diagnóstico: "edema pulmonar agudo".

Doloroso imaginar a tua agonia e morte em mãos tão frias e sordidamente assassinas e o teu enterro clandestino realizado por teus próprios torturadores e carrasco.

Você tinha 22 anos. Uma bondade sem limites, um sorriso manso, uma paciência de quem sempre sabia ouvir e calar. Uma inteligência que lhe permitia avançar sempre um pouco certo, com passos às vezes lentos porém seguros.

Mesmo às vésperas de tua morte soube se lembrar e cuidar de avisar tua mãe, de tranquilizá-la dizendo: "avise mamãe que estou bem e que tudo se resolverá bem". Você sabia que não era bem assim. A polícia cercava teu leito e te ameaçava, pressionando um moribundo para que pagasse ainda o preço do silêncio.

Você ainda estava chocada com o acidente que lhe levava ao hospital e com que sorte. Em teus poucos dias de vida muito sofrimento e muita miséria te fizeram curtir e acumular uma grande força. Se somaram em você aquela tranquilidade de teu pai operário, com a energia e determinação de tua mãe. Mas mesmo assim a face da morte

sempre esparte e nos faz mais velhos, maiores. Os amigos que te viram dizem de tua magreza impressionante e de tua tranquilidade, mesmo assim.

Meu irmão, Raimundo, não consigo te imaginar morto, assassinado de forma tão infame e cruel. E há uma razão profunda para isso: o que você foi, o que você fez e representava não morre nunca, é eterno.

A inteligência não morre. O terror é impotente para matá-la. Você sabia onde devia ir e como e com quem. O teu amor aos teus familiares, aos amigos e companheiros, à classe operária, ao povo e ao Brasil, ninguém e de nenhuma forma conseguirão apagar e matar. Este amor que te fez amado de todos e odiado pelos que odeiam a classe operária, o povo brasileiro e o Brasil, esta Ditadura Militar de traição nacional.

Como poderiam eles amarrar de teu corpo magro, recém operado, de tua agonia tão dolorosa esta força imensa, invencível e eterna? Com apenas as armas dos meus assassinos? A tua dedicação à classe operária e de todo o povo, a sua luta pela libertação não morreu e nem morrerá jamais, renasceu com mais força ainda em todos nós. Quem poderia apagar esta chama se cada morte desperta milhões para uma nova vida? Se cada um que tomba, como você provoca o despertar de milhões que vem ocupar o seu lugar com os olhos voltados para o teu exemplo e o abraço pulsando por seguir-lo fielmente?

O teu sentido proletário de solidária rebeldia, de amor aos companheiros e dedicação sem honrarias, de servir ao povo sem retribuições, de lutas sem vanglorias, de decisão de ir até o fim sem a angústia dos inseguros, tudo isso meu irmão Raimundo, não pode morrer jamais e ninguém será capaz de matar. Quem morre por isso vive eternamente. Assassinar em você um corpo maltratado, doente, dolorido e libertaram em nós, forças que se somaram às tuas e que irão despertar a milhões de jovens como você que lutarão por tua classe, teu povo e tua pátria. Milhões de jovens negros como você que lutarão contra a desigualdade social e a discriminação racial. Milhões de operários como você que lutarão contra a dominação de classes, a repressão política e a repressão contra as classes dominadas, com a certeza que construiremos um novo mundo, o das classes trabalhadoras. Milhões de brasileiros como você que lutarão pela liberdade do Brasil e o início de um novo tempo de Brasil livre, democrático, soberano e quando realmente para os brasileiros.

Vê meu irmão Raimundo, como você não morreu? Vê porque não te posso imaginar morto se você nos fez mais vivos e fortes, lutando pela vida contra o terror de uma Ditadura assassina?

Te vejo portanto de novo sorrindo aquele mesmo sorriso e concordando conosco. Te vejo de novo tranquilo e desarmado um pouco depois de um grande sofrimento. Te vejo de novo entre nós com tua força; tua presença nos ajudando a cada passo em todos os lugares e tarefas. Te vejo sendo levado com teu exemplo a milhões de novos amigos. Lembra-se do Edson Luís? e de tantos outros? Te vejo de novo sorrindo e inclusive com um justo orgulho por ampliar de forma tão heróica e inesperada a tua própria história para entrar na história dos análogos de teu querido irmão Zeito em Mauá, dos operários de São Paulo e do Brasil, e de teu irmão de todas as classes oprimidas.

Foi tua mãe e tua mãe e tua família hoje com o venenoso de teu sangue derramado por um futuro de liberdade que será conquistada pela luta de milhões no Brasil e em todo o mundo.

Agora que cumpri esta tarefa estou também tranquilo e livre para cumprir outras, a começar pela denúncia do crime cometido contra tua vida, tua classe e teu povo.

Um grande e fraternal abraço de um de teus milhões de amigos, companheiros e irmãos.

SP, 16.1.71





Raimundo Gil da Silva

Raimundo Gil da Silva nasceu no dia 6 de novembro de 1937 na cidade de Santa Cruz do Escalvado, Minas Gerais, filho dos agricultores Gentil da Silva e Maria Oliveira da Silva. Teve oito irmãos: Gil Felix, Geraldo, Aventino, Maria, Francisca, Longuinha, Geracina e Mariazinha. Mais tarde, casou-se com Almerinda Alves Serina, com quem teve os seguintes filhos: Marcelo, Raquel, Gilson.



Ex-policia! da Guarda-Civil na época, líder comunitário por mais de 30 anos, adepto da prática de esportes e atletismo doente, Raimundo assumiu como suplente o cargo de vereador pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) na Câmara Municipal de Belo Horizonte, tendo exercido o cargo durante 60 dias. No decorrer do período, serviu-se da tribuna para lembrar seus compromissos com o trabalhismo de Getúlio Vargas e sua luta ao lado dos mais carentes, vínculos que lhe haviam rendido a cruel perseguição exercida pelo regime militar de 1964, com prisão, condenação, tortura, além de perseguição contra a sua família.

De fato, em 1964 Raimundo fora preso junto com outros companheiros, permanecendo por algum tempo no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em Belo Horizonte. Mais tarde, foi transferido para o Presídio Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves, Minas Gerais, e, depois, para a Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Lá, ficou preso vários meses. Quando novamente em liberdade, anistiado, con-

tinuou seu trabalho, organizando e participando diretamente de movimentos comunitários.

Como líder comunitário, junto com outros moradores, ajudou a construir o aglomerado Cabana Pai Tomás, depois de enfrentamentos com a polícia, que, de prontidão, não permitia a entrada de material de construção, uma vez que o terreno era propriedade privada e a autoridade competente já havia declarado reintegração de posse. Hoje, a comunidade daquela região tem uma infra-estrutura voltada para a educação, saúde, transporte coletivo, energia e saneamento básico. Segundo amigos e companheiros, Raimundo Gil tinha bondade até no olhar. Sempre tinha uma palavra de conforto e de chamamento para a luta, reivindicando melhores condições de vida para todos.

Durante o tempo que permaneceu na Câmara, Raimundo manteve o posicionamento ideológico que sempre norteou sua vida de líder comunitário na comunidade Cabana Pai Tomás. E apesar de curto esse tempo, deixou sua marca com a postura de desapego ao cargo: não fez oposição sistemática ou inconstante, não defendeu o jargão do *"quanto pior, melhor para a oposição"*.

Na noite do dia 12 de junho de 1995, vítima de afogamento, viria a falecer o grande homem que foi Raimundo Gil da Silva.



Raimundo Gonçalves Figueiredo

Raimundo Gonçalves Figueiredo era mineiro e casado com Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo, com quem teve dois filhos. Militante da organização Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares) e conhecido como *José Severo*, foi fuzilado sumariamente por agentes de segurança no dia 27 de abril de 1971, quando saía de sua casa no bairro Sucupira, em Recife, Pernambuco.

Em 29 de março de 1972, menos de um ano depois, sua esposa Maria Regina, companheira de luta, também teve o mesmo destino: foi morta pelas forças da repressão, quando sua casa foi invadida, no Recife. Na operação, os policiais usaram granadas e rajadas de metralhadoras.



Raul Amaro Nin Ferreira



Raul Amaro Nin Ferreira nasceu no Rio de Janeiro em 2 de junho de 1944, filho de Rodrigo Nin Ferreira e Mariana Lanari Ferreira. Completavam sua família os irmãos Maria Carmem, Maria Coleta, Maria Alice, Rodrigo, Miguel, Pedro, Paulo e André.

As raízes da família eram mineiras e italianas: parte delas era de Itaverava, perto de Conselheiro Lafaiete; parte tinha laços com a Itália, através de Cássio Lanari, o ascendente que viera de Ancona para o Brasil no final

do século XIX, na época do Encilhamento, e escolhera Minas Gerais para viver e criar sua família.

O avô de Raul, Amaro Lanari, formou-se pela Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto e criou a Fundação Gorceix. A família Lanari sempre possuiu uma expressiva tradição nas áreas de Engenharia e Siderurgia.

Raul Amaro fez o Ensino Fundamental no Colégio Brasileiro de Almeida e o Ensino Médio no Colégio São Bento, no Rio de Janeiro. Formou-se, em 1967, aos 23 anos, em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Participou, enquanto estudante, de importantes congressos e seminários no Brasil e no exterior, tais como o Congresso Latino-Americano de Estudantes Universitários, realizado em Lima, Peru, em 1964, e o Seminário sobre Problemas Latino-Americanos, realizado na Universidade de Notre

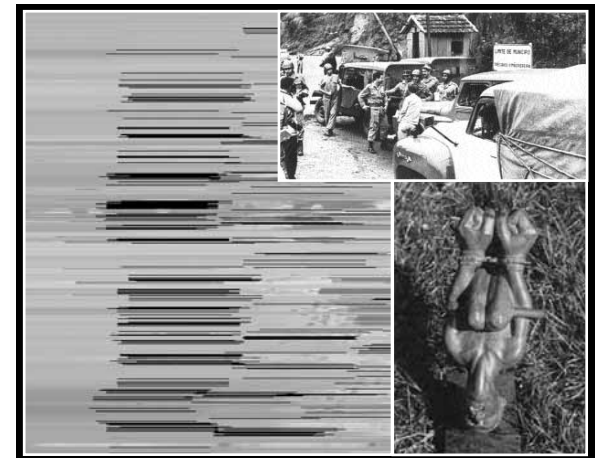
Dame, Estados Unidos, em 1965. Posteriormente, fez o curso de Engenharia Econômica.

Trabalhou como professor-assistente de Engenharia Naval no COPPE/RJ, até a sua morte e, como engenheiro, trabalhou em empresas como a CIQUINE, a Montreal Engenharia e a EMAO-Estaleiros. Foi, ainda, técnico do Ministério da Indústria e Comércio, lotado no Conselho de Desenvolvimento Industrial, na gestão do ministro Pratini de Moraes, até agosto de 1971.

Por sua destacada atuação, o governo holandês concedeu-lhe uma bolsa para fazer o Mestrado em Economia, na Universidade de Haia. Raul teria embarcado em outubro de 1971, se não houvesse sido vítima da ditadura militar.

Preso no dia 1º de agosto de 1971, quando voltava de uma festa, foi interrogado no Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ) e transferido para o quartel da Polícia do Exército/RJ sob o comando do Coronel Homem de Carvalho. Lá, foi barbaramente torturado, teve suas condições físicas deterioradas, sendo transferido, às pressas, para o Hospital Central do Exército, onde faleceu no dia 12 de agosto de 1971.

Segundo informações da época, Raul Amaro Nin Ferreira era suspeito de ser um dos dirigentes do movimento de resistência à ditadura militar, tendo se recusado a dar os nomes de amigos e companheiros militantes da esquerda católica que frequentavam seu apartamento. A recusa custou-lhe a vida. Aos 27 anos de idade, foi-se um jovem brilhante, com uma carreira ascendente e uma grande contribuição a dar ao Brasil.





Roberto Décio de Las Casas

Roberto Décio de Las Casas nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 21 de janeiro de 1929, filho de José de Las Casas e Leontina Roland de Las Casas. Seus avós maternos eram belgas. Tinha quatro irmãos: Júlio, Maria Terezinha, Estêvão Gesuíno e Antônio Tarcísio. Foi casado com Sarah Pinheiro de Las Casas, companheira de vida e exílio, com quem não teve filhos e que faleceu em 1988, de câncer.

Em 1964, formou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Pará. Fez o Doutorado sob a direção de Alain Touraine na École Pratique des Hautes Études e defendeu tese na Universidade de Paris X. Enriqueceu constantemente sua vida profissional com inúmeros cursos de atualização, seminários e congressos no Brasil e no exterior.

Trabalhou em inúmeras pesquisas, foi membro de várias associações científicas, compôs o quadro de profissionais de universidades, centros de pesquisa, museus e diversos jornais, nos quais atuou como colaborador. A par de sua atividade de professor e pesquisador, devotou sua visão de sociólogo humanista e de jornalista à análise da realidade do País e do contexto latino-americano. Interessou-se pelo fenômeno humano em todo o mundo. Devotou toda sua vida, enfim, a pensar e a sentir o homem e o mundo.

Dão sinal da vasta abrangência de seus interesses e da sua fértil produção os inúmeros trabalhos que publicou, entre eles os seguintes: *Situação da Educação no Pará* (1962), *Amazonas e Rio Branco* (1962), *Estruturas Sociais numa Região de Cultura de Juta* (1963), *Índios e Brasileiros no Vale do Tapajós* (1964), *Observações sobre a América Latina* (1968), *Formação e Comportamento do*

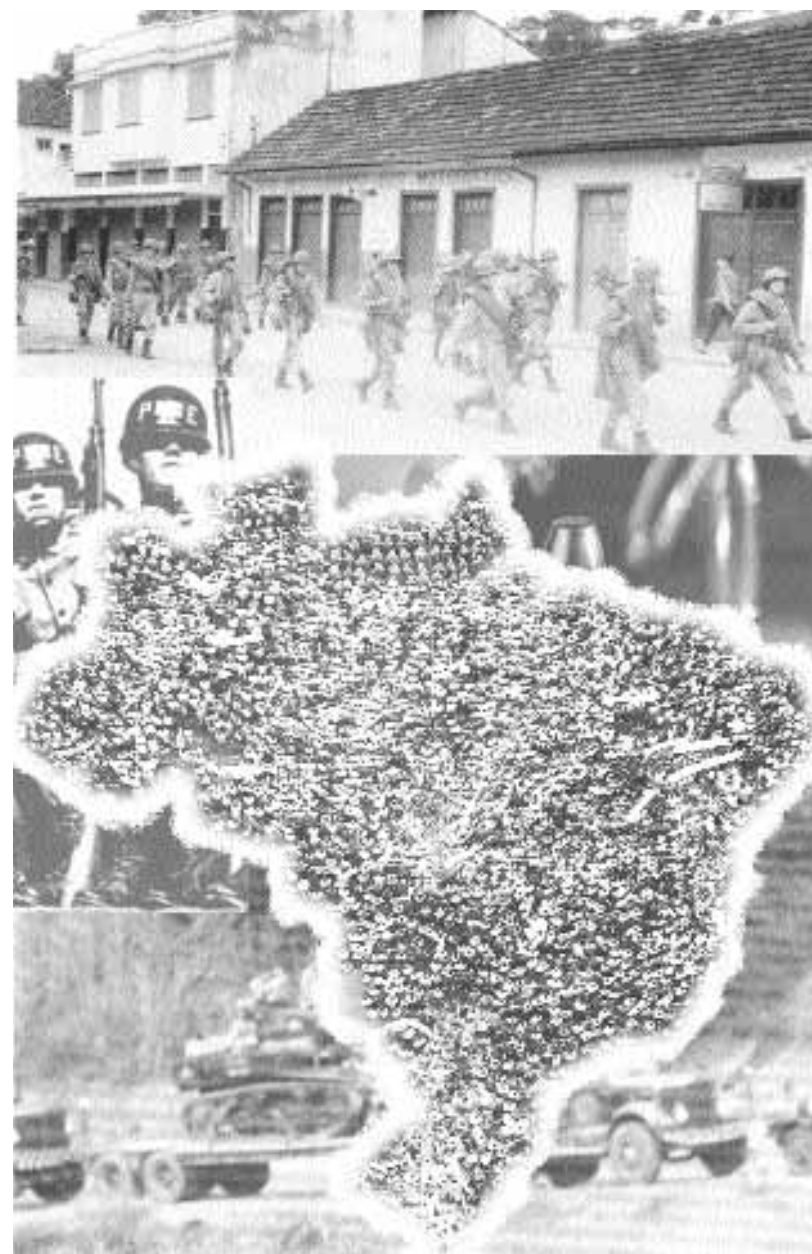
Proletariado no Brasil (1969), *A Sociedade Brasileira* (1969), *O Estado Autoritário - O Caso Brasileiro* (1970), *Considerações sobre a Utilização da Variável Econômica nos Estudos Demográficos sobre o Terceiro Mundo* (1970), *Mudanças na Dependência e as Relações de Classes nos Países Dominados* (1973), *O Comportamento Operário no Chile* (1975), *O Movimento Operário e a Sociedade Chilena* (1975), *A Sociedade Brasileira Hoje* (1977), *Multinacionais e Trabalhadores no Brasil* (1978), *A Crise no Socialismo* (1979), *Diversas Perspectivas de Análise da Produção Informal* (1980), *O Estudo do Processo de Libertação de Angola* (1980).

A ditadura militar levou-o ao exílio, primeiro em Roma, pouco depois em Paris, onde viveu grande parte de sua vida. Esteve, por algum tempo, no Chile, na década de 60.

Passou em primeiro lugar, enquanto latino-americano, no concurso para admissão no Centro Nacional de Pesquisas Científicas (CNRS), na França, tornando-se o primeiro brasileiro a ser aceito como funcionário pelo governo francês. Era amigo pessoal de Mário Soares e François Mitterrand.

Roberto de Las Casas faleceu no dia 14 de setembro de 1993, de infarto fulminante, após ter se submetido a um transplante. Era o ponto final numa vida de luta e sonhos, durante a qual, longe de pretender recompensa pessoal, ele foi exemplo digno de cidadania conscientemente exercida até o fim de seus dias.

Sempre saudosos de sua terra, os 14 anos que passara no exílio não apagaram de seu coração a imagem do Brasil, sobretudo a de sua querida Belo Horizonte.





Rodolfo de Carvalho Troiano

Rodolfo de Carvalho Troiano nasceu em 1950, em Juiz de Fora, cidade mineira da Zona da Mata, filho de Rodolfo Troiano e de Geny de Carvalho Troiano. De estatura pequena, era louro, magro, e usava uma barba cerrada e vasta.



Participou ativamente do movimento estudantil secundarista. Sua saga começou quando o jovem pichou o Morro do Cristo com frases de defesa do socialismo. Foi preso na cidade de Rubim, Minas Gerais. Respondeu, na época, a seu primeiro Termo de Perguntas, permanecendo incomunicável por cerca de nove dias. Mais tarde, foi transferido para o presídio de Linhares, em Juiz de Fora, de onde saiu no final de 1971.

Tornou-se militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Após ser posto em liberdade, em razão da grande perseguição que lhe moviam os órgãos de repressão, optou por ir viver no interior do Maranhão, na posse do Chega com Jeito, próximo ao Brejo Grande/Araguaia. Era conhecido por *Mané Carlos*, ou *Manoel do "A"*, por ser combatente do Destacamento A, comandado por Helenira Resende de Souza Nazareth.

Por ser muito jovem, Rodolfo Troiano tinha pouca experiência. Não sabia cozinhar, nem lavar suas roupas, tudo era difícil, o que lhe valeu o apelido de *desastrado*. Com perseverança, conseguiu superar as dificuldades, vindo a destacar-se como combatente no grupo.

Rodolfo de Carvalho Troiano morreu em 1974, no Araguaia, e seu corpo não foi encontrado. Em 1996, seus irmãos

receberam uma Certidão de Óbito simbólica, com data e motivo do falecimento em branco.



Rodolpho Fritsch Filho



Rodolpho Fritsch Filho nasceu no dia 17 de outubro de 1947, em São João Del Rei, Minas Gerais. Transferiu-se para Belo Horizonte para cursar o Ensino Fundamental e o Médio no Colégio Militar. Bacharelou-se em Letras, com especialidade em Alemão, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em Administração de Empresas pela União de Negócios e Administração (UNA).

Em 1969, ao iniciar seus estudos na UFMG, no prédio da antiga Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) na rua Carangola, em Belo Horizonte, Rodolpho entrou em contato com o movimento estudantil, que se rebelava, em discursos e ações, contra a ditadura militar e seus desmandos, sua arrogância, seu autoritarismo, sua ilegitimidade, sua falta de transparência. Atuou na Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Sonhava, como todos, com a democracia. Sonhava exercer plenamente seus direitos políticos. Sonhava com um Brasil mais justo, com cidadãos conscientes de seu papel na construção de uma sociedade livre e digna.

Para que esses sonhos se tornassem realidade, Rodolpho, assim como milhares de estudantes de sua época, lutou com o que tinha em mãos, abrindo caminhos para a liberdade política que viria mais tarde. Mas pagou por isso um alto preço: foi preso e torturado física, psicológica e moralmente nas dependências do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Lá, como tantos outros, ficou frente à frente com o sadismo dos poli-

ciais, inclusive de antigos colegas do tempo do Colégio Militar. Além das torturas físicas, sofreu ameaças contra a vida de seus familiares, principalmente sua irmã e sua mãe. Chegaram a afirmar que uma delas havia sido morta.

Em resultado, Rodolpho, mesmo passado aquele bárbaro período, nunca mais foi o mesmo.

Faleceu em outubro de 1992, às vésperas de completar 45 anos. Deixou dois filhos, Isabella e Henrique Silveira Fritsch.





Ronaldo Mouth Queiroz

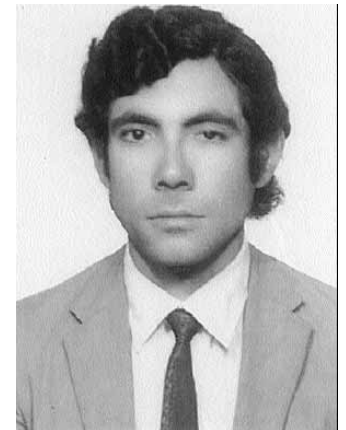
Ronaldo Mouth Queiroz, filho de Álvaro D'Ávila Queiroz e Elza Mouth Queiroz, nasceu em São Paulo, Capital, em 1949. Consta, nos arquivos da Comissão Brasileira de Anistia (CBA) e da Arquidiocese de São Paulo, que suas raízes são mineiras.

Ronaldo foi estudante de Geologia, presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade de São Paulo (USP) na gestão 1970/1971 e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Foi assassinado, por fuzilamento, na av. Angélica, em pleno centro de São Paulo, no dia 6 de abril de 1973, por agentes do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) de São Paulo. Tinha, ao ser morto, 24 anos de idade.

A versão oficial publicada no dia seguinte ao de sua morte afirmava que Ronaldo teria resistido à prisão, sendo morto em tiroteio travado com os órgãos de segurança. Outros informes diziam, na época, que ele teria morrido em Vila Buarque, bairro próximo ao centro de São Paulo.

Estas versões foram desmentidas por populares que teriam visto a execução sumária de Ronaldo Mouth Queiroz, por fuzilamento, sem nenhuma chance de defesa. Anos mais tarde, o irmão Sidney Mouth Queiroz relataria como se dera essa execução, a execução de mais um jovem cujo *crime* era o de fazer comícios-relâmpagos, usar mimeógrafos antigos, preparar mu-



rais e afixar cartazes que procuravam esclarecer o povo na rua sobre a situação então vivida no País:

"Quando esperava o ônibus num ponto da av. Angélica, o Ronaldo foi assassinado por agentes do DOPS: um tiro abaixo do lábio esquerdo e outro no hemitórax esquerdo. Segundo o testemunho do sociólogo Paulo Antônio Guerra, três homens desceram de uma perua Veraneio: um japonês, um de aparência forte e outro de barba, vestindo jaqueta azul e de arma na mão. Um deles disse: É esse, é esse! O de jaqueta azul, friamente, disparou um tiro no Ronaldo, que caiu, mas o assassino disparou outro tiro de cima para baixo, embora o ex-estudante universitário (ex contra a vontade, como os outros) não reagisse durante toda a ação. Uma mulher grávida gritou e um senhor protestou, sendo jogado no bagageiro da Veraneio. Anos depois, a testemunha soube que o jovem assassinado era o Queiroz, um ex-colega de Geologia. A testemunha não reconheceu o Ronaldo, porque este estava usando barba. O Paulo Antônio Guerra ia fazer um teste no Metrô, fato confirmado pela Comissão Especial, 14 anos depois. O covarde e vergonhoso assassinato oficial do Ronaldo aconteceu às 7h45min do dia 6 de abril de 1973. O agente do DOPS colocou um revólver na mão do Ronaldo, outro na cintura dele, e uma agenda pequena no seu bolso. Depois mentiram, como sempre, aos jornais, afirmando que tinha havido um violento tiroteio".

Sabe-se hoje que o assassinato de Ronaldo contou com a ajuda de João Henrique Ferreira de Carvalho, então estudante de Medicina, que entregava os estudantes da Universidade de São Paulo (USP) para os agentes da ditadura militar: o próprio João Henrique, em entrevista à revista *Veja*, contou em detalhes como agia, tendo contribuído para a morte de cerca de 20 pessoas.

Com a ajuda de delatores, com a força brutal dos órgãos do DOPS, DOI/CODIs e outros e com a conivência do Estado, suprimiram-se, naquele período de chumbo da história, vidas preciosas como a do jovem, idealista e corajoso Ronaldo Mouth Queiroz.





Sami Sirihal

Sami Sirihal nasceu no dia 2 de novembro de 1934, filho de Ragil Sirihal e Farida Sirihal, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Casado com Rina Bogliolo Sirihal, era pai de Adriana, Alexandre e Alberto.

Intelectual, advogado trabalhista, professor de Português, Literatura Brasileira e Teoria Literária, lecionou na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH-UFMG) e no antigo Colégio Estadual de Belo Horizonte, quando este era um dos grandes exemplos como instituição de ensino para Minas Gerais, não só pela excelência do ensino que ministrava, mas também pelo alto nível de seus professores, pela visão humanista de mundo que transmitia e pela própria valorização social do magistério. Foi um dos fundadores da antiga Faculdade Belo Horizonte, hoje a UNI-BH.

Educador por excelência, o professor Sami Sirihal, além de despertar nos seus alunos o interesse e o gosto pela Literatura, buscava desenvolver neles o espírito crítico, a criatividade, preocupando-se sempre com o desempenho futuro daqueles jovens dentro da sociedade que desejava justa e democrática.

Em 1969, foi cassado pelo governo militar e aposentado compulsoriamente. Proibido de exercer suas atividades como professor nas instituições públicas de ensino, continuou lecionando em cursos particulares. A partir do final de 1970, quando concluiu o curso de Direito pela UFMG, dedicou-se, como advogado trabalhista, a dar assistência a vários sindicatos, entre eles o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, cujos companheiros de diretoria dedicavam-lhe uma ternura imensa, porque defendia com ardor os direitos dos trabalhadores. Tornou-se

conhecido e respeitado tanto em Minas Gerais como em outros Estados, mas não abandonou seus estudos de Língua Portuguesa e de Literatura, publicando artigos e livros sobre o assunto. Em 1977, foi escolhido membro efetivo da Academia Brasileira de Língua Portuguesa, com sede em Porto Alegre, posição que ocupou ao lado do também reconhecido professor Aires da Mata Machado.

Posteriormente, anistiado, reassumiu suas aulas na Faculdade de Educação da UFMG e na Escola Estadual Governador Milton Campos, antigo Colégio Estadual.

Sami Sirihal faleceu, ainda jovem, no dia 20 de novembro de 1989, sendo lembrado com carinho e respeito por seus ex-alunos, pelos mais importantes dirigentes sindicais do País que, juntamente com ele, assinaram o famoso *Documento de Monlevade*, e por todos os que partilharam com ele sábia e afetuosa convivência.



Sinval de Oliveira Bambirra



Sinval de Oliveira Bambirra nasceu em 10 de fevereiro de 1933, num lugarejo chamado Joatuba, no município de Betim, Minas Gerais, onde a família, moradora no sítio de Vargem Grande, criava abelhas e cultivava hortaliças, frutas, amendoim e gergelim.

Seu pai, Djalma de Oliveira Bambirra, foi exímio artesão na arte do couro, produzindo arsenal de selaria e botas feitas à mão. Apreciava a música e a literatura, passando

para os filhos o gosto por essas artes. Foi o principal incentivador da criação de uma escola primária na região. Já sua mãe, Maria Rita de Oliveira, muito religiosa, era prendada dona-de-casa. Costurava, bordava, tecia, economizava em casa e acompanhava os filhos na produção dos doces e queijos que vendiam na estação rodoviária da localidade.

Sinval era o último dos sete filhos, vindo após Beatriz, Lígia, Belquis, Luís, Vinícius e Décio. Quando Beatriz se casou e passou a morar em Belo Horizonte, Sinval teve a chance de realizar seu sonho de vir estudar na Capital. Inicialmente, foi trabalhar no Mercado Central, onde a irmã tinha uma banca de produtos que vinham da roça da família. Mais tarde, ele viria a dizer com orgulho que, antes de iniciar seu trabalho na fábrica, vendia bananas no mercado.

Em 1950, aos 17 anos, terminando o curso ginásial à noite, conseguiu emprego na Cia. Industrial Belo Horizonte. Passou por várias seções: alvejamento, sala de pano, expedição, estamparia, carpintaria, salão de cilindros, etc. Seus colegas logo perceberam

que ele estava deslocado em qualquer daquelas funções, pois gostava mesmo era de estar por dentro de todas as notícias. Trazia de casa os jornais e, na hora do almoço, recortava os principais artigos e os colocava num mural para que todos pudessem se informar, refletir e discutir. Transformou, posteriormente, essa atividade na edição do jornalzinho *O Tear*.



Desde criança, incentivado pelo pai, era um grande leitor. Na adolescência, seu senso crítico foi incentivado também pelo tio Ivan Bambirra, irmão do seu pai, corretor de imóveis em Belo Horizonte e dono de uma alfaiataria no centro da cidade, ponto de encontro de políticos, principalmente nos trabalhos administrativos.

Em 1953, foi eleito delegado do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Belo Horizonte junto à Federação estadual da categoria. Com 20 anos de idade, participou de uma reunião importante para os tecelões, com o ministro do Trabalho João Goulart, no Rio de Janeiro, em companhia de dezenas de outros sindicalistas de vários Estados brasileiros, para tratar de reivindicações salariais. Conheceu figuras de destaque do movimento operário de São Paulo, entre os quais Antônio Chamorro, o líder da chamada *Greve dos 300 Mil*, um marco dos movimentos operários brasileiros.

Mais tarde, Sinval Bambirra foi eleito representante do Sindicato junto à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). À frente das atividades, ao lado dos sindicalistas mais corajosos, ávido em aprender e mostrando-se hábil, audacioso e persistente, o jovem Sinval Bambirra teve rápida ascensão.

Em 1956, aos 23 anos de idade, foi eleito secretário do Sindicato, com mandato de dois anos. Era um tempo em que os

partidos nacionalistas, os grêmios estudantis, as associações de bairros e favelas se manifestavam em defesa das riquezas mineiras brasileiras, principalmente o petróleo. Bambilra foi ardoroso defensor e participante de pelo menos três mobilizações trabalhistas de vanguarda: as campanhas nacionalistas pelo petróleo (*O Petróleo é Nosso*), pelas reformas de base e pela sindicalização rural.

Em junho de 1958, Sinval elegeu-se presidente do Sindicato e da Federação dos Sindicatos Têxteis de Minas Gerais e também delegado de Federação junto ao Conselho de Representantes da CNTI. Seu desempenho, como disse o padre Lage, "*de grande animador do movimento operário em Minas Gerais, chamava a atenção dos profissionais da imprensa*", como Orlando Bonfim, do *Jornal do Povo* e *Novos Rumos*, Mauro Santayana, da revista *Manchete*, Guy de Almeida, do *Binômio* e *Diário de Minas*, e Lincoln Gonçalves, do jornal *Última Hora*. O *Última Hora* publicou caderno especial, quando o líder foi escolhido por votação de um júri formado por personalidades diversas como o Sindicalista do Ano.

Em dezembro daquele ano, casou-se com Maria Auxiliadora, que, um ano após, deu-lhe o primeiro filho: Sinval de Oliveira Bambilra Júnior. Dois anos depois, nascia a filha Siomara Bambilra. O terceiro, Sérgio Bambilra, nasceu fora do País, estando a família exilada em Berlim.

Além de ocupar vários cargos representativos, Sinval Bambilra foi fundador e dirigente do 1º Congresso Sindical de Minas Gerais em 1975 e dos seguintes até 1961, quando foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), para o qual ele foi escolhido presidente em Minas Gerais.

Desenvolvendo um trabalho de aglutinador entre todas as organizações de trabalhadores, tornou-se o braço direito do então deputado Clodsmidt Riani, o presidente da CNTI. Quando o movimento sindical mineiro criou o Congresso Sindical de Minas, Bambilra elegeu-se secretário, Delmir Villela, tesoureiro e Riani, presidente. A realização desse Congresso transformou

Minas Gerais num dos centros de grande agitação do movimento operário, trazendo para o Estado até o movimento das Ligas Camponesas liderado por Francisco Julião. Esse movimento teve a participação dos estudantes, que faziam um trabalho voluntário, ajudando na criação das associações, embriões dos sindicatos rurais. Assim, os grêmios estudantis tomaram a iniciativa de levar a alfabetização onde havia concentração de ruralistas e operários nas periferias das cidades, utilizando os métodos do professor Paulo Freire e os espaços das sedes dos sindicatos de trabalhadores nos finais de semana. Sinval Bambilra, oriundo do meio rural, dava o maior incentivo para que os estudantes, operários e trabalhadores rurais se entendessem muito bem. Pois sabia que só através da educação e do trabalho os excluídos poderiam mudar sua realidade.

Outra experiência interessante que reforçou sua inclinação autodidata foi sua atuação como representante dos trabalhadores na Junta de Julgamento e Revisão do ex-IAPI, de Minas Gerais. Um trabalho que lhe exigiu aprendizado especial para redigir pareceres e argumentos sempre baseados em leis e, sobretudo, nos tratados dos direitos humanos. Tudo era motivo para que Sinval se debruçasse na pesquisa, qualquer que fosse o assunto em pauta.

Filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Sinval candidatou-se a deputado com o apoio dos trabalhadores têxteis e também do partido comunista, através de Dimas Perrin e Ziller. Foi eleito com grande votação, estímulo para cumprir com persistência e ousadia aquele mandato inédito na Assembléia Legislativa, considerada à época uma das mais reacionárias do País.



Para a pauta de seu trabalho diário como deputado, Sinval trazia o espírito de luta cunhado em farta experiência, o acervo de cultura adquirido desde tenra infância e a doutrinação obtida na leitura de autores como Rosa de Luxemburgo, Karl Liebknecht, Antonio Gramsci e Karl Marx. Com essa bagagem, viveu a experiência inusitada e instigante para ele de *"fazer parte de um ninho do poder político na tradicional sociedade de Minas Gerais. O Estado das oligarquias rurais, centro dos banqueiros, e com uma burguesia empresarial emergente, mas muito pedante"*. Sinval sentia que o preconceito e a arrogância prevaleciam durante as discussões no plenário da Assembléia Legislativa. Isso fazia parte do jogo de poder, o que ele não aceitava, indignando-se com a postura gananciosa e egoísta de alguns colegas deputados.

Denunciou na tribuna da Assembléia Legislativa a conspiração de organizações como IPES/IBAD, que vinham financiando ações de organismo da direita e políticos dispostos a embargar, a qualquer preço, até pela violência, o desenvolvimento do País. Viveu a tensão reinante em Minas antes do Golpe Militar de 1964, quando as passeatas e comícios políticos eram alvo da violência da política do governo de Magalhães Pinto, sempre a postos para dispersar a multidão e impedir qualquer manifestação. Foi solidário aos líderes sindicais e da esquerda que corriam o risco de serem assassinados a mando dos organismos da ala da direita, o que foi confirmado quando houve, naquela época, o trágico *Massacre de Ipatinga*, balão de ensaio para o Golpe Militar deflagrado justamente a partir de Minas Gerais.

Apesar das constantes tensões e de sofrer muitas provocações na Assembléia, Sinval Bambirra não perdia a postura cavalheira, mas também não se intimidava. Continuava apresentando moções e requerimentos pedindo investigação das atividades antinacionais e desumanas. Seus esforços podiam dar em nada, mas, pelo menos transformavam-se em registros nos anais da Casa.

Tendo consciência de que as organizações sindicais e partidárias ainda não dispunham de lideranças intermediárias e de

que as organizações de base eram insuficientes para sustentar o movimento sindical na ausência de seus principais líderes, Sinval Bambirra, assim como outros deputados operários, dispunham-se a agir como porta-vozes de uma maioria silenciosa. Seus deveres eram muitos, muito além de apresentar projetos ou moções de apoio no plenário, e eles procuravam trazer para suas posições a adesão da burguesia nacionalista, que também buscava uma solução de coexistência pacífica para tirar o País da dependência econômica.

O Golpe Militar de 1964 poria fim a esse trabalho. Sinval Bambirra foi preso no dia 30 de março de 1964. Condenaram-no a um sofrimento atroz por ser um trabalhista convicto, acreditar na utopia socialista, sonhar com um mundo de paz e justiça social. Em 7 de abril do mesmo ano, a própria Assembléia Legislativa cassou-lhe o mandato. Como diria Sinval, *"o Estado das oligarquias rural e econômica se prestou ao triste papel de se aliar às forças retrógradas e permitir o desastroso hiato na História do Brasil"*.

Bambirra esteve preso cerca de 15 meses, sofreu torturas físicas e psicológicas. Perdeu a audição e nunca mais teve o sono tranqüilo. Havia noites em que o pesadelo o atormentava; voltava a imaginar que estava nas masmorras dos cárceres, levando pancadas e simulação de fuzilamento.

Por força de um *habeas corpus* foi libertado, mas o governo militar poderia prendê-lo a qualquer momento, com o peso de outros processos que lhe impuseram. Os familiares e amigos decidiram por ele que era mais seguro pedir asilo político. Por mais de três meses viveu na clandestinidade, pois as embaixadas estavam lotadas e não pretendiam facilitar novos asilos. O deputado José Aparecido de Oliveira e dois influentes jornalistas do Rio intercederam junto à embaixada do México e conseguiram sensibilizar o então embaixador mexicano Don Vicente Sanches Gavito. Ele se prontificou a ajudá-lo, mas, só depois de condenado. Os jornais anunciavam o seu desaparecimento. No dia 24/11/64, a manchete do jornal *O Globo*, dando como



Desaparecido o ex-parlamentar Sinval Bambirra, serviu como prova de que, se não o acolhessem naqueles dias, voltaria à prisão, com o estado de saúde que vinha se agravando devido às torturas sofridas no DOPS, no CPOR, no 12 RI e no ID4 na 4ª

Região Militar de Juiz de Fora. Nesta última prisão, estivera na mesma cela com o deputado Dazinho e o Padre Lage, com o qual se reencontrou ao entrar na embaixada do México. O destino reunira ainda nesse espaço o líder das Ligas Camponesas, o deputado Francisco Julião. Os três foram para o México no dia 31 de dezembro de 1965.

Do México Sinval passou, já com a família, para a então República Democrática Alemã, onde, além do asilo, buscava tratamento médico. Ainda debilitado, mas já razoavelmente recuperado, ingressou na Escola Superior de Economia Política e Estudos Sociais. A bolsa de estudos, única fonte de renda de que dispunha, era complementada pelo trabalho da mulher na Rádio Berlim Internacional, como locutora nos programas em ondas curtas dirigidos para Espanha e Portugal. As crianças permaneciam em colégios de semi-internato. Quando o filho caçula nasceu, Bambirra passou a dividir as tarefas com a esposa. Levava o bebê para a creche da universidade onde estudava de segunda a sexta-feira e isso permitiu a sua esposa estudar na Academia de Rádio e fazer o curso de idioma alemão à noite. A família só se encontrava aos sábados e domingos. Foram tempos difíceis, de muita angústia e solidão.

Em abril de 1969, Sinval Bambirra ficou muito abalado com a notícia do falecimento de sua mãe, D. Maria Rita. Não poderia vir ao Brasil dar o último adeus àquela que tanto amava.

Sofreu muito. Demorou a se recuperar da depressão, que o acometeu de novo.

No exílio, nem mesmo a correspondência com amigos e parentes podia se realizar sem preocupação. As cartas eram censuradas. A música era o único elo possível à época. Chico Buarque, Caetano Veloso, Geraldo Vandré e tantos outros mandavam seu recado para quem estava sofrendo, longe de sua terra.

E Sinval Bambirra mais uma vez deu a volta por cima. Aprendeu a conviver com as seqüelas e cicatrizes que teve de carregar pelo resto da vida, para nunca mais esquecer a violência dos anos de chumbo. Estudou e foi excelente aluno. Ganhou prêmios, medalhas e cartas de elogios. Trabalhou na Rádio Berlim Internacional e em vários jornais da Alemanha. Além de exercer a profissão de tradutor de artigos políticos, Bambirra representou em Berlim, de 1967 a 1979, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por designação de Luís Carlos Prestes, que era naquela época também exilado na antiga União Soviética e ocupava o cargo de secretário do PCB.

E assim se passaram os anos no exílio, do outro lado do muro de Berlim, em plena guerra fria, quando havia o perigo iminente de eclodir a terceira guerra mundial. A tão sonhada anistia só chegou no final dos anos 70; a volta de Sinval Bambirra com a família se deu em dezembro de 1979. O casal veio com o filho caçula berlinense já com 13 anos de idade e que falava apenas o alemão. Os dois mais velhos, Sinval Júnior e Siomara Bambirra, tiveram que ficar mais algum tempo para concluir o curso pré-vestibular. A volta foi tão dolorosa quanto a saída.

De volta ao Brasil, Bambirra trouxe na bagagem a credencial do jornal alemão para o qual trabalhava, tencionando continuar sendo seu correspondente. E de fato tentou trabalhar como jornalista. Mas se envolvia 24 horas por dia com a política. Ajudou a criar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, em função disso, viajava pelo Estado inteiro. Adquiriu outras profissões, mas continuava se preocupando com os tecelões e seu

sindicato, voltando a editar *O Tear*, o jornalzinho que criara no final dos anos 50.

No ano de 2001, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais declarou a reabilitação dos três deputados que foram cassados injustamente, pediram desculpas e concederam a Dazinho, Riani e Bambirra uma indenização. Projeto do deputado Durval Ângelo, do Partido dos Trabalhadores (PT), que obteve o apoio de seus pares e a sanção do então governador Itamar Franco. Com a pensão equivalente ao subsídio mensal dos deputados, Bambirra, que lutava contra um câncer há mais de cinco anos, teve todo o tratamento médico possível, nos últimos dois anos.

O ex-deputado Sinval Bambirra faleceu em 10 de dezembro de 2003. O último adeus dos parentes e amigos foi na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, ao som das músicas brasileiras que ele mais apreciava, encerrada a despedida com o Hino da Internacional.

(Condensado a partir de texto de autoria de Maria Auxiliadora Bambirra)



Sônia Maria de Moraes Angel Jones



Sônia Maria de Moraes Angel Jones nasceu no dia 9 de novembro de 1946 em Santiago do Boqueirão, Rio Grande do Sul, filha do Coronel do Exército João Luiz Moraes e de sua mulher, Cléa Lopes Moraes. Tinha uma irmã, Ângela.

Começou sua militância no movimento estudantil, quando cursava a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Filiou-se ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8),

organização de esquerda que combatia a ditadura militar principalmente através da luta armada. A organização consolidou-se na década de 70, fortalecendo seu nome, que lembrava a morte de Che Guevara, ocorrida em 8 de outubro de 1967. Um dos líderes do MR-8 foi o Capitão Lamarca, morto em 1971.

No dia 1º de maio de 1969, último ano de seu curso universitário, Sônia foi presa na Praça Tiradentes, no centro do Rio de Janeiro, quando se preparava, com alguns companheiros, para um trabalho de panfletagem junto a algumas fábricas. Permaneceu presa durante quatro meses, sendo absolvida, por unanimidade, em julgamento realizado pelo Conselho de Justiça da 1ª Auditoria do Exército. Após sair da prisão, Sônia e o marido, Stuart Edgar Angel Jones, também militante no MR-8, passaram a viver na clandestinidade.

Em 1970, ela exilou-se em Paris, onde permaneceu até o início de 1971, trabalhando para sua organização, estudando Economia na Universidade de Vincennes e dando aulas de português na Escola de Idiomas Berlitz. De Paris foi para Santiago, no Chile, onde ficou até o início de 1973, quando regressou ao Brasil clandestinamente, já filiada à Ação Libertadora Nacional (ALN).

Foi presa novamente no dia 30 de novembro de 1973, junto com seu companheiro Antônio Carlos Bicalho Lana, um dos dirigentes da ALN, quando iam de São Vicente para São Paulo. Encaminhados para um centro de tortura e assassinato mantido pelo Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) de São Paulo, foram torturados, assassinados no mesmo dia e enterrados no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo. Ele, sob o próprio nome; ela, sob o pseudônimo que usava na época, *Esmeralda Siqueira Aguiar*.

Durante muitos anos, a família de Sônia tentou, incansavelmente, a apuração de sua morte e buscou seus restos mortais. Seus pais, Cléa e João Luiz, integravam no Rio de Janeiro o grupo Tortura Nunca Mais, criado em 1985, com o objetivo de apurar as mortes e os desaparecimentos dos prisioneiros políticos e de denunciar os responsáveis pelas bárbaras torturas sofridas por eles.

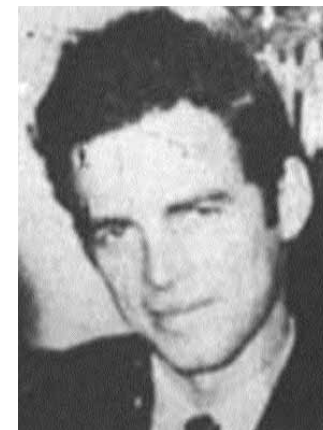
Em 1991, com a descoberta, no Cemitério de Perus, das ossadas de dezenas de militantes considerados desaparecidos, a família pôde, finalmente, enterrar os restos mortais de Sônia: o dia era 12 de agosto e o local, o Cemitério Jardim da Saudade, no Rio de Janeiro.





Stuart Edgar Angel Jones

Stuart Edgar Angel Jones nasceu em Salvador, Bahia, no dia 11 de janeiro de 1945, "justo na hora em que estavam lavando as escadarias da Igreja do Senhor do Bonfim". Era filho de Zuzu Angel, mineira de Curvelo, e de Norman Angel Jones, cidadão americano.



"Louro, amassadinho e vermelho", nas palavras de sua mãe, Stuart ou Tuti, como era chamado, foi criado no Rio de Janeiro, num apartamento térreo, de dois quartos e com um grande quintal. No quarto, que dividia com as irmãs Ana Cristina e Hildegard, funcionava um improvisado *atelier* de alta costura da estilista Zuzu Angel.

Freqüentou os melhores colégios, fez todos os cursos e praticou todos os esportes que desejou: tênis, natação, capoeira, remo, levantamento de peso. Ele queria ficar musculoso, tinha essa preocupação quando adolescente. Foi sócio do Caiçaras, um clube de Ipanema.

O Tuti foi um menino bom, estudioso. Uma doçura de pessoa! Estava sempre pedindo perdão por tudo em suas cartinhas, cartões de aniversário ou de dia das mães. Quando se tornou estudante de Economia e militante político, demonstrava uma característica comum a todos os jovens revolucionários: uma calma, um autocontrole que raramente deixavam transparecer a tensão interior. Era uma figura serena e, vez por outra, um jeito dos lábios ou de olhar revelava uma amargura fugaz. Contida, a



afetividade afluía sob forma de uma delicadeza muito grande nos gestos, no sorriso límpido e, ao mesmo tempo, grave. A postura meio tímida, não escondia a firmeza e o desprendimento do seu espírito, incapaz de proferir afirmações ou fazer profissões de fé desnecessárias.

Numa cerimônia simples, na casa da noiva, Stuart casou-se com Sônia Maria Lopes Moraes. Após viajar para Petrópolis, foi morar no bairro da Tijuca, no

Rio de Janeiro.

Stuart Edgar Angel Jones, codinome Paulo, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), tinha dupla cidadania: era cidadão americano e brasileiro. Entrou para a clandestinidade logo depois do seu casamento.

Seu desaparecimento, durante o governo do General Médici, foi um dos fatos políticos brasileiros de maior repercussão internacional, dadas as circunstâncias e o envolvimento de conhecidas autoridades nas dependências do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro. No jargão de alguns oficiais ligados aos órgãos de repressão, foi *"um trabalho malfeito"*. Sua morte foi recontada por seus próprios companheiros de militância política.

A grande repercussão da morte de Stuart Edgar Angel Jones deveu-se às denúncias do poeta, amigo e companheiro de militância política Alex Polari de Alverga, que foi testemunha do brutal assassinato. Após ser torturado e já com a pele esfolada, Stuart foi amarrado na traseira de um jipe oficial da Aeronáutica com a boca colada no



cano de descarga e arrastado de um lado para o outro. Morreu asfixiado e intoxicado pelo monóxido de carbono na madrugada do dia 15 de maio de 1971, no CISA, na Base Aérea do Galeão.

Sua mãe, Zuzu Angel, foi a responsável pelas inúmeras cartas enviadas às autoridades brasileiras, civis e militares e para entidades do exterior, relatando a prisão e morte de seu filho. Essas denúncias foram reforçadas após a inclusão do episódio no livro *Os Governos Militares - 1969/1974*, do historiador Hélio Silva.

Sônia, sua esposa, foi para Paris, pouco depois de ser presa, e acabou voltando para o Brasil, via Chile, após a morte de Stuart. Foi morta durante uma operação militar, em São Paulo.





Sylvio de Vasconcellos

Sylvio de Vasconcellos nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 14 de outubro de 1916, filho de Salomão de Vasconcellos e Branca de Vasconcellos, numa família ligada à história de Minas, da qual fazia parte o historiador Diogo de Vasconcellos.

Em 1944, formou-se em Arquitetura pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, quatro anos depois, ingressou na mesma Escola, como professor, onde concluiu, em 1952, com medalha de ouro, o curso de Urbanismo.

Em 1953, passou a ser professor catedrático, através de concurso, apresentando uma tese sobre a arquitetura residencial de Ouro Preto, tema sobre o qual possuía grandes conhecimentos, pois, desde 1939, ocupava a direção do setor de Minas Gerais do então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Arquiteto, historiador, crítico de arte e de futebol, professor universitário, desenhista, escritor, Sylvio de Vasconcellos escreveu sobre arquitetura brasileira e arte colonial. Teve artigos publicados em diversas revistas e livros, entre os quais destacam-se: *Vila Rica*, *Arquitetura no Brasil*, *Pintura Mineira*, *Arquitetura Colonial Mineira*, *Capela Nossa Senhora do Ó de Sabará*, *Formação das Cidades nas Regiões Auríferas Mineiras*, *Construções Coloniais em Minas Gerais*, *Vocabulário Arquitetônico*, *Mineiridade*, *Minas: Cidades Barrocas*, *Considerações sobre a Arte Brasileira Contemporânea*, *Arquitetura: Dois Estudos e Vida e Obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. Foi também cronista do jornal *Estado de Minas*, para o qual escreveu durante anos seguidos.

Como arquiteto, fez inúmeros projetos de residências e de prédios de diversas finalidades, como o da capela do Colégio Isabela Hendrix, o da sede do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, o do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG. Também é da autoria dele o projeto do monumento a Aleijadinho, erguido em frente à reitoria da UFMG, no Campus Universitário da Pampulha.

Em 1964, quando diretor da Escola de Arquitetura, diretor Cultural do ICBEU e diretor do Automóvel Clube de Belo Horizonte, foi preso pelo regime militar. Posto em liberdade, foi viver no Chile e na França, onde trabalhou no escritório do arquiteto Bernard Granet. Anos mais tarde, retornou ao Brasil e assumiu suas antigas funções, até que foi aposentado, compulsoriamente, pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Partiu em 1969 para os Estados Unidos e fixou residência definitiva em Washington.

A partir de então, realizou várias pesquisas em Portugal, México e Estados Unidos, através das bolsas de estudo que ganhou, sucessivamente, das Fundações Gulbenkian, Guggenheim e do Fundo Nacional para o Desenvolvimento das Artes, do governo mexicano. Para este último, desenvolveu um projeto de pesquisa sobre documentos mineiros do século XVIII, trabalho que não chegou a ser concluído.

Casado com Gertrudes de Vasconcellos, D. Kate, tinha três filhas: Andréa, Cláudia e Sílvia. Faleceu em Washington, no dia 14 de março de 1979, tendo sido enterrado em Belo Horizonte.

Dele falou o amigo Otto Lara Rezende: *"Perseguido, dado como indigno por ser mineiro, Sylvio de Vasconcellos estará sempre redivivo em suas obras literárias. Esta glória ninguém lhe cassou. Esta força ninguém lhe tirou. Sylvio de Vasconcellos pode viver sem Minas; mas Minas não pode viver sem Sylvio Vasconcellos"*.



Monumento a Aleijadinho erguido em frente à reitoria da UFMG, no Campus Universitário da Pampulha



Therezinha Viana de Assis

Therezinha Viana de Assis nasceu em Aracaju, Sergipe, no dia 22 de julho de 1941, filha do empresário Antônio Veriano de Assis e Edith Vianna de Assis. Teve seis irmãos: José, Maria Lúcia, Antônio Fernandes, Selma, Célia e Celso Viana de Assis.

Fez seus estudos na cidade natal, concluindo o curso de Economia na Universidade Federal de Sergipe (UFSE). Funcionária da Caixa Econômica Federal, mudou-se para Belo Horizonte, onde fez outros cursos e começou a militar na Ação Popular (AP) e outras organizações de esquerda.

Foi presa e torturada em Belo Horizonte entre os anos de 1968 e 1972. Ao ser libertada, temeu ser alcançada por novas prisões, vindo a exilar-se no Chile no início de 1973. Lá fez curso de pós-graduação pela Universidade de Santiago. Em setembro de 1973, com o golpe de Estado no Chile e a derrubada e morte do então presidente Salvador Allende, ela foi acolhida na condição de asilada política pelo governo da Holanda.

Em fevereiro de 1974, ela chegava à Holanda. Inicialmente residiu em Roterdã e, posteriormente, em Amsterdã, onde se estabeleceu até sua morte. Em Amsterdã ela se adaptou muito bem e escrevia frequentemente para os familiares mostrando sua alegria e satisfação. Sucesso nos estudos, satisfeita com a cidade e com o trabalho que realizava na Prefeitura local na área de planejamento. Estava feliz, apesar de se encontrar na condição de asilada. Ela dizia ser uma asilada privilegiada por ter conseguido um emprego. Os seus superiores na Prefeitura estavam satisfeitos com o trabalho apresentado. Tudo transcorria muito bem e Therezinha aproveitava as folgas para conhecer

outros países da Europa. Em Amsterdam, ela prosseguiu os estudos, chegando a doutorar-se em Economia.

Em meados de 1977, nas férias de verão, ela decidiu conhecer países da Europa Oriental, e de cada cidade, de cada país por onde passava, escrevia cartas e enviava fotos, postais para os familiares.

Mas tinha algo que a inquietava... Ela chegou a falar sobre isso em algumas correspondências, onde escreveu: *"É que em cada cidade na qual chegava, sempre avistava quatro pessoas, sempre as mesmas, dando a entender que estavam me perseguindo"*. Ela começou a ficar com medo. De volta da viagem, em Amsterdam, ela encontrou seu apartamento totalmente remexido, desarrumado, sinalizando que alguém havia penetrado no ambiente à procura de alguma coisa que ela mesma não saberia identificar. Pediu informações para algumas pessoas e ninguém soube esclarecer.

Esses fatos passaram a ocorrer de forma freqüente. Um companheiro, também exilado, pediu que ela tivesse muito cuidado, porque ele soubera que policiais brasileiros e chilenos estavam vigiando, perseguindo exilados em diversos países, inclusive na Holanda. O medo tomou conta e Therezinha pediu aos familiares que não mandassem cartas e nem telefonassem, pois as correspondências estavam sendo violadas e o telefone grampeado. Assim que pudesse, prometeu ela, restabeleceria o contato. Mas isso não aconteceu. Therezinha não deu mais notícias, deixando a família preocupada e apreensiva.

No início de fevereiro de 1978, o irmão mais velho recebeu a notícia da sua morte, com informações confusas. Ela havia sido encontrada agonizando, quase morta, sobre a calçada do edifício onde residia. Foi levada ainda com vida para o hospital Academische Ziekenhuis da Vrije Universiter, onde foi operada, mas não resistiu. A queda do sétimo andar causou-lhe fratura de costelas e uma grande hemorragia no baço.

A morte foi considerada suicídio, o que foi rechaçado pelos familiares que disseram que jamais Therezinha se suicidaria,

primeiro porque tinha uma formação religiosa muito sólida e segundo porque estava muito feliz: gostava do emprego e das atividades desenvolvidas no trabalho, tinha sucesso nos estudos, conhecia outros países e culturas.

Therezinha desejava ver um Brasil melhor, do ponto de vista econômico, social e político: esse o seu sonho, esse o seu crime.





Tito de Alencar Lima - Frei Tito

Tito de Alencar Lima, o Frei Tito, filho caçula de Idelfonso Rodrigues Lima e Isaura Alencar Lima, nasceu em Fortaleza, Ceará, em 14 de setembro de 1945.

Freqüentou o Colégio dos Jesuítas de Fortaleza e foi coordenador da Ação Católica Estudantil no nordeste do País. Estudou Filosofia na Universidade de São Paulo (USP) e foi ordenado sacerdote em 10 de fevereiro de 1967.



Foi preso em 1968 sob a acusação de ter alugado, em Ibiúna, São Paulo, o sítio onde se realizou o mais famoso congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). No dia 4 de novembro de 1969, no Convento dos Dominicanos, junto com mais sete religiosos, foi preso novamente, pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, no mesmo dia da morte de Carlos Marighella, sob a acusação de envolvimento com a Ação Libertadora Nacional (ALN). Os dois fatos permitiram a deflagração de uma ampla campanha contra a Igreja Católica conhecida como *Batina Branca*, com os objetivos de desmoralizá-la por trair a Fé e por trair Carlos Marighella.

Frei Tito de Alencar Lima foi barbaramente torturado no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), durante 40 dias, pela equipe de Fleury, sendo transferido para o Presídio Tiradentes, em São Paulo, onde permaneceu até 17 de dezembro de 1970. Nesse dia, foi transferido pela Operação Bandeirantes para o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Defesa de Operações Internas (DOI/CODI) de São Paulo, onde conheceu a *sucursal do inferno*. Foi violenta-

mente torturado durante dois dias: pendurado no pau-de-arara, recebeu choques elétricos na cabeça, tendões dos pés, órgãos genitais, pés, mãos, ouvidos. Esteve sujeito a socos, pauladas, palmatórias, queimaduras. Toda a tortura foi acompanhada de ameaças e insultos, inclusive foi-lhe aplicado um fio elétrico que lhe arreventou a boca, impedindo-o de falar. Depois de uma noite de tortura no pau-de-arara, foi levado para a cela no dia 20 de fevereiro de 1970. Tentou, então, o suicídio com uma gilete, sendo conduzido às pressas para o Hospital do Cambuci, onde ficou uma semana em tratamento médico.

Denunciou todo o seu sofrimento ao Provincial da Ordem Dominicana no Brasil, ao Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, e ao Juiz Nelson Machado Guimarães, da Justiça Militar. Mesmo nesse período, sofreu tortura psicológica constante e foi condenado a um ano e seis meses de prisão.

Foi banido para o Chile em 13 de janeiro de 1971, quando do seqüestro do embaixador da Alemanha no Brasil. Viajou para a Itália e depois para a França. Nesse País, permaneceu algum tempo na Capital, Paris, instalando-se depois na Comunidade Dominicana de Arbresle, perto de Lyon.

Tentou, desesperadamente, lutar contra os crescentes tormentos de sua mente abalada pela tortura. No dia 7 de agosto de 1974, Frei Tito foi encontrado enforcado em uma árvore. Em seu túmulo de terra junto ao Convento de Arbresle, em uma cruz de madeira, foi colocada uma inscrição: *"Frei da Província do Brasil. Encarcerado, torturado, banido, atormentado até a morte, por ter proclamado o Evangelho, lutando pela liberdade de seus irmãos. TITO descansa em terra estrangeira"*.

Em 1983, os restos mortais de Frei Tito de Alencar Lima foram trasladados de Paris para Fortaleza. O País, ao recebê-los, homenageou, de certa forma, não apenas aquele filho que morrera ausente da pátria, mas to-



da a comunidade dos padres Dominicanos, que, reconhecida-mente, envolveu-se em movimentos populares e sofreu, em conseqüência, grandes perseguições, tal como relatado em vários livros, entre eles *Batismo de Sangue* e *A Igreja das Prisões*, de autoria de Frei Betto, e *A Igreja e a Política no Brasil*, de Márcio Moreira Alves.





Vinícius José Nogueira Caldeira Brant

Vinícius José Nogueira Caldeira Brant, filho de Neusa Nogueira Caldeira Brant e Leônidas Vinícius Caldeira Brant, nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 23 de março de 1941. Graduiu-se em Sociologia e Política (1959/62) e Administração Pública (1959/63) pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Participou ativamente de movimentos sociais e políticos, tendo sido assessor de sindicatos operários e de associações de bairro, além de ter participado da formação das Ligas Camponesas. Colaborou em diversos órgãos de imprensa local, com artigos, traduções e reportagens.

Mudou-se para o Rio de Janeiro quando eleito presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), em julho de 1962. Sua gestão (1962/63) deu continuidade à campanha pela reforma universitária e associou-se ao movimento mais geral pelas chamadas reformas de base, integrando-se numa corrente mais ampla que congregou sindicatos, parlamentares nacionalistas, militares progressistas e outros segmentos de esquerda, constituindo em 1963 a Frente de Mobilização Popular. Além de promover intensa participação política dos estudantes, a UNE foi também um centro de efervescência cultural, contando com a participação de intelectuais e artistas no Centro Popular de Cultura e na Editora Universitária.

Ainda em 1963, participou da fundação da Ação Popular (AP), organização política de natureza não-confes-



sional, embora com predominância de militantes católicos, cuja orientação desde o início foi definida como revolucionária de esquerda.



Em fevereiro de 1964, viajou para a Europa e fixou-se em Paris, onde fez cursos de pós-graduação na École Pratique des Hautes Études e colaborou em pesquisas no Centro Nacional de Le Recherche Scientifique (CNRS).

Após o Golpe Militar no Brasil, que depôs o presidente João Goulart, paralelamente às atividades acadêmicas em Paris, Vinícius passou a atuar em articulações de apoio internacional às atividades da resistência democrática brasileira. Entre outras, participou como observador convidado do Seminário Afro-Asiático em Argel (1965) e como delegado da Conferência Tri-Continental (1966) e da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (1967), essa última em Havana.

Nos últimos anos da década de 60, de volta ao Brasil, passou a atuar nos movimentos de resistência ao regime militar. Inicialmente reintegrou-se à AP, da qual se desligou alguns meses depois, devido a divergências de orientação política. Em 1968, participou da criação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). De setembro de 1970 a outubro de 1973, permaneceu preso no Rio de Janeiro e em São Paulo, por condenação do Tribunal Militar. Foi mantido incomunicável por um tempo, medida com que se pretendeu evitar que se vissem as marcas de tortura a que havia sido submetido, muitas das quais ficaram aparentes por muito tempo, outras para sempre. Em janeiro de 1974, pouco depois da data em que foi libertado, passou a trabalhar, como sociólogo, no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) inicialmente como pesquisador associado e, em seguida, como coordenador.

Vinícius José Nogueira Caldeira Brant faleceu em São Paulo, no dia 25 de maio de 1999.



Virgílio Faustino Salomão

Virgílio Faustino Salomão nasceu na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais, no dia 15 de dezembro de 1918, filho dos lavradores Manoel Faustino e Maria Moreira da Silva. Tinha 13 irmãos. Nos estudos, completou apenas a primeira parte do Ensino Fundamental, correspondente ao antigo curso primário.

Casou-se com Tereza Dias Salomão e teve com ela oito filhos. Pai e esposo dedicado, nunca deixou faltar as coisas dentro do seu lar.

Foi sindicalista e militou no antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sempre lutando pelos direitos trabalhistas, principalmente em prol de seus companheiros, trabalhadores da Belgo Mineira. O envolvimento político não desgastaria o funcionário junto da empresa: com 20 anos de dedicação à Belgo, Virgílio foi agraciado com um relógio, prática adotada pela companhia para prestigiar e homenagear os funcionários mais antigos da casa.

De acordo com o relatório político da época, várias empresas, entre elas a Belgo Mineira e a Usiminas, depois do Golpe Militar de 1964, passaram a perseguir lideranças sindicais, operários e seus familiares. Perseguiram e torturaram centenas deles, dispensando-os do trabalho, com isto causando transtornos nas vidas das famílias, que, na *rua da amargura*, passaram por momentos difíceis. Alegavam que os sindicalistas eram comunistas.

Assim foi que, ao visitar um colega que se encontrava preso, Virgílio recebeu voz de prisão na rua. Nesse período, ficou detido na prisão de Rio Piracicaba. Ele era o único preso que discutia com o Coronel Eustáquio durante os inquéritos. Dizia que o Coronel estava utilizando métodos de tortura para obrigar os

funcionários da Belgo a assinarem o documento de pedido de dispensa, sem direito a qualquer indenização.

De fato, as autoridades policiais, comandadas pelo Coronel, liam a mensagem da empresa, na qual constavam as seguintes recomendações: *"Todas as pessoas que morassem em residência de propriedade da Belgo tinham que entregá-la no prazo de 48 horas. Nenhum operário dispensado podia residir em um raio inferior a 60 km da companhia. Todos os dispensados que fossem detidos nas proximidades da Belgo seriam encamiñados para o presídio de Ilha Grande"*.

Residindo em Nova Era, Minas Gerais, Virgílio Faustino foi surpreendido pelos militares, que exigiram sua presença na delegacia para prestar esclarecimentos.

Foi levado para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em Belo Horizonte e ficou incomunicável por várias semanas. Foi torturado, chegando em casa com vários ferimentos e hematomas: olho roxo e inchado de socos; foi vítima de abuso sexual por policiais que o *colocaram de quatro* e depois o humilharam, além de obrigá-lo a lavar carros vestido com short minúsculo, motivo de muita chacota. Foi submetido à tortura do *pingo d'água fria* que gotejava em sua cabeça. Consta dos autos que chegaram à barbárie de alfinetar o seu órgão genital para que não tivesse relações sexuais com a esposa.

Virgílio respondeu a inquérito também, em Juiz de Fora, sendo absolvido em 1968. Em liberdade, candidatou-se a um cargo eletivo, tornando-se um grande líder político na região, quando recebeu mais votos do que o candidato a prefeito de João Monlevade.

Faleceu no dia 9 de novembro de 1972, vítima de hemorragia cerebral.



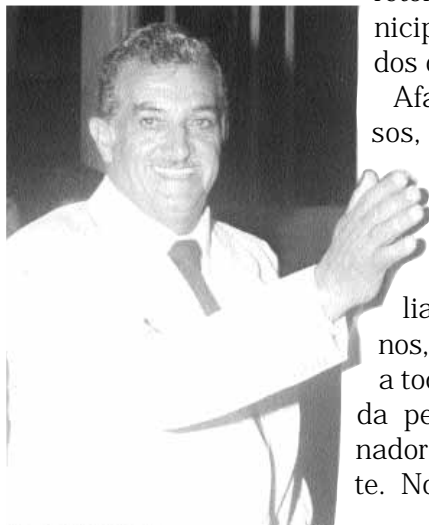
Codigo do Logradouro : 078402
 Tipo do Logradouro : RUA
 Nome do Logradouro : P
 Nome do Bairro : VILA PINHO
 Tipo da Legislação : EM TRAMITAÇÃO
 Data da Aprovação :

Waldemar das Dores - Mamário

Waldemar das Dores, o Mamário, filho dos sitiantes José Maria das Dores e Carmelita das Dores, nasceu em Nova Lima, Minas Gerais, no dia 16 de fevereiro de 1915. Foi casado com Santina da Conceição Machado, com quem teve nove filhos: Cléria, Clair, Antônio, Catarina, Geraldo Abade, Carmelita, Lúcio, Mazinho e Jesus.

Em 1963, foi eleito prefeito da cidade de Barão de Cocais, Minas Gerais, mandato que cumpriria até 1967. Apesar de eleito diretamente pelo povo, em 1964 foi impedido de dar continuidade ao seu mandato, sob a alegação de que era comunista e de que se entregava à prática de atos subversivos. No dia 14 de abril de 1964, foi preso e levado para a vizinha Governador Valadares, onde permaneceu preso durante três dias. Ao retornar à cidade, a Câmara Municipal cassou-lhe o mandato e todos os seus direitos políticos.

Afastado do cargo e sem recursos, vieram as dificuldades. Aqueles que administravam a cidade chegaram a cortar-lhe o crédito nos armazéns, padarias, farmácias. A família, com os muitos filhos pequenos, passou privações, além de ser a todo instante vigiada e perseguida pelas polícias local, de Governador Valadares e de Belo Horizonte. Novamente, em maio de 1964,



Mamário foi preso, sendo desta vez pelos agentes do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), sem nenhuma alegação plausível. Foi levado para Belo Horizonte, onde ficou incomunicável por três dias, sofrendo interrogatórios e torturas como os choques elétricos, que lhe deixaram irreversíveis seqüelas.

A família teve também a residência invadida por agentes que procuravam, em vão, livros de orientação comunista e armamentos.

Ao cabo de tanto martírio e de todas as tramitações processuais no DOPS/MG, nenhuma prova contundente foi colhida contra ele. Mamário foi então absolvido, restando-lhe o saldo das injustiças e humilhações infundadas que sofrera juntamente com sua família naquele ingrato período. Os traumas psicológicos, o sofrimento físico, as dificuldades financeiras acabaram acarretando que ele viesse a contrair problemas cardíacos e distúrbios mentais, os quais o levaram a várias internações, inclusive em hospitais psiquiátricos.

Como esportista, foi um bom jogador de futebol e como líder sindical foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Barão de Cocais por três mandatos. Em vida, foi agraciado pela Câmara Municipal com o Título de Cidadão Honorário de Barão de Cocais. O título foi votado e assinado pelos vereadores de todos os partidos, numa demonstração de que se queria fazer justiça a um dos filhos mais honrados da terra, que dedicou sua vida à causa pública, principalmente aos carentes, desamparados e oprimidos.

Waldemar das Dores faleceu no dia 30 de setembro de 1990.



Walkíria Afonso Costa

Walkíria Afonso Costa nasceu em Uberaba, Triângulo Mineiro, no dia 2 de agosto de 1947. Era filha de Edwin Costa, funcionário do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, e de Odete Afonso Costa.

Walkíria fez as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental na Escola Normal de Patos de Minas, Minas Gerais, e as duas seguintes no Ginásio Rio Branco, em Bom Jesus do Itabapoana, Rio de Janeiro.



Com a transferência de sua família para Pirapora, onde seu pai continuava a servir ao Banco, Walkíria terminou o Ensino Fundamental no Colégio Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, estabelecimento dirigido por religiosas, o que muito influenciou na sua formação cristã. No período de 1963 a 1965, estudou no Colégio São João Batista, em Pirapora, onde terminou o Ensino Médio, na época, de formação de professoras. Walkíria foi sempre aluna exemplar e ocupou os primeiros lugares de todas as escolas por onde passou.

Formada professora, Wal, como era chamada, moça alegre, conhecedora de teoria musical e que cantava e tocava acordeão e violão, lecionou em alguns grupos escolares da cidade onde morava. Em 1966, prestou concurso para o Estado e foi nomeada na primeira chamada, transferindo-se então para Belo Horizonte, onde passou a lecionar.

Ao trabalho Walkíria aliou a oportunidade de continuar os estudos. Prestou o vestibular para o curso de Pedagogia na

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), classificando-se em segundo lugar. Mas frequentou apenas os três primeiros anos do curso. É que passara a tomar consciência dos problemas políticos e sociais do País e, em particular, dos da própria universidade, vindo a engajar-se na luta política.

Participou junto com outros colegas da fundação do Diretório Acadêmico (DA) da Faculdade de Educação, em 1968, sendo sua primeira vice-presidente. Hoje o DA leva o nome de *DA Walkíria Afonso Costa*, numa justa homenagem. Lutavam pela defesa de interesses estudantis e buscavam o caminho para decisões e soluções de questões mais concretas como cortes de verbas, acordo MEC-USAID, fechamento de restaurantes universitários, Decreto-Lei 477, etc.

As perseguições políticas começaram a se intensificar. O isolamento do prédio da Faculdade de Educação demonstrou um claro desrespeito aos alunos e professores. Intimações para depoimentos no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), prisões, algumas já sob tortura, eram sinais nítidos do agravamento da situação política.

Walkíria, até então, não havia sido indiciada em nenhum inquérito pelo DOPS ou por qualquer outro órgão de segurança. Já prevendo dificuldades futuras e maiores riscos de atuação, decidiu partir para outra frente de trabalho político: a luta junto aos camponeses pobres da região do Araguaia. Foi quando abandonou seus estudos universitários e seguiu com seu marido, Idalísio Soares Aranha Filho, ambos filiados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) para a região da Gameleira, no sul do Pará.

Foi então que agentes da repressão (DOPS/MG) a procuraram em Belo Horizonte. A casa onde morara foi invadida sob a alegação de envolvimento em reuniões estudantis. E, em julho de 1973, Walkíria foi julgada à revelia pela Auditoria da 4ª Região Militar, em



Juiz de Fora, tendo sido absolvida por absoluta falta de provas.

Mas Walkíria, Walk ou Wal, com seu marido, prosseguia desenvolvendo no Pará seu trabalho de conscientização política. Fez parte do Destacamento B, comandado por João Carlos Haas Sobrinho, na localidade de Faveira, participando da Guerrilha do Araguaia.

As forças da repressão a alcançariam lá. No último ataque das Forças Militares no Araguaia, em 25 de dezembro de 1973, Walkíria buscou refúgio na mata, onde permaneceu sozinha até outubro de 1974. Quando pedia comida na casa de um companheiro, foi traída pelo mesmo e levada para a base de Xambioá. Mandaram furar um buraco de mais ou menos um metro de profundidade e ali mesmo, à beira da cova, Walkíria foi executada com três tiros no pescoço.

"Os mortos inimigos serão sepultados na selva, após identificação": esta recomendação está escrita em farto material das Forças Armadas sobre a segunda fase da Guerrilha do Araguaia em 1972, denominada *Operação Papagaio*. Mas, no dia 14 de março de 1996, quando foi entregue à família, por força da Lei nº 9.140/95, o Atestado de Óbito de Walkíria registrava apenas: *"foi encontrada morta, em local ignorado"*.

Walkíria Afonso Costa, de muitas lembranças e tantas saudades, alta, clara, cabelos castanhos e lisos, rosto ovalado, inteligente e leal, teve o seu nome dado a uma rua na cidade de Pirapora (projeto do vereador José Carlos Costa), a uma rua na cidade de Campinas e a uma terceira rua em Belo Horizonte (projeto do vereador Betinho Duarte). Em 2004, foi homenageada *post mortem* com a *Medalha Chico Mendes*, no Rio de Janeiro, e com a *Medalha Tributo à Utopia*, na Câmara Municipal de Belo Horizonte.







A MEDALHA É SUA

Como nunca antes,
Você hoje veio aqui.
Igual à lua redonda
Que se achava escondida
E se desponta na noite,
Você hoje veio aqui.

Você veio,
Marcou presença
Levantou lembranças.
Você sempre forte foi
Amou, sonhou, sofreu
Se desfez e se foi.
E hoje você volta inteira
Para os louros colher.
-A Medalha Tributo à Utopia é sua.
-A Medalha Chico Mendes 2004 é sua.

Nos 30 anos de sua partida você vem aqui,,,
Chegou de longe, muito longe...

Vem cá, fica com a gente.
Encoste aqui.
Tenho tanto para lhe contar...
Mostre-me suas feridas
Que eu lhe mostrarei as minhas.
Tínhamos sempre tanto para conversar, lembra-se?
Confidências, risos, choros...
Tudo ombro a ombro.
Nossa! Quanto tempo!
Você sumiu!
Ah! Que saudade!



Abrace-me!
Abrace meus filhos!
Viu só como estão grandes?
Papai e Mamãe não puderam esperar você aqui;
Já se foram...
Vocês se encontram lá fora, não é?

Mas, veja! Quantos amigos!
B.H., R.J., S.P., o País inteiro...
Todos sentem sua falta
E admiram sua coragem.

Que bom que você hoje veio aqui.
Fica com a gente.
Assim, no silêncio.
Não diga nada.
Apenas escute o sax tocando "Viola Enluarada".
Descanse sua cabeça no ombro meu.
Assim, quietinha, quietinha...
A viagem foi longa.
Durma...durma...
Ah! Abra os olhos só um pouquinho:
-Obrigada pela visita, viu?
Eu amo você.

A Medalha é sua.

X-X-X-X-X-X-X-X

VALÉRIA COSTA COUTO





Walter de Souza Ribeiro

Walter de Souza Ribeiro, filho de Benedito Ribeiro e Maria Natália de Souza Ribeiro, nasceu em Teófilo Otoni, Minas Gerais, no dia 24 de setembro de 1924. Irmão de Wanda, Walmira, Analice, Geraldo, Waldir e Conceição, casou-se com Adalcy Byrro Ribeiro, filha de uma família de comerciantes em Governador Valadares e com ela teve três filhos: Marcos, Marina e Marcelo.



Fez as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental numa escola pública de Teófilo Otoni, completando-as em Conceição do Mato Dentro. Sua família morava em Governador Valadares, quando Walter saiu de casa em busca de formação profissional: resolvera ser oficial do Exército e entrou para o Curso Preparatório de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras. Pessoas que com ele conviveram e que o conheceram de perto descreveram-no como encantador, inteligente, excelente amigo, fiel companheiro e muito bom pai.

Foi reformado como Oficial do Exército pela Lei nº 1.507 - A, de 28/01/50, por incompatibilidade com o oficialato. Como incompatibilidade, consideraram o fato de Walter ter assinado documento pela paz mundial, contra o uso de armas atômicas e o envio de tropas brasileiras para a guerra da Coreia.

Walter desapareceu no dia 3 de abril de 1974, em São Paulo, e quando isto ocorreu, a primeira reação de Adalcy foi pensar em acidente, mas, logo em seguida, concluiu que seu

seqüestro e desaparecimento poderiam ter sido mais uma arbitrariedade da polícia política implacável e violenta.

A partir daí, a família começou extensa e sofrida peregrinação na tentativa de encontrar o esposo e pai. Marina, sua filha, procurou por ele, colocando anúncios nos jornais. Foram feitos contatos com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de São Paulo que, através de D. Paulo Evaristo Arns, conseguiu uma audiência para 10 famílias de presos políticos com o General Golbery do Couto e Silva. O General Golbery prometeu a Adalcy que, no prazo máximo de um mês, daria uma resposta sobre o paradeiro de Walter, o que não aconteceu.

A única reação do governo viria um pouco depois, de forma fulminante, quando, em fevereiro de 1975, o ministro da Justiça, Armando Falcão, em nota sobre os presos políticos, acusava Walter de subversivo e indigno para o oficialato. Informava, ainda, que havia contra ele um mandado de prisão expedido pela 2ª Auditoria da 2ª Comissão da Justiça Militar (CJM) em 1970, mas que ele se encontrava foragido.

Indignada, Adalcy manifestou-se. Protestou veementemente contra as calúnias e apresentou documentos que desmentiam o ministro, entre eles a certidão negativa que atestava a boa conduta de seu marido expedida pela 2ª Auditoria do Exército de São Paulo. Foram as seguintes, na época, as suas palavras: *"A nota é caluniosa também quando diz que meu marido foi expulso do Exército como indigno. Não existe, até agora, que seja do meu conhecimento e dos meus filhos, nenhuma expulsão e sim reforma pela Lei nº 1507-A, de 28/01/50, por incompatibilidade para o oficialato. A reforma de um oficial por incompatibilidade não significa indignidade, conforme declarou o ministro Falcão. Nossa dor já era demasiadamente grande pelo dramático desaparecimento do chefe da nossa família para suportar ainda o peso da difamação que o ministro nos impôs através de toda a imprensa nacional"*.

Para a família de Walter, seu desaparecimento, além de revolta e angústia, significou grandes privações, inclusive financeiras, uma vez que não podia, ao menos, receber o soldo a que o oficial tinha direito, pois não possuía atestado de óbito. A família de Walter jamais desistiu de encontrá-lo, continuando sua busca insistentemente através de advogados e da Comissão de Justiça e Paz da CNBB.

De acordo com declarações do ex-Sargento Marival Dias Chaves do Canto à revista *Veja*, edição de 18/11/92, Walter de Souza Ribeiro foi capturado pelo Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) em São Paulo e levado para o Rio de Janeiro, onde foi assassinado e esquartejado, sendo as partes de seu corpo enterradas em lugares diferentes, para que o morto não viesse a ser identificado.

Como o de outros tantos bravos militantes, o sangue de Walter de Souza Ribeiro coloriria, mais tarde, a aurora de democracia que viria a se abrir no horizonte do Brasil.





Zilah Souza Spósito

Zilah Souza Spósito, filha de Henrique José de Souza e Maria da Conceição Figueiredo de Souza, nasceu em Bocaiúva, Minas Gerais, no dia 22 de abril de 1928. Era irmã de Maria Cândida, Wanda, Herbet (Betinho), Henrique (Henfil), Maria da Glória, Filomena e Francisco Mário (Chico Mário).

Estudou em regime de internato no Colégio Santa Maria, em Belo Horizonte. Durante a década de 60, tornou-se militante da Ação Católica (AC), da qual foi uma das fundadoras, tendo sido posteriormente presidente da Juventude Independente Católica (JIC). Sua percepção dos problemas sociais e seu engajamento nos movimentos políticos viriam a influenciar a formação política dos irmãos.

Em 1963, casou-se com Ordener Germano Spósito, com quem teve quatro filhos: Paulo Henrique, Tereza Cristina, Regina Lúcia e Luiz Fernando.

Zilah fez carreira na Receita Federal, onde se aposentou como Auditora Fiscal do Tesouro Nacional em 1988. Participou de vários trabalhos das pastorais da Comunidade Carmosion, da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte, do Movimento Feminino pela Anistia e da Frente de Defesa da Criança e do Adolescente.

Faleceu em Belo Horizonte, de infarto, no dia 19 de fevereiro de 1992.





Zuleika Angel Jones - Zuzu Angel

Filha de Pedro Netto e de Francisca Netto, Zuleika ou Zuzu Angel Jones, mineira de Curvelo, nasceu em 5 de junho de 1923. A família, de classe média, mudou-se mais tarde para Belo Horizonte, onde Zuzu passou parte de sua vida.



Uma mulher incomum, dotada do talento peculiar de trazer brilho para as cores e poesia para as coisas com as quais convivia e em que tocava. Ousada, criativa, inovadora, antimilitarista, talentosa, corajosa, envolvente, charmosa, comovente e alegre: esses adjetivos definem a personalidade forte da estilista Zuzu Angel, que morreria numa quarta-feira, 17 de abril de 1976, numa Semana Santa. Como ela mesma dizia, todos os seus dias eram parte de uma via-crúcis, iniciada com o desaparecimento de seu filho Stuart.

Zuzu Angel começou sua carreira como costureira e, mais tarde, tornou-se *designer*, transformando panos de colchão, fitas de gorgurão, rendas do norte, pedras preciosas, estampados de pássaros e papagaios, babados e zuartes em saias, chales e vestidos maravilhosos, criando uma moda brasileira capaz de encantar o mundo. Usava tudo como recurso criativo, já que não dispunha de capital para comprar tecidos caros. O anjo era a logomarca de sua confecção. Seu princípio era a liberdade. Criava uma moda autêntica, a partir das raízes de sua vida e das suas ricas emoções. A natureza brasileira estava presente em suas roupas, através das flores, dos pássaros e das borboletas.



Depois, Zuzu passou a fazer - como ela mesma classificaria - *"a primeira coleção de moda política da história"*, usando estampas com silhuetas bélicas, pássaros engaiolados e balas de canhão disparadas contra anjos. O anjo tornou-se o símbolo de Tuti, o filho desaparecido nos tempos da ditadura militar brasileira. Sua moda trazia anjos amordaçados, meninos aprisionados, sol atrás das grades, jeeps e quepes.

Mãe de Stuart, Hildegard e Ana Cristina, Zuzu Angel concentrou todos os seus esforços na procura de seu filho Stuart Edgar Angel Jones, estudante de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desaparecido e assassinado, antes de ser absolvido, no Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), no Galeão, Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1971, aos 26 anos.

A partir de então, Zuzu Angel tornou-se uma militante política, agindo sempre no sentido de denunciar o desaparecimento do filho. Passou a fazer contatos internacionais, mobilizando a imprensa e o Senado norte-americano, batendo em todas as portas, fazendo comícios em filas de bancos ou supermercados, onde encontrasse gente para escutá-la. Buscou, durante cinco anos, reaver o corpo de Stuart, cuja morte e prisão jamais foram admitidas pelos órgãos de segurança. Desencadeou uma grande batalha em que suas armas foram a firmeza, o atrevimento, a criatividade, a audácia e até mesmo o bom humor. Para alcançar seu objetivo, não tinha pudores, timidez ou acanhamento: peregrinava de casa em casa, procurava as pessoas influentes, mimeografava milhares de poesias sobre o Stuart e as enviava clandestinamente para o exterior, pelo correio. Além disso, preparava o dossiê Stuart.

Nessa empreitada, soube tirar proveito de sua fama. Envolveu a favor da sua causa inúmeros clientes e amigos importantes: Yolanda Costa e Silva, Joan Crawford, Kim Novak,

Veruska, Liza Minelli, Jean Shrimpton, Margot Fonteyn, Henry Kissinger, Ted Kennedy, Walter Mondale, Frank Church e outros.

Todos se mobilizaram de uma maneira ou de outra para ajudar Zuzu, que estava sempre dizendo: *"Eu não tenho coragem, coragem tinha meu filho. Eu tenho legitimidade!"*.

Zuzu Angel morreu no dia 17 de abril de 1976, num misterioso acidente de carro até hoje sem explicação, assim como ficou sem explicação a morte de seu filho. Seu carro caiu em uma ribanceira de cinco metros de altura, quando retornava de um jantar na casa de uma amiga.

Uma semana antes do acidente que a vitimou, Zuzu deixara na casa do amigo Chico Buarque um documento que deveria ser publicado caso algo lhe acontecesse, como *"um desastre de automóvel"*, por exemplo. No texto ela atribuía a responsabilidade do que pudesse lhe acontecer às *"mesmas pessoas que mataram meu filho"*.

Sua postura diante da vida, sua força, sua garra inspiraram Chico Buarque a compor em sua homenagem a canção *Angélica*, em que o poeta pergunta: *"Quem é essa mulher?"*.





A pên dice

Uma Palavra

Em 1994, quando da primeira edição do *Rua Viva*, mais de uma personalidade e mais de um dos profissionais envolvidos com a produção da obra manifestaram-se sobre ela, destacando uns a importância de se re-descobrir trecho tão sombrio da história, enfatizando outros o vasto campo de ensinamentos e de emoções nele contido.

Tão significativas foram aquelas manifestações e tão caras elas continuam sendo para mim que as republico nesta segunda edição, tendo-as escolhido para dar a ela, sob a forma de um Apêndice, um muito especial *fecho de ouro*. Faço-as preceder da Ficha Técnica dos profissionais envolvidos na preparação da primeira edição do livro.

Assim fazendo, trago para o nível pessoal a assertiva de que restam sempre vivas as sendas construídas com altruísmo, com generosidade e com amor. Se valem para a dimensão coletiva, valem também para as páginas de nossa vida, mesmo as mais modestas, aquelas argutas observações de Otávio Paz que asseguram que *"a destruição da memória afeta não apenas o passado, como também o futuro"*. Para ele e também para mim *"a memória é a forma mais alta da imaginação humana, não é apenas a capacidade automática de recordar. Se a memória se dissolve, a homem se dissolve"*.

O meu obrigado a todos.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2004.

Betinho Duarte
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Ficha Técnica da 1ª Edição

PROJETO:

Vereador Britinho Duarte

COORDENAÇÃO GERAL:

Maria Clotilde Vieira Ayer Quinsela

ENTREVISTAS / PESQUISAS / TEXTOS:

Ângela Maria Cyrino de Andrade

Marcia Silva Lopes (Mara)

Maria Clotilde Vieira Ayer Quinsela

REVISÃO:

Celeste Maria Semião de Oliveira

Geórgia de Oliveira

CRIAÇÃO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

Bruna Lacerda Bitencourt

Marcianília Eustáquio de Souza

COLABORAÇÃO:

Felisa Amélia Gazzo

APOIO:

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania:

Secretaria Municipal de Atividades Urbanas:

Câmara Municipal de Belo Horizonte

PRODABEL

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS:

PUBLIX - Henrique, Livia e Julinho Távora

HOLDING - Marcela Gorgulho Vasconcellos Lanna

Memória Essencial

Algumas marcas desaparecem

outras ficam por uns tempos

Aquele gosto

Aquele cheiro

Aqueles gritos...

Estes permanecem

calados lá dentro

colados numa memória essencial

sem intervalos possíveis

vale dizer, definitivos.

Alex Polari

É esta *memória essencial* que *Rua Viva* resgata hoje com a radicalidade que o tema merece. É esta *memória essencial* que está sendo recuperada junto com a história dos militantes mortos, homens e mulheres que dedicaram suas vidas à luta contra a opressão e ousaram acreditar no sonho de uma sociedade justa e fraterna, sem exploradores e explorados.

A categoria *desaparecido político* é eufemismo perverso que designa os companheiros e companheiras assassinados pela ditadura militar, cuja morte jamais foi assumida, cujos corpos jamais foram entregues às respectivas famílias. Sabemos que a maioria foi morta sob tortura, muitos deles tiveram os corpos mutilados e foram esquartejados para dificultar a identificação e facilitar a ocultação. Hoje repousam em valas clandestinas (como no Cemitério de Perus/SP), e no fundo de rios e do oceano. Conquistamos a anistia que, no entanto, não veio ampla, geral e irrestrita como queríamos. Ela foi parcial: os policiais e militares assassinos e torturadores jamais foram punidos e frequentemente são contemplados com cargos e promoções. O último

general deixou o poder há quase dez anos e não houve sequer o esclarecimento da questão dos desaparecidos políticos.

A barbárie, institucionalizada pelos militares, sobreviveu à ditadura através da certeza da impunidade, da permanência da tortura, da miséria e da fome endêmicas, do obscurantismo político, da corrupção e roubalheira generalizadas, da dilaceração da cidadania, da banalização da violência.

Neste final de milênio, ao atingirmos a soleira da pós-barbárie, a generosidade, o idealismo e o despojamento que marcam as histórias contadas neste livro nos comovem e nos alertam para a necessidade de continuidade da luta. É impossível falar de nossos mortos sem emoção: misturamos sempre tristeza, saudade e perplexidade. Perplexidade necessária porque debela o risco da banalização tão presente neste País que literalmente fabrica o cinismo e a amnésia. Perplexidade necessária, porque alimenta nossa capacidade de indignação e fortalece nosso espírito de luta.

Rua Viva constitui, assim, a própria celebração da vida e mantém aceso o princípio legado pelos companheiros e companheiras que figuram nas suas páginas: prosseguir no combate contra todas as formas de opressão.

Hoje todos os brasileiros precisam ser anistiados e este processo depende da recuperação da memória essencial que é o tema central deste livro.

Belo Horizonte, agosto de 1994

Helena Greco

N ão Chegou para Todos

A Anistia foi uma conquista memorável do povo brasileiro há 15 anos. Através da Anistia milhares de brasileiros saíram da clandestinidade, das prisões, voltaram do exílio.

Nunca engoli a *anti-anistia* aplicada aos que torturaram, mataram, esquartejaram, desapareceram com opositores políticos em nome da segurança nacional. Com certeza, este câncer que é a impunidade tem tudo a ver com o perdão autoconcedido aos criminosos do regime militar. Que tristeza nos dá ver um Adyr Fiúza de Castro, um Curió, um Brilhante Ullstra, um Burnier - personagens sinistras - passeando sua impunidade, dando entrevistas em defesa da tortura.

A Anistia não respondeu a outra injustiça que clama: os desaparecidos políticos. Os patriotas seqüestrados e trucidados pelas forças de segurança.

Os cinco brasileiros desaparecidos no Chile, após o golpe de Pinochet, já foram reconhecidos pelo Estado Chileno como vítimas da violência política e da violação dos direitos humanos e suas famílias, no Brasil, recebem pensão especial do governo chileno. Vergonhosamente, os desaparecidos políticos brasileiros não foram reconhecidos pelos governos *democráticos* de Sarney, Collor e Itamar como vítimas do Terror de Estado. Pura covardia política!

Também permanecem em situação de injustiça, milhares de trabalhadores demitidos e perseguidos no setor privado, assim como militares de baixas patentes e demitidos nas polícias militares por motivos políticos. Enquanto essas injustiças clamorosas não forem resolvidas, a luta continuará.

Aos 15 anos de ANISTIA só posso louvar a iniciativa de dar nomes às ruas de Beagá aos militantes que tombaram na

luta contra a ditadura ou que se foram. Memória é fundamental para a construção da cidadania e da democracia. Não podemos permitir que seqüestrem e roubem a verdade histórica sobre estes companheiros.

Quando levamos os restos mortais de Arno Preis - resgatados de um cemitério em Paraíso de Tocantins - para sua terra natal, Forquilha (SC), na ocasião, Derley de Lucca, ex-presa política, companheira de fé de Arno Preis, escreveu a ele a seguinte carta, lá para onde foram os brasileiros que doaram suas vidas pela nossa liberdade:

Carta aberta ao Arno Preis

Criciúma, 29 de abril de 1994.

Caro Arno:

Você não ia acreditar, mas Nelson Mandela é o favorito nas eleições presidenciais da África do Sul. Acusado de terrorista, subversivo, como tu, cumpriu 27 anos de cadeia.

Isaak Shamir, acusado de terrorista e subversivo pelos ingleses é o primeiro-ministro em Israel.

Yasser Arafat, o líder da OLP, acusado de terrorista e subversivo, foi recebido pelo presidente dos Estados Unidos em dezembro do ano passado e é recebido na ONU como chefe de Estado.

Forquilha já é município e está orgulhosa de ti. Lurdes, Zilda, tias, sobrinhas e primas estão mobilizando a cidade para te levar flores.

Existe um aparelhinho chamado fax. Em questão de segundos a gente se comunica com o mundo mandando documentos. Meu filho estuda automação na UFSC.

Dulcinha, Amelinha e Susana estão tristes com a confirmação de tua morte, mas firmes, organizando as homenagens.

O Ivo Sooma foi heróico. Realmente quem tem um amigo tem um tesouro. Ivo é o teu tesouro.

Nilmário, Genoíno, Zé Dirceu são deputados federais. Brizola é governador do Rio. Tem um operário do ABC candidato a presidente da República.

Betinho não defende mais a luta armada mas dirige uma campanha linda contra a fome e a miséria. Mobilizou todo o país.

Tu fazes muita falta. Serias nosso ministro das Relações Exteriores brilhante, defendendo posições do Brasil no mundo. Ia esquecendo: o Brasil já reatou relações diplomáticas com Cuba. Eu já voltei lá algumas vezes com passaporte e tudo, legalmente.

A gente não diz "turma", diz "galera".

Fumar não é mais moda, é cafona, coisa de Boko Moko. Nada melhor que um dia depois do outro.

Seja feliz no céu protegendo a nossa terra. Aqui tu não serás esquecido.

Derley

Brasília, agosto de 1994

Nilmário Miranda, deputado federal pelo PT e Presidente da Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal.

H á Esperança

Ao escrever este texto, perguntei à filha de um companheiro, ex- exilado, às vésperas de comemorar seus 15 anos, o que significava a Anistia. E ela respondeu, simplesmente: "A libertação e a volta dos exilados políticos. Mas, no meu caso, representou também a possibilidade de ter nascido no Brasil".

Para nós, esta menina representa a possibilidade de tê-la visto tão irradiante em sua indignação, precocemente trajando o luto, a cara pintada de verde e amarelo e, com tantos outros de sua geração, sair pra luta, sair pras ruas, dando um novo fôlego e alento em prol da Anistia definitiva: a Anistia para o nosso povo!

O nosso povo, apartado dos direitos mínimos de cidadania, torturado pela fome e pela miséria, preso nas garras de uma sociedade injusta que o marginaliza e tenta mantê-lo exilado em si mesmo. Uma sociedade que quer mantê-lo fora de cena, como solitário espectador de uma história onde ele possa apenas conformar o gigantesco exército dos despossuídos, dos sem nada. Banido e desterrado, condenado à sua própria sorte. Mas há esperança!

1994, 15 anos, aí está o Herbert de Souza, o Betinho, profeta contemporâneo de um novo ciclo para este País. Aí está ele, desafiando a vida, aquela que ele tantas vezes arriscou, nos dando o exemplo maior de que as *irreverências mil* não foram inúteis. De que a dor pungente dos tantos que entregaram suas vidas, percorrendo a longa e obscura noite do Brasil não foi e não será nunca inutilmente. Sonhamos, lutamos, choramos, mas aí estão de volta os irmãos do Henfil.

Aqui estamos nós, os loucos, os indignados, os que embarcamos nos rabos de foguete, os que acreditamos na vida, os que

vislumbramos na noite desse país, a lua e as estrelas. Aqui estamos nós reverenciando aqueles que se foram, e não puderam sentir o forte abraço do regresso; os que se foram e nem sequer sabemos para onde; e os que não puderam suportar o exílio em sua própria pátria. Os que permanecem vivos em nossa memória, falando à nossa consciência que a luta continua, ainda que em alguns passos dessa linha possamos, como eles, nos machucar.

E nessa luta é indispensável reverenciar também, de forma muito especial, com o maior respeito e gratidão possível, os que dedicaram e estão dedicando suas vidas a resgatar essa parte sofrida de nossa memória. Abnegada e obstinada tarefa de expor a chaga de tantas feridas, conviver com tantas lágrimas, e manter acesa a chama da libertação - como disse a menina - e do regresso. Manter viva a chama, nas ruas e nas praças, por onde hoje uma nova geração caminha, a dimensão de um belo horizonte. O horizonte dos sonhos compartilhados, da utopia da qual não se abre mão, da vida que se quer resgatar.

A vida perpetuada na batalha persistente de nossas mulheres: mães, irmãs, esposas. Bravas, sofridas e vitoriosas guerreiras, mulheres do Brasil. Nossas Helenas, exemplos em quem nos espelhar. A elas o país deve página por página desse capítulo em sua história: a história da luta pela Anistia. A elas devemos todos, os que clamamos pela justiça e libertação de nosso povo.

Belo Horizonte, agosto de 1994

Patrus Ananias de Sousa, Prefeito de Belo Horizonte

Contra a Espoliação das Lembranças

Rua Viva foi concebido como parte do esforço coletivo de luta contra *um dos mais cruéis exercício da opressão: a espoliação das lembranças*, como enuncia a frase lapidar de Ecléa Bosi.

Trata-se de simples levantamento e compilação de dados, vivências e experiências que acabam contando uma parte terrível da nossa história. Gostaríamos de alertar que não se trata de um projeto acabado, mas em construção: a coleta de dados foi difícil, a documentação é falha. Não temos ainda acesso aos arquivos da repressão, fonte importantíssima para este tipo de trabalho.

Em momento algum houve a pretensão de elaborar uma obra acadêmica. De resto, não saberíamos manter o distanciamento exigido pelo rigor científico: devemos confessar que foi com muita emoção e envolvimento que nos desincumbimos da tarefa de organizar as informações contidas neste livro. Tivemos que reviver e fazer reviver os sofrimentos das perdas definitivas e dos trabalhos de luto que considerávamos concluídos. Nossa indignação revigorada temperou e compensou este lado penoso inevitável.

Afinal de contas, contamos as histórias de nossos mortos queridos, muitos deles amigos queridos, com os quais compartilhamos sonhos, esperanças, projetos e também equívocos e contradições.

Os homens e mulheres presentes nestas páginas foram forjados na resistência contra a ditadura militar, que durou 21 anos no Brasil (1964/1985). São jovens, em sua maioria, ansiosos por romper com o estreito individualismo de sua origem

pequeno-burguesa e abraçar a utopia coletiva, internacionalista e revolucionária, ao lado "dos trabalhadores e do povo". Suas características comuns são a generosidade, o desprendimento, boa dose de humanitarismo cristão, alguma confusão e muito voluntarismo. Levaram às máximas conseqüências a luta contra a opressão: alguns chegaram a pegar em armas para combater a ditadura que a ferro e a fogo impunha a miséria, a fome, a exclusão social, a impunidade, a corrupção e a violência. O regime de 64 endureceu ainda mais em 68, com o Ato Institucional nº 5: todas as estruturas do Estado se militarizaram. Foi construído um sistema de repressão e controle tentacular que amordaçou a sociedade. A tortura foi elevada à condição de instrumento rotineiro de investigação e como tal continua até hoje. Milhares de brasileiras e brasileiros foram perseguidos, cassados, presos, exilados, banidos, mortos e mutilados. Os mortos e "desaparecidos políticos", cuja situação até hoje não foi esclarecida, dão a medida da ferocidade da repressão que se abateu, então, sobre os opositores da ditadura.

Contamos também a história de pessoas que sobreviveram a esse período e vieram a falecer mais recentemente. Suas vidas também estão marcadas pela participação e pela militância política, pela combatividade e pela disposição de lutar contra a iniquidade.

A iniciativa de batizar as ruas de Belo Horizonte com os nomes destes valorosos companheiros e destas valorosas companheiras, concretizada pelos projetos de lei do vereador Betinho Duarte e pelos decretos do prefeito Patrus Ananias, constituem intervenção significativa nestes 15 anos da lei de Anistia (1979/1994): a memória resgatada se apropria do espaço da cidade, que é também o espaço de exercício da cidadania, promovendo o que podemos considerar uma "reforma urbana simbólica".

Esta *apropriação do espaço urbano* deve mitigar um pouco a tristeza de familiares e amigos dos companheiros mortos, mas sobretudo incentivar a continuidade da luta contra todas as for-

mas de opressão. As ruas de Belo Horizonte merecem o nome daqueles que fizeram a sua história. História e memória são as condições fundamentais para o exercício e a construção da cidadania.

Belo Horizonte, agosto de 1994

Ângela Maria Cyrino de Andrade
Heloísa Amélia Greco (Bizoca)
Márcia Silva Lopes (Muri)
Maria Clotilde Vieira Ayer Quintela (Clô)

Livros que apoiei ou escrevi

- 1 *131 - D - Linhares - Memorial da Prisão Política*
Gilney Amorim Viana, 1979.
- 2 *Helena Greco, Eu Te Batizo Anistia*
Ana Maria Rodrigues de Oliveira, 1983.
- 3 *Rua Viva*
Betinho Duarte, 1994.
- 4 *Até Que Corra Justiça - Manual de Ação Social*
Betinho Duarte, 1996.
- 5 *Semear Esperanças*
Joaquim de Poté, 1996.
- 6 *Honrai a Quem Tem Honra*
Betinho Duarte, 1997.
- 7 *Éramos Felizes e Sabíamos*
Betinho Duarte, 1997.
- 8 *Rua Amiga*
Betinho Duarte, 1997.
- 9 *Aldeyda e Armando - Eternamente*
Betinho Duarte, 2001.
- 10 *Morri em Santiago*
Betinho Duarte, 2002.
- 11 *Morrer é Lucro / De hoje não passa*
Betinho Duarte, 2004.